

edp renováveis

ENERGY
WITH
INTELLIGENCE

RELATÓRIO E CONTAS
2015

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

Índice

05	MENSAGEM DO PRESIDENTE
08	ENTREVISTA COM O CEO
13	1. A EMPRESA
17	1.1 EDP RENOVÁVEIS EM RESUMO
24	1.2. 2015 EM NÚMEROS
27	1.3. ORGANIZAÇÃO
35	2. ESTRATÉGIA
39	2.1. AMBIENTE EMPRESARIAL
50	2.2. PLANO DE NEGÓCIOS 2014-17
57	2.3. GESTÃO DE RISCO
61	3. EXECUÇÃO
65	3.1. ECONÓMICA
77	3.2. STAKEHOLDERS
85	3.3. PRIMEIRO A SEGURANÇA
86	3.4. EQUILÍBRIO AMBIENTAL POSITIVO
88	3.5. INOVAÇÃO
89	4. SUSTENTABILIDADE
123	5. GOVERNO CORPORATIVO
181	6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
284	CONCEITOS E DEFINIÇÕES



**ENERGY
WITH
INTELLIGENCE**

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Uma energia transformadora do mundo

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

/// **ANTÓNIO MEXIA**
PRESIDENTE DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Estimados Stakeholders,

Uma vez mais, é um prazer poder partilhar os excelentes resultados atingidos pela EDPR no ano findo, em que a empresa evidenciou a capacidade de cumprir os objetivos do seu plano de negócios e extrair máximos resultados da sua base de ativos que, de novo, teve um desempenho com fatores de carga acima da média do mercado. Avançámos na nossa visão de sermos uma empresa global de energias renováveis, líder na criação de valor, inovação e sustentabilidade, com uma base de ativos crescente que atingiu 9,6 GW de capacidade instalada, mantendo os mais elevados níveis de excelência de operacionalidade.

Em 2015, a EDPR confirmou o seu posicionamento como empresa impulsionadora do crescimento em energia limpa do Grupo EDP. Um total de 21,4 TWh de eletricidade verde produzida em 10 diferentes países, correspondente a cerca de 44% da procura total de eletricidade em Portugal, reduzindo a emissão de cerca de 18,7 milhões de toneladas de CO2 e contribuindo para a luta global contra as alterações climáticas. Este compromisso ambiental está claramente presente nos valores do Grupo EDP e, este ano, é reforçado pelo reconhecimento global das ameaças que as alterações climáticas representam a curto prazo, como ficou patente durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP 21) realizada em Paris, onde a comunidade internacional acordou agir a nível global para sustentar o seu avanço.

**CRESCER COM UMA
TECNOLOGIA COMPETITIVA
QUE COMBATE AS ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS...**

Neste ambiente estabelecido após o acordo de Paris, cerca de 200 países, que se reuniram no COP 21, estão agora significativamente comprometidos com a redução das emissões globais, tendo apresentando as suas contribuições individuais de acordo com as suas próprias realidades. Os países europeus estão no topo quanto aos objetivos de redução, tendo a Comissão Europeia estabelecido um objetivo ambicioso até 2030 para reduzir a emissão de gases com efeito de estufa no mínimo em 40% face a 1990, bem como para aumentar a percentagem de energias renováveis para um mínimo de 27%.

As nossas tecnologias constituem uma solução economicamente competitiva e imediata para combater as alterações climáticas. Por conseguinte, a EDPR irá continuar a manter a sua posição pioneira no mercado europeu nos próximos anos. Além disso, o crescimento da empresa continua a assentar na expansão do mercado dos EUA, onde a legislação ambiental continua a evoluir, no sentido de uma maior utilização de fontes energéticas sustentáveis. A execução do nosso plano de crescimento é ainda complementada por projetos no Brasil e no México, países com forte potencial de crescimento do consumo energético e elevado recursos renováveis disponíveis.

Este novo quadro reforça a posição da EDPR no negócio da eletricidade, alavancando o compromisso da empresa com a sustentabilidade que visa a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, dando origem a uma solução que, além de ser sustentável é atualmente a fonte de energia mais competitiva, sendo única exceção, em alguns casos, as grandes centrais hidroelétricas. A energia eólica terrestre é hoje claramente uma tecnologia preferível em relação à produção térmica convencional para a construção de capacidade nova. Mesmo em cenários de baixos preços dos combustíveis, reconhecidamente voláteis, as instalações em locais de elevado recurso eólico mantêm-se competitivos.

Os custos das turbinas eólicas e dos painéis solares baixaram drasticamente nos últimos anos e os custos de financiamento estão a melhorar, criando bases sólidas para a expansão do desenvolvimento destas fontes energéticas.

Como resultado, a EDPR continuará a promover o crescimento à escala global. O roteiro estratégico do crescimento centrado nas energias renováveis prosseguido pela empresa com o forte suporte dos seus acionistas, coloca-nos um passo à frente do sector e por isso se tem revelado um caminho bem sucedido.

Este ano, chegámos a metade do caminho do nosso plano de negócios até 2017 e estamos em condições de cumprir, e até exceder, as metas definidas no início de 2014.

Um dos pilares estratégicos diz respeito ao modelo de autofinanciamento que permite alavancar o crescimento da empresa de forma competitiva e geradora de valor adicional. A empresa ultrapassou já o objetivo de suportar o seu programa de 2,5 mil milhões de euros de investimento para 2014-17 com 700 milhões de euros obtidos através da venda de posições minoritárias em alguns dos seus ativos. Em 2014 e 2015, a empresa acordou vendas num valor total de 800 milhões de euros, um claro indicador da qualidade da nossa base de ativos, que atraiu o interesse de muitos investidores institucionais, permitindo assim o reinvestimento destes encaixes financeiros em projetos adicionais ao nosso plano de negócios original.

**... CRIAR O MÁXIMO VALOR
COM BASE EM ATIVOS DE
EXCELÊNCIA...**

Em paralelo, a EDPR ganhou visibilidade sobre as suas oportunidades de crescimento futuro num enquadramento de risco controlado, em particular no mercado norte-americano onde, desde o início de 2013, firmámos contratos de venda a longo prazo para a energia produzida a partir de 1,8 GW, proporcionando total visibilidade sobre o retorno do seu crescimento nos EUA para 2014-17.

Em suma, ao cumprir a estratégia delineada, a EDPR poderá atingir metas de crescimento sólidas até 2017 e continuar a liderar num sector líder e sustentável, de enorme relevo a nível mundial. Em 2015, o EBITDA obteve o valor de 1.142 milhões de euros e os resultados líquidos o valor recorde de 167 milhões de euros, um aumento de +26% e +32% face ao ano anterior, respetivamente.

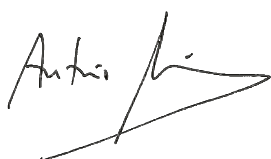
A empresa tem uma política de distribuição de dividendos entre os 25% e os 35% dos resultados líquidos consolidados anuais, que contribui para complementar o retorno dos acionistas. Daí, vem a proposta a ser apresentada na Assembleia Geral de Acionistas de 0,05 euros por ação, em linha com a política definida e representando um incremento de 25% face ao ano anterior.

O aumento de +34% no valor das ações da EDPR em 2015, com um desempenho significativamente superior ao do PSI20 (ganhos de +11%) e do DJ SX6E (perdas de -5%) e um aumento de +88% do valor das ações no período acumulado de 2014-15, constituem prova evidente desta alavancagem do retorno para os nossos acionistas.

A nossa estratégia, centrada exclusivamente na geração de energia limpa e isenta de emissões, proporciona-nos uma vantagem competitiva numa conjuntura em contínua mutação para uma maior consciência ambiental. Em conjunto com os nossos valores de apoio à comunidade e o respeito pela biodiversidade, a EDPR assume claramente um papel de liderança a nível de sustentabilidade. Reforçámos o nosso compromisso com a iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas para alinhamento do nosso negócio com os seus princípios em matéria de direitos humanos, normas laborais, ambiente e combate à corrupção. Este ano, mais uma vez, a EDPR ajudou o seu acionista principal (EDP) a manter uma posição de liderança no setor de Utilities do Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos órgãos corporativos, nomeadamente a todo o Conselho de Administração, que soube lançar os desafios e as condições para o êxito da organização como um todo. Gostaria igualmente de manifestar o nosso apreço a todos os intervenientes na nossa empresa e, em particular, aos acionistas, proprietários de terrenos, parceiros, fornecedores, entidades oficiais e legisladores. E, principalmente, quero expressar a minha gratidão pelo excelente trabalho e grande dedicação dos nossos mais de 1.000 colaboradores em todo o mundo, que têm sido a base sólida do desenvolvimento de ativos de excelência com métricas de categoria superior, que nos comprometemos a desenvolver e melhorar para continuarmos a escrever a história de sucesso da EDPR.

Sinceros cumprimentos,



**... PROPORCIONAR UM
RETORNO ATRATIVO E
VISIBILIDADE PARA OS
NOSSOS STAKEHOLDERS.**

/// JOÃO MANSO NETO
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO E CEO



ENTREVISTA COM O CEO

P1 EM PRIMEIRO LUGAR, PODE DAR-NOS A SUA VISÃO GERAL SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS EM 2015?

R1: Este ano de 2015 ganhámos bastante visibilidade para a companhia. Visibilidade quanto ao cumprimento do nosso plano de negócios até 2017, alcançando já metas importantes depois de percorrer apenas metade do caminho. Visibilidade sobre o nosso crescimento até final do plano de negócios corrente, e também sobre opções para o período pós 2017. Visibilidade quanto à remuneração dos nossos projetos em carteira, em particular nos EUA com a extensão do regime de PTCs e a contínua procura de PPAs. Visibilidade quanto aos compromissos ratificados pelos países no âmbito do COP21, a fim de combater as alterações climáticas. Pelo que temos podido comprovar a EDPR está no bom caminho, o que tem levado a companhia a reforçar ainda mais a confiança que os seus acionistas tem depositado nestes últimos anos.

Em primeiro lugar, e uma vez mais, este foi um ano em que a EDPR registou um fator de carga superior à média do mercado. Apesar de 2015 ter sido um ano com um recurso eólico abaixo do esperado, atingimos um excelente fator de carga de 29%, fruto da qualidade dos nossos ativos e por termos conseguindo manter uma disponibilidade técnica superior mesmo ao nosso objetivo previamente definido de 97,5%. E, mesmo assim, conseguimos reduzir os nossos custos operativos core em 2% anuais desde 2013. Grande parte deste êxito deve-se à implementação de iniciativas em operação e manutenção, quer com o nosso programa de manutenção modular M3, quer com o nosso novo programa de Self-Perform, nos EUA.

Este ano produzimos 21,4 TWh de eletricidade limpa, sem praticamente consumo de água ou emissões, produção esta reforçada com 602 MW de nova capacidade instalada, dos quais 398 MW instalados no mercado norte-americano. Neste mercado, conseguimos assegurar crescimento futuro, assinando PPAs para uma capacidade de 200 MW, sendo que, desde 2013, a companhia contratou PPAs para uma capacidade total de 1,8 GW.

Para terminar, deve destacar-se outro marco importante para a EDPR em 2015: a conclusão do projeto ENEOP em Portugal. Neste caso, não só tomámos controlo sobre a parte que nos correspondia, que era de 40%, como ainda reforçámos a nossa carteira nos projetos da ENEOP, adquirindo 80MW adicionais, aumentando assim a nossa base de ativos integralmente consolidados com um total de 613 MW suplementares.

P2 E COMO FOI O DESEMPENHO SOB O PONTO DE VISTA FINANCEIRO?

R2: O nosso excelente desempenho operacional traduziu-se num EBITDA de 1.142 milhões de euros, um aumento de +20% face a 2014, ajustado por eventos não recorrentes. Os resultados foram reforçados pela normalização do preço da pool em Espanha, apoiados pela nossa política de gestão de risco e cobertura da exposição à variabilidade dos preços grossistas de mercado, e foram ainda reforçados pelo aumento da nossa capacidade em operação, respeitando o nosso modelo de autofinanciamento, e ainda pela redução dos nossos custos operativos core.

O lucro líquido aumentou para 167 milhões de euros, impulsionado pelo aumento do EBITDA e também por uma melhoria das condições de financiamento, acompanhando a recuperação dos mercados da dívida, através da renegociação da nossa dívida corporativa com o grupo EDP, e com isto reduzindo o custo da dívida de 5,2% para 4,3% este ano.

Foram gerados 701 milhões de euros de caixa resultantes das nossas operações que, seguindo o nosso modelo de autofinanciamento, nos permitiu realizar um investimento líquido de 719 milhões de euros durante o ano, reinvestindo o valor encaixado através do nosso programa de rotação de ativos, e complementado com financiamento proveniente de estruturas de tax equity e project finance.

E, MAIS UMA VEZ, OS NOSSOS INVESTIDORES RECONHECERAM OS BONS RESULTADOS ANUAIS DA EMPRESA, COM UM AUMENTO ACUMULADO DE 88% DO VALOR DA AÇÃO NO PERÍODO 2014-15, REFLETINDO IMPLICITAMENTE AS BOAS PERSPETIVAS DO MERCADO PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS E A CAPACIDADE DA EDPR APRESENTAR RESULTADOS E ALCANÇAR OS OBJETIVOS PROPOSTOS.

O nosso desempenho foi superior ao do DJ Eurostoxx Utilities SX6E (+10%) e do NYSE Euronext Lisbon PSI20 (-19%) no mesmo período de dois anos.

P3 FALANDO DE PERSPETIVAS DE FUTURO, COMO PENSA QUE O MERCADO ENERGÉTICO VAI EVOLUIR?

R3: É evidente que a tendência do mercado joga a favor das energias renováveis, com a reforma do regime de comércio de licenças de emissão de CO₂ na Europa (EU ETS), os progressos, não obstante as dificuldades, que podem conduzir a um novo Clean Power Plan nos EUA, mas, sobretudo, pelos compromissos surgidos do COP21 realizado em Paris.

As reformas estruturais do regime de comércio de licenças de emissão na Europa ou o Clean Power Plan nos EUA são medidas que irão promover a descontinuação das fontes mais contaminantes, para as quais se está a fixar um preço mais justo pelas suas emissões ou a planear diretamente a sua descontinuação.

No entanto, foi no âmbito da reunião do COP21 realizada em Paris que se alcançou um compromisso mais sólido, com um total de 195 países a formalizar um acordo vinculativo para limitar as alterações climáticas, não permitindo que o aumento da temperatura resultante das alterações climáticas atinja os 2º C, limite conhecido por causar os efeitos mais negativos. Através de compromissos individuais, os países comprometeram-se a reduzir significativamente as suas emissões, com um horizonte a 2025 ou 2030 e com mecanismos de revisão que possam aumentar periodicamente a ambição destes compromissos.

CABE MENCIONAR QUE O SECTOR ENERGÉTICO É RESPONSÁVEL POR MAIS DE UM TERÇO DAS EMISSÕES E QUE AS ENERGIAS RENOVÁVEIS SÃO UMA FORMA RÁPIDA E SEGURA DE DESCARBONIZAR A NOSSA ECONOMIA

Concretamente, a energia eólica onshore permite reduzir a dependência de fontes fósseis, aproveitando um recurso endógeno com uma tecnologia que é intensiva em termos do capital humano necessário.

ALÉM DE SE TRATAR DE UMA FONTE SUSTENTÁVEL, A ENERGIA EÓLICA ONSHORE É UMA TECNOLOGIA ECONOMICAMENTE ATRATIVA, QUE SE REVELA COMPETITIVA EM RELAÇÃO A QUALQUER OUTRA.

A descida do preço das turbinas, em cerca de um terço nos últimos seis anos, levou a que esta seja a tecnologia mais barata em muitas regiões do mundo. Os custos da energia solar fotovoltaica também diminuíram significativamente nos últimos anos o que levou algumas das maiores regiões do mundo a apostar nas energias renováveis.

Neste contexto, reforça-se a vantagem competitiva que uma empresa como a EDPR tem, uma vez que a consciencialização ambiental aumenta o valor de uma das características inerentes da nossa energia: o respeito pelo ambiente.

Porém, para aproveitar novas oportunidades em energias renováveis, que o combate contra as alterações climáticas dos diferentes países está a gerar, é necessário estabelecer um contexto mais favorável para desenvolver o nosso negócio.

P4 E ENTÃO, COMO DEVE SER O AMBIENTE REGULATÓRIO PARA QUE ESTAS NOVAS PERSPETIVAS SE TRADUZAM EM OPORTUNIDADES PARA A EDPR?

R4: Como tive ocasião de referir na entrevista de 2014, as empresas necessitam de um ambiente regulatório estável e de visibilidade sobre o futuro para poderem desenvolver o negócio num contexto de risco controlado.

Este ano, o governo americano deu um grande passo em frente, ao prorrogar a legislação relativa aos PTCs por um período de mais 5 anos, com um phase-out progressivo, em linha com o que empresas como a nossa desejavam para poder planear o seu crescimento com total visibilidade. Nos EUA, esta extensão, representa um compromisso político significativo, tendo sido aprovada pelas duas câmaras onde existe até uma maioria republicana. O facto de se incluir um phase-out progressivo prova que estas tecnologias são cada vez mais competitivas e que a tendência irá manter-se nos próximos anos. A tecnologia eólica em instalações novas é a mais competitiva quando se mede de forma normalizada os custos das diferentes fontes de geração de eletricidade.

Outro mercado onde temos uma forte presença é o mercado espanhol, que voltou a impulsionar as energias renováveis através de um novo leilão, que após um longo período de inatividade foi, como já esperávamos, muito concorrido e competitivo. À EDPR foram atribuídos 93MW constituídos por projetos com recurso eólico muito elevado, licenças asseguradas e algum investimento já realizado. Apesar do carácter excepcional deste leilão que, pelo contexto muito particular e pela sua forte concorrência apenas elegeu projetos de elevada qualidade, é ainda assim um sinal revelador da necessidade dos países continuarem a promover a tecnologia renovável e a evolução da eólica onshore, como fator de competitividade.

É esta a razão pela qual continuamos a acreditar que o sector vai apostar cada vez mais num modelo baseado em leilões, que proporciona uma visibilidade a longo prazo para as empresas e um perfil de baixo risco para os investidores. Este é o caso de Brasil, onde este ano conseguimos garantir em leilão 140 MW para serem concretizados no ciclo seguinte ao plano de negócios atual.

P5 AGORA QUE JÁ ATINGIMOS A METADE DO PLANO DE NEGÓCIOS 2014-17, EM QUE SITUAÇÃO SE ENCONTRA A EMPRESA? A EDPR ESTÁ NUMA POSIÇÃO QUE LHE PERMITA ATINGIR OS SEUS OBJETIVOS?

R5: Até hoje, a EDPR estabeleceu bases sólidas para alcançar, e mesmo exceder, os objetivos definidos para 2014-2017, seguindo um roteiro baseado no crescimento seletivo, investindo em projetos de qualidade com fluxos de caixa futuros previsíveis com uma execução efetiva, comprovada por competências estratégicas que aportam uma superior rentabilidade, dentro de um modelo de autofinanciamento com rotação de ativos concebido para gerar e alavancar a criação de valor, respeitando uma rigorosa disciplina financeira.

Sob o ponto de vista do crescimento, a EDPR entregou já 1,1 GW em dois anos, ultrapassando assim os 500 MW por ano assumidos no nosso plano de negócios. Além disso, temos já total visibilidade sobre o crescimento até 2017 e estamos a assegurar oportunidades de crescimento para além de 2017, como é o caso do leilão do Brasil que mencionei, ou a oportunidade em Portugal com a aquisição das licenças da Vestinveste, correspondentes a 216 MW da capacidade eólica, prevendo-se que possa iniciar operação durante o ano de 2018.

Quanto ao nosso modelo de autofinanciamento, em apenas dois anos já superámos o objetivo que definimos para a rotação de ativos. Formalizámos transações no valor de 800 milhões de euros, 100 milhões mais do que o objetivo definido para os 4 anos, conseguindo cristalizar o valor criado nos nossos parques e antecipar e acelerar o seu reinvestimento. Além disso, desde 2013, a EDPR executou PPAs para uma capacidade de 1,8 GW, proporcionando plena visibilidade sobre o seu objetivo de crescimento nos EUA para o período de 2014-17, e reforçando também a visibilidade sobre o retorno da base já instalada de ativos, com a assinatura de novos PPAs para uma capacidade de 275 MW em parques já em operação.

E, nesse sentido, todos os nossos novos investimentos e a nossa base de ativos de qualidade, voltaram a superar em 2015 o nosso objetivo em termos de disponibilidade técnica com controlo de custos. Os nossos novos programas para a manutenção da frota estão a gerar maiores resultados, fruto da migração para uma gestão modular da manutenção com a nossa iniciativa M3 e, em outros casos, fazendo a internalização integral de todas as atividades de operação e manutenção nos EUA por meio da nossa iniciativa de Self-Perform, sob a qual este ano alargámos, a partir do êxito do programa piloto iniciado em 2014, a vários outros dos nossos parques com contratos de manutenção entretanto a expirar.

Tudo isto está a produzir resultados em termos de crescimento anual dos resultados operativos, sem esquecer o nosso compromisso com a sustentabilidade. No âmbito deste plano de negócios 2014-17, definiu-se também um roteiro de sustentabilidade, que acompanhamos de perto e que está a ajudar-nos a apoiar o nosso modelo de negócio baseado numa energia limpa, respeitadora do ambiente, para continuarmos sendo uma empresa de referência em sustentabilidade como ambicionamos.

P6 QUAIS AS CARACTERÍSTICAS QUE ENALTECEM O ESPÍRITO DE SUSTENTABILIDADE DA EDPR, PARA ALÉM DA NATUREZA VERDE DO SEU NEGÓCIO?

R6: Em primeiro lugar, a nossa principal preocupação ao definir a nossa estratégia de sustentabilidade centra-se no colaborador. É o nosso maior ativo e este ano ultrapassámos a barreira dos 1.000 colaboradores, que se encontram dispersos por 12 países e representam 28 nacionalidades. É por esta razão que nos preocupamos com o seu desenvolvimento, disponibilizando programas de formação e novas oportunidades, que permita a companhia enfrentar os seus desafios futuros. Depois de vários anos de prossecução deste objetivo, já estamos a colher os resultados da mobilidade geográfica e funcional que nos permite cobrir as necessidades originadas pelo desenvolvimento dos negócios, com colaboradores completamente alinhados com a cultura da empresa, sob um plano de carreira desafiante e motivador. É importante destacar que todas as novas posições de direção foram este ano preenchidas internamente, o que é um reflexo inequívoco do nosso esforço de promover oportunidades dentro da empresa. Sempre oferecendo benefícios que permitem o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, facto pelo qual fomos reconhecidos como "Best Place to Work", por exemplo em Espanha e na Polónia.

Porém, para além do desenvolvimento profissional dos nossos colaboradores, a nossa prioridade número um é, indiscutivelmente, a sua segurança e a de qualquer pessoa que trabalhe nas nossas instalações. Foi por isso que dotámos mais de 90% da nossa capacidade com um sistema de segurança e saúde certificado de acordo com a norma OHSAS 18001, o que é um selo de garantia de que dispomos dos procedimentos adequados para garantir a segurança dos nossos colaboradores e de todos os prestadores de serviços que trabalham nas nossas instalações. Além disso, este ano aumentámos a sua formação em segurança e saúde e realizámos diversos simulacros para que estejam prevenidos em caso de acidente. É nessa mesma linha que pretendemos também prevenir qualquer impacto no ambiente, com mais de 90% da capacidade instalada certificada segundo a norma ISO 14001, uma certificação que reflete o nosso compromisso com o ambiente, garantindo processos para assegurar a coexistência e o menor impacto ambiental possível da nossa atividade.

Prosseguimos uma cultura de respeito pelo ambiente, que está refletida no código de ética da empresa, que queremos que esteja sempre bem presente no dia-a-dia dos nossos colaboradores. Pretendemos ter bem claro em todos os nossos colaboradores qual o código de ética da Empresa, e por isso, iniciámos em 2015 um novo programa de formação sobre a ética na EDPR.

Além disso, para dar conhecimento da nova política de anticorrupção da empresa, em 2015 também foi dada formação específica nesta matéria.

COM TUDO ISTO, A EDPR MOSTRA QUE A SUSTENTABILIDADE ESTÁ INTEGRADA TANTO NO DIA-A-DIA DA EMPRESA COMO NO PLANO ESTRATÉGICO, E QUE A SUSTENTABILIDADE FAZ PARTE DO ADN DA EDPR.

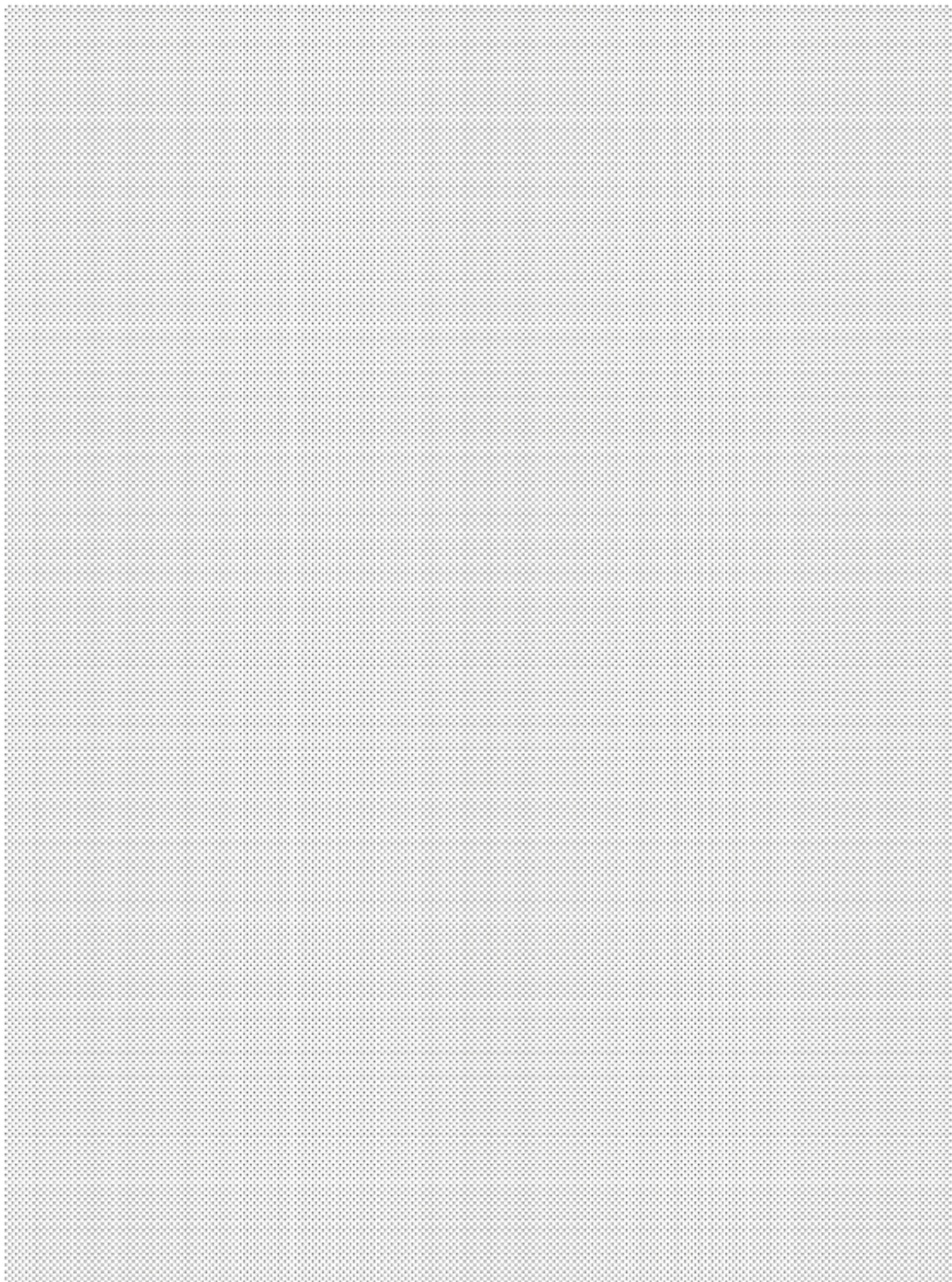
P7 PARA TERMINAR, GOSTARIA DE DEIXAR UMA ÚLTIMA MENSAGEM?

R7: Fechamos o ano de 2015 com progressos significativos, que demonstram bem a nossa capacidade para apresentar resultados. Tendo apenas alcançado o ponto intermédio do nosso plano de negócios em curso, conseguimos já alavancar os nossos objetivos de autofinanciamento e dar visibilidade ao cumprimento do nosso plano até 2017.

Tudo isto só foi possível graças aos nossos colaboradores, que formam uma equipa fortemente comprometida com a missão e os objetivos da Empresa e a quem quero agradecer pela dedicação e esforço no seu trabalho.

Aproveito também a oportunidade para agradecer a todas as partes com quem a Empresa se relaciona, nomeadamente aos proprietários de terrenos e demais membros das comunidades onde estamos presentes, aos membros das administrações locais, regionais e nacionais com quem trabalhamos e a todos os nossos fornecedores, graças aos quais somos capazes de desenvolver e operar uma frota de parques eólicos e solares com os maiores índices de produtividade e qualidade.

E, por último, gostaria agradecer aos nossos acionistas pela confiança que depositaram em nós e por acreditarem na nossa visão da Empresa. Os acionistas têm sido recompensados pelos resultados obtidos, e continuaremos a garanti-lo nos próximos anos, prosseguindo o plano de negócios atual e apresentando o plano de negócios próximo com um horizonte até 2020, que iremos apresentar publicamente no próximo mês de maio.



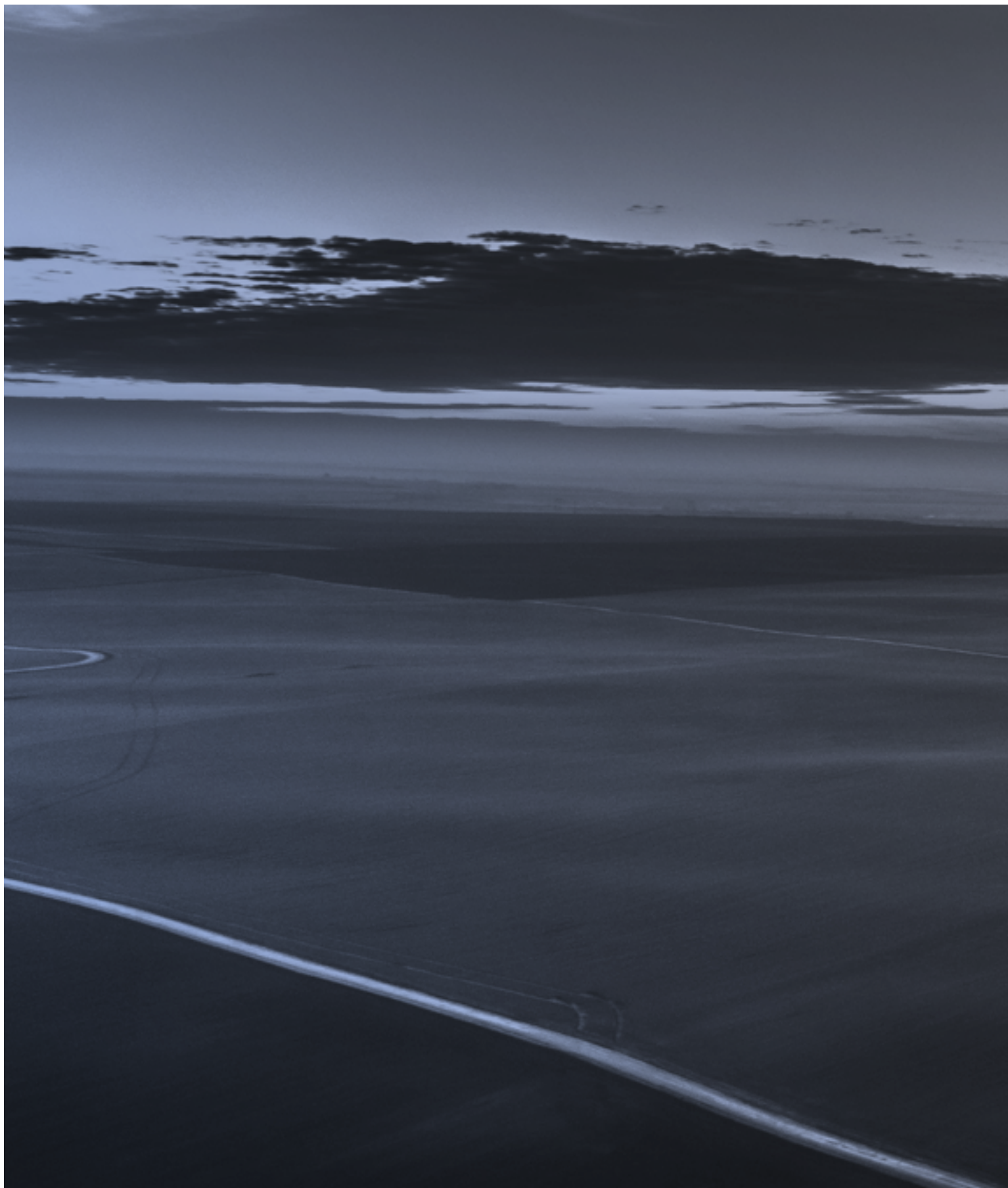
ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

índice

1. A EMPRESA

17	1.1. EDP RENOVÁVEIS EM RESUMO
17	1.1.1. VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS
18	1.1.2. PRESENÇA NO MUNDO
20	1.1.3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO
21	1.1.4. ROTEIRO DE SUSTENTABILIDADE
22	1.1.5. FOCO NOS STAKEHOLDERS
24	1.2. 2015 EM NÚMEROS
24	1.2.1. SUMÁRIO DE MÉTRICAS-CHAVE
26	1.2.1. DESEMPENHO DA AÇÃO
27	1.3. ORGANIZAÇÃO
27	1.3.1. ACIONISTAS
28	1.3.2. MODELO DE GOVERNO
32	1.3.3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Um sopro de vida que se renova

ENERGY WITH INTELLIGENCE

**RELATÓRIO
E CONTAS
2015**

01. A EMPRESA

1.1. EDP RENOVÁVEIS EM RESUMO

1.1.1. VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS

visão

Uma empresa global no setor das energias renováveis, líder em criação de valor, inovação e sustentabilidade.

missão:

Ser uma empresa líder de longo prazo no setor das energias renováveis, procurando obter credibilidade através da estabilidade, da criação de valor, da responsabilidade social, da inovação, e do respeito pelo ambiente.

valores

INICIATIVA

ATRAVÉS DO COMPORTAMENTO
E ATITUDES DOS NOSSOS
COLABORADORES

- . Conciliamos conduta e rigor profissional com entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa
- . Ouvimos os nossos stakeholders e respondemos de forma simples e clara
- . Surpreendemos os nossos stakeholders, antecipando as suas necessidades

CONFIANÇA

DOS ACIONISTAS, COLABORADORES,
CLIENTES, FORNECEDORES
E DEMAIS STAKEHOLDERS

- . Asseguramos uma governação dos negócios participativa, competente e íntegra
- . Acreditamos que o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é fundamental para o sucesso

EXCELÊNCIA

NA FORMA COMO
ATUAMOS

- . Cumprimos os compromissos que assumimos perante os nossos acionistas
- . Colocamo-nos no lugar dos nossos stakeholders, sempre que uma decisão é tomada
- . Promovemos o desenvolvimento de competências e mérito

INOVAÇÃO

COM O OBJETIVO DE CRIAR VALOR
NAS DIVERSAS ÁREAS
EM QUE ATUAMOS

- . Somos líderes devido à nossa capacidade de antecipar e concretizar
- . Evitamos emissões de gases de efeito de estufa com a energia que produzimos
- . Exigimos excelência em tudo o que fazemos

SUSTENTABILIDADE

VISANDO MELHORAR
A QUALIDADE DE VIDA
DAS GERAÇÕES PRESENTES
E FUTURAS

- . Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam do nosso desempenho, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento das regiões onde atuamos

1.1.2. PRESENÇA NO MUNDO

Presente em 12 países



A EDPR produziu
21,4 TWh
evitando a emissão
de 18,7 milhões
de toneladas de CO₂

A EDPR é líder mundial do setor das energias renováveis e está presente em 12 países, na Europa e no continente americano, com uma carteira global de 9,6 GW de capacidade instalada, 344 MW em construção e muito mais em desenvolvimento, empregando mais de 1.000 colaboradores.

EDPR EUROPA

639 colaboradores
(inclui 202 colaboradores em EDPR HOLDING)

ESPANHA
2.371 MW
em operação

PORTUGAL
1.247 MW
em operação

FRANÇA
364 MW
em operação

BÉLGICA
71 MW
em operação

+24 MW
em construção

ROMÉNIA
521 MW
em operação

+430 MW
offshore
em pipeline

REINO UNIDO
1.4 GW (máx)
de energia eólica
offshore em
desenvolvimento

POLÓNIA
468 MW
em operação

ITÁLIA
100 MW
em operação

EDPR AMÉRICA DO NORTE

348 colaboradores

EUA
4.382 MW
em operação

CANADÁ
30 MW
em operação

+755 MW
em pipeline com PPA

MÉXICO
200 MW
em construção

EDPR BRASIL

31 colaboradores

BRASIL
84 MW
em operação

+120 MW
em construção

+237 MW
em pipeline com PPA

1.1.3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

A nossa atividade no setor de energias renováveis inclui, em termos gerais, o desenvolvimento, a construção e a operação totalmente controlada de parques eólicos e centrais solares para gerar e fornecer energia elétrica limpa.



DESENVOLVIMENTO

ESCOLHA DA LOCALIZAÇÃO DO PARQUE

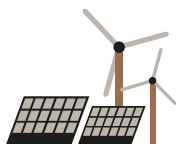
Procurar um local com recurso eólico de topo e analisar a possibilidade de ligação à rede elétrica.

ACORDO COM O PROPRIETÁRIO DO TERRENO

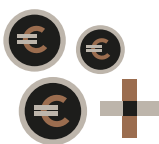
Contatar os proprietários do terreno com vista a negociar um acordo de arrendamento

ANÁLISE DOS RECURSOS RENOVÁVEIS

Instalar torres meteorológicas para estudar o perfil eólico e a radiância solar.



CONSTRUÇÃO



DESENVOLVIMENTO



CONFIGURAÇÃO E ESCOLHA DO EQUIPAMENTO

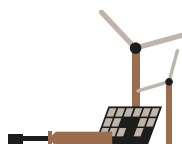
Otimizar a configuração do parque eólico e selecionar o modelo de equipamento mais adequado com base nas características do local.

AVALIAÇÃO DO PROJETO E FINANCIAMENTO

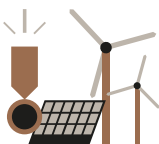
Avaliar os potenciais riscos operacionais e financeiros e encontrar o modelo de financiamento adequado ao projeto.

OBTENÇÃO DE CONSENSOS E LICENÇAS

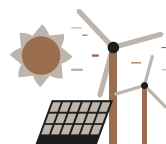
Contatar com as autoridades locais para assegurar a obtenção de licenças ambientais, de construção, exploração e outras.



CONSTRUÇÃO



OPERAÇÃO



CONSTRUÇÃO

Proceder à construção de vias de acesso, preparação de fundações, montagem de geradores de turbinas eólicas/painéis solares e construção de subestações.

CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO

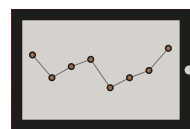
Celebrar as vantagens das energias renováveis com as comunidades e autoridades locais e outras partes interessadas.

OPERAÇÃO DO PARQUE EÓLICO E CENTRAIS SOLARES

Completar conexão à rede e começar a produzir energia renovável.



OPERAÇÃO



GERAR E FORNECER ENERGIA LIMPA

Garantir uma energia melhor, um futuro melhor, um mundo melhor.

MANUTENÇÃO REGULAR

Manter elevados níveis de disponibilidade e minimizar falhas de operação.

ANÁLISE DE DADOS

Monitorizar em tempo real o desempenho do parque e identificar oportunidades de melhoria.

1.1.4. ROTEIRO DE SUSTENTABILIDADE

A EDPR, como empresa de energia renovável, cria grandes expectativas com os seus *stakeholders* a respeito da sustentabilidade. Em resposta a estas expectativas a Empresa permanece comprometida em obter excelência nos três pilares de sustentabilidade – económico, ambiental e social – definindo uma estratégia de boas práticas. No seguimento de uma cultura de melhoria contínua, a EDPR definiu 10 objetivos de Sustentabilidade no contexto do Plano de Negócios 2014-17. Este guia reúne os três pilares de sustentabilidade e divide-os em 10 áreas distintas: 1) Crescimento operacional, 2) Controlo de risco, 3) Criação de Valor Económico, 4) Ambiente, 5) Ciclo de valor, 6) Pessoas, 7) *Governance*, 8) *Stakeholder engagement*, 9) Inovação e 10) Sociedade. Os objetivos definidos permitem medir a performance para ajudar a impulsionar a liderança da Empresa em matéria de criação de valor, inovação e sustentabilidade.

Até hoje, a EDPR executou com sucesso o seu roteiro de sustentabilidade, criando bases sólidas para superar os seus objetivos de 2014-2017.

	GUIA DE SUSTENTABILIDADE (2014-17)	EXECUÇÃO 2015	
Manter a posição de liderança na PRODUÇÃO RENOVÁVEL DE ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade instalada: instalar > 2.000 MW CO₂ evitado: +7% (CAGR vs. 2013) CO₂ emitido / evitado: menor que 1% 	<ul style="list-style-type: none"> +1,1 GW adicionados em 2014-15 CO₂ evitado: +7% (CAGR vs. 2013) CO₂ emitido / evitado 0,2% 	✓
CRIAR VALOR mantendo um PERFIL DE BAIXO RISCO	<ul style="list-style-type: none"> EBITDA: +9% (CAGR vs. 2013) Resultado líquido: +11% (CAGR vs. 2013) OPEX/MW: -2% (CAGR vs. 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> EBITDA: +11% (CAGR vs. 2013) Resultado líquido: +11% (CAGR vs. 2013) OPEX/MW: mais baixos (CAGR vs. 2013) 	✓
Otimizar a GESTÃO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> 100% MW certificados (ISO 14001) 	<ul style="list-style-type: none"> 92% de MW certificados (ISO 14001) 	✓
Manter o conceito de ECONOMIA CIRCULAR na gestão interna de operações	<ul style="list-style-type: none"> Manter rácios de resíduos nocivos e água consumida por GWh em linha com os anos anteriores > 90% de resíduos nocivos recuperados 	<ul style="list-style-type: none"> 32,7 Kg/GWh e 0,51 l/MWh 73% de resíduos nocivos recuperados 	✗
Assegurar elevadas CONDIÇÕES DE SEGURANÇA para colaboradores e contratantes	<ul style="list-style-type: none"> 100% MW certificados (OHSAS 18001) Objetivo de zero acidentes 	<ul style="list-style-type: none"> 93% MW certificados (OHSAS 18001) 	✓
Garantir um PROCESSO DE ÉTICA de alto nível	<ul style="list-style-type: none"> Tolerância zero para comportamentos não éticos 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de comunicações sobre comportamentos não éticos ao Provedor de Ética 	✓
Alargar e harmonizar os mecanismos de consulta periódica de STAKEHOLDERS	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do plano de Stakeholders em 3 regiões 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Stakeholders desenvolvido em Espanha 	✓
Investir na formação de COMPETÊNCIAS de colaboradores e assegurar o compromisso com a sociedade através de VOLUNTARIADO	<ul style="list-style-type: none"> Atividades de formação >80% dos colaboradores Atividades voluntárias >30% dos colaboradores 	<ul style="list-style-type: none"> 99% dos colaboradores receberam formação; 66% dos colaboradores participaram em atividades voluntárias 	✓
Promover a INOVAÇÃO na fase de operação aumentando a eficiência de ativos	<ul style="list-style-type: none"> c. 10 milhões de euros de investimento 	<ul style="list-style-type: none"> 6 milhões de euros de investimento 	✓
Apoio a INICIATIVAS SOCIAIS E EDUCATIVAS através da Fundação EDP	<ul style="list-style-type: none"> c. 500 mil euros investidos por ano 	<ul style="list-style-type: none"> 632 mil euros investidos em 2015 	✓

1.1.5. FOCO NOS STAKEHOLDERS (G4-24, G4-25, G4-26)*

O nosso objetivo é manter um diálogo aberto e transparente com os *stakeholders* para criar e intensificar a confiança, promover a informação e partilhar conhecimentos, antecipar os desafios e identificar as oportunidades de cooperação.

Fazemo-lo através de quatro grandes compromissos orientadores: Compreender, Comunicar, Colaborar e Confiar. Esses compromissos assentam numa política que visa ir mais além do que o simples cumprimento dos requisitos legais, e envolver, verdadeiramente, os nossos diversos grupos *stakeholders*.

COMPREENDER

Incluir, Identificar e Priorizar: Identificamos, de forma dinâmica e sistemática, os *stakeholders* que influenciam e são influenciados pela Empresa, e procedemos à sua análise para tentar compreender as suas expectativas e interesses face às decisões com impacto direto sobre si.

COLABORAR

Integrar, Partilhar, Cooperar, Documentar: Procuramos colaborar com os *stakeholders* para construir parcerias estratégicas que permitam reunir e partilhar conhecimento, capacidades e ferramentas, promovendo, assim, a criação de valor partilhado, de forma diferenciadora.

COMUNICAR

Informar, Ouvir e Responder: Estamos empenhados em promover o diálogo bilateral com os *stakeholders* através de iniciativas de informação e consulta. Ouvimos, informamos e respondemos aos *stakeholders* de forma consistente, clara, rigorosa e transparente, com o objetivo de criar relações sólidas, duradouras e próximas.

CONFIAR

Transparência, Integridade, Respeito, Ética: Consideramos que a promoção de um clima de confiança com as partes interessadas é crucial para estabelecer relações estáveis a longo prazo. A nossa relação com as partes interessadas assenta em valores como a transparência, integridade e respeito mútuo.

Quem são os *stakeholders* da EDPR? Todas as pessoas ou entidades que influenciam ou são influenciadas pelas nossas atividades. Podem ser categorizadas em quatro segmentos: Democracia, Cadeia de Valor, Mercado, e Contexto Social e Territorial.

A imagem seguinte apresenta uma lista dos diferentes grupos de *stakeholders*, tomando Espanha como exemplo:



* Global Reporting Initiative (GRI) Etiquetas Divulgação. Para saber mais sobre as Directivas da GRI, visite www.globalreporting.org.

EM ESPANHA A MAIORIA DOS STAKEHOLDERS DA EDPR PONTUAM ALTO O DESEMPENHO DA EDPR

Em 2015, a EDPR levou a cabo o seu primeiro Inquérito aos *stakeholders* para o mercado espanhol, para apurar a forma de melhorar a comunicação e as relações com eles. O estudo foi realizado durante um período de três meses, registando as opiniões de 12 grupos diferentes de *stakeholders*, incluindo associações, meios de comunicação, universidades, fornecedores, analistas, bancos, investidores, ONGs, câmaras municipais, administrações regionais, proprietários e colaboradores. As informações foram compiladas através de entrevistas realizadas pessoalmente, por telefone, correio e *online*.

Este estudo, tal como um semelhante realizado pelo Grupo EDP, em Portugal, analisou indicadores simples, tais como satisfação, relação, credibilidade, questões relevantes para os *stakeholders*, execução e transparência, entre outros. Mas incluiu também indicadores novos, como por exemplo, o grau de influência na tomada de decisões, bem como a importância das questões para o negócio da EDPR.

A análise do inquérito revelou que a EDPR é reconhecida pelo seu apoio às energias renováveis, segurança na produção de energia e investimentos de qualidade em I&D. Os *stakeholders* referiram ainda como fatores mais importantes a transparência, a fiabilidade e o baixo impacto ambiental.

Os inquéritos aos *stakeholders* ajudam-nos a compreender o que influencia as nossas relações e como podemos melhorá-las. Para implementar o que aprendemos com o inquérito, cada unidade de negócio apresentará regularmente relatórios sobre os seus *stakeholders* mais importantes e o estado das relações com cada grupo. Estamos também a trabalhar no sentido de adotarmos um plano de gestão de partes interessadas, que definirá objetivos executáveis dentro de um prazo estabelecido, a fim de criar valor quer para os *stakeholders*, quer para a EDPR.

COMO PODEMOS MELHORAR AS NOSSAS RELAÇÕES COM OS STAKEHOLDERS E A SUA PERCEÇÃO DE MANEIRA A CRIAR UM IMPACTO POSITIVO NO NEGÓCIO DA EDPR?



Tal como referido, o estudo espanhol segue um inquérito anterior realizado em Portugal para o Grupo EDP. No futuro, tencionamos efetuar estudos semelhantes em todos os mercados da EDPR, em todo o mundo, com o objetivo de obtermos uma visão global das relações da Empresa com os seus *stakeholders* nas diferentes regiões onde está presente.

Inquérito para o mercado espanhol

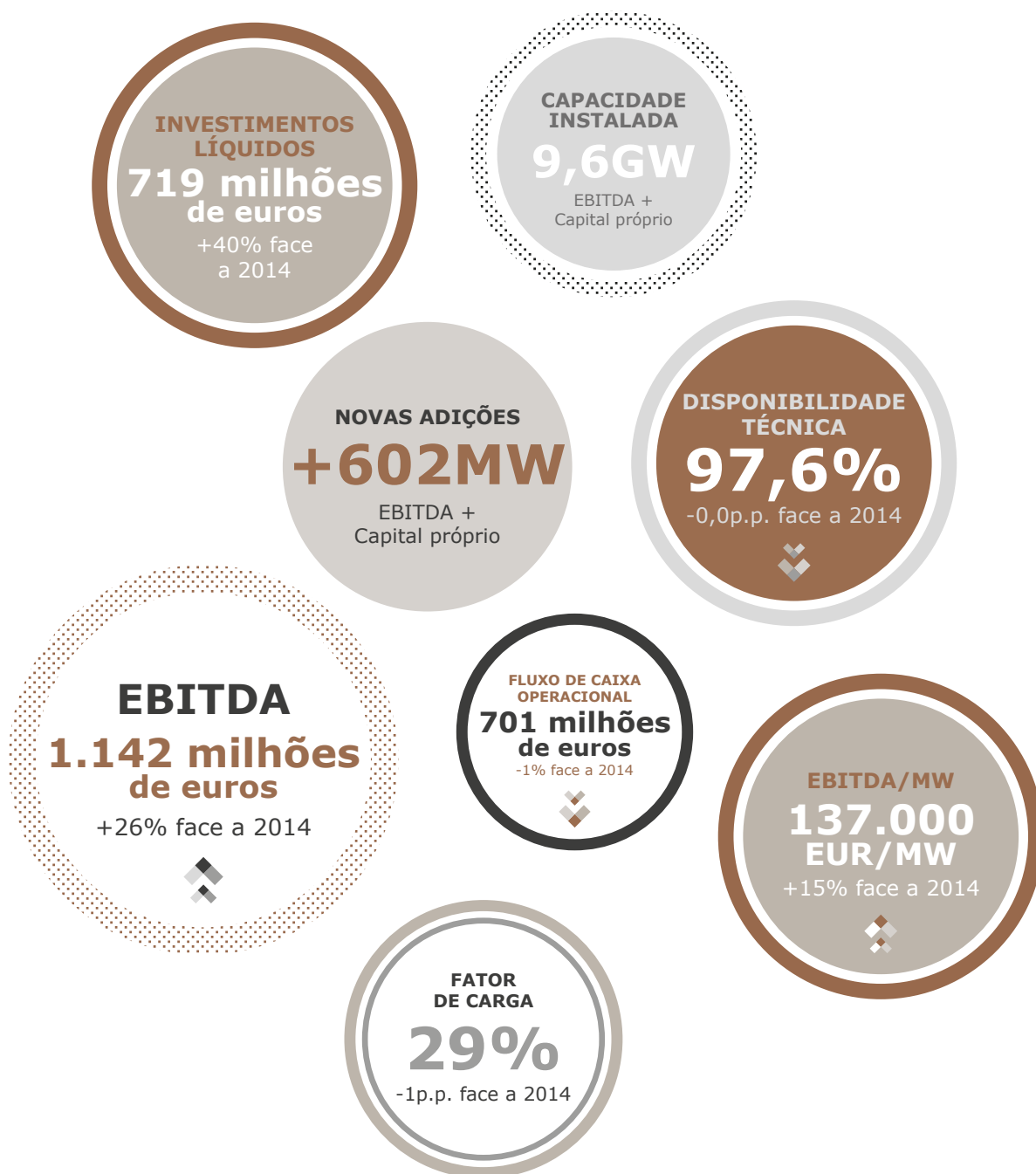
- 2015
- 3 meses
- 12 grupos de stakeholders
- 3000 entrevistas

Melhor Desempenho da EDPR:

- Apoio às energias renováveis
- Segurança na produção de energia
- Qualidade dos investimentos em I&D
- Transparência
- Fiabilidade
- Baixo impacto ambiental

1.2. 2015 EM NÚMEROS

1.2.1. SUMÁRIO DE MÉTRICAS-CHAVE



PRODUÇÃO
21,4 TWh
+8% face a 2014

**EMISSÕES
EVITADAS**
18,7 mt CO₂
+10% face a 2014

1.018
COLABORADORES
+11% face a 2014

FORMAÇÃO
99%
**EMPREGADOS
FORMADOS**
38hrs/colaborador

**RESULTADO
LÍQUIDO**
**167 milhões
de euros**
+32% face a 2014

DÍVIDA LÍQUIDA
**3,700 milhões
de euros**
+13% face a 2014

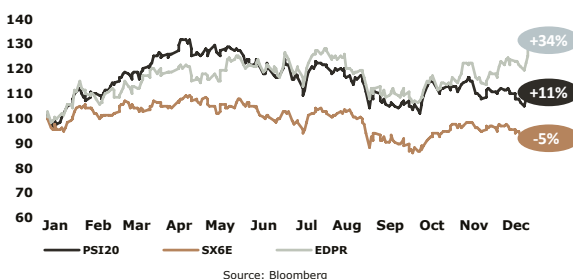
93%
**CAPACIDADE POSSUI
A CERTIFICAÇÃO
OHSAS 18001**

1.2.2. DESEMPENHO DA AÇÃO

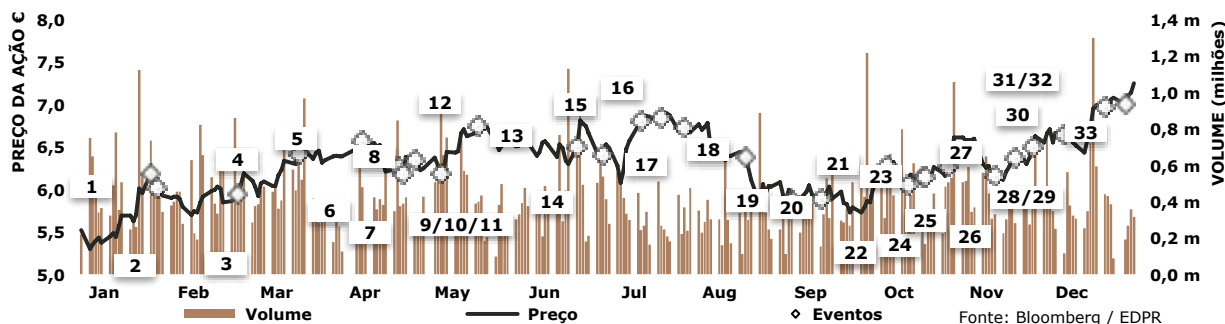
O preço das ações subiu +34% em 2015, com uma performance superior ao PSI20 no índice Euronext na Bolsa de Lisboa e ao Dow Jones Eurostoxx Utilities SX6E

A EDPR possui 872,3 milhões de ações cotadas e admitidas à negociação na Bolsa de Lisboa. A 31 de dezembro de 2015, a capitalização bolsista da EDPR ascendia a 6,3 mil milhões de euros, +34% quando comparado com os 4,7 mil milhões de euros no final do ano precedente, equivalente a 7,25 euros por ação. Em 2015, a rentabilidade total para os acionistas da EDPR foi de 35%, considerando o pagamento, a 8 maio, de 0,04 euros por ação.

INDEXED EDPR SHARE PERFORMANCE VS. PSI20 & SX6E



A EDPR no mercado de capitais	2015	2014	2013	2012	2011
Preço de abertura (€)	5,40	3,86	3,99	4,73	4,34
Preço mínimo (€)	5,30	3,87	3,58	2,31	5,25
Preço máximo (€)	7,25	5,7	4,36	4,86	3,89
Preço de fecho (€)	7,25	5,4	3,86	3,99	4,73
Capitalização bolsista (milhões €)	6 324	4 714	3 368	3 484	4 124
Volume total transacionado: Cotado ou negociado (milhões)	289,22	396,84	448,15	446,02	463,56
... do qual no índice Euronext na Bolsa de Lisboa (milhões)	109,67	149,48	200,29	207,49	232,29
Volume médio diário (milhões)	1,13	1,56	1,76	1,74	1,80
Turnover (milhões €)	1 824,08	1 976,41	1 759,20	1 525,56	2 098,58
Média diária de ações negociadas (milhões €)	7,13	7,75	6,9	5,96	8,17
Rotação do capital (% do total de ações)	33%	46%	51%	51%	54%
Rotação do capital (% do total de ações em circulação)	148%	205%	229%	228%	239%
Evolução da cotação	+34%	+40%	-3%	-16%	+9%
Rentabilidade total para os acionistas	+35%	+41%	-2%	-16%	+9%
PSI 20	+11%	-27%	+16%	+3%	-28%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	-5%	+12%	+9%	-9%	-25%



- | | | |
|--|--|---|
| 1 A EDPR executa operação de <i>project finance</i> para 120 MW no Brasil, 26-jan. | 12 A EDPR anuncia a venda de participações minoritárias à CTG (Brasil), 19-mai. | 23 A EDPR informa sobre o acordo com a CTG relativo a projetos offshore no Reino Unido, 19-out. |
| 2 A EDPR divulga os dados operacionais de 2014, 28-jan. | 13 A EDP informa sobre um programa de rotação de ativos complementar, 22-jun. | 24 A EDPR anuncia uma nova estrutura de parceria institucional para 199 MW nos EUA, 20-out. |
| 3 A EDPR divulga os resultados financeiros de 2014, 25-fev. | 14 A EDPR executa uma nova estrutura de parceria institucional para 99 MW nos EUA, 1-jul. | 25 A EDPR divulga os resultados relativos a 3 trimestres de 2015, 28-out. |
| 4 A EDPR executa nova transação de rotação de ativos nos EUA, 18-mar. | 15 A EDPR divulga os dados operacionais relativos ao 1S2015, 14-jul. | 26 A EDPR informa sobre obtenção de contrato para 140 MW, em leilão brasileiro, 13-nov. |
| 5 A EDPR informa sobre as resoluções da Reunião Anual de Acionistas, 9-abr. | 16 A EDPR informa sobre projetos de energia eólica offshore no Reino Unido, 21-jul. | 27 EDP informa sobre novo PPA nos EUA, 20-nov. |
| 6 A EDPR divulga os dados operacionais do 1T2015, 21-abr. | 17 A EDPR divulga os resultados financeiros do 1S2015, 29-jul. | 28 A EDPR informa sobre o alvo de rotação de ativos 2014-17 e nova transação de rotação de ativos 26-nov. |
| 7 A EDPR anuncia pagamento de dividendos de €0,04 (8-mai), 23-abr. | 18 A EDPR informa sobre determinados ativos ENEOP, 19-ago. | 29 A EDPR executa uma nova estrutura de parceria institucional para 100 MW nos EUA, 26-nov. |
| 8 A EDPR adquire à EDP Brasil 45% da empresa, 27-abr. | 19 A EDPR informa sobre notícias respeitantes ao seu programa de rotação de ativos, 4-set. | 30 A EDPR informa sobre PPA para parques eólicos com 100 MW nos EUA, 7-dez. |
| 9 A EDPR informa sobre alterações nos seus órgãos sociais, 6-mai. | 20 A EDPR informa sobre o seu programa de rotação de ativos, 14-set. | 31 A EDPR informa sobre incentivos fiscais relacionados com a energia eólica nos EUA, 21-dez. |
| 10 A EDPR altera representação nas relações com o mercado, 6-mai. | 21 A EDPR informa sobre o acordo de aquisição de licenças para 216 MW em Portugal, 7-out. | 32 A EDPR informa sobre a aquisição à EDP Brasil de 45% da EDP Renováveis Brasil, 21-dez. |
| 11 A EDPR divulga os resultados do 1T2015, 6-mai. | 22 A EDPR divulga os dados operacionais para 3 trimestres de 2015, 14-out. | 33 A EDPR executa a venda de participações minoritárias na Polónia e em Itália, 28-dez. |

1.3 ORGANIZAÇÃO

1.3.1. ACIONISTAS

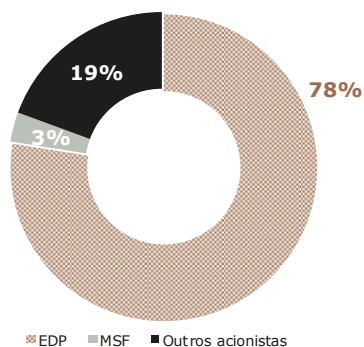
Os acionistas da EDPR encontram-se em 23 países

diferentes. A EDP (“Energias de Portugal”) é o maior

acionista, com 77,5% do capital desde o lançamento

da oferta pública inicial da empresa, em junho de 2008.

ACIONISTAS EDPR



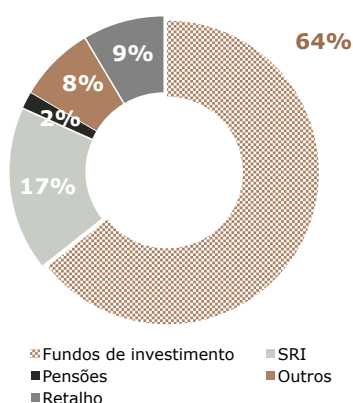
O capital social da EDPR é, desde a sua oferta pública inicial, em junho de 2008, composto por 872.308.162 ações emitidas e integralmente realizadas, com um valor nominal de 5,00 EUR. Todas estas ações integram uma única classe e série e encontram-se admitidas à cotação na Bolsa de Lisboa.

GRUPO EDP COMO PRINCIPAL ACIONISTA

O Grupo EDP detém a maioria do capital social, possuindo 77,5% do capital social e do direito de voto, desde o lançamento da oferta pública inicial em junho de 2008.

O Grupo EDP (“Energias de Portugal”) é uma empresa do setor energético verticalmente integrada, sendo o maior gerador, distribuidor e fornecedor de eletricidade em Portugal, com operações significativas nos setores de gás e eletricidade em Espanha e o quarto maior grupo privado de produção elétrica no Brasil, através da sua participação na Energias do Brasil. Na Península Ibérica, a EDP é o terceiro maior gerador de eletricidade e um dos maiores distribuidores de gás. Tem uma presença relevante no panorama energético, estando presente em 14 países, com mais de 10 milhões de clientes de eletricidade e 1,2 milhões de pontos de abastecimento de gás e quase 12.000 colaboradores em todo o mundo. Em 2015, a EDP dispunha de uma capacidade instalada de 24,3 GW, gerando 63,7 TWh, dos quais 34% de energia eólica. A EDP foi reconhecida como líder mundial do Índice Dow Jones de Sustentabilidade no Setor de Serviços nos anos de 2013 e de 2014, e membro do DJSI World durante os últimos 8 anos, acompanhando o desempenho do grupo nas vertentes económica, social e ambiental. A holding, a EDP SA, é uma empresa cotada em bolsa cujas ações ordinárias são transacionadas na NYSE Euronext Lisboa desde a sua privatização em 1997.

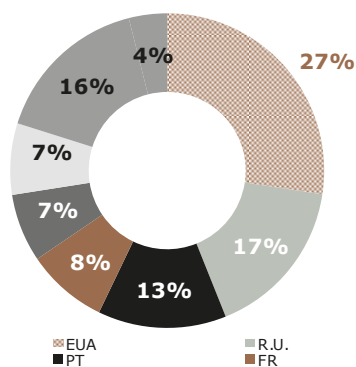
ACIONISTA (EX-EDP) POR TIPO



OUTROS ACIONISTAS QUALIFICADOS

Para além do Grupo EDP como acionista qualificado, a MFS Investment Management – uma empresa americana gestora de investimentos globais anteriormente designada Massachusetts Financial Services – comunicou à CNMV, em setembro de 2013, uma posição qualificada indireta, como instituição coletiva de investimento, de 3,1% no capital social da EDPR e correspondente direito de voto.

ACIONISTA (EX-EDP) POR PAÍS



VASTA BASE DE INVESTIDORES

A EDPR conta com uma vasta base de investidores internacionais. Excluindo o Grupo EDP, os acionistas da EDPR incluem mais de 72.000 investidores institucionais e privados em todo o mundo. Os investidores institucionais representam cerca de 91% da base de investidores da EDPR (ex-Grupo EDP), enquanto os remanescentes 9% são investidores privados, na sua maioria residentes em Portugal.

Entre os investidores institucionais, os fundos de investimento são o maior tipo de investidores, seguidos pelos fundos sustentáveis e responsáveis (SRI). A EDPR faz parte de vários índices financeiros que agregam as empresas com melhor desempenho a nível de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

ACIONISTAS A NÍVEL MUNDIAL

Os acionistas da EDPR estão dispersos por 23 países, sendo os EUA o país mais representativo, correspondendo a 27% da base de acionistas da EDPR (ex-Grupo EDP), seguido do Reino Unido, Portugal, França, Austrália e Noruega. No Resto da Europa os países mais representativos são os Países Baixos, Espanha e a Suíça.

1.3.2. MODELO DE GOVERNO

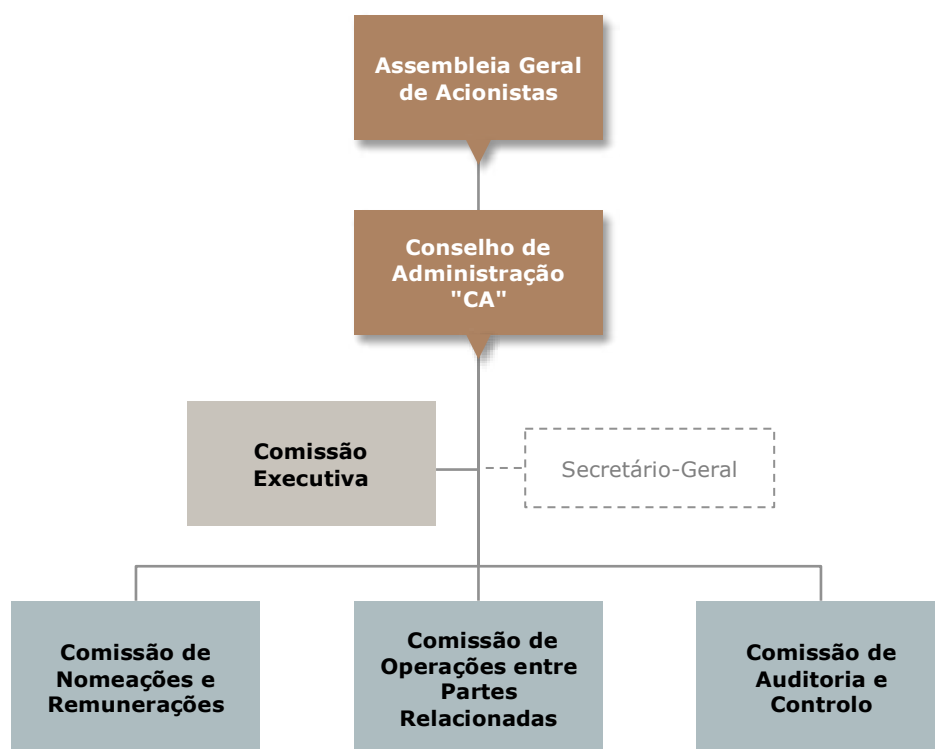
O governo corporativo assenta na promoção da equidade corporativa, transparência e responsabilidade. A estrutura de governo corporativo da EDPR especifica os direitos e deveres dos acionistas, Conselho de Administração, diretores e outras partes interessadas e explicita as regras e procedimentos para tomada de decisões sobre assuntos corporativos. Também inclui a resposta estratégica da organização relativamente a gestão de riscos.

O modelo de governo corporativo da EDPR foi concebido de forma a garantir transparência e responsabilidade através da clara separação entre funções de gestão e supervisão das atividades da empresa.

A estrutura de governo corporativo adotada é aquela que vigora em Espanha. É composta por uma Assembleia Geral de Acionistas e um Conselho de Administração que representa e administra a empresa. Como estipulado por lei e estabelecido nos estatutos da Empresa, o Conselho de Administração criou quatro comissões especializadas: Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Controlo, Comissão de Nomeações e Remunerações e Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Esta estrutura de governo e a sua composição foram adotadas com o objetivo de se adaptar também à legislação Portuguesa, sendo compatível com a legislação Espanhola, visando corresponder ao designado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais Português, em que o órgão de gestão é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma entidade independente, uma Comissão de Supervisão.

O modelo da EDPR procura, assim, tornar compatíveis dois sistemas legislativos diferentes, através de uma Comissão de Nomeações e Remunerações, e de uma Comissão de Auditoria e Controlo composta por membros independentes, apesar de não exclusivamente separada do Conselho de Administração ("CA").



ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

A Assembleia Geral de Acionistas é o órgão onde os acionistas participam, tendo o poder de deliberar e tomar decisões, por maioria, sobre matérias reservadas por lei ou pelos estatutos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



António Mexia
Presidente



Emilio García-Conde
Secretário-Geral



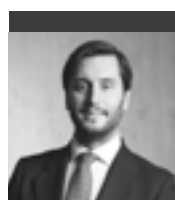
João Manso Neto
Vice-Presidente e CEO



Miguel Dias Amaro
CFO



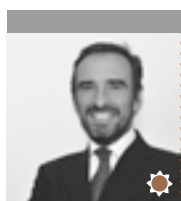
João Paulo Costeira
COO Europa & Brasil



Gabriel Alonso
COO América do Norte



Nuno Alves



João Lopes Raimundo



Jorge Santos
Presidente



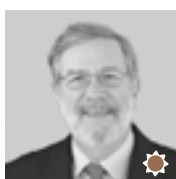
João de Mello Franco
Presidente



José Ferreira Machado
Presidente



Manuel Menéndez



Allan J. Katz



António Nogueira Leite



Francisca Guedes de Oliveira



Gilles August



Acácio Piloto

■ Comissão Executiva

■ Comissão de Nomeações e Remunerações

■ Comissão de Auditoria e Controlo

■ Comissão de Operações entre Partes Relacionadas

☼ Membro Independente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da EDPR deve ser composto por um mínimo de 5 e um máximo de 17 Administradores, incluindo um Presidente. Atualmente é composto por 16 membros, dos quais 9 são independentes. Os membros do CA são eleitos por um período de 3 anos e podem ser reeleitos por iguais períodos.

O CA da EDPR está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da Empresa, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral nos termos dos estatutos ou da legislação aplicável. Os seus membros devem reunir-se pelo menos 4 vezes por ano, de preferência uma vez por trimestre. No entanto, o Presidente, por sua iniciativa ou de qualquer dos 3 dos seus Diretores, pode convocar uma reunião, sempre que julgar necessário para os interesses da Empresa.

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva (CE) da EDPR é constituída por 5 membros, incluindo um Chief Executive Officer (CEO). O CEO coordena a implementação das decisões do CA e as funções de gestão corporativa geral, atribuindo-as parcialmente a outros executivos, nomeadamente ao Diretor Financeiro (CFO), ao Diretor de Operações da Europa e do Brasil (COO EU & BR) e ao Diretor de Operações da América do Norte (COO NA).

O Diretor Financeiro propõe e assegura a implementação da política de gestão financeira, incluindo negociação financeira, gestão e controlo, otimização da gestão de tesouraria e proposta de política de gestão de risco financeiro; também coordena e prepara o plano de atividades e o orçamento, gere a preparação das demonstrações financeiras, analisa o desempenho operacional e financeiro, e coordena a função de aquisições e as relações com os principais fornecedores, assegurando a implementação da estratégia e da política de aquisições.

O Diretor de Operações da Europa e do Brasil e o Diretor de Operações da América do Norte coordenam as suas plataformas através do desenvolvimento, elaboração e implementação do plano estratégico para o negócio das energias renováveis nas suas respetivas plataformas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CA; são ainda responsáveis pelo planeamento, organização e gestão dos recursos, controlo, avaliação e melhoria da gestão dos projetos e das empresas subsidiárias para alcançar os resultados esperados para que a EDPR seja líder no setor das energias renováveis nas suas respetivas plataformas.

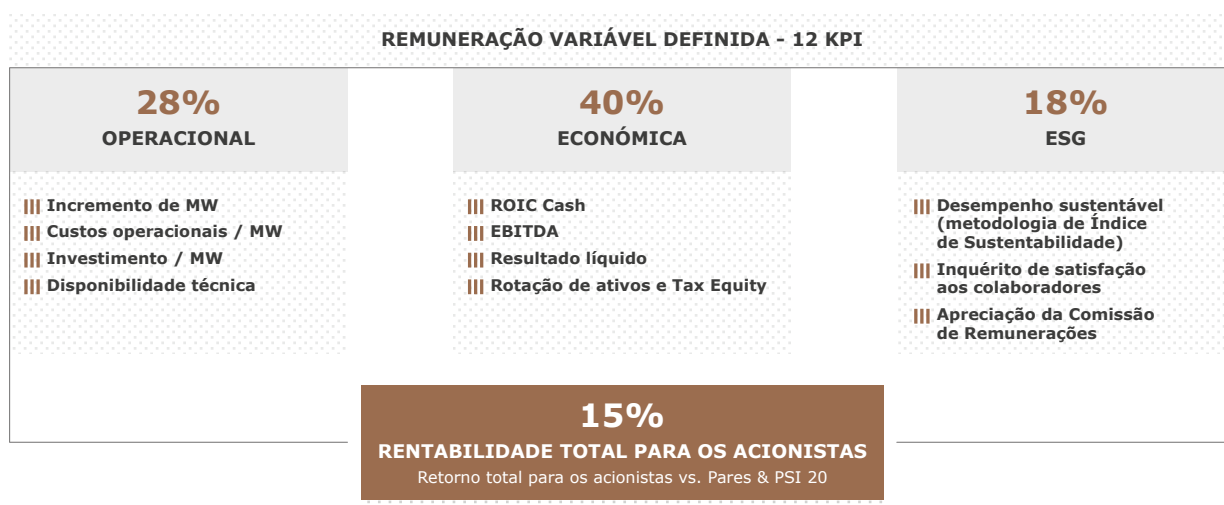
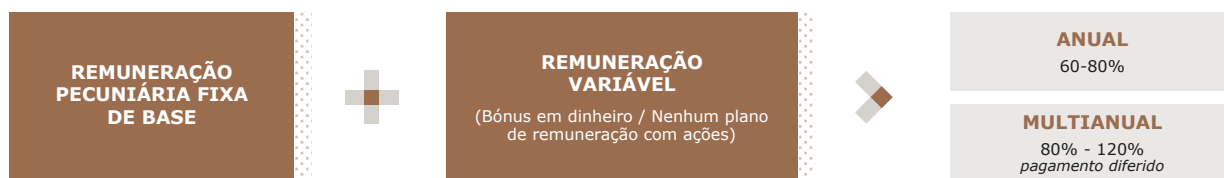
COMISSÕES DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES, OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS E AUDITORIA E CONTROLO

Para além da CE acima referida, o modelo de governo da EDPR contempla órgãos permanentes com funções informativas e de consultadoria independentes do CA, tais como:



POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

O modelo de governo da EDPR é reforçado por uma estrutura de incentivos com remuneração transparente através de um sistema variável com base nos principais indicadores de desempenho.

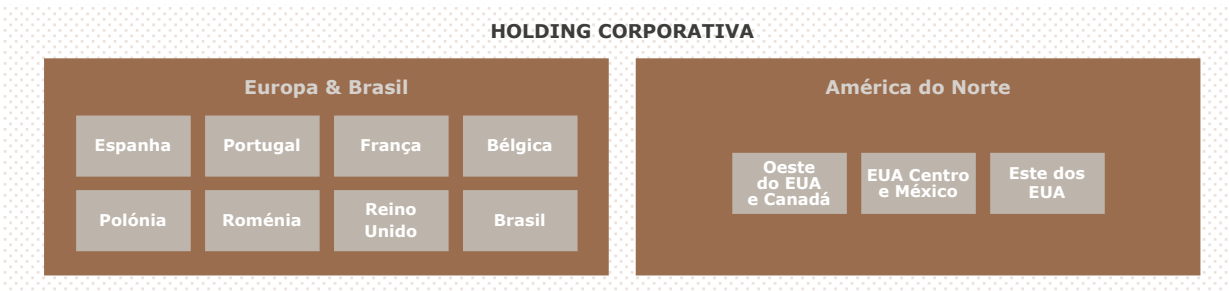


Informação mais detalhada sobre as responsabilidades e funções dos diferentes órgãos sociais, bem como sobre a atividade de 2015, disponível na secção Governo Corporativo, no final do presente relatório. Estatutos e regulamentos atualizados disponíveis em www.edprenovaveis.com.

1.3.3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A estrutura organizativa definida tem por objetivo assegurar simultaneamente a gestão estratégica da empresa e o funcionamento transversal de todas as unidades de negócio, garantindo o seu alinhamento com a estratégia definida, otimizando os processos de apoio e a criação de sinergias.

A estrutura organizativa da EDPR encontra-se dividida em três elementos fundamentais: um centro corporativo na Holding e duas plataformas que agrupam todas as unidades de negócio onde a empresa marca presença.



PRINCÍPIOS DO MODELO ORGANIZATIVO

O modelo definido assenta em vários princípios para assegurar a máxima eficiência e criação de valor.

- **Alinhamento de responsabilidades** Os principais indicadores de desempenho e o âmbito do controlo estão alinhados a todos os níveis, do projeto, do país, da plataforma e da Holding, para garantir o acompanhamento de responsabilidades e aproveitar as complementaridades derivadas de uma visão integral do processo.
- **Apoio ao Cliente** As áreas corporativas atuam como centros de apoio de competência e prestam serviços internos a todas as unidades de negócio para todas as necessidades não específicas de cada área geográfica. As prioridades e as necessidades de negócio são definidas pelos negócios locais e as melhores práticas são definidas e distribuídas pelas unidades corporativas.
- **Organização "lean"** A execução de atividades ao nível da Holding apenas se realiza quando o valor daí derivado é significativo, de forma coerente com o papel definido para a EDPR enquanto Holding.
- **Estilo de decisão coletiva** Assegura um adequado balanceamento dinâmico para garantir diferentes perspetivas em todas as funções.
- **Claro e transparente** Os modelos das plataformas organizativas são propositadamente semelhantes para permitir:
 - Fácil coordenação, tanto ao nível vertical (plataformas da Holding) como horizontal (entre plataformas);
 - Escalabilidade e replicabilidade para assegurar a integração eficiente do crescimento futuro.

PAPEL DA HOLDING EDPR

A Holding EDPR visa a criação de valor, através da divulgação de boas práticas na organização e da uniformização dos processos corporativos nas plataformas e nas unidades de negócio para melhorar a eficiência. O seu modelo de coordenação interna e de interface com o Grupo EDP tem impacto tanto nos processos da Empresa – atividades realizadas, etapas dos processos, contribuições e resultados e mecanismos de tomada de decisões – como na sua estrutura, com o alinhamento de funções e responsabilidades com a configuração de processos.

A estrutura da Holding EDPR foi definida para assegurar duas funções fundamentais: **Gestão Estratégica** e **Operação Transversal**.

A Gestão Estratégica inclui: a) adotar um modelo de coordenação dentro do Grupo, que apoie a Comissão Executiva na definição e controlo das políticas e objetivos estratégicos; b) definir iniciativas estratégicas específicas; c) avaliar o cumprimento do plano de negócios da empresa; d) definir políticas, regras e procedimentos transversais; e) controlar os principais indicadores de desempenho.

A Operação Transversal visa i) assegurar o alinhamento de todas as plataformas com a estratégia definida; ii) capturar sinergias e otimizar os processos de apoio; e iii) concentrar, de forma sistemática e progressiva, as atividades de apoio em unidades de negócio de serviços partilhados no âmbito do Grupo.

INTEGRIDADE E ÉTICA

O comportamento ético é absolutamente essencial para o funcionamento da economia.

A EDPR reconhece a sua importância e complexidade, e está empenhada em abordar a ética e o seu cumprimento. Porém, compete aos colaboradores a responsabilidade de cumprir os deveres éticos.

MODELO DE GOVERNO DA ÉTICA

A ética é a pedra angular da estratégia da EDPR, na medida em que a EDPR tem um Código de Ética e um Regulamento de Combate à Corrupção que, além de definirem os princípios da empresa a adotar, definem também a forma como cada colaborador e qualquer prestador de serviços que trabalhe em nome da EDPR deve comportar-se quando lida com as partes interessadas da Empresa. O Código de Ética tem os seus próprios regulamentos que definem o processo e os canais para reportar quaisquer potenciais incidentes ou dúvidas sobre a aplicação do código. O Provedor de Ética é a entidade que dá apoio a esse canal de comunicação e analisa e apresenta à Comissão de Ética quaisquer eventuais problemas de natureza ética. O código é comunicado e distribuído a todos os colaboradores e partes interessadas e complementado com sessões de formação adaptadas.

COMO APLICAMOS O NOSSO CÓDIGO DE ÉTICA?

O Código de Ética da EDPR aplica-se a todos os colaboradores da empresa, independentemente da posição que ocupam na organização e todos devem cumpri-lo no local de trabalho. Os nossos fornecedores devem estar em sintonia com o espírito do nosso Código de Ética, que se reflete nas nossas políticas de aquisições.

O Provedor de Ética desempenha um papel fundamental em todo o processo de ética. É garante da imparcialidade e objetividade do registo e documentação de todas as queixas de natureza ética que lhe são apresentadas. Acompanha o andamento do processo e assegura que a identidade dos queixosos se mantém em sigilo, entrando em contacto com eles sempre que adequado, até o caso estar encerrado.

<ul style="list-style-type: none"> ■ Identifica uma alegada violação do Código de ética 	Os relatórios de alegadas violações do Código de Ética devem ser submetidos ao Provedor de Ética, com a indicação dos dados pessoais e uma descrição detalhada da situação.
<ul style="list-style-type: none"> ■ O Provedor realiza uma investigação sumária 	O Provedor de Ética confirma primeiro os eventos relatados e apresenta um relatório preliminar à Comissão de Ética.
<ul style="list-style-type: none"> ■ A Comissão de Ética decide se a queixa configura uma violação 	A Comissão de Ética analisa cada situação reportada e decide se deve ser classificada como uma violação do Código de Ética.
<ul style="list-style-type: none"> ■ Quando uma violação é confirmada, a Comissão abre uma investigação 	Ao conduzir uma investigação, a Empresa respeitará a legislação e os seus próprios regulamentos internos. Depois da investigação estar concluída, a Comissão decide se é necessário adotar qualquer medida corretiva ou disciplinar.

Em 2015, não foi comunicada ao Provedor de Ética nenhuma irregularidade na EDPR nem nenhuma irregularidade com impacto significativo na EDPR através do canal de whistleblowing.

PROGRAMA DE ÉTICA

O nosso compromisso com a ética reflete-se no nosso Programa de Ética. Este programa foi inicialmente lançado em 2010 e, de modo a renovar os comportamentos éticos na Empresa e comunicar os aditamentos ao código, foi novamente realizado durante 2015.

O Programa de Ética constitui uma ferramenta importante para avaliar o estado atual e promover a sensibilização sobre esta questão a nível interno. O Programa consiste no lançamento de um guia interpretativo do Código de Ética, na realização de um inquérito para avaliar a forma como a ética é entendida pelos colaboradores da EDPR e também por um programa de formação. Foi lançado em 2015 um programa de formação online piloto, visando transmitir conceitos genéricos a um grupo de colaboradores. Este programa obteve uma excelente resposta, pelo que será alargado aos restantes colaboradores da EDPR durante o ano de 2016.

REGULAMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

No sentido de assegurar o cumprimento do Regulamento de Combate à Corrupção, em todas as regiões geográficas onde a EDPR opera, a Empresa desenvolveu uma Política de Combate à Corrupção que se aplica a todas as empresas do Grupo EDPR, aprovada pelo seu Conselho de Administração em Dezembro de 2014.

Esta Política de Anticorrupção envolve uma série de novos procedimentos relativos às relações dos colaboradores da EDPR com entidades externas, nomeadamente, a aprovação de determinadas ações relativas à hospitalidade de e para partes externas, donativos de beneficência e patrocínios. Esta Política foi implementada no Grupo ao longo de 2015.

RELAÇÕES COM COLABORADORES

A EDPR compromete-se a respeitar a liberdade de associação sindical e reconhecer o direito de negociação coletiva.

Dos 1.018 colaboradores da EDPR, 20% estavam cobertos por acordos coletivos de trabalho. Os acordos coletivos de trabalho aplicam-se a todos os colaboradores que possuam uma relação de trabalho com alguma das empresas do grupo EDPR, independentemente do tipo de contrato, grupo profissional em que estão integrados, ocupação ou emprego. No entanto, algumas questões relativas à própria organização corporativa, às leis de cada país ou mesmo a usos e costumes próprios levam a que certos grupos sejam expressamente excluídos do âmbito dos acordos coletivos de trabalho.

Os acordos de negociação coletiva aplicados na EDPR são geralmente negociados a nível estatal ou regional e a EDPR pode ser mais um dos intervenientes, entre outras empresas líderes do sector, nas negociações com representantes dos trabalhadores e, nalguns casos, representantes governamentais. Em Portugal e no Brasil, a EDP negocia os seus próprios acordos com os trabalhadores e os acordos que se aplicam a todos os que trabalham para as empresas do Grupo, incluindo a EDPR.

Apesar de não desempenhar um papel ativo nas negociações, a EDPR pretende facilitar a divulgação de qualquer atualização desses acordos e organizou sessões de formação para os seus colaboradores para comunicar os resultados dessas negociações.

Nos últimos anos, a EDPR realizou várias análises de referência dos benefícios estabelecidos nos diferentes acordos de negociação coletiva que se aplicam aos nossos trabalhadores e comparou-os com os benefícios oferecidos pela empresa. Em termos globais, a empresa oferece um pacote de benefícios mais competitivo do que o estabelecido no acordo de negociação coletiva.

Em 2015, os representantes da empresa reuniram-se várias vezes com os representantes dos trabalhadores para tratar algumas questões críticas que afetam a EDPR, tais como a saúde e a segurança dos seus colaboradores ou o pagamento do bônus que é efetuado no Brasil. Em França, os representantes da EDPR e representantes de trabalhadores selecionados definiram um roteiro com as medidas a adotar a curto prazo.

No Relatório sobre o Governo Corporativo, encontra-se uma descrição completa do modelo de governação da ética.

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

índice

2. ESTRATÉGIA

39 **2.1. AMBIENTE EMPRESARIAL**

39 2.1.1. A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

41 2.1.2. VANTAGENS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

44 2.1.3. POLÍTICAS DE APOIO

50 **2.2. PLANO DE NEGÓCIOS 2014-17**

51 2.2.1. CRESCIMENTO SELETIVO

53 2.2.2. MAIOR RENTABILIDADE

55 2.2.3. MODELO DE AUTOFINANCIAMENTO

57 **2.3. GESTÃO DE RISCO**



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Reflexo de inteligência

ENERGY WITH INTELLIGENCE

**RELATÓRIO
E CONTAS
2015**

02. ESTRATÉGIA

2.1. AMBIENTE EMPRESARIAL

2.1.1. A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

O mundo enfrenta atualmente decisões fundamentais sobre a energia do futuro. Enquanto a procura global de energia primária deverá crescer mais de 30% nos próximos 20 anos, a necessidade de limitar os gases com efeito de estufa (GEE) para contornar as alterações climáticas é um dos principais desafios deste século. Este desafio e, concretamente, o objetivo de limitar o aquecimento global abaixo de 2 °C, acordado recentemente na COP 21, requer uma mudança urgente no sentido de uma economia de baixo carbono.

O consenso científico é que o sistema climático do planeta está claramente a aquecer, e isto é muito provavelmente atribuível às emissões de GEE derivadas de atividades humanas.

De facto, os cientistas especializados em alterações climáticas observaram que as concentrações de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera aumentaram progressivamente no último século: do nível pré-industrial de aproximadamente 280 ppm (partes por milhão) para 397 ppm em 2014. Isto representa um aumento de cerca de 40%, uma tendência que conduz inevitavelmente a um aumento dos níveis de temperatura devido ao "efeito de estufa" (através do qual os GEE concentram o calor na atmosfera). Manter o aquecimento global abaixo dos 2 °C, por comparação com o valor médio pré-industrial, tem sido normalmente considerado como um meio adequado para travar esta tendência e evitar os piores impactos das alterações climáticas.

/// A evidência científica do aquecimento do sistema climático é inequívoca ///

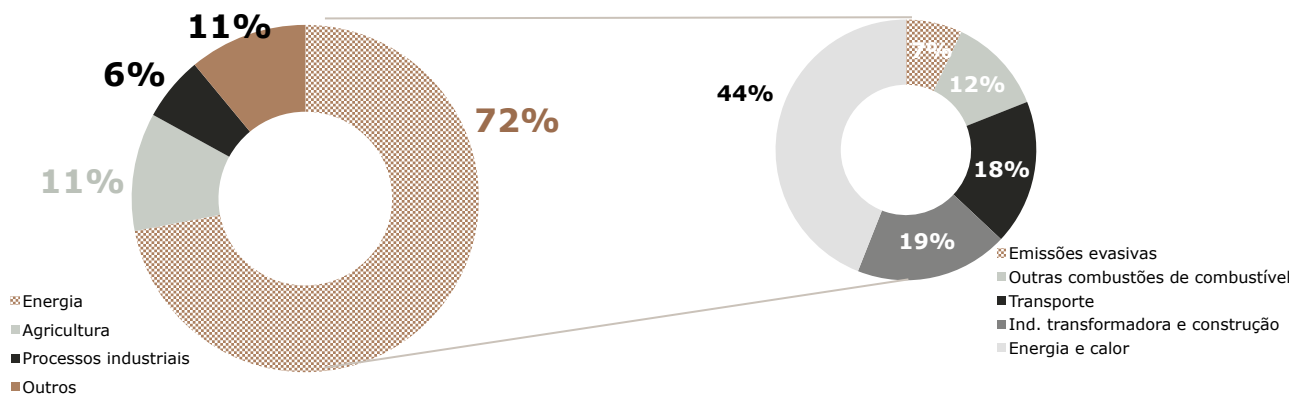
Panel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)

O CONTRIBUTO DA ENERGIA

O setor da energia é responsável por cerca de dois terços das emissões de GEE, sendo o setor de produção de energia o maior emissor de CO₂. Isto sugere que não somos capazes de lutar de forma eficaz contra as alterações climáticas sem uma mudança na forma como produzimos energia, nomeadamente eletricidade. Por conseguinte, um pilar fundamental das estratégias de mitigação é a descarbonização do sector energético, através da utilização de energias renováveis.

No entanto, a utilização atual das energias renováveis, em especial no setor do aquecimento e dos transportes, ainda não é suficiente para atingir as reduções de CO₂ relativas à energia necessárias para manter o aquecimento global abaixo de 2 °C. Contudo, a mudança fundamental no sentido da descarbonização ainda está em curso.

EMISSÕES GLOBAIS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA POR SECTOR



Fonte: World Resource Institute (2015)

ACORDO COP 21 ALCANÇADO EM PARIS

Em dezembro de 2015, a 21.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP 21) chegou a um acordo histórico. Trata-se de um compromisso juridicamente vinculativo, assinado por 195 países, que visa manter o aquecimento global abaixo de 2 °C.

O CAMINHO PARA O ACORDO DE PARIS

O Acordo alcançado em Paris, em 2015, é o resultado de um processo que teve início na Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas (CQNUAC) foi adoptada, reconhecendo a existência de alterações climáticas antropogénicas.

Os países industrializados foram os principais responsáveis por combatê-las, e o Protocolo de Quioto em 1997 estabeleceu, para esses países, objetivos de redução de emissões de GEE vinculativos para o período de 2008-2012, que entraram em vigor em 2005.

Em 2009, os países não prorrogaram o Protocolo de Quioto, mas conseguiram reconhecer o objetivo comum de manter o aumento da temperatura global abaixo de 2° C.

Em 2011, a Plataforma de Durban para o Reforço das Ações ("ADP", Durban Platform for Enhanced Action) foi criada com vista a alcançar um acordo antes de 2015, com força jurídica, aplicável quer nos países desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento, para ser aplicado em 2020.

Nas vésperas da Conferência de Paris, 186 países apresentaram o seu compromisso de lutar contra as alterações climáticas (INDC), incluindo os objetivos de redução dos GEE para 2025-2030.

As INDC apresentadas revelaram que os compromissos implicariam um aquecimento global entre 2,4 °C e 2,7 °C, ou seja, acima do limiar de 2 °C.

ELEMENTOS-CHAVE DO ACORDO DE PARIS

Após um período de quatro anos de negociações, o chamado Acordo de Paris foi finalmente alcançado no final de 2015, com 195 países a concordarem em diminuir as emissões de gases com efeito de estufa, para evitar os piores impactos do aquecimento global. O acordo pode ser considerado como histórico, tendo em conta que alcançou os seguintes fatores fundamentais:

- ❑ **195 países** participaram num acordo que reflete uma abordagem "híbrida", combinando um sistema *top-down* baseado em regras, com um sistema *bottom-up*, baseado em compromissos voluntários para garantir uma certa flexibilidade.
- ❑ **Manter o aquecimento médio abaixo de 2 °C** foi reafirmado como um objetivo comum, devendo algumas partes esforçar-se para o limitar a 1,5 °C.
- ❑ **Atingir o pico de emissões de GEE, logo que possível, e conseguir o "equilíbrio" entre emissões e sumidouros na segunda metade do século.**
- ❑ **Definir os mecanismos para aumentar periodicamente os objetivos**, uma vez que as INDC apresentadas não parecem ser suficientes. Cada país é obrigado a apresentar uma nova Contribuição Determinada a Nível Nacional (NDC) de 5 em 5 anos, sendo cada NDC progressivamente mais ambiciosa do que a anterior. No entanto, as NDC não são vinculativas.
- ❑ **Impor uma obrigação jurídica sobre os países desenvolvidos de financiar os países em desenvolvimento na luta contra as alterações climáticas**, incluindo uma disposição, a implementar antes de 2025, estipulando que os países devem acordar um "novo objetivo quantificado coletivo", a partir do limite de 100 mil milhões de dólares por ano.
- ❑ O Acordo é um tratado ao abrigo do direito internacional, embora nem todas as disposições sejam juridicamente vinculativas.

PRÓXIMAS ETAPAS

O Acordo de Paris estará aberto à assinatura a 22 de abril de 2016 e entrará em vigor no trigésimo dia, depois de, pelo menos, 55 das partes, que representem 55% das emissões globais de gases com efeito de estufa, o terem ratificado. Por conseguinte, a data mais próxima para o Acordo poder entrar em vigor é no fim de maio de 2016, mas é pouco provável que seja fácil, com as partes a precisarem de tempo para pressionar a ratificação pelo seus respetivos governos



Reuters_@CharlesPlatiau.

2.1.2. VANTAGENS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

No atual cenário de descarbonização em que o compromisso é manter o aquecimento global abaixo de +2°C, espera-se que as energias renováveis desempenhem um papel fundamental num dos sectores energéticos que mais contribui para a redução das emissões de gases com efeito de estufa. A energia renovável provou ser uma fonte energética competitiva, com uma forte contribuição para o crescimento do PIB para além de mitigar os impactos potenciais na economia que teriam as alterações climáticas.

A. UMA TRAJETÓRIA IMEDIATA PARA DECARBONIZAR O CONJUNTO DAS ENERGIAS GLOBAIS

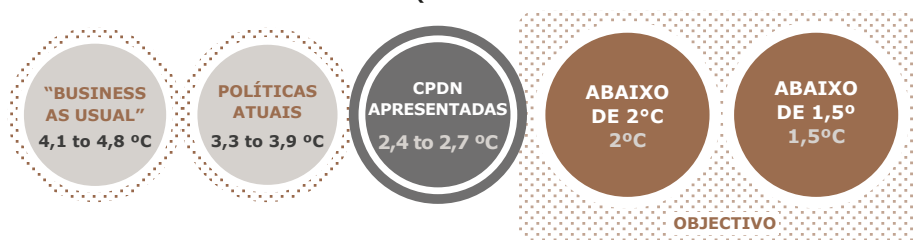
O aumento progressivo das energias renováveis é fundamental para cumprir os objetivos climáticos sem desacelerar o crescimento económico e reduzir o bem-estar. Nos CPDNs apresentados antes da COP 21, prevê-se que o aumento da capacidade energética renovável (incluindo hídrica) passe de 29% em 2013 para 44% em 2040, cerca de 34% da geração.

Contudo, a aplicação integral dos CPDNs apresentados e das políticas de igual força depois de 2030, provavelmente conduzirá a um aquecimento de cerca de 2,4-2,7 °C até 2100.

Para cumprir este cenário-alvo de 2 °C, seria necessário obter um nível de emissões próximo do zero em 2100, enquanto o cenário de 1,5 °C exigiria até um nível negativo de emissões a partir de 2080, o que poderá ser conseguido com tecnologias de remoção de CO₂.

Segundo a "IRENA" (Agência Internacional para as Energias Renováveis), a duplicação da quota das energias renováveis até 2030 poderia proporcionar cerca de metade das reduções de emissões necessárias e, em conjunto com a eficiência energética, manter o aumento médio das temperaturas abaixo de 2 °C, evitando, em última instância, os piores impactos das alterações climáticas. Mais precisamente, a duplicação da quota das energias renováveis até 2030 permitiria reduzir 8,6 Gt de CO₂ relacionado com a energia, todos os anos até 2030.

TEMPERATURAS PREVISTAS AUMENTO⁽¹⁾ IN 2100



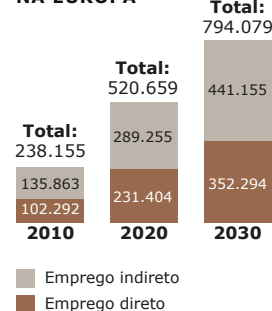
(1) Valores médios obtidos Fonte: Localizador de ações climáticas

B. PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÓMICO E AUMENTAR A SEGURANÇA ENERGÉTICA

Hoje em dia, as tecnologias de energias renováveis não só são consideradas como ferramentas para mitigar as alterações climáticas, como também são cada vez mais reconhecidas como investimentos que podem trazer vantagens económicas diretas e indiretas, mediante a redução da dependência de combustíveis importados (favorecendo, deste modo, as balanças comerciais), melhorando a qualidade do ar e a segurança a nível local, promovendo o acesso à energia e a segurança e estimulando o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

- O **Crescimento do PIB** é uma das contribuições da grande implementação de energias renováveis em todo o mundo, graças ao desenvolvimento de uma nova indústria, que representa uma parte cada vez mais significativa da economia global.
- A **Criação de emprego** foi considerada, por diversos estudos, uma das vantagens das energias renováveis, uma vez que esta indústria foi reconhecida como a mais intensiva em termos de mão-de-obra em comparação com as tecnologias de combustíveis fósseis, que são mais mecanizadas e intensivas em termos de capital. Isto significa que, em média, são criados mais empregos para cada unidade de eletricidade gerada a partir de energias renováveis do que de combustíveis fósseis. Segundo a IRENA, o sector empregou 7,7 milhões de pessoas em 2014, direta ou indiretamente, em todo o mundo (exceto grandes centrais hidroelétricas), um aumento de 18% face a 2013. A energia eólica é responsável por mais de 1 milhão de empregos, 31% deles na Europa.

POTENCIAL DE CRIAÇÃO DE EMPREGO EM PARQUES EÓLICOS NA EUROPA



- **Reduzir a dependência energética dos países** é possível, uma vez que as tecnologias eólica, solar e hídrica utilizam recursos endógenos. Os países aumentam a sua segurança de abastecimento de energia e minimizam a sua exposição a potenciais aumentos dos preços dos combustíveis. Os recursos de combustíveis são escassos e concentrados em algumas regiões, o que explica o seu preço elevado e volátil.
- **Reduzir os preços do mercado grossista** e, deste modo, as faturas da electricidade dos consumidores é possível, na medida em que a geração de energias renováveis vende a sua produção nos mercados grossistas a custo zero dada a ausência de custo marginal nas energias eólica e solar. Os preços de energia são determinados pela interseção entre o fornecimento e a procura de energia, a venda a zero provoca uma deslocação das tecnologias mais caras mudando, conseqüentemente, a curva da oferta. Para um mesmo nível de procura, quando a produção eólica está disponível, o preço de mercado desce (o chamado "efeito da ordem de mérito").

efeito do vento no preço de mercado

"pool" em espanha

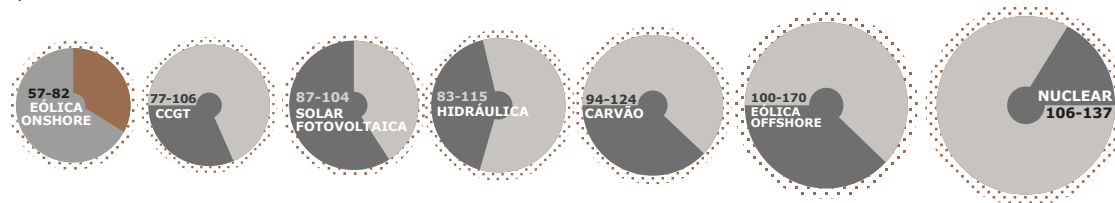
É um facto que a energia eólica reduz o preço da electricidade: quanto mais vento sopra, menor é o preço de mercado "pool" ou grossista, o que beneficia os consumidores e as empresas relativamente às suas faturas de electricidade. Este facto é facilmente visível no mercado espanhol, por exemplo, nas primeiras duas semanas de 2015. Nessa data, o preço médio diário do mercado, que é a base para calcular o período energético, atingiu 55,66 €/MWh, representando um aumento superior a 67% face ao mesmo período do ano anterior. Qual a razão? Baixa geração eólica. De acordo com os dados divulgados pelo operador da rede de transportes (REE) espanhol em 15 de janeiro, a produção de energia eólica foi de 1.494 GWh, ou seja, 50% menos do que nos primeiros dias de 2014.

C. AS ENERGIAS RENOVÁVEIS SÃO VIÁVEIS E ECONOMICAMENTE EFICAZES

A ENERGIA EÓLICA É MAIS ECONÓMICA

€/MWh

Custo nivelado da Energia (LCOE)
Fonte: Análise EDPR



A descida abrupta dos custos das tecnologias de energia renovável está a provocar uma transição, não só possivelmente, como, efetivamente, menos dispendiosa do que a alternativa. Esta é a razão pela qual um número crescente de empresas privadas está a optar pelas energias renováveis para satisfazer as suas necessidades energéticas, incluindo algumas das maiores empresas mundiais, por exemplo, a Apple, Ikea, Amazon, Wal-Mart e Lego.

- A energia eólica *onshore* é a menos dispendiosa em muitas regiões do mundo, principalmente devido à queda dos preços dos aerogeradores (quase um terço nos últimos 6 anos). Por conseguinte, prevê-se que a competitividade aumente e impulsione a sua implementação no futuro. A Bloomberg prevê que a capacidade da energia eólica mundial atinja mais de 2.000 GW em 2040 (em comparação com ~370 GW no final de 2014).
- A energia solar fotovoltaica também registou reduções drásticas de custos, o que impulsionou a sua competitividade. Os preços dos módulos de energia solar fotovoltaica caíram 75% desde 2009, e prevê-se que esta tendência se mantenha. De acordo com a Bloomberg, prevê-se que a energia solar fotovoltaica domine as novas construções em todo o mundo, com quase 5.000 GW da capacidade instalada em 2040 (177 GW no exercício de 2014).

D. OS CUSTOS DE COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS PODEM SER INFERIORES AOS CUSTOS ASSOCIADOS À INAÇÃO

Muitos estudos analisaram também os custos de combate às alterações climáticas e compararam-nos com os custos de "inação" ("*business as usual*"). A maioria dos estudos concorda com o facto de que, se não agirmos agora, os custos e os riscos globais das alterações climáticas seriam muito superiores aos custos das atuais opções de mitigação. A maior parte dos estudos conclui que os potenciais impactos das alterações climáticas sobre os recursos hídricos, a produção de alimentos, a saúde e o ambiente, entre outros, irão provocar perdas importantes para as economias. Em vez disso, os custos de opções de mitigação (principalmente a implementação de energias renováveis) terão um impacto insignificante a nível global.

O Citi realizou um estudo ("*Energy Darwinism II*"), focado, especificamente, no sector energético, que conclui que as despesas energéticas no próximo quarto de século, numa base não descontada, são muito similares num cenário de baixo carbono quando comparadas com as de um cenário "*business as usual*". Mais especificamente, o custo para acompanhar e avaliar o teor de carbono nos próximos 25 anos seria de 190,2 biliões de dólares,

que, mesmo assim, é inferior ao custo num cenário de "inação" (192,0 bilhões de dólares). Isto deve-se à queda rápida dos custos das energias renováveis que, junto com uma menor utilização de combustível decorrente de investimentos em eficiência energética, resulta num consumo de combustível mais baixo a longo prazo.

Por conseguinte, sob uma perspectiva económica, a transição para uma economia de baixo carbono teria efeitos positivos, não só em termos globais, como também no setor da energia.

YES TO WIND POWER

A campanha "Yes to Wind Power" foi lançada em Espanha, no início de 2015, e estender-se-á a outros mercados em 2016, como Polónia, Roménia e Itália.

OBJETIVOS DA CAMPANHA

A campanha "Yes to Wind Power" destina-se a mostrar que a energia renovável é atualmente uma das tecnologias de geração menos dispendiosa do mundo, ultrapassando mesmo as fontes de energia convencionais como o gás e o carvão. Além de salientar as vantagens económicas, a campanha centra-se também na promoção de uma mudança dos combustíveis fósseis convencionais para as energias renováveis, que é uma das maneiras mais eficazes e viáveis de atenuar as alterações climáticas a curto prazo. A escalabilidade da energia eólica, a velocidade de implementação e a redução dos custos irá torná-la a melhor escolha para alcançar a redução das emissões.

O objetivo final da campanha é criar mais defensores das energias renováveis, e aumentar o apoio da sociedade para o desenvolvimento contínuo da energia eólica e outros métodos renováveis de geração de energia.

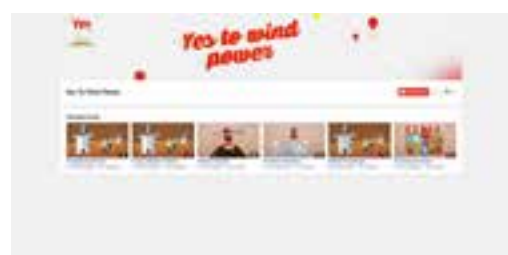
A CAMPANHA NOS MEDIA



Vídeo viral



Website: www.yestowindpower.com



Youtube, Facebook, Twitter



Folheto

Através do "hipster energético", um personagem criado para o público mais jovem, a campanha já chegou a mais de 5 milhões de pessoas, oferecendo dados científicos num formato de fácil leitura e acesso. A EDPR criou um vídeo viral e um site na internet repleto de informações bem documentadas e fiáveis, incluindo artigos e relatórios científicos sobre as vantagens da energia eólica e outros tipos de energias renováveis. Estas informações encontram-se disponíveis para jornalistas, líderes de opinião e público em geral.

A campanha "Yes to Wind Power" possui também uma componente de redes sociais, que visa a construção de uma comunidade *online*. A campanha foi apresentada em milhares de reportagens e blogues, incluindo um artigo no The Wall Street Journal.

Alcance da campanha:

1.235.989 acessos

2.1.3. POLÍTICAS DE APOIO

Os fundamentos económicos da energia eólica, as políticas energéticas e as preocupações ambientais continuam a impulsionar a capacidade de crescimento das energias renováveis a nível global.

DESTAQUES DE 2015

2015 foi um ano recorde para o setor da energia eólica com as instalações anuais a passarem pela primeira vez a barreira dos 60 GW, elevando a capacidade total para 432 GW.

Por regiões, 2015 foi sem dúvida um grande ano para a **China**, que, pela primeira vez, ultrapassou o surpreendente patamar de 30,5 GW, um número recorde nunca antes alcançado e claramente superior às estimativas dos peritos.

Na **Europa**, foram instalados 12,8 GW em 2015, um aumento de 6,5% em relação a 2014. A Alemanha, que incorporou 6 GW, voltou a ser o maior mercado, tanto em capacidade acumulada como em instalações novas. A Polónia foi o segundo mercado, ao incorporar 1,3 GW, mais do dobro das instalações realizadas em 2014. França foi terceira, com 1,1 GW, seguida pelo Reino Unido, que implementou 1 GW de capacidade nova.

Embora 2015 tenha sido um ano relativamente tranquilo em termos de energia eólica *onshore* na Europa, foi notável do ponto de vista da energia eólica *offshore*. Segundo a Associação Europeia da Energia Eólica (EWEA), foram instalados 3.019 MW de capacidade eólica *offshore* em águas europeias, um aumento de 108% em relação a 2014. Estes resultados elevam a capacidade acumulada instalada até 11.027 MW, consolidando assim a liderança europeia no segmento da energia eólica *offshore*. Esta impressionante evolução deveu-se principalmente ao mercado alemão, onde foi colocada em operação 75,4% do total da nova capacidade (2.282,4 MW), um aumento de 4 vezes em relação a 2014. O segundo maior mercado foi o Reino Unido (566,1 MW ou 18,7% do total), seguido pelos Países Baixos (180 MW ou 5,9% do total). Contudo, apesar das novas capacidades instaladas na Alemanha, o Reino Unido continua a ser o mercado de energia eólica *offshore* mais importante, com 5 GW de capacidade instalada, o que representa cerca de metade da capacidade total europeia.

Em geral, a energia eólica foi a tecnologia energética com maior taxa de instalação da Europa, ou seja, 44% de todas as novas instalações. A energia solar fotovoltaica surge em segundo lugar, com 8,5 GW (29% das instalações realizadas em 2015) e o carvão em terceiro com 4,7 GW (16%). Em termos globais, a energia renovável representou 27% das novas instalações.

2015 foi também um ano muito bom para a energia eólica na **América do Norte**, impulsionado sobretudo pelas instalações realizadas nos Estados Unidos: 8.598 MW, um aumento de 77% face a 2014. Os Estados Unidos fecharam o ano de 2015 com 74.472 MW, consolidando assim a sua segunda posição (a seguir à China) em termos de capacidade total instalada. O México instalou 714 MW, em plena reforma integral do seu mercado da eletricidade, enquanto o Canadá instalou 1.508 MW, ligeiramente menos que em 2014.

Na **América Latina**, o Brasil assumiu a liderança, com a instalação de 2.754 MW e uma capacidade acumulada de 8,7 GW. É importante também referir que o Uruguai incorporou 316 MW, um aumento de 60% face à sua capacidade de 2014.

Outras **economias emergentes** realizaram também incorporações importantes, por exemplo, a Índia (2.623 MW), que ultrapassou Espanha e passou a ser o quarto maior mercado, África do Sul (483 MW), Panamá (235 MW) e Etiópia (153 MW), entre outros.

Em 2015, os principais fatores para o crescimento da energia eólica foram o aumento da competitividade e a necessidade de lutar contra as alterações climáticas e reduzir a poluição (nomeadamente o *smog* industrial que representa uma ameaça grave para a saúde em muitos países). A segurança energética, o aumento da procura de energia em países emergentes, a volatilidade dos mercados de combustível, a criação de emprego e o desenvolvimento industrial local foram também elementos determinantes, ainda que os preços e as questões ambientais tenham sido as principais preocupações em 2015.

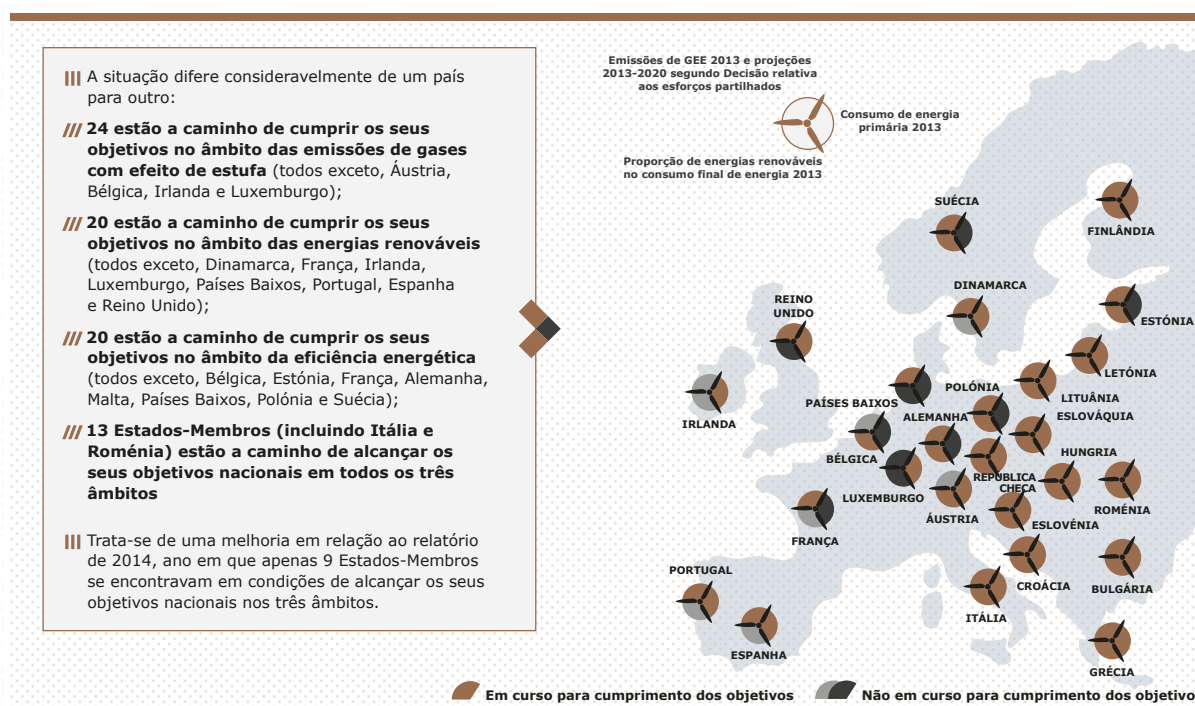
EUROPA

A 24 de outubro, o Conselho Europeu chegou a um acordo sobre o quadro político para o clima e a energia para o período de 2020 a 2030. Foi fixado um objetivo vinculativo para as energias renováveis de pelo menos 27% a nível europeu, um objetivo vinculativo da UE para reduzir as emissões nacionais de gases com efeito de estufa em 40% relativamente aos níveis de 1990 e um objetivo não vinculativo de melhoria da eficiência energética de 27% (a ser revisto até 2020). Este quadro não menciona objetivos individuais de implementação pelos estados-membros, pelo que não é possível ainda dispor de uma visão clara do modo como serão realizados os esforços a nível nacional. As instituições europeias têm agora de trabalhar no sistema de governo para implementar este quadro, para atingir estes objetivos até 2030.

	ENERGIAS RENOVÁVEIS	REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CO ₂	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
OBJETIVOS PARA 2020	20%	20%	20%
OBJETIVOS PARA 2030	Pelo menos 27%	Pelo menos 40%	Pelo menos 27%

Em outubro de 2015, a Agência Europeia do Ambiente publicou o relatório "Tendências e projeções", segundo o qual a União Europeia estaria no bom caminho para cumprir os seus objetivos energéticos e climáticos estabelecidos para 2020. O relatório refere que as emissões de gases com efeito de estufa em 2013 já se situavam 19,8% abaixo dos níveis de 1990 (um nível muito próximo, portanto, do objetivo de 20%). Em relação à percentagem de energias renováveis, o objetivo estabelecido para 2020 poderá ser cumprido, desde que os Estados-Membros mantenham o ritmo de desenvolvimento das fontes de energia renovável.

PROGRESSOS DOS ESTADOS-MEMBROS FACE À EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS PARA 2020



ESPAÑA:

A 14 de janeiro de 2016, realizou-se o primeiro leilão de capacidade instalada proveniente de energias renováveis no âmbito do Real Decreto 413/2014.

O leilão foi concebido para oferecer um regime retributivo semelhante ao que se aplica às instalações atualmente existentes (Real Decreto 413/2014).

As empresas geradoras licitaram a construção de 500 MW e 200 MW de energia eólica e de biomassa, respetivamente.

Foi um leilão altamente competitivo, uma vez que a procura foi cinco vezes superior à oferta, no caso da energia eólica *onshore*, e foram adjudicados contratos sem qualquer incentivo, isto é, com uma redução de 100% em relação ao preço de abertura. 93 MW de energia eólica foram adjudicados à EDPR.

O governo anunciou que possivelmente serão organizados mais leilões em 2016, para contratar a capacidade de que Espanha necessita para cumprir os seus objetivos para 2020.

Em relação aos objetivos de 2020, o Ministério da Indústria, Energia e Turismo publicou em dezembro o seu "Plano Nacional de Desenvolvimento da Rede de Transporte de Energia 2015-2020", que inclui a perspetiva do governo sobre as incorporações de capacidade através do desenvolvimento de meios tecnológicos durante o referido período. De acordo com este documento, e para cumprir os objetivos para 2020, seria necessária uma capacidade eólica entre 4,5 e 6,5 GW.



FRANÇA:

Em França, a "Lei sobre a Transição Energética", que visa definir uma estratégia completa e de longo prazo, foi finalmente aprovada em julho de 2015. Nos seus 66 artigos, o texto estabelece como objetivos reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em cerca de 40%, entre 1990 e 2030 (e baixá-las para 25% até 2050), reduzir para metade o consumo de energia do país até 2050, diminuir a quota-parte dos combustíveis fósseis na produção de energia, limitar a produção total de energia nuclear a 63,2 GW e aumentar a quota-parte das energias renováveis em 32% no conjunto das energias.

De acordo com as disposições da "Lei sobre a Transição Energética", o governo francês publicou um projeto de lei com os detalhes de um novo regime retributivo aplicável às energias renováveis. Segundo o texto, as energias renováveis serão remuneradas de acordo com um regime de contratos por diferença. No entanto, a sua aplicação à energia eólica poderá eventualmente prolongar-se até 2018 e, até lá, os novos parques eólicos serão remunerados de acordo com o atual sistema de tarifas reguladas.



POLÓNIA:

Em fevereiro de 2015, a Polónia aprovou uma lei sobre as energias renováveis, que introduz um sistema de apoio diferente para as novas centrais de energias renováveis. De acordo com a lei, o sistema atual de certificados verdes será substituído por outro de concursos públicos. Contudo, o sistema atual de certificados manter-se-á (com alguns ajustamentos) no caso das instalações em operação. Estas instalações poderão optar entre continuar vinculadas ao sistema de certificados verdes ou passar para o novo regime de concursos públicos específicos no caso de ativos em operação.



ITÁLIA:

Em Itália, foi elaborado um novo projeto de lei que prevê novos concursos públicos, pelo menos, nos próximos anos. De acordo com o projeto, poderão ser licitados 800 MW de energia eólica *onshore*, com uma tarifa de referência de 110 euros/MWh. A publicação do decreto definitivo está prevista para o primeiro trimestre de 2016.



REINO UNIDO:

A 26 de fevereiro, o Departamento de Energia e Alterações Climáticas (DECC-Department of Energy and Climate Change) e a Rede Nacional publicaram os resultados do primeiro leilão por contratos por diferença. Foi adjudicado um contrato por diferenças a mais de 2,1 GW de capacidade de 27 projetos. Entre os projectos adjudicados encontram-se 15 de energia eólica *onshore*, 2 de energia *offshore* e 5 de energia solar fotovoltaica, entre outros.

A secretária britânica para a energia, Amber Rudd, anunciou um "novo rumo da política energética do Reino Unido", num discurso proferido a 18 de novembro. Segundo as suas palavras, a estratégia poderia centrar-se no gás, energia nuclear e, desde que se reduzam os seus custos, na energia eólica *offshore*. A respeito desta última, a secretária anunciou que o governo financiaria três leilões antes de 2020, e que o primeiro provavelmente seria realizado em finais de 2016. No entanto, esse financiamento dependerá da capacidade eólica *offshore* poder reduzir os seus custos.



ROMÉNIA:

A Comissão Europeia, nomeadamente a DG Concorrência, divulgou, em maio de 2015, a sua autorização para as alterações do sistema de apoio às energias renováveis da Roménia comunicadas em 2013 e 2014. Por conseguinte, as alterações foram declaradas compatíveis com a regulamentação europeia, especificamente, as Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia.

Em dezembro de 2015, o governo fixou finalmente o valor das quotas de certificados verdes para 2016 em 12,15%, o mesmo valor que foi proposto pelo ANRE em finais de julho (muito inferior aos 17% fixados originalmente na lei da eletricidade proveniente de energias renováveis).



BRASIL:

No Brasil, existem dois tipos de leilões invertidos de energias renováveis: leilões de energia e leilões de capacidade. Os leilões de energia resultaram na assinatura de contratos de compra de eletricidade (PPA) de longo prazo, entre empresas produtoras e distribuidoras, a fim de satisfazer a procura das empresas de distribuição. Os leilões de capacidade conduziram à assinatura de PPA de longo prazo entre empresas geradoras e o operador do mercado grossista do Brasil, cuja principal finalidade foi garantir a margem de reserva e a segurança da rede do país.

Em 2015, os projetos de energias renováveis participaram em quatro leilões. 140 MW relativos a energia eólica foram adjudicados à EDPR num leilão realizado em 13 de novembro.

REFORMA DO REGIME EUROPEU DE COMÉRCIO DE LICENÇAS DE EMISSÃO

O regime europeu de comércio de licenças de emissão é uma pedra angular da política europeia em matéria de alterações climáticas e constitui uma ferramenta chave para reduzir mais eficazmente os custos das emissões de gases com efeito de estufa.

No entanto, o regime enfrenta enormes desafios. Para abordá-los, a Comissão Europeia aprovou diversas medidas.

ANTECEDENTES

O regime europeu de comércio de licenças de emissão foi lançado em 2005, para promover a redução dos gases com efeito de estufa de uma forma mais eficaz e economicamente eficiente. Baseia-se no princípio de "fixação prévia de limites máximos". O limite, estabelecido pela União Europeia, é fixado na quantidade total de determinados gases com efeito de estufa que podem ser emitidos pelas indústrias, centrais elétricas e outras instalações do sistema. Este limite vai sendo reduzido ao longo do tempo, para que o total das emissões de gases com efeito de estufa diminua gradualmente. Conforme o limite estabelecido, as empresas recebem ou compram direitos de emissão que podem negociar consoante as suas necessidades.



Contudo, nos últimos anos, a escassez da procura de direitos, devido sobretudo à crise económica, conduziu a um excesso de licenças e, conseqüentemente, à queda do preço do carbono.

A REFORMA



Para abordar o problema, a Comissão Europeia introduziu dois mecanismos: em 2014, o diferimento de novas licenças de emissão de gases com efeito de estufa e, em 2015, a reserva de estabilidade do mercado.

O mecanismo de Diferimento de leilões de licenças de emissão foi aplicado através de uma alteração ao Regulamento europeu relativo a leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, que entrou em vigor em fevereiro de 2014. Foi concebido como um mecanismo de curto prazo que consiste em diferir os leilões de licenças de emissão. Especificamente, o volume de leilões diminuiu para 900 milhões de licenças de emissão (400 milhões em 2014, 300 milhões em 2015 e 200 milhões em 2016). Deste modo, o diferimento de licenças de emissão visa reequilibrar

a oferta e a procura a curto prazo e reduzir as variações de preço.

O mecanismo de Reserva de estabilidade do mercado é uma medida estrutural de longo prazo aprovada pelo Parlamento Europeu a 7 de julho de 2015 e pelo Conselho a 6 de outubro de 2015. Os seus objetivos consistem em reduzir o excedente histórico de licenças de emissão e melhorar a resiliência dos regimes de comércio de leilões de licenças de emissão da União Europeia, ajustando o fornecimento de licenças a leiloar. O regime entrará em vigor em 2019 e prevê-se que a Europa entre no caminho certo para conseguir a sua ambição de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 40% em 2030 em relação aos níveis de 1990.

De acordo com o mecanismo de Reserva de estabilidade do mercado, quando num determinado ano o total de licenças de emissão ultrapassa o limiar estabelecido, será retirada do mercado automaticamente uma percentagem de licenças e colocada na reserva. No caso contrário, as licenças passarão da reserva para o mercado.

De acordo com o regime de diferimento de licenças de emissão 900 milhões de licenças diferidas (retiradas do mercado, pelo menos, até 2019), serão colocadas na reserva no início de 2019. As licenças não atribuídas durante o período de 2013-2020 também serão, logo que possível, incorporadas em 2020.

Durante o período de 2021-2030, os desequilíbrios do mercado também seriam abordados através de uma redução mais rápida do limite anual de emissões. A Comissão Europeia propõe a redução do número de licenças em 2,2% cada ano face à percentagem atual de 1,74%.

OS ESTADOS UNIDOS MANTÊM A LIDERANÇA

Segundo o NREL, prevê-se que a capacidade de energias renováveis nos Estados Unidos aumente 18 GW todos os anos até 2020, para cumprir os objetivos previstos nas normas RPS e impulsionar a competitividade da energia eólica. Os incentivos, como os créditos fiscais à produção e os mais comuns acordos de compra de energia (PPA), também desempenham um papel fundamental.

Historicamente, o quadro típico de desenvolvimento de energia eólica nos EUA tem sido descentralizado, sem tarifa feed-in nacional. Combina dois fatores-chave das receitas:

- PTC (Production Tax Credits): os créditos fiscais à produção são a principal forma de remuneração da energia eólica nos EUA e representam uma fonte extra de receitas por unidade de eletricidade (23 dólares/MWh em 2015) ao longo dos primeiros 10 anos de vida do ativo. Há ainda outros mecanismos como Investment Tax Credits (ITC), créditos fiscais ao investimento equivalentes a 30% do investimento inicial utilizável em substituição dos créditos fiscais à produção.
- PPA (Power Purchase Agreements): Acordos bilaterais de compra de energia a longo prazo pelos quais o produtor de energia eólica pode vender a sua produção a um preço fixo geralmente ajustado em função da inflação ou de um aumento gradual negociado. A procura de acordos de compra de energia tem sido muito forte, principalmente impulsionada pela necessidade de cumprir os objetivos estabelecidos pelas normas de portfólio de energias renováveis (RPS), mas também de aumentar a competitividade relativa da energia eólica.



A combinação de acordos de compra de energia e créditos fiscais à produção permite que as empresas de energia eólica assegurem o retorno ao longo do tempo de vida dos ativos. Os objetivos finais visados pela aplicação destas normas envolvem a competitividade a nível de custos e a acessibilidade, a segurança no fornecimento e as preocupações ambientais.

VISIBILIDADE DE INCENTIVOS A LONGO PRAZO

Historicamente, foi possível beneficiar de planos de incentivos fiscais à produção durante alguns anos sucessivos, por um período limitado, sem visibilidade sobre se haveria ou não extensões. Após muitas extensões, numa abordagem "sim/não", as empresas de energia eólica exigem certezas para poderem delimitar corretamente os seus horizontes de investimento.

O presidente dos Estados Unidos aprovou, em dezembro de 2015, a lei consolidada de atribuição de fundos em 2016, que prevê a extensão dos incentivos fiscais às fontes de energias renováveis do país. Como resultado desta lei, os projetos de energia eólica cuja construção tenha início antes de 1 de janeiro de 2020 poderão beneficiar de créditos fiscais à produção de eletricidade ("PTC") durante 10 anos. Antes desta extensão, os créditos fiscais à produção estavam disponíveis para projetos de energia eólica cuja construção tivesse início até 1 de janeiro de 2015.

A extensão de 5 anos inclui também uma descida do valor dos projetos que beneficiem desses créditos, nomeadamente: 20%, se a construção tiver início depois de 31 de dezembro de 2016 e antes de 1 de janeiro de 2018; 40%, se a construção tiver início depois de 31 de dezembro de 2017 e antes de 1 de janeiro de 2019; e 60%, se a construção tiver início depois de 31 de dezembro de 2018 e antes de janeiro de 2020. Os projetos têm a opção de escolher, em vez de créditos fiscais à produção, créditos fiscais ao investimento sobre o custo do projeto durante o mesmo período e com subordinação de percentagens idênticas de descida de valor.

Este quadro oferece uma visibilidade a longo prazo e uma melhoria para o desenvolvimento de novos projetos de energias eólica e solar, criando assim as condições para a EDPR poder continuar a executar projetos competitivos nos Estados Unidos, que já é o seu principal mercado em termos de crescimento.

Atualmente os créditos fiscais à produção são cruciais mas é provável que a sua importância relativa venha a diminuir ao longo do tempo. Os fundamentos económicos da energia eólica nos EUA estão a melhorar rapidamente, requerendo de preços em acordos de compra de energia cada vez mais baixos até ao ponto em que a energia eólica se torne competitiva por si só em algumas áreas face a outras tecnologias tradicionais, considerando os parques recém-construídos. As várias RPS e outros objetivos ambientais continuarão a representar um incentivo substancial, mesmo excluindo os créditos fiscais à produção.

COMPETITIVIDADE DA ENERGIA EÓLICA

A melhoria dos parâmetros económicos da energia eólica inclui a redução do investimento e das despesas de capital por MW, e sobretudo por MWh, devido ao aumento dos fatores de carga através de melhorias tecnológicas nas turbinas eólicas e também de excelentes recursos eólicos globais nos EUA, especialmente nas regiões com melhores recursos. Nos estados da costa oeste e leste, os fatores de carga são habitualmente de 25-30% enquanto nos estados centrais são habitualmente de 30-45%. Esta situação faz com que a energia eólica seja naturalmente mais competitiva de um ponto de vista fundamental, mesmo sem incentivos.

PROCURA DE RPS

As normas de portfólio de energias renováveis (RPS) destinam-se a impor aos fornecedores de eletricidade o fornecimento de uma percentagem mínima de eletricidade a partir de fontes renováveis, variável em cada estado. As referidas normas foram adotadas e, em 2015, um total de 31 estados conta com objetivos vinculativos RPS, conforme indicado no quadro abaixo, que exclui os 7 estados que têm objetivos de cumprimento voluntário. Embora as normas sejam implementadas por todos os EUA, há no entanto um núcleo forte na zona oeste/costa do Pacífico e nordeste. Estas normas normalmente implicam que 10 a 25% seja alcançado até 2020-25 na maioria dos estados, e muitas vezes prevêem um aumento gradual da percentagem obrigatória.

As normas de portfólio de energias renováveis (RPS) estabelecem penalizações para as empresas fornecedoras que não obtenham uma determinada percentagem de geração de eletricidade a partir de fontes de energias renováveis. As empresas podem investir diretamente em ativos de geração de energias renováveis, comprando eletricidade a outras empresas geradoras de energias renováveis ou adquirindo créditos de energias renováveis (REC). Como resultado, muitas empresas de eletricidade instalam sistemas de leilão para firmar acordos de compra de energia de longo prazo com produtores de energias renováveis. Devido à competitividade da energia eólica, esta tecnologia tem recebido a maior percentagem de acordos de compra de energia celebrados.

OBJETIVO DE RPS	2015	2020+	OBJETIVO DE RPS	2015	2020+
Arizona	4,5%	15%	Montana	15%	15%
Califórnia	23%	33%	Nevada	20%	22%
Colorado	17,3%	28,8%	New Hampshire	13,8%	23,8%
Connecticut	16%	27%	New Jersey	12,2%	20,5%
Delaware	13%	25%	Novo México	15%	20%
Distrito de Colúmbia	9,5%	20%	Nova Iorque	9,3%	9,3%
Havai	15%	25%	Carolina do Norte	8%	12,5%
Illinois	10%	20,5%	Ohio	3,5%	8,5%
Iowa	0,7%	0,7%	Oregon	15%	20%
Kansas	15%	20%	Pensilvânia	14%	18,5%
Maine	8%	13%	Rhode Island	9,2%	16%
Maryland	13%	20%	Texas	5%	8,6%
Massachusetts	8%	15%	Vermont	8%	10,5%
Michigan	10%	10%	Washington	3%	15%
Minnesota	20%	30%	Wisconsin	10%	10%
Missouri	8%	15%			

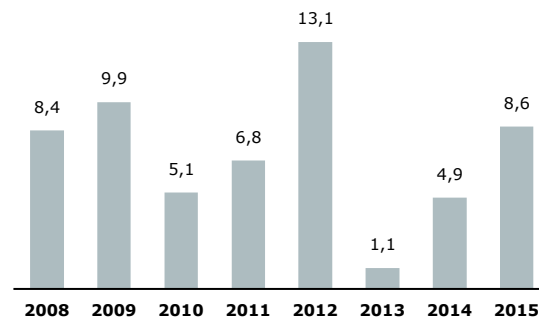
Adicionalmente, a administração norte-americana anunciou recentemente (agosto de 2014) o plano de energia limpa "Clean Power Plan" da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (Environmental Protection Agency), um plano para ajudar a reduzir a poluição provocada pelo carbono no setor da energia em 32% até 2030 (face aos níveis de 2005). As centrais elétricas são responsáveis por cerca de um terço de todas as emissões de gases de efeito de estufa nos EUA. Este plano implica uma maior dependência do gás (a tecnologia CCGT é responsável por cerca de 40% da redução prevista das emissões) mas também de fontes alternativas de energia (cerca de 25% da redução prevista das emissões), especialmente energia eólica.

PERSPETIVAS DE CRESCIMENTO

O crescimento da procura no mercado americano pode ainda ser motivado por outras forças existentes, principalmente a descontinuação das centrais elétricas movidas a carvão, a competitividade da energia eólica, bem como o cumprimento das normas RPS em vários estados. Foi anunciada a descontinuação de aproximadamente 42 GW de capacidade termoelétrica a carvão até 2020 e espera-se que a energia eólica venha a substituir uma parte significativa de tal capacidade. Além disso, a produção de energias renováveis torna-se mais competitiva como resultado direto da descontinuação das centrais elétricas movidas a carvão. Uma maior penetração da energia produzida a partir do gás natural pode conduzir a grelhas mais flexíveis, beneficiando recursos intermitentes como as energias renováveis.

Quanto aos objetivos RPS em vigor para incentivar a procura de energias renováveis, estimamos que seja necessário adicionar 22 GW de energia eólica até 2020 para cumprimento dos objetivos já estabelecidos. Apenas com a competitividade da energia eólica, acreditamos que poderão ser adicionados mais 7 GW.

NOVA CAPACIDADE EÓLICA NOS EUA (GW)



2.2. PLANO DE NEGÓCIOS 2014-17

O plano estratégico da EDPR para criação de valor até 2017 permanece em linha com a anterior arquitetura, sustentada por três pilares com metas definidas: Crescimento Seletivo, Rentabilidade Superior e Modelo de Negócio de Autofinanciamento.

Em maio de 2014, a EDPR apresentou à comunidade financeira o seu Plano de Negócios para 2014-17, durante o Dia do Investidor do Grupo EDP, realizado em Londres, que contou com a presença de cerca de 200 participantes dos mercados financeiros.

Desde o seu início, a EDPR tem vindo a desenvolver uma estratégia centrada no crescimento seletivo, investindo em projetos de qualidade com previsíveis futuros fluxos de caixa, e uma execução rigorosa apoiada em competências fundamentais que geram uma rentabilidade superior, tudo integrado num modelo de autofinanciamento distintivo e reconhecido, concebido para acelerar a criação de valor. Como resultado da concretização desta estratégia, simultaneamente flexível para se adaptar às mudanças no ambiente comercial e económico, a EDPR continua a ser líder mundial no setor de energias renováveis.

A EDPR tem executado com sucesso a sua agenda estratégica criando bases sólidas para superar os seus objetivos de 2014-2017.

	AGENDA ESTRATÉGICA		EXECUÇÃO 2014-15	
CRESCIMENTO SELETIVO	<ul style="list-style-type: none"> Investir em projetos de qualidade Crescimento em projetos com contratos de longo prazo já concedidos Desenvolvimento de projetos offshore em França e Reino Unido 	> 500MW por ano > 85% de visível Crescimento após 2017	<ul style="list-style-type: none"> Adicionados +1,1 GW em 2014-15 Visibilidade total sobre o crescimento para 2016-17 Desenvolvimento contínuo de projetos offshore 	✓
RENTABILIDADE SUPERIOR	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de elevados níveis de disponibilidade Crescimento com avaliação energética distintiva Aumento da eficiência, redução do OPEX/MW 	> 97.5% 31.5% Factor de carga -2% CAGR	<ul style="list-style-type: none"> Elevados níveis de disponibilidade de 97,6% Fatores de carga acima da média Redução do OPEX/MW com base na estratégia de O&M 	✓
MODELO DE AUTO-FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Geração de Fluxo de Caixa Operativo Forte Rotação de ativos para alavancar a criação de valor Investimento líquido apoiado no Programa de Rotação de Ativos 	3,5 mil milhões de euros 0,7 mil milhões de euros (ex-CTG) 1,8 mil milhões de euros	<ul style="list-style-type: none"> 1,4 mil milhões de euros principalmente de ativos com PPA/FIT Objetivo excedido: 0,8 mil milhões de euros já assinados 1,2 mil milhões de euros de investimentos em projetos de qualidade 	✓

A execução dos objetivos irá permitir à EDPR atingir metas de crescimento sólidas...

PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE	EBITDA	RESULTADO LÍQUIDO	DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS
9% CAGR 13-17	9% CAGR 13-17	11% CAGR 13-17	25-35%

... e continuar a liderar num setor verde sustentável com maior relevo a nível mundial.

2.2.1. CRESCIMENTO SELETIVO

O pilar estratégico do crescimento seletivo é o princípio orientador subjacente ao processo de seleção de investimentos da EDPR, que garante que os projetos a serem construídos têm uma boa adequação ao perfil de baixo risco da Empresa, juntamente com uma rentabilidade superior. Esta estratégia pode ser consultada nas opções de crescimento do Plano de Negócios de 2014-17, dado que os projetos foram selecionados de acordo com duas diretrizes fundamentais:

1) Perfil de baixo risco – Nova capacidade beneficia dos acordos CAE de longo prazo já assegurados ou de esquemas regulatórios estáveis. Isto garante a alta visibilidade dos futuros fluxos de caixa, reduz o risco e assegura a rentabilidade do projeto.

2) Desempenho operacional elevado – Os projetos selecionados apresentam métricas operacionais fortes, nomeadamente fatores de carga acima da média. Aumentando a competitividade do projeto e proporcionando uma maior rentabilidade.

A EDPR está bem posicionada para cumprir a meta de crescimento prevista no seu plano de negócios de +2 GW (>500 MW/ano). Os projetos em desenvolvimento da EDPR constituíram um fator importante para o sucesso da execução desta estratégia. A disponibilidade de múltiplos projetos associada a uma sólida experiência de desenvolvimento são a garantia de que apenas os melhores projetos são selecionados para investimento.

CRESCIMENTO DE 60%, NOS EUA, IMPULSIONADO PELOS ACORDOS CAE JÁ FIRMADOS

Os Estados Unidos são o principal motor de crescimento da EDPR relativamente ao prazo do Plano de Negócios de 2014-17. O esquema de benefícios fiscais PTC e a forte procura de projetos de energia eólica com CAE de longo prazo, em conjunto com o portfólio de projetos da EDPR neste mercado, oferecem uma boa oportunidade de crescimento. Além disso, existe a possibilidade de executar a estratégia de autofinanciamento, através de parcerias de "tax equity" assim como com operações de rotação de ativos, dado a procura crescente por parte dos fundos de infraestruturas e de pensões.

A extensão dos créditos fiscais à produção (PTC), de dezembro de 2015, que inclui uma fase gradual para aplicação do valor de PTC aos projetos que iniciem a sua construção antes de 2020, oferece visibilidade a longo prazo e consequentemente um ambiente favorável para o desenvolvimento de novos projetos de energia eólica. Esta extensão proporciona visibilidade ao crescimento nos EUA para além do período de 2014-17, reforça ainda mais as fortes perspetivas do mercado de energia eólica norte-americano, e suporta a escolha da EDPR de direcionar o crescimento para este país.

A avaliação económica dos novos investimentos nos EUA é sólida, com fatores de carga de 43% em média, a preços médios CAE no primeiro ano de 48 dólares/MWh, conducentes a percentagens de TIR de dois dígitos.

CRESCIMENTO DE 20% DA EUROPA, CONCENTRANDO-SE EM ENQUADRAMENTOS REGULATÓRIOS DE BAIXO RISCO

Alguns mercados europeus continuam a proporcionar boas oportunidades de crescimento apoiadas por marcos regulatórios que proporcionam um ambiente de baixo risco.

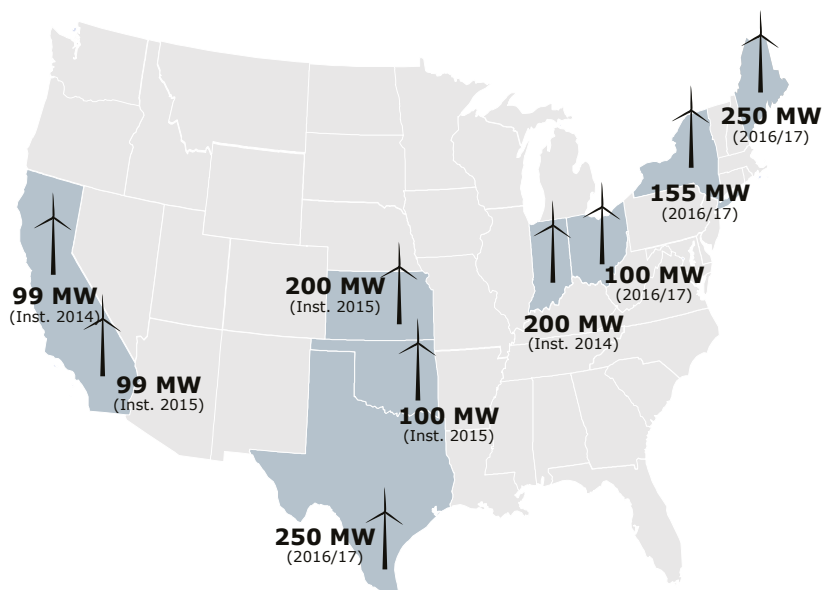
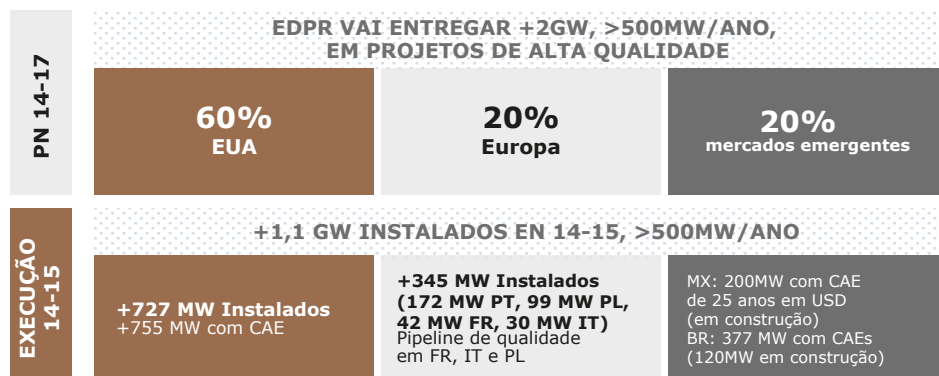
O regime de tarifas *feed-in* existente em França oferece uma oportunidade de crescimento estável na Europa. Em relação ao Plano de Negócios de 2014-17, a EDPR prevê adições de 60-70 MW através do desenvolvimento de futuros projetos, tendo já instalado 42 MW em dezembro de 2015. Em Itália, a EDPR instalou 30 MW, adjudicados em 2013, e tenciona participar em futuros leilões de energia para criar a possibilidade de novas adições. Na Polónia, a EDPR já instalou 99 MW em 2014 e 2015 ao abrigo do atual regime de Certificados Verdes, embora o crescimento continue condicionado à aprovação de uma nova lei para o setor da energia, que deverá basear-se em leilões de energia, onde a EDPR mantém projetos competitivos. Finalmente, em Portugal, a capacidade total concedida em 2006 à ENEOP encontra-se completamente instalada, a consequente separação de ativos executada e, nesta data, a EDPR consolida integralmente 613 MW.

20% DOS MERCADOS EMERGENTES SELECIONADOS, EM PROJETOS COM PPA DE LONGO PRAZO

No Brasil, a EDPR irá instalar em 2015-17 os projetos com CAE concedidos em 2011 e 2013 para um total de 236 MW, o que representa um aumento significativo da capacidade do portfólio atual de 84 MW.

Em 2014, a EDPR entrou no mercado de energia no México, com a assinatura de um contrato de fornecimento de eletricidade a longo prazo, relativo à energia produzida num parque eólico de 200 MW a ser instalado em 2016. Representando uma entrada num mercado atrativo com um projeto de baixo risco. O México é um país com grande potencial para a energia eólica e este marco poderá fomentar o desenvolvimento de uma plataforma sólida para o crescimento da EDPR neste mercado.

Além disso, a EDPR continuará ativamente a analisar as oportunidades em novos mercados com fortes perspetivas, ou seja, com alto crescimento da procura de eletricidade, recursos renováveis sólidos e disponibilidade de contratos de fornecimento de energia de longo prazo concedidos através de esquemas competitivos.



Nota: O mapa exclui 30MW solar PV na Califórnia, instalados em 2014

+1,5 GW PARA CRESCIMENTO NOS EUA COM PPA

Os Contratos de Compra de Energia (CAE) são um instrumento fundamental para assegurar a abordagem de baixo risco da EDPR no mercado dos EUA. Asseguram que a energia de um projeto é vendida a um preço predeterminado por um longo período de tempo, normalmente entre 15-20 anos. Isto protege a EDPR de qualquer volatilidade dos preços do mercado da energia e assegura a rentabilidade do projeto.

Desde 2013, a EDPR firmou 1,8 GW em acordos de venda de longo prazo, criando visibilidade para a sua meta de crescimento nos EUA para 2014-17, assim como para a rentabilidade do portfólio existente, com 0,3 GW de novos CAEs para projetos operacionais

Em 2015, a EDPR assinou dois acordos CAEs adicionais para 200 MW relativos a nova capacidade relacionada com parques eólicos no Texas e Ohio, a instalar em 2016. Estes dois acordos, que foram assinados com empresas comerciais e industriais, uma das quais a Amazon Web Services Inc., são um sinal inequívoco da procura crescente de energia verde a preços acessíveis. Anteriormente, a procura de acordos CAE provinha apenas dos serviços públicos tradicionais, no entanto, a aquisição direta pelas empresas industriais e comerciais aumentou recentemente e de forma substancial, aumentando a procura por projetos de energia eólica e solar da EDPR US.

Estes contratos de venda de longo prazo demonstram não só a capacidade da EDPR em firmar acordos comerciais, mas sobretudo a forte capacidade da empresa para acertivamente posicionar uma série de projetos de qualidade, em locais e fases de desenvolvimento adequados, como fator-chave de sucesso para capturar atempadamente as oportunidades de crescimento.

2.2.2. MAIOR RENTABILIDADE

Um dos pilares estratégicos, que tem sido sempre a base sólida da EDPR, e que a destaca neste sector, é a sua capacidade para maximizar o desempenho operacional dos seus parques eólicos e centrais solares. Nesta área, as equipas da EDPR, nomeadamente nas vertentes de operações e manutenção, detêm um sólido registo histórico que permite sustentar as metas desafiadoras do Plano de Negócios para 2014-17. Para este período, a EDPR estabeleceu objetivos em três métricas-chave: Disponibilidade, Fator de Carga e Custos Operacionais por MW. Estas três métricas permitem uma visão global dos progressos alcançados a nível das operações e manutenção, avaliação de vento e esforços de controlo de custos. Também constituem bons indicadores da eficiência operativa geral da Empresa.

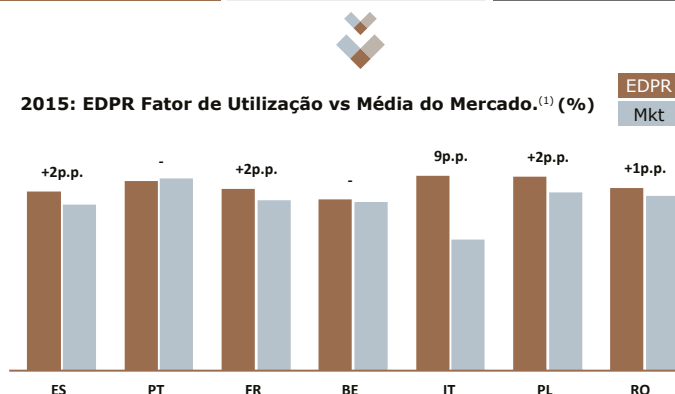
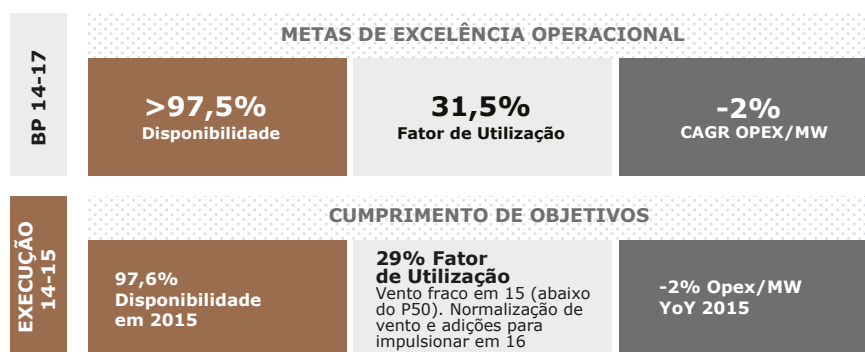
MANUTENÇÃO DE ELEVADOS NÍVEIS DE DISPONIBILIDADE > 97,5%

A disponibilidade mede a percentagem de tempo em que a capacidade instalada está totalmente operacional. Se um equipamento tem uma métrica de disponibilidade de 97,5%, isso significa que, num dado período, estava disponível para gerar energia durante 97,5% do tempo, disponibilizando apenas 2,5% para manutenção preventiva ou reparações. A disponibilidade é um claro indicador do desempenho das operações e práticas de manutenção da empresa, uma vez que se centra na redução ao mínimo de qualquer anomalia e realiza as atividades de manutenção no menor período de tempo possível.

A EDPR manteve historicamente sempre níveis de disponibilidade elevados, tendo registado 97,6% em 2015, em consonância com as metas do seu Plano de Negócios para 2014-17. A EDPR continuará a perspetivar o aumento da disponibilidade, através de novas medidas de otimização da manutenção preventiva suportadas pelo controlo permanente (24/7) através do Centro de Despacho, pela redução dos danos mais comuns em condições meteorológicas extremas e pela melhoria da calendarização de paragens programadas. Será também fundamental definir uma nova estratégia de armazenamento de peças de reposição para assegurar a redução do tempo de inatividade durante reparações inesperadas.

CRESCIMENTO COM AVALIAÇÃO ENERGÉTICA DISTINTIVA PARA UM FATOR DE CARGA DE 31,5%

A taxa de utilização (ou fator de carga) mede a velocidade e a qualidade do recurso renovável nas turbinas eólicas ou painéis solares. Uma taxa de utilização de 31,5% significa a percentagem teórica de produção máxima de energia com equipamentos a funcionar em plena capacidade, num determinado período. Por exemplo, para 1 MW ao longo de um ano, equivale à produção de 2.759.4 MWh (31.5% x 1 MW x 24 horas x 365 dias).



Note: Fator de Carga médio calculado com base em informação da REE (Espanha), REN (Portugal), RTE (França), Terna (Itália), PSWE (Polónia) e ENTSOE/Transelectrica (Roménia)

Garantir que os ativos geram a quantidade máxima possível de energia constitui um fator chave de sucesso. Relativamente ao portfólio operacional, a otimização da taxa de utilização está ligada à melhoria da disponibilidade, como descrito e, se possível, introduzindo melhorias da produtividade desenvolvendo modelos mais antigos com recurso aos mais recentes avanços tecnológicos para aumentar a eficiência na utilização de recursos renováveis disponíveis. Relativamente aos parques eólicos e centrais solares em desenvolvimento, a maximização da taxa de utilização é sobretudo fruto do trabalho especializado das equipas de avaliação energética e engenharia, que projetam a melhor configuração do parque, ajustando o posicionamento e escolhendo entre diferentes modelos de equipamento adequados às características do local, sobretudo do terreno, a partir das medições de recursos efetuadas e da sua previsão de produção energética.

A EDPR tem mantido, de forma consistente, taxas de utilização na faixa dos 29-30%, tendo registado 29,2% em 2015, o que se situa um pouco abaixo dos 29,4% da avaliação do P50 (probabilidade média) para o portfólio atual, e estabeleceu o objetivo de 31,5 % até ao final do período 2014-17.

AUMENTO DA PRODUÇÃO DAS TURBINAS

A EDPR está também a criar valor através da melhoria dos seus ativos com a implementação de novas tecnologias nas turbinas para aumentar a produção de energia sem introduzir grandes alterações nas componentes. As equipas de análise do desempenho da EDPR estão a colaborar com os fabricantes para determinar as melhores práticas para aplicar esta nova tecnologia.

Ao monitorizar as condições em tempo real, a velocidade de rotação do gerador pode ser aumentada mantendo-se dentro do envelope de carga existente, assim aumentando a produção energética. O aumento de produção melhora as receitas do parque eólico, sem necessidade de grandes investimentos. Esta tecnologia tem sido aplicada com sucesso em muitas turbinas e continuará a ser desenvolvida nos próximos anos.

AUMENTAR A EFICIÊNCIA, REDUZINDO OS CUSTOS OPERACIONAIS/MW EM -2% CAGR

Paralelamente às iniciativas de primeira linha, a EDPR concentra igualmente os seus esforços no controlo estrito de custos para melhorar a eficiência e obter maior rentabilidade. Potencializando a experiência acumulada ao longo do tempo, estabelecemos um objetivo no Plano de Negócios para 2014-17 para reduzir os custos operacionais/MW em -2% CAGR, no período de 2013- 2017. Apesar do envelhecimento natural da sua base de ativos, a EDPR está no bom caminho para alcançar este objetivo, com uma redução nos custos operacionais de -2% CAGR no período de 2013-15. Foi aplicado um controlo de custos rigoroso para reduzir a estrutura de custos previsíveis, beneficiando também das economias de escala de uma empresa em crescimento. Quanto a O&M, que representa cerca de 30% do total dos custos operacionais, a EDPR já obteve resultados com a implementação do seu sistema M3 e do programa de auto-desempenho relativamente a alguns parques eólicos que deixaram de estar sujeitos aos contratos iniciais de garantia.

PROGRAMA M3 E AUTO-DESEMPENHO

À medida que a frota da EDPR se torna mais madura, os contratos iniciais de Operações e Manutenção (O&M) com os fornecedores de turbinas expiram. Quando tal acontece, a Empresa deve decidir entre renovar o serviço de O&M ou internalizar essas mesmas actividades, executando a gestão do parque eólico e mantendo simultaneamente elevados níveis de disponibilidade.

O programa M3 (Modelo de Manutenção Modular) é a nossa solução. Com base na experiência da EDPR, as nossas equipas de O&M decidem o equilíbrio ideal entre manutenção contratada externa e internamente. Normalmente, a EDPR mantém o controlo das atividades de alto valor acrescentado, tais como planeamento de manutenção, logística e operações remotas, e subcontrata, sob supervisão direta, tarefas intensivas a nível de recursos humanos.

Esta estratégia resultou em poupanças estimadas de cerca de 20% nos parques eólicos onde o sistema M3 foi implementado, que correspondem a 40% da frota na Europa.

Nos Estados Unidos, em 2014, expandimos o modelo M3 a um programa piloto de auto-desempenho no parque eólico Blue Canyon V. Após uma revisão do mercado e uma análise *bottom-up*, identificámos poupanças potenciais com a internalização das atividades de O&M, tendo em conta as capacidades desenvolvidas a nível interno ao longo dos últimos anos.

Este novo programa revelou imediatamente as poupanças em termos de custos operacionais e de aumento do controlo de qualidade. Em 2015, foi implementada a manutenção de auto-desempenho noutros parques cujos contratos de manutenção eram objeto de renovação.

"M3" Modelo de Manutenção Modular	EDPR	Outras partes	OEM ¹
Planeamento da Manutenção	✓		
Execução tarefas diárias		✓	
Logística para peças de reposição regular	✓	✓	✓
Grandes corretivos	✓	✓	
Apoio tecnológico			✓

¹ Fornecedores Originais do Equipamento

2.2.3. MODELO DE AUTOFINANCIAMENTO

O modelo de autofinanciamento da EDPR foi a pedra angular da estratégia da EDPR e o seu sucesso foi crucial para o aumento do financiamento. O modelo de autofinanciamento assenta na combinação do fluxo de caixa resultante dos ativos operacionais, de fundos externos a partir de "tax equity" e de outros projetos financeiros estruturados bem como das receitas derivadas das transações de rotação de ativos para financiar o crescimento rentável do negócio. Este modelo substituiu a estratégia de financiamento anterior, que dependia da dívida corporativa em relação à EDP, o principal acionista da EDPR.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

A principal fonte de fundos da Empresa é o fluxo de caixa operacional gerado pelos ativos existentes, inicialmente utilizado para o serviço de dívida e a distribuição de capital aos sócios, enquanto o excedente fica disponível para o pagamento de dividendos aos acionistas da EDPR ou para financiar novos investimentos.

É esperada uma sólida geração de fluxo de caixa operacional de cerca de 3,5 mil milhões de euros para o período 2014-17.

A EDPR estabeleceu uma política de distribuição de dividendos no intervalo de 25-35% dos seus resultados líquidos anuais, permitindo assim que a maioria do fluxo de caixa disponível financie o crescimento. Os dividendos pagos em 2015 ascenderam a cerca de 35 milhões de euros, correspondentes ao nível inferior do escalão face aos resultados líquidos do ano anterior, representando apenas uma pequena percentagem do fluxo de caixa disponível gerado no período.

"TAX EQUITY" NOS EUA E OUTRAS ESTRUTURAS DE "PROJECT FINANCE"

A EDPR procura sempre identificar financiamento externo para os seus projetos, nomeadamente através de estruturas de "tax equity", habituais nos EUA, e através de outras estruturas de financiamento de projetos, disponíveis em outras áreas geográficas. A utilização de tais estruturas enquadra-se no modelo de autofinanciamento por substituírem a necessidade de dívida corporativa.

Adicionalmente, o recurso a "tax equity" nos EUA também permite a utilização eficiente dos benefícios fiscais proporcionados pelo projeto, o que melhora a sua situação económica. Numa perspetiva simples, no âmbito das parcerias de "tax equity", os investidores em "tax equity" contribuem com uma parte considerável do investimento inicial no projeto, recebendo em retorno a maioria dos créditos fiscais à produção atribuídos ao projeto durante os seus primeiros dez anos de operação.

No caso de "project finance", trata-se também de uma forma de contratar dívida de longo prazo em moeda local a um custo competitivo, mitigando o risco de refinanciamento e reduzindo o risco cambial através de uma cobertura natural entre as receitas e as despesas.

Em 2015, a EDPR assegurou três transações de "tax equity" relacionadas com um total de 398 MW de aumento de capacidade nos EUA neste ano, correspondentes ao rendimento do financiamento através de "equity financing" de 473 milhões de dólares. Estas transações elevam o rendimento total do financiamento através de "tax equity" captado pela EDPR para cerca de 3,1 mil milhões de dólares.

ASSINATURA	NOME DO PROJETO	LOCALIZAÇÃO	MW	MILHÕES	DATA	CONTRAPARTE
Nov. 15	Arbuckle	Oklahoma	100	USD 116	4T15	MUFG + (não divulgado)
Out. 15	Waverly	Kansas	199	USD 240	4T15	Afiliada da Google Inc.
Jul. 15	Rising Tree South	Califórnia	99	USD 117	2T15	MUFG + (não divulgado)
Out. 14	Rising Tree North	Califórnia	99	USD 109	4T14	MUFG Union Bank
Set. 14	Lone Valley	Califórnia	30	USD 33	4T14	(não divulgado)
Jul. 14	Headwaters	Indiana	200	USD 190	4T14	BofA Merrill Lynch
TAX EQUITY EUA:			727			
Jul-15	Parque Eólico Polónia	Polónia	54	PLN 167	3T15	(não divulgado)
Apr-15	Parque Eólico Bélgica	Bélgica	14	EUR 16	2T15	(não divulgado)
Jan. 15	Baixa do Feijão	Brasil	120	BRL 306	1T15	BNDES
Aug. 14	Korsze	Polónia	70	PLN 220	3T14	Bank of China
Mar. 14	Centrais Solar PV	Roménia	50	EUR 30	3T14	EBRD + BSTDB
Jan. 2014	South Branch	Canadá	30	CAD 49	1T14	(não divulgado)
"PROJECT FINANCE":			338			

Em relação às estruturas de *project finance*, a EDPR fechou, em 2015, uma transação para o seu parque eólico da Baixa do Feijão, no Brasil, cujo encaixe ascendeu a 306 milhões de reais. Este projeto é um bom exemplo das vantagens em utilizar o *project finance*, na medida em que assegura o financiamento competitivo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e uma cobertura natural para a volatilidade do real brasileiro.

ROTAÇÃO DE ATIVOS

O encaixe financeiro proveniente das transações de rotação de ativos também é uma fonte importante de fundos do modelo de autofinanciamento da EDPR, proporcionando um crescimento rentável do seu negócio. Este modelo permite à Empresa monetizar o valor a realizar com os futuros fluxos de caixa dos seus projetos, e reinvestir o rendimento correspondente no desenvolvimento de projetos, permitindo assim aumentar o seu valor e obter uma rentabilidade superior ao custo da rotação de ativos. Estas transações envolvem a venda de participações minoritárias ao nível dos projetos (tipicamente de 49%), mantendo a EDPR o controlo total ao nível da gestão destes projetos. Adicionalmente, o âmbito dos projetos para estas transações tende a ser projetos maduros, geralmente já em operação e, conseqüentemente, sem risco, com uma elevada visibilidade dos seus fluxos de caixa futuros, que podem ser atrativos para os investidores institucionais com perfil de baixo risco, e uma fonte de financiamento competitivo para a EDPR.

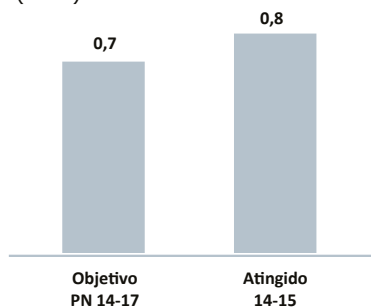
Em 2015, foram assinadas duas transações nos Estados Unidos. A primeira transação inclui a venda de 49% da EDPR's Lone Valley, 30 MW, um parque de energia solar fotovoltaica, a um fundo de estruturas. Esta transação foi concluída a preços competitivos e é primeira transação de rotação de ativos da EDPR envolvendo ativos não eólicos. A segunda, a segunda maior da Empresa até à data, envolve a venda de 34% de um portfólio de parques eólicos em operação e em construção nos EUA, num total de 1.002 MW. A conclusão dessas duas transações eleva o total das receitas de rotação de ativos de 2014 e 2015 para 800 milhões de euros, o que ultrapassou claramente o objetivo do Plano de Negócios da EDPR de 700 milhões de euros. A rápida conclusão desse objetivo é um indicador claro da qualidade dos ativos da EDPR, atraindo o interesse de vários investidores institucionais.

Em 2015, registaram-se também progressos significativos relativamente à parceria estratégica da CTG. Nos termos deste acordo, a EDPR assegurou a venda de 49% de ativos polacos e italianos num total de 598 MW. O âmbito da transação cobre 392 MW em operação na Polónia e 100 MW em Itália, com uma idade média de 4 anos, bem como 107 MW em construção na Polónia e em Itália. Esta transação soma-se às transações do Brasil e de Portugal firmadas com a CTG em 2014 e 2012, respetivamente, bem como ao Memorando de Entendimento relativo à futura venda da participação de 49% no consórcio ENEOP, assinado em dezembro de 2013.

Importa recordar que a referida parceria estratégica foi estabelecida entre a EDP (principal acionista da EDPR) e a CTG, no final de 2011 e entrou em vigor em maio de 2012. A parceria prevê um investimento total de 2 mil milhões de euros na CTG até 2015 (incluindo o cofinanciamento de canex) em projetos de geração de energias



ROTAÇÃO DE ATIVOS: ENCAIXE ASSEGURADO (€MM)



2.3. GESTÃO DE RISCO

Em linha com o perfil de risco controlado da EDPR, o processo de Gestão de Risco define os mecanismos para a avaliação e gestão de riscos e oportunidades com impacto no negócio, aumentando a probabilidade da Empresa de alcançar os seus objetivos financeiros e, simultaneamente, minimizar as flutuações de resultados sem comprometer os mesmos.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO

Os processos de gestão de risco da EDPR são suportados por um modelo de gestão integrada e transversal que garante a implementação das melhores práticas de Governo Corporativo e transparência. Este processo é acompanhado de perto e supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, um órgão independente de supervisão constituído por Administradores Não Executivos.

O objetivo do processo de gestão de risco é assegurar o alinhamento da exposição ao risco da EDPR com o perfil de risco pretendido pela empresa. As políticas de gestão de risco destinam-se a mitigar os riscos, sem ignorar potenciais oportunidades e, desta forma, otimizar a rentabilidade vs. exposição ao risco.

A gestão de risco é aprovada pela Comissão Executiva, apoiada pela Comissão de Risco e implementada em decisões do dia-a-dia por todos os gestores da empresa. É suportada por três funções organizacionais distintas:

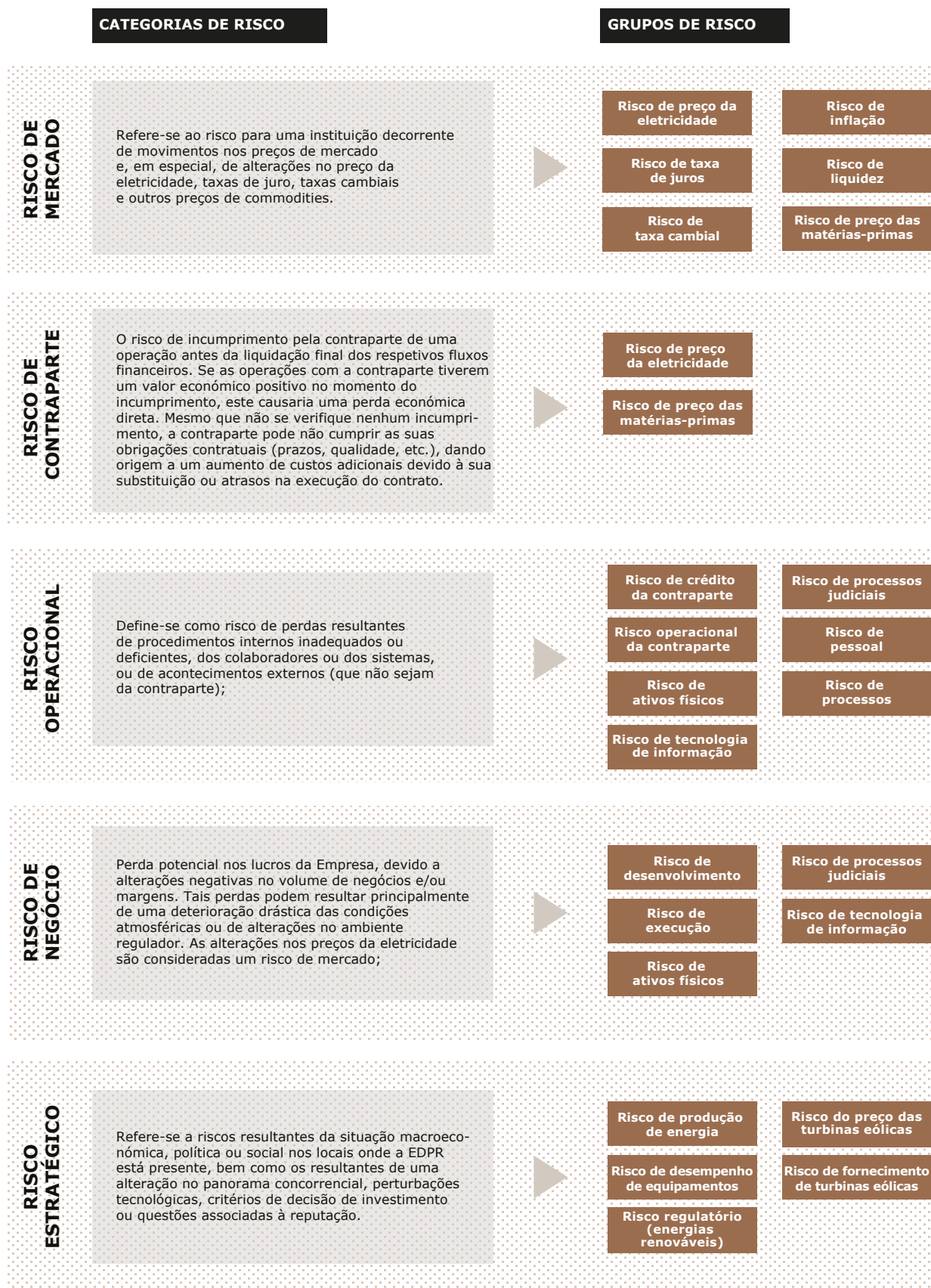
- **ANALISTA DO PERFIL DE RISCO:** Responsável pela identificação e análise de riscos, e definição de políticas e limites para a gestão de riscos dentro da empresa;
- **GESTOR DO RISCO:** Responsável pelas decisões operacionais quotidianas e pela implementação de políticas de risco aprovadas;
- **CONTROLADOR DE RISCO:** Responsável pelo acompanhamento dos resultados de decisões de risco e do alinhamento das operações com a política geral aprovada pela Comissão Executiva.

A EDPR criou três reuniões diferentes para a Comissão Executiva, para separar as discussões sobre a execução de estratégias de mitigação das discussões sobre a definição de novas políticas:

- **COMISSÃO DE RISCO RESTRITA:** Realizada mensalmente, visa principalmente o risco de desenvolvimento e o risco de preço de mercado da eletricidade. É o fórum onde é discutida a execução de estratégias de mitigação destinadas a reduzir a exposição aos preços de mercado. A sua finalidade é também controlar os limites das políticas de risco definidas, relativamente ao risco de contraparte, risco operacional e risco geográfico.
- **COMISSÃO DE RISCO FINANCEIRO:** Realizada trimestralmente, é o fórum onde são revistos os principais riscos financeiros e onde é discutida a execução de estratégias de mitigação. O risco cambial, o risco de taxas de juro e o risco de crédito de contrapartes financeiras são os riscos mais relevantes revistos por esta comissão.
- **COMISSÃO DE RISCO:** Realizada trimestralmente, é o fórum onde são discutidas as novas análises estratégicas e onde são propostas as políticas recém-definidas para aprovação da Comissão Executiva. Adicionalmente, é também revista a posição de risco global da EDPR, em conjunto com EBITDA@Risk e Net Income@Risk.

MAPA DE RISCOS NA EDPR

A gestão do risco na EDPR cobre todos os riscos de mercado, de crédito e operacionais da empresa. Com o objetivo de obter uma visão holística dos riscos, estes foram classificados em Áreas de Risco, que abrangem todo o ciclo de negócio da EDPR, e em Categorias de Risco, seguindo uma classificação geral de riscos. As Áreas de Risco são Países e regulamentações, Receitas, Financiamento, Contratos de Turbinas Eólicas, desenvolvimento de Novos Projetos e Operações.



Dentro de cada Categoria de Risco, os riscos são classificados em Grupos de Risco. No capítulo "Governo Corporativo" encontra-se uma descrição completa dos riscos e a forma como são geridos. O seguinte gráfico resume as Categorias de Risco e os Grupos de Risco na EDPR.

ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

- III Cobertura da exposição ao risco de mercado através de contratos de compra de energia (PPA) ou coberturas financeiras de curto prazo
- III Cobertura natural, mantendo a dívida e as receitas denominadas na mesma moeda
- III Execução de forwards FX para eliminar o risco de transações cambiais
- III Taxas de juro fixas
- III Fontes alternativas de financiamento, tais como contratos "Tax Equity" e contratos Multilaterais/Project Finance

- III Análise de risco de crédito e operacional de contraparte
- III Requisitos colaterais de acordo com a política
- III Monitorização dos limites de risco de contraparte

- III Supervisão da equipa de engenharia da EDPR
- III COD flexíveis em PPA para evitar penalizações
- III Parcerias com equipas locais sólidas
- III Monitorização dos riscos operacionais recorrentes durante as fases de construção e desenvolvimento
- III Seguros contra danos físicos e interrupções de atividade
- III Pacotes de remuneração atrativos e formação
- III Revisão de todos os regulamentos que afectam a atividade (ambiente, fiscalidade...)
- III Controlo de procedimentos internos
- III Redundância de servidores e centros de controlo de parques eólicos

- III Seleção criteriosa dos mercados energéticos com base no risco geográfico e nos princípios fundamentais do mercado energético
- III Diversificação nos mercados e esquemas remuneratórios
- III Envolvimento ativo nas principais associações de energia eólica em todos os mercados onde a EDPR está presente
- III Assinatura de acordos de médio prazo com fabricantes de turbinas para assegurar a visibilidade do preço das turbinas e o seu fornecimento
- III Recurso a uma base alargada de fornecedores de turbinas para assegurar o abastecimento e a assinatura de contratos antes do envolvimento em leilões de energia

- III Seleção criteriosa de países
- III Análise da rentabilidade de todos os novos investimentos tendo em conta todos os riscos acima indicados
- III Acompanhamento da análise de custo-benefício das energias renováveis e as potenciais perturbações do mercado

Em 2015, a EDPR procedeu à revisão e definição de quatro Políticas Globais de Risco:

- III Política de Proteção do Preço da Energia: Foram revistos os limites de exposição.
- III Política de Risco de Crédito de Contraparte: Foram revistos os limites de exposição.
- III Política de Risco Geográfico: Foi aprovada uma versão completa da política, de acordo com as diretrizes estabelecidas em 2014.
- III Política de Risco Geográfico: Foi realizada uma revisão completa da política, associando as medidas internas e externas do risco geográfico.

Em 2015, a revisão das políticas centrou-se nos riscos com diferentes níveis de impacto nos resultados financeiros da EDPR.

2.3. GESTÃO DE RISCO

Em linha com o perfil de risco controlado da EDPR, o processo de Gestão de Risco define os mecanismos para a avaliação e gestão de riscos e oportunidades com impacto no negócio, aumentando a probabilidade da Empresa de alcançar os seus objetivos financeiros e, simultaneamente, minimizar as flutuações de resultados sem comprometer os mesmos.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO

Os processos de gestão de risco da EDPR são suportados por um modelo de gestão integrada e transversal que garante a implementação das melhores práticas de Governo Corporativo e transparência. Este processo é acompanhado de perto e supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, um órgão independente de supervisão constituído por Administradores Não Executivos.

O objetivo do processo de gestão de risco é assegurar o alinhamento da exposição ao risco da EDPR com o perfil de risco pretendido pela empresa. As políticas de gestão de risco destinam-se a mitigar os riscos, sem ignorar potenciais oportunidades e, desta forma, otimizar a rentabilidade vs. exposição ao risco.

A gestão de risco é aprovada pela Comissão Executiva, apoiada pela Comissão de Risco e implementada em decisões do dia-a-dia por todos os gestores da empresa. É suportada por três funções organizacionais distintas:

- **ANALISTA DO PERFIL DE RISCO:** Responsável pela identificação e análise de riscos, e definição de políticas e limites para a gestão de riscos dentro da empresa;
- **GESTOR DO RISCO:** Responsável pelas decisões operacionais quotidianas e pela implementação de políticas de risco aprovadas;
- **CONTROLADOR DE RISCO:** Responsável pelo acompanhamento dos resultados de decisões de risco e do alinhamento das operações com a política geral aprovada pela Comissão Executiva.

A EDPR criou três reuniões diferentes para a Comissão Executiva, para separar as discussões sobre a execução de estratégias de mitigação das discussões sobre a definição de novas políticas:

- **COMISSÃO DE RISCO RESTRITA:** Realizada mensalmente, visa principalmente o risco de desenvolvimento e o risco de preço de mercado da eletricidade. É o fórum onde é discutida a execução de estratégias de mitigação destinadas a reduzir a exposição aos preços de mercado. A sua finalidade é também controlar os limites das políticas de risco definidas, relativamente ao risco de contraparte, risco operacional e risco geográfico.
- **COMISSÃO DE RISCO FINANCEIRO:** Realizada trimestralmente, é o fórum onde são revistos os principais riscos financeiros e onde é discutida a execução de estratégias de mitigação. O risco cambial, o risco de taxas de juro e o risco de crédito de contrapartes financeiras são os riscos mais relevantes revistos por esta comissão.
- **COMISSÃO DE RISCO:** Realizada trimestralmente, é o fórum onde são discutidas as novas análises estratégicas e onde são propostas as políticas recém-definidas para aprovação da Comissão Executiva. Adicionalmente, é também revista a posição de risco global da EDPR, em conjunto com EBITDA@Risk e Net Income@Risk.

MAPA DE RISCOS NA EDPR

A gestão do risco na EDPR cobre todos os riscos de mercado, de crédito e operacionais da empresa. Com o objetivo de obter uma visão holística dos riscos, estes foram classificados em Áreas de Risco, que abrangem todo o ciclo de negócio da EDPR, e em Categorias de Risco, seguindo uma classificação geral de riscos. As Áreas de Risco são Países e regulamentações, Receitas, Financiamento, Contratos de Turbinas Eólicas, desenvolvimento de Novos Projetos e Operações.

edp renováveis

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

Índice

3. EXECUÇÃO

65	3.1 ECONÓMICA
65	3.1.1. DESEMPENHO OPERACIONAL
68	3.1.2. DESEMPENHO FINANCEIRO
77	3.2 STAKEHOLDERS
77	3.2.1. COLABORADORES
80	3.2.2. COMUNIDADES
82	3.2.3. FORNECEDORES
85	3.3. PRIMEIRO A SEGURANÇA
86	3.4. EQUILÍBRIO AMBIENTAL POSITIVO
88	3.5. INOVAÇÃO



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Linhas que abrem novos horizontes

ENERGY WITH INTELLIGENCE

**RELATÓRIO
E CONTAS
2015**

03. EXECUÇÃO

3.1. ECONÓMICA

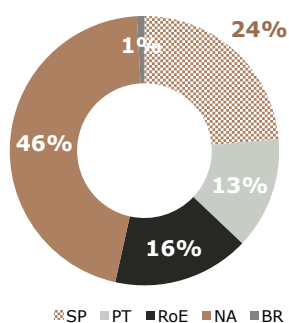
3.1.1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2015, a EDPR instalou mais de 600 MW e mais de 1 GW após contabilizar a consolidação da ENEOP.

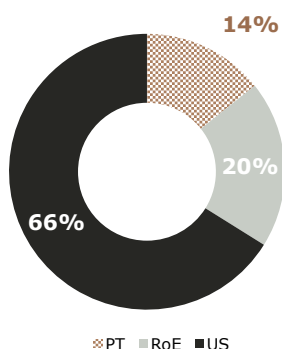
	MW			NCF			GWh		
	YE15	YE14	Var.	YE15	YE14	Var.	YE15	YE14	Var.
Spain	2.194	2,194	-	26%	28%	-2pp	4,847	5,176	-6%
Portugal	1,247	624	+623	27%	30%	-3pp	1,991	1,652	+21%
Rest of Europe	1,523	1,413	+111	27%	24%	+3pp	3,225	2,495	+29%
Europe	4,965	4,231	+734	26%	27%	-1pp	10,062	9,323	+8%
US	4,203	3,805	+398	32%	33%	-1pp	11,031	10,145	+9%
Canada	30	30	-	27%	27%	+1pp	72	59	+23%
North America	4,233	3,835	+398	32%	33%	-1pp	11,103	10,204	+9%
Brazil	84	84	-	30%	32%	-2pp	222	236	-6%
EDPR: EBITDA	9.281	8.149	+1132	29%	30%	-1pp	21.388	19.763	+8%
ENEOP	-	533	-533						
Other equity consolidated	356	353							
Spain	177	174	+3						
United States	179	179							
EDPR: EBITDA + Equity consolidated	9.637	9.036	+602						

A EDPR MANTÉM UM CRESCIMENTO SELETIVO SÓLIDO

9.6 GW EBITDA + NET EQUITY



+602 MW IN 2015



Com um portfólio de elevada qualidade, presente em dez países, a EDPR conta com um forte histórico e capacidade comprovada para executar projetos de nível superior e cumprir as metas. A base de ativos instalada de 9,6 GW não é só jovem em idade (em média, 6 anos), é também altamente certificada em termos de padrões ambientais e de saúde e segurança.

Desde 2008, a EDPR duplicou a sua capacidade instalada com um aumento de 5,2 GW, o que resulta numa capacidade total instalada de 9.637 MW (EBITDA + Património líquido). No final do exercício de 2015, a EDPR tinha 5.142 MW instalados na Europa, 4.412 MW na América do Norte e 84 MW no Brasil.

Durante o ano de 2015, a EDPR adicionou 602 MW à sua capacidade instalada, dos quais 398 MW nos EUA e 204 MW na Europa.

INSTALAÇÕES EM 2015 CONCENTRADAS NOS EUA

EBITDA total + Capacidade instalada do património líquido ultrapassou 4,4 GW. nos EUA. Na Europa, metade do aumento da capacidade resultou de adições no Resto da Europa. A Península Ibérica contribuiu também com mais 93 MW, principalmente devido à separação de ativos da ENEOP, que, a 1 dezembro, se encontrava 100% consolidada na EDPR.

Na Polónia, a EDPR continua a registar um crescimento positivo com a instalação de 77 MW, 47 MW do parque eólico de Tomaszów localizado na região central e 30 MW do parque de Poturzyn. A EDPR adicionou 18 MW à sua capacidade instalada em França com a conclusão do projeto de Escardes e Montagne Fayel, ambos com 12 MW de capacidade instalada. Por último, a EDPR assegurou o fornecimento de 10 MW em Itália com o projeto Parco la Rocca.

PROJECT NAME	COUNTRY	MW
ENEOP	Portugal	80
Corte dos Alamos	Portugal	6
Other	Iberia	7
Tomaszów	Poland	47
Poturzyn	Poland	30
Escardes	France	12
Montagne Fayel	France	12
Parco la Rocca	Italy	10
Arbuckle	US	100
Rising Tree South	US	99
Waverly	US	199
2015 ADDITIONS		602

MAIS DE METADE DO AUMENTO DA CAPACIDADE ENCONTRA-SE JÁ EM CONSTRUÇÃO EM 2016

Até finais de 2015, a EDPR tinha 344 MW em construção, todos relacionados com projetos para entrega em 2016, com remuneração garantida a longo prazo.

No México, a EDPR iniciou os trabalhos do seu primeiro parque eólico no país: 200 MW com um PPA já garantido no estado de Coahuila.

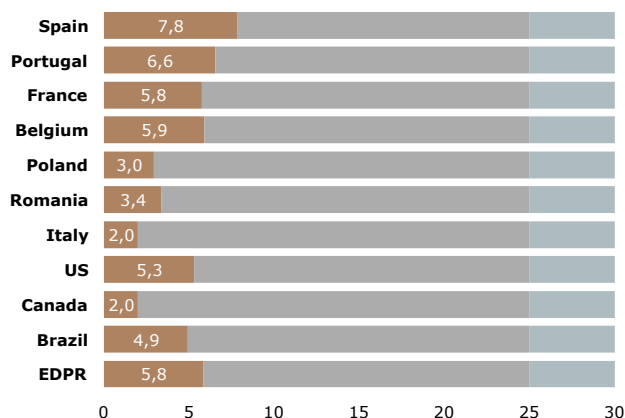
No Brasil, a EDPR tem 120 MW em construção relacionados com os projetos da Baixa do Feijão, após ter vencido a licitação A5 para PPAs pelo período de vinte anos, com início em 2016.

Na Europa, 24 MW estavam em construção em França, onde a EDPR possui uma forte estratégia de crescimento de longo prazo.

92% DA CAPACIDADE INSTALADA DA EDPR ESTÁ COBERTA PELA CERTIFICAÇÃO ISO 14001*

O Sistema de Gestão Ambiental é desenvolvido de acordo com a norma internacional ISO 14001 e certificado por uma organização independente de certificação. Estes standards consensuais são considerados uma marca de referência para os Sistemas de Gestão Ambiental e uma garantia de que os parques da EDPR, independentemente do ambiente regulatório, estão alinhados e com o mesmo nível de cumprimento. Informação adicional sobre MW certificados disponível na página 86.

ASSETS' AVERAGE AGE AND USEFUL LIFE



Além da sua elevada qualidade operacional e ativos seguros, a EDPR possui também um portfólio recente com uma idade média de 6 anos, com uma estimativa superior a 19 anos de vida útil remanescente a ser capturada.

Na Europa, o portfólio da EDPR tinha uma idade média de 6 anos e, na América do Norte e no Brasil, de 5.

Durante todo o processo, desde o desenvolvimento até ao início das operações, a EDPR mantém os mais elevados padrões de qualidade de construção, integridade e sustentabilidade.

A título de exemplo, refere-se que a EDPR empreendeu inúmeros esforços para minimizar os impactos e promover a responsabilidade ambiental em Arbuckle Mountain. Embora o projeto represente um risco de impacto muito baixo para as águias de cabeça branca, a EDPR e o seu

consultor desenvolveram um Plano de Conservação da Águia, colocando as turbinas eólicas longe do habitat de nidificação destas aves, para reduzir mais o risco. Ao longo do ano, foram realizadas determinadas atividades de construção, incluindo a agitação e limpeza de solos, para minimizar o risco para as aves que nidificam no solo. Além disso, apesar de ser altamente improvável que existam nesta área, foram envidados esforços para minimizar os potenciais impactos para o besouro das colmeias, uma espécie em vias de extinção, cujo alcance inclui uma pequena parte da área do projeto.

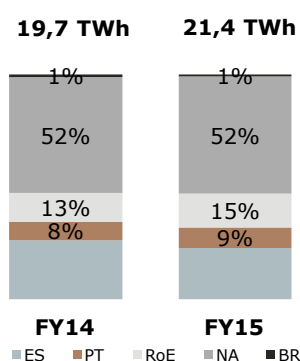
A EDPR estende também o seu impacto positivo às comunidades locais, financiando as suas festividades, como as celebrações do 4 de Julho na pequena cidade de Davis ou apoiando instituições importantes, como o corpo de bombeiros que necessitou de novos isolamentos e prateleiras, que foram financiados pela EDPR.

Na Polónia, as cidades de Tomaszów e Jarczów foram impactadas positivamente com a construção do parque eólico de Tomaszów, onde foram substituídas estradas locais, passeios e paragens de autocarro. Do ponto de vista ambiental, foi realizada a monitorização de morcegos, pássaros e hamsters.

Em suma, o valor intrínseco global criado pela instalação de mais de 0,6 GW é muito positivo.

* Cálculo baseado na capacidade instalada em 2014. As instalações são certificadas no ano a seguir a ser reportado.

AUMENTO DA GERAÇÃO EM 8% EM TERMOS HOMÓLOGOS



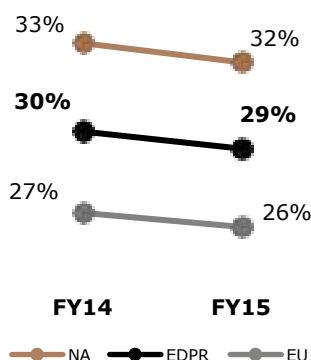
A EDPR gerou 21,4 TWh em 2015. Ao adicionar os mais de 1 TWh produzidos a partir dos nossos projetos, foi produzida energia limpa suficiente para servir cerca de 44% da procura de eletricidade de Portugal.

O aumento anual de 8% na produção de eletricidade beneficiou das adições de capacidade realizadas nos últimos 12 meses e da consolidação da ENEOP.

Devido a recursos eólicos mais baixos, a EDPR atingiu um fator de carga de 29% em 2015, em comparação com um fator de carga de 30% atingido em 2014.

A EDPR também alcançou uma disponibilidade excepcional de 98%. A empresa continua a reforçar as suas competências essenciais no sentido de maximizar a produção eólica e confia no seu portefólio diversificado para minimizar o risco de volatilidade da energia eólica.

O DESEMPENHO PREMIUM E UMA CARTEIRA DIVERSIFICADA PROPORCIONAM UMA PRODUÇÃO EQUILIBRADA



As operações da EDPR na América do Norte foram o principal motor para o crescimento da produção de eletricidade em 2015, um aumento de +9% em termos homólogos para 11,1 TWh, que representou 52% da produção total (estável face ao período homólogo). Este desempenho foi estimulado pela capacidade única da EDPR para capturar o recurso eólico disponível e contribuir para novos aumentos. A EDPR alcançou uma taxa de ocupação de 32% na América do Norte, +1pp vs. 2014.

O crescimento da produção na Europa deveu-se principalmente à vantagem de colher os benefícios da capacidade instalada em 2014, o que ajuda a compensar a queda constante da taxa de ocupação. Todos os países apresentam um crescimento positivo, à exceção de Espanha, onde 2014 foi considerado um ano excepcional em termos de recursos eólicos.

Os fatores de capacidade em Espanha (-2pp) e Portugal (-3pp) foram inferiores em termos homólogos, mas a eficiência atingida correspondeu às expectativas normais. Adicionalmente, a EDPR atingiu, mais uma vez, uma vantagem sólida sobre a taxa de ocupação média do mercado espanhol (+2 pp).

As restantes operações na Europa atingiram um fator de carga de 27% (24% em 2014) e geração anual cada vez maior. A Polónia e a Roménia aumentaram a sua produção em +572 GWh em termos homólogos, tendo a nova capacidade e recursos sólidos contribuído para um forte desempenho. A produção mais elevada em Itália (+44 GWh) e França (+90 GWh) deveu-se a uma combinação de novas capacidades e fortes recursos eólicos. Os restantes países apresentaram um crescimento estável de 23 GWh.

Em 2015, a produção da EDPR no Brasil diminuiu 6%, em termos homólogos, para 222 GWh, como resultado de recursos eólicos mais fracos durante o ano, o que conduziu a um fator de utilização de 30% (-2pp).

ENERGIA LIVRE DE CARBONO

Os 21,4 TWh de eletricidade produzida pela EDPR têm zero emissões de carbono, contribuindo para a luta mundial contra as alterações climáticas. Com base em fatores de emissões térmicas de cada um dos países, estima-se terem sido evitadas cerca de 18,7 milhões de toneladas de emissões equivalentes de CO₂ que, caso contrário, teriam sido emitidas pela queima de combustíveis fósseis para gerar a mesma quantidade de energia elétrica em áreas geográficas onde a EDPR está presente.



Parque Eólico Blue Canyon, USA

3.1.2. DESEMPENHO FINANCEIRO

AS RECEITAS TOTALIZARAM 1,5 MIL MILHÕES DE EUROS E O EBITDA FOI DE 1,1 MIL MILHÕES DE EUROS.

Em 2015, as receitas da EDPR ascenderam a 1,547 milhões de euros, um aumento de 270 milhões de euros face a 2014, impulsionado principalmente pela valorização cambial (+110 milhões de euros), volumes mais elevados (+106 milhões de euros), preço médio de venda mais elevado (+28 milhões de euros) e uma atualização participações residuais dos investidores em estruturas de *tax equity* após a *flip date* (30 milhões de euros). A produção da EDPR no período aumentou 8% e o preço médio de venda 9% como resultado do preço médio de venda mais elevado na Europa.

O EBITDA aumentou 239 milhões de euros, em termos homólogos, para 1.142 milhões de euros, como resultado da evolução das receitas, o que foi parcialmente compensado por custos operacionais líquidos mais elevados, +31 milhões de euros para 405 milhões de euros. Os custos operacionais líquidos tiveram um impacto positivo devido a outros proveitos operacionais mais elevados, +116 milhões de euros, principalmente explicado pelo ganho resultante da aquisição do controlo de determinados ativos da ENEOP, tendo sido mais do que compensado por custos operacionais mais elevados. Durante o período, os outros custos operacionais registaram um aumento de +147 milhões de euros, principalmente devido ao impacto de abates, refletindo o enfoque da empresa em desenvolver esforços em regiões com indicadores de negócio sólidos e, em menor grau, de conversões cambiais. Como resultado, a margem EBITDA aumentou de 71% para 74%.

DESTAQUES FINANCEIROS (€M)	2015	2014	▲% / €
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Receitas	1 547	1 277	+21%
EBITDA	1 142	903	+26%
Resultado Líquido (atribuível aos acionistas da EDPR)	167	126	+32%
FLUXO DE CAIXA			
Fluxo de caixa operacional	701	707	(1%)
Investimento Líquido	719	515	+40%
BALANÇO			
Ativos	15 736	14 316	+1 420
Capital Próprio	6 834	6 331	+503
Passivo	8 902	7 986	+916
PASSIVO			
Dívida Líquida	3 707	3 283	+425
Parcerias Institucionais	1 165	1 067	+98

OS RESULTADOS LÍQUIDOS ATINGIRAM OS 167 MILHÕES DE EUROS

Devido à evolução das receitas, os resultados líquidos aumentaram 32%, em termos homólogos, para 167 milhões de euros, enquanto que os resultados líquidos ajustados desceram 13% para os 108 milhões de euros, ajustados de eventos não recorrentes, taxas de câmbio e mais-valias.

FLUXO DE CAIXA SÓLIDO

O fluxo de caixa operacional atingiu os 701 milhões de euros e os investimentos líquidos 719 milhões de euros, beneficiando da estratégia de rotação de ativos. Em 2015, a EDPR recebeu 395 milhões de euros relativos à venda de participações minoritárias. Na prossecução da sua estratégia de rotação de ativos, concluiu a transação da Fiera Axiom, que foi assinada em 2014, e a execução financeira da venda de uma participação minoritária numa central de energia solar fotovoltaica nos Estados Unidos. Em relação a estas duas transações, a EDPR recebeu um montante líquido de 316 milhões de euros, considerando os valores de transação acordados deduzidos do montante devido desde a assinatura até à data de liquidação e do valor líquido dos custos das transações. Em 2015, ocorreu também a execução financeira da venda de ativos minoritários brasileiros à CTG, no âmbito da parceria com a EDP.

As despesas de capital totalizaram 903 milhões de euros, o que refletiu no aumento de capacidade do ano e da capacidade em construção. Os investimentos financeiros totalizaram 157 milhões, principalmente relacionados com a liquidação da separação de ativos da ENEOP, com a aquisição de uma participação de 45% na EDPR Brasil e com a aquisição de participações minoritárias em SPVs já controladas em Espanha. Em resultado da conversão cambial (impacto de 130 milhões de euros), dos investimentos efetuados no período, da sólida geração de fluxos de caixa, da execução da estratégia de rotação de ativos e da monitorização rigorosa dos custos operacionais, registou-se um aumento da dívida líquida de 425 milhões de euros, o que reflete 3,2x da dívida líquida / EBITDA o que compara com 3,6x em 2014.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESEMPENHO SÓLIDO

As receitas da EDPR totalizaram 1.547 milhões de euros, um aumento de 21%, resultante de conversões cambiais, volumes e preços de venda mais elevados em conjunto com outros efeitos.

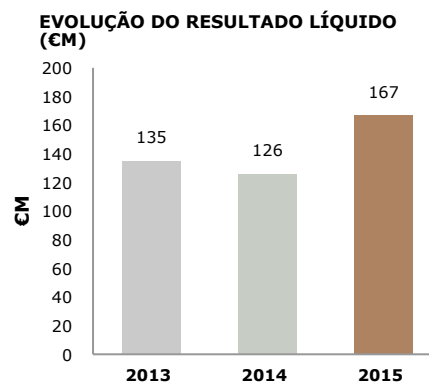
Os outros proveitos operacionais aumentaram 116 milhões de euros, principalmente devido ao ganho resultante da aquisição do controlo de certos ativos da ENEOP, enquanto os custos operacionais (Opex) - definidos como custos operacionais (líquidos), excluindo outros proveitos operacionais - aumentaram 147 milhões de euros, principalmente devido ao impacto de abates e conversões cambiais. Como reflexo do controlo de custos e da estratégia da EDPR de gestão de ativos, os fornecimentos e serviços externos e os custos com o pessoal por MW médio, ajustados do impacto cambial, diminuíram 1% em termos homólogos, e os fornecimentos e serviços e os custos com o pessoal por MWh médio, mantiveram-se estáveis em termos homólogos, devido aos menores recursos eólicos durante o período.

Em 2015, o EBITDA diminuiu 26% para 1.142 milhões de euros, enquanto a margem EBITDA aumentou para 74%, face a 71% em 2014.

Os resultados operacionais (EBIT) aumentaram 37%, face a 2014, para 578 milhões de euros, refletindo o desempenho do EBITDA e 84 milhões de euros de custos com amortizações mais elevados, incluindo as imparidades líquidas, em conjunto com um aumento da capacidade de produção e conversão cambial.

A nível de financiamento, as despesas financeiras líquidas aumentaram 14%. Os juros financeiros líquidos registaram um decréscimo de 8% devido a um custo da dívida mais baixo, que passou de 5,2% para 4,3% em dezembro de 2015. Os custos com parcerias institucionais foram 22 milhões de euros mais elevados, refletindo principalmente a conversão cambial e os novos acordos de *tax equity*, enquanto que as despesas capitalizadas decresceram 14% face a 2014. As diferenças cambiais e derivados tiveram um impacto negativo de 3 milhões de euros.

Os resultados antes de impostos aumentaram para 291 milhões de euros e os impostos sobre o rendimento para 45 milhões de euros. No período em análise, as participações minoritárias totalizaram 79 milhões de euros, um aumento de 27 milhões de euros, resultante das participações minoritárias vendidas à EFG Hermes, Northleaf, DIF III e Fiera Axium, como parte da execução da estratégia de rotação de ativos, e à CTG. Em suma, os resultados líquidos aumentaram para 167 milhões de euros e os resultados líquidos ajustados aumentaram 13% em termos homólogos.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS (€M)	2015	2014	▲% / €
RECEITAS	1 547	1 277	+21%
Outros proveitos operacionais	162	46	+254%
Fornecimentos e Serviços Externos	(293)	(257)	+14%
Custos com pessoal	(84)	(66)	+27%
Outros custos operacionais	(189)	(96)	+96%
Custos operacionais (líquidos)	(405)	(374)	+8%
EBITDA	1 142	903	+26%
EBITDA/Receitas Líquidas	74%	71%	+3pp
Provisões	0,2	(0,0)	-
Amortizações	(587)	(500)	+18%
Amortizações de subsídios ao investimento	23	19	+20%
RESULTADO OPERACIONAL (EBIT)	578	422	+37%
Resultados Financeiros	(285)	(250)	+14%
Ganhos / (perdas) em associadas	(2)	22	-
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	291	194	+50%
Impostos sobre o rendimento	(45)	(16)	+177%
Resultado líquido do exercício	245	178	+38%
RESULTADO LÍQUIDO (ACIONISTAS DA EDPR)	167	126	+32%
Interesses não controláveis	79	52	+52%

BALANÇO

OS CAPITALS PRÓPRIOS AUMENTARAM 503 MILHÕES DE EUROS

Os capitais próprios de 6,8 mil milhões de euros aumentaram em 503 milhões de euros em 2015, dos quais 314 milhões de euros são atribuíveis a participações minoritárias. O aumento dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas da EDPR em 189 milhões de euros são principalmente resultado dos 167 milhões de euros de lucro líquido, reduzido em 35 milhões de euros pelo pagamento de dividendos.

O passivo total aumentou 11% em +916 milhões de euros, principalmente em credores e outros passivos (+375 milhões de euros), dívida financeira (+318 milhões de euros) e passivo relacionado com as parcerias institucionais (+98 milhões de euros).

Com um passivo total de 8,9 mil milhões de euros, o rácio passivo-capitalis próprios da EDPR situou-se em 130% no final de 2015, o que representa um aumento face aos 126% em 2014. O passivo foi principalmente composto por dívida financeira (47%), passivo relacionado com parcerias institucionais nos EUA (13%) e credores e outros passivos (26%).

O passivo relacionado com parcerias institucionais nos EUA situou-se em 1.165 milhões de euros, incluindo +254 milhões de dólares de novos montantes recebidos em 2015. Os proveitos diferidos de parcerias institucionais representam principalmente o passivo não económico relacionado com os créditos fiscais de que o investidores institucionais já beneficiaram, decorrentes da depreciação fiscal acelerada, e que apenas são reconhecidos em resultados, ao longo da vida útil restante dos parques eólicos.

O passivo por impostos diferidos é um reflexo dos efeitos fiscais provocados pelas diferenças temporárias entre ativos e passivos numa base contabilística e numa base fiscal. Os valores de credores e outros passivos incluem fornecedores comerciais, fornecedores de ativos fixos tangíveis (propriedades, instalações e equipamento), subvenções recebidas e instrumentos financeiros derivados.

Tendo os ativos totais somado 15,7 mil milhões de euros em 2015, o rácio de capitais próprios da EDPR alcançou 43% vs. 44% em 2014. 80% dos ativos era composto por ativos fixos tangíveis (propriedades, instalações e equipamento), o que reflete o capital líquido acumulado investido em ativos de geração de eletricidade a partir de energias renováveis.

O total de ativos fixos tangíveis de 12,6 mil milhões de euros reflete 898 milhões de euros de novos ativos adicionados durante 2015, 844 milhões de euros devido à consolidação da ENEOP e 583 milhões de euros da conversão cambial (principalmente resultantes da valorização do dólar norte-americano), deduzido de 694 milhões de euros para amortizações, reclassificação de ativos detidos para venda, perdas de imparidade e abates.

Os ativos intangíveis líquidos incluem principalmente 1,5 mil milhões de euros de goodwill registado nas contas da EDPR nos EUA e em Espanha enquanto as contas a receber de devedores estão relacionadas fundamentalmente com empréstimos a partes relacionadas, garantias, depósitos caucionados e créditos fiscais.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (€M)	2015	2014	▲% / €
ATIVOS			
Ativos fixos tangíveis (líq.)	12 612	11 013	+1 599
Ativos intangíveis e goodwill (líq.)	1 534	1 405	+129
Investimentos financeiros (líq.)	340	376	(36)
Ativos por impostos diferidos	47	46	+1
Inventários	23	21	+1
Devedores – clientes (líq.)	222	146	+76
Devedores – outros (líq.)	338	859	(520)
Depósitos como colateral	73	81	(7)
Caixa e equivalentes de caixa	437	369	+68
Ativos detidos para venda	110	0	+110
Total de ativos	15 736	14 316	+1 420
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital + prémios de emissão	4 914	4 914	-
Resultados acumulados e outras reservas	891	742	+149
Resultado líquido atribuível aos acionistas da EDPR	167	126	+41
Interesses não controláveis	863	549	+314
Total dos capitais próprios	6 834	6 331	+503
PASSIVO			
Dívida financeira	4 220	3 902	+318
Passivo com investidores institucionais	1 165	1 067	+98
Provisões para riscos e encargos	121	99	+23
Passivos por impostos diferidos	316	270	+46
Proveitos diferidos de investidores institucionais	791	735	+56
Credores e outros passivos (líq.)	2 288	1 912	+375
Total do passivo	8 902	7 986	+916
Total dos capitais próprios e passivo	15 736	14 316	+1 420

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL SÓLIDO

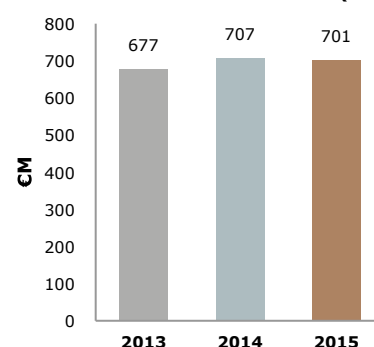
Em 2015, a EDPR gerou um fluxo de caixa operacional de 701 milhões de euros. A EDPR continua a beneficiar da sua capacidade para gerar fluxos de caixa sólidos a partir dos seus ativos em operação.

Os fatores-chave que justificam a evolução do fluxo de caixa de 2015 são os seguintes:

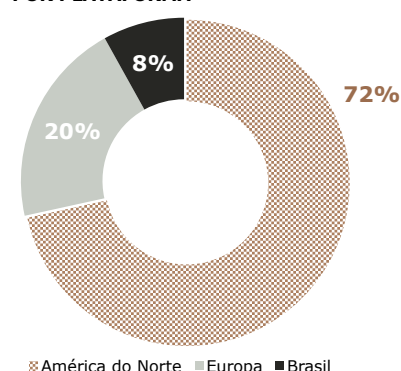
- Os Fundos Gerados pelas Operações (FFO), calculado como EBITDA após juros da dívida, ganhos em associadas e impostos aumentaram para 901 milhões de euros;
- O Fluxo de Caixa Operacional, sendo o EBITDA líquido de imposto corrente e ajustado por componentes não caixa (nomeadamente receitas de parcerias institucionais nos EUA e abates) e líquido de variações de fundo de maneo, ascendeu a 701 milhões de euros.
- O Investimento Operacional incluído o aumento da capacidade, os projectos em fase de construção e em desenvolvimento somaram 903 milhões de euros. Na Europa, o investimento operacional totalizou 184 milhões de euros, sobretudo no Resto da Europa, enquanto que 646 milhões de euros foram investidos na América do Norte, o principal foco de crescimento da EDPR no seu plano de negócios para 2014-17. As outras atividades de investimento líquido ascenderam a +129 milhões de euros, refletindo sobretudo a a separação de ativos da ENEOP, os investimentos efetuados no Brasil após a aquisição de 45% da EDPR Brasil, a aquisição de participações minoritárias de SPVs já controladas em Espanha e as faturas de fornecedores de equipamentos já registadas mas ainda não liquidadas.
- Na prossecução da sua estratégia de rotação de ativos, foi concluída a transação da Fiera Axiom e a execução financeira da venda de uma participação minoritária numa central de energia solar fotovoltaica nos Estados Unidos. Em 2015, ocorreu também a execução financeira da venda de ativos minoritários brasileiros à CTG, no âmbito da parceria com a EDP.
- Os recebimentos líquidos de parcerias institucionais atingiram os 68 milhões de euros. Em 2015, a EDPR recebeu a última tranche de um acordo assinado no 4.º trimestre de 2014, e os recebimentos das parcerias institucionais nos parques eólicos de Rising Tree South (99 MW) e de Arbuckle (100 MW).
- O total de dividendos líquidos e outras distribuições de capital pagos a acionistas minoritários ascendeu a 115 milhões de euros, incluindo 35 milhões de euros de dividendos pagos aos acionistas da EDPR. As diferenças cambiais e outros tiveram um impacto negativo, aumentando a Dívida líquida em 277 milhões de euros, que também resultam da consolidação da ENEOP e do impacto da valorização do dólar e outras conversões cambiais (+130 milhões de euros em 2015).

Em suma, a Dívida líquida aumentou 425 milhões de euros, para 3.707 milhões de euros no fim do exercício.

FLUXO CAIXA OPERACIONAL (€M)



PERFIL DAS DESPESAS DE CAPITAL POR PLATAFORMA



FLUXO DE CAIXA (€M)	2015	2014	▲% / €
EBITDA	1 142	903	+26%
Imposto corrente	(51)	(50)	+3%
Juros financeiros líquidos	(188)	(207)	(9%)
Ganhos/(perdas) em associadas	(2)	22	(107%)
FFO (Fundos provenientes das operações)	901	668	+35%
Juros financeiros líquidos	188	207	(9%)
Ganhos/(perdas) em associadas	2	(22)	(107%)
Outros ajustamentos e variações não financeiras	(263)	(130)	+103%
Variações ao fundo de maneo	(127)	(16)	-
Fluxo de caixa operacional	701	707	(1%)
Investimentos operacionais	(903)	(732)	+23%
(Investimentos)/desinvestimentos financeiros	(157)	(19)	+708%
Variações no fundo de maneo de fornecedores ativos fixos	26	192	(86%)
Subsídios ao investimento	1	22	(93%)
Fluxo de caixa operacional líquido	(330)	169	-
Venda de int. não controláveis e empréstimos de acionistas	395	215	+84%
Recebimentos/(pagamentos) parcerias com invest. instit.	68	(70)	(198%)
Encargos financeiros líquidos (após capitalizações)	(165)	(180)	(8%)
Dividendos líquidos e outras distribuições de capital	(115)	(79)	+46%
Diferenças cambiais e outros	(277)	(60)	+361%
REDUÇÃO / (AUMENTO) DA DÍVIDA LÍQUIDA	(425)	(5)	-

DÍVIDA FINANCEIRA

PERFIL DE DÍVIDA DE LONGO PRAZO ESTÁVEL

A dívida financeira total da EDPR aumentou 326 milhões de euros para 4,1 mil milhões de euros, o que reflete a valorização do dólar norte-americano, os investimentos efetuados neste período e os recebimentos da execução de operações de rotação de ativos. Os empréstimos do Grupo EDP, o acionista maioritário da EDPR, foram responsáveis por 74% da dívida, enquanto que a dívida contraída junto de instituições financeiras representou 26%.

Para continuar a diversificar as suas fontes de financiamento, a EDPR continua a executar projetos de elevada qualidade, o que permite à Empresa assegurar *project finance* a custos competitivos. Em 2015, a EDPR fechou três transações de *project finance*: no Brasil, parques eólicos em construção com a capacidade instalada total de 120 MW, no valor de 306 milhões de reais; na Bélgica, um parque eólico de 14 MW em funcionamento, no valor de 16 milhões de euros; e, na Polónia, um parque eólico de 54 MW em funcionamento, no valor 167 milhões zlotis polacos.

Em dezembro de 2015, 51% da dívida financeira da EDPR estava denominada em euros, enquanto que 40% estava denominada em dólares norte-americanos em função dos investimentos da Empresa nos EUA, estando os remanescentes 9% sobretudo relacionados com financiamento em zlotis polacos e reais brasileiros.

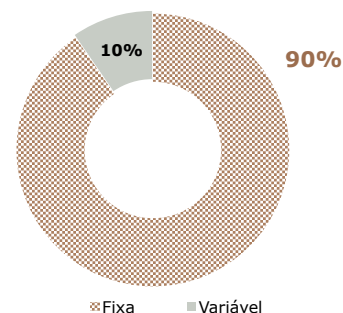
A EDPR continua a seguir uma estratégia de financiamento a uma taxa fixa de longo prazo, combinando o perfil de fluxo de caixa operacional com os seus custos financeiros, diminuindo, desta forma, o risco de taxa de juro. Assim, em dezembro de 2015, 90% da dívida financeira da EDPR tinha uma taxa de juro fixa e apenas 14% tinha prazos de maturidade até 2018. 40% da dívida financeira da EDPR tinha uma maturidade em 2018, refletindo um conjunto de empréstimos a 10 anos concedidos pela EDP em 2008, e 46% da dívida tem uma maturidade em 2019 ou posterior. Em dezembro de 2015, a taxa média de juros era de 4,3%, sendo mais baixa do que os 5,2% em dezembro de 2014.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

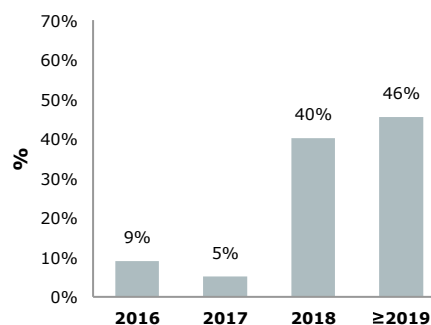
O passivo denominado em parcerias institucionais aumentou de 1.067 milhões de euros para 1.165 milhões de euros face a 2014, devido à valorização do dólar norte-americano, aos benefícios fiscais capturados por parcerias de *tax equity* e ao estabelecimento de novas estruturas de financiamento institucionais *tax equity* durante o período.

DÍVIDA FINANCEIRA (€M)	2015	2014	▲ €
Dívida financeira nominal + Juros corridos	4 220	3 902	+318
Depósitos colaterais associados com dívida	73	81	(7)
Dívida financeira total	4 147	3 821	+326
Caixa e Equivalentes	437	369	+68
Empréstimos a empresas do grupo EDP e <i>cash pooling</i>	3	170	(167)
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	-
Caixa e equivalentes	439	538	(99)
Dívida líquida	3 707	3 283	+425

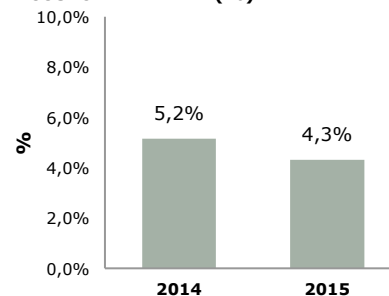
TIPO DE TAXA SOBRE A DÍVIDA



PERFIL DA MATURIDADE DA DÍVIDA (%)



CUSTO DA DÍVIDA (%)



EUROPA

RECEITAS

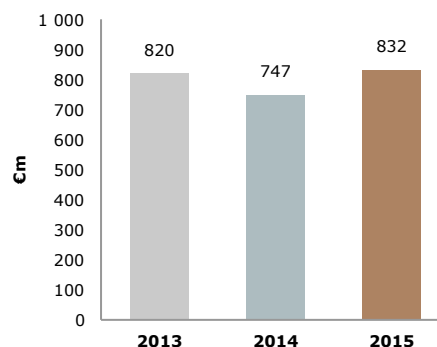
Na Europa, a EDPR obteve receitas de 832 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 85 milhões de euros face a 2014, refletindo o impacto do aumento da produção de eletricidade de 8% face a 2014, para 10.062 GWh e do aumento do preço médio de venda de 3% face a 2014, para 83 euros por MWh.

Especificamente, a redução das receitas resultou do aumento das receitas no Resto da Europa (+38 milhões de euros), Portugal (+24 milhões de euros) e Espanha (+21 milhões de euros, incluindo coberturas). Por conseguinte, a contribuição de Espanha totalizou 45%, enquanto a contribuição de Portugal e do Resto da Europa totalizou 23% e 32%, respetivamente.

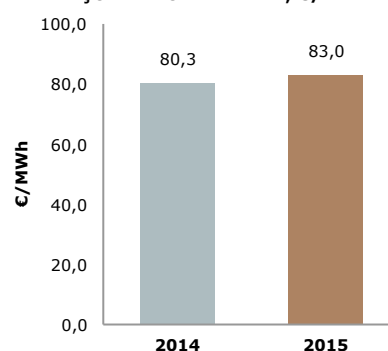
PREÇO DE VENDA MÉDIO

O preço médio de venda na Europa aumentou 3% para 83 euros por MWh, impulsionado principalmente pelo preço médio de venda mais elevado em Espanha, uma vez que o preço médio de venda praticado em 2014 foi extremamente baixo devido às condições climatéricas. Em Portugal, o preço médio de venda foi de 95 euros por MWh, inferior face a 2014, refletindo a consolidação da ENEOP a partir de 1 de setembro. No Resto da Europa, o preço médio de venda foi inferior face a 2014, atingindo 86 euros por MWh, devido principalmente ao preço mais baixo na Roménia, com os certificados verdes a serem vendidos abaixo do nível do valor regulamentado.

RECEITAS (€M)



PREÇO MÉDIO DE VENDA, €/MWH



CUSTOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS

Os custos operacionais líquidos diminuiram 61 milhões de euros, para 141 milhões de euros, devido principalmente ao aumento de outros proveitos operacionais resultante da aquisição do controlo de certos ativos da ENEOP, parcialmente atenuado pelo aumento de outros custos operacionais relativos a abates de certos projetos, arrendamentos e impostos e à maior capacidade de produção. Em 2015, os fornecimentos e serviços externos e os custos com o pessoal por MW médio instalado diminuiram 1%, em termos homólogos, para 41 mil euros, apoiados pela estratégia de gestão de ativos da EDPR e por uma maior capacidade de produção. Como reflexo de recursos eólicos mais baixos durante o período, os fornecimentos e serviços externos e os custos com o pessoal por MWh continuaram estáveis, em termos homólogos, em 17,6 euros.

Em suma, o EBITDA na Europa totalizou 690 milhões de euros, o que originou uma margem EBITDA de 83%, enquanto que os outros proveitos operacionais atingiram 401 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NA EUROPA (€M)	2015	2014	▲% / €
RECEITAS	832	747	+11%
Outros proveitos operacionais	140	27	+428%
Fornecimentos e serviços externos	(151)	(141)	+7%
Custos com pessoal	(27)	(22)	+19%
Outros custos operacionais	(104)	(65)	+59%
Custos operacionais (líquidos)	(141)	(202)	(30%)
EBITDA	690	544	+27%
EBITDA/Receitas líquidas	83%	73%	+10pp
Provisões	(0)	(0)	+0%
Amortizações	(291)	(271)	+8%
Amortização de subsídios ao investimento	2	2	+24%
RESULTADO OPERACIONAL (EBIT)	401	275	+46%

AMÉRICA DO NORTE

RECEITAS

Em 2015, as receitas aumentaram 15% para 772 milhões de dólares, sustentadas pelo aumento de 9% da produção e pela estabilidade do preço médio de venda.

PREÇO MÉDIO DE VENDA

O preço médio de venda na região manteve-se estável face a 2014, em 51 dólares por MWh. Nos Estados Unidos, o preço médio de venda aumentou para 51 dólares por MWh face a 50 dólares por MWh em 2014, beneficiando do aumento da produção de PPA/Cobertura e do preço de mercado praticado, uma vez que os preços em 2014 foram afetados por condições climáticas extremas, fazendo aumentar os custos de compensação e congestionamento, enquanto que em 2015 os preços subiram devido principalmente a um aumento de preços dos certificados verde. No Canadá, o preço médio de venda da EDPR foi de 113 dólares por MWh, inferior face a 2014, refletindo principalmente a conversão cambial.

CUSTOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS

Os custos operacionais líquidos aumentaram para 259 milhões de dólares, principalmente devido ao aumento de outros custos operacionais e, em menor grau, dos custos com o pessoal. O aumento em outros custos operacionais foi impulsionado por abates e pela contabilização de impostos sobre imóveis relativos a novos parques eólicos. Refletindo o controlo de custos e os fortes níveis de eficiência, os fornecimentos e serviços externos e os custos com o pessoal por MW médio produzido, diminuíram 3%, em termos homólogos, e 2% por MWh, devido ao impacto de menores recursos eólicos durante o período.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS E SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

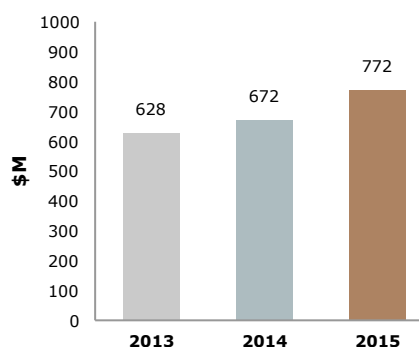
Os proveitos com parcerias institucionais aumentaram para 219 milhões de dólares, refletindo em parte, um evento não recorrente de atualização das participações residuais dos investidores em estruturas de *tax equity* após a *flip date*. Os projetos que optaram pela subvenção beneficiaram de menores encargos com amortizações, contabilizadas no resultado como amortização dos subsídios governamentais, num total de 23 milhões de dólares.

Em 2015, a EDPR recebeu 268 milhões de dólares de estruturas de financiamento institucionais de *tax equity* relativos ao recebimento da última tranche de um acordo de financiamento institucional de *tax equity*, assinado em outubro de 2014, e de duas estruturas de parceria institucionais, assinadas em 2015, para os parques eólicos de 99 MW de Rising Tree South e de Arbuckle de 100 MW.

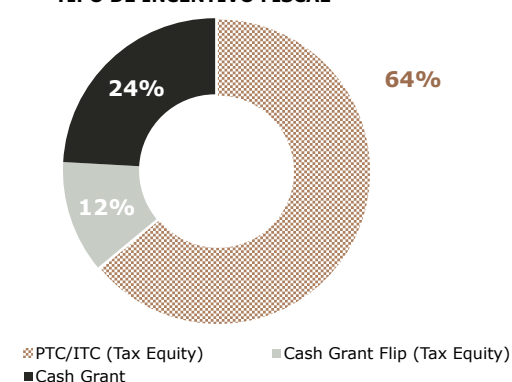
Em 2015, a EDPR assinou também uma estrutura de parceria institucional para o parque eólico de 199 MW de Waverly, cuja execução financeira foi realizada no início de 2016.

Em resumo, o EBITDA aumentou 7%, para 513 milhões de dólares, originando um aumento da margem EBITDA para 66%.

RECEITAS (USD M)



CAPACIDADE INSTALADA NOS EUA POR TIPO DE INCENTIVO FISCAL



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NA AMÉRICA DO NORTE (USD M)	2015	2014	▲% / €
Venda de eletricidade e outros	553	508	+9%
Proveitos com parcerias com investidores institucionais	219	164	+33%
RECEITAS	772	672	+15%
Outros proveitos operacionais	22	23	(4%)
Fornecimentos e serviços externos	(149)	(145)	+3%
Custos com pessoal	(45)	(37)	+21%
Outros custos operacionais	(88)	(36)	+146%
Custos operacionais (líquidos)	(259)	(194)	+33%
EBITDA	513	477	+7%
EBITDA/Receitas líquidas	66%	71%	(5pp)
Provisões	0,2	0,0	-
Amortizações	(320)	(292)	+9%
Amortização de subsídios ao investimento	23	23	+0,1%
Resultado operacional (EBIT)	216	208	+4%

BRASIL

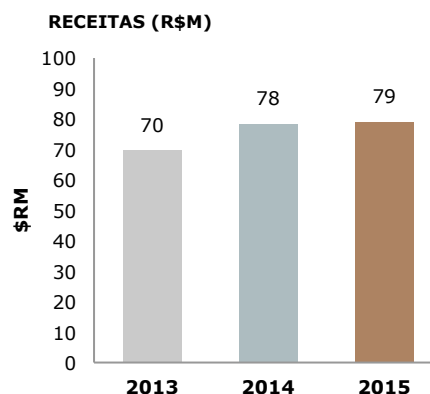
RECEITAS

No Brasil, a EDPR alcançou receitas no valor de 79 milhões de reais, o que representa um aumento de 1% em termos homólogos, devido ao aumento do preço de venda médio.

PREÇO DE VENDA MÉDIO

O preço de venda médio no Brasil aumentou 7%, para 370 reais por MWh, refletindo essencialmente o preço de atualização PPA segundo o ajustamento em função da inflação.

Em dezembro de 2015, a EDPR tinha 84 MW de capacidade eólica instalada no Brasil, totalmente coberta por programas de incentivo ao desenvolvimento de energias renováveis. Ao abrigo desses programas, os projetos foram adjudicados através de contratos de longo prazo para vender a eletricidade produzida durante 20 anos, proporcionando uma visibilidade de longo prazo à geração de fluxos de caixa durante o período de vida útil dos projetos.



CUSTOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS

Durante o ano, os custos operacionais líquidos aumentaram em 3 milhões de reais, principalmente devido ao aumento de outros custos operacionais e, em menor grau, ao aumento dos custos com pessoal e de fornecimentos e serviços externos. Devido ao excelente desempenho em 2015 ao nível de receitas, o EBITDA atingiu 45 milhões de reais, uma redução de 5% em termos homólogos, tendo a margem EBITDA diminuído para 58%.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NO BRASIL (BRL M)	2015	2014	▲% / €
RECEITAS	79	78	+1%
Outros proveitos operacionais	2	0	-
Fornecimentos e serviços externos	(21)	(19)	+7%
Custos com pessoal	(6)	(4)	+39%
Outros custos operacionais	(10)	(8)	+27%
Custos operacionais (líquidos)	(34)	(31)	+9%
EBITDA	45	48	(5%)
<i>EBITDA/Receitas líquidas</i>	58%	61%	(3pp)
Provisões	0,0	0,0	-
Amortizações	(19)	(19)	+3%
Amortização de subsídios ao investimento	0,1	0,1	+10%
RESULTADO OPERACIONAL (EBIT)	27	29	+18%

OUTROS TÓPICOS DE REPORTE OUTROS EVENTOS IMPORTANTES E SUBSEQUENTES

A seguir, descrevem-se os eventos mais importantes de 2015 que têm impacto em 2016, e os eventos futuros a partir dos primeiros meses de 2016 até à publicação deste Relatório.

- A EDPR informa sobre projetos de energia eólica offshore no Reino Unido
- A EDPR informa sobre o acordo com a CTG relativo a projetos de energia eólica offshore no Reino Unido.
- A EDPR anuncia a venda de participações minoritárias na Polónia e em Itália.
- A EDP Renováveis assina um contrato de aquisição de licenças para 216 MW de energia eólica em Portugal.
- A EDPR executa uma nova transação de rotação de ativos nos Estados Unidos, com uma capacidade total de produção de 1.002 MW.
- A EDPR comunica novas estruturas de parceria institucionais nos Estados Unidos relativas a uma participação nos 199 MW, em Waverly.
- A EDPR assegura novos contratos de aquisição de energia para parques eólicos de 100 MW nos EUA.
- A EDPR obtém um contrato de longo prazo para 140 MW num leilão de energia no Brasil.
- A EDP Renováveis obtém 93 MW no leilão de energias renováveis realizado em Espanha.

Para mais informações, por favor consulte a Nota 40 das Contas Anuais Consolidadas da EDPR.

INFORMAÇÃO SOBRE PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

Em 2015, o total de pagamentos efetuado por empresas espanholas a fornecedores ascendeu a 106.480 milhões de euros, com um prazo médio de pagamento ponderado de 70 dias, ligeiramente superior ao prazo de pagamento de 60 dias estipulado por lei.

Não obstante, a Empresa mantém a otimização dos seus processos internos, de forma a liquidar todos pagamentos devidos dentro do prazo máximo legal.

3.2. STAKEHOLDERS

3.2.1. COLABORADORES

O crescimento da EDPR nos últimos anos foi apoiado pela flexibilidade e o trabalho de equipa dos colaboradores, que proporcionaram à empresa a capacidade de adaptação a um negócio em constante mudança, nas diferentes realidades dos mercados onde estamos presentes. Como resultado, o crescimento e o desenvolvimento dos nossos colaboradores são prioridades chave: procuramos oferecer programas de formação e oportunidades de emprego de qualidade, de modo a proporcionar uma carreira profissional interessante na empresa e preparar os colaboradores para os desafios futuros. Por conseguinte, a mobilidade geográfica e funcional é um pilar fundamental da nossa estratégia de recursos humanos.

Em 2015, a EDPR aumentou em 11% face ao ano anterior o número total de colaboradores, que pela primeira vez, ultrapassou o milhar, fechando o exercício com 1018 colaboradores. O aumento de colaboradores em 2015 regista uma taxa anual de crescimento sólida (CAGR) de 7% desde 2008. Os nossos colaboradores estão distribuídos geograficamente da seguinte forma: 20% trabalham na EDPR Holding, 43% na Plataforma Europeia, 34% na Plataforma norte-americana e 3% no Brasil.

OPORTUNIDADES

O crescimento e o desenvolvimento do negócio do Grupo levaram a EDPR a investir em pessoas com potencial capazes de contribuir para a criação de valor.

O nosso objetivo é atrair pessoas com talento e criar também oportunidades para os atuais colaboradores através de ações de mobilidade e desenvolvimento, por acreditarmos no potencial dos nossos colaboradores. A estratégia de recursos humanos apoia várias iniciativas para lhes dar visibilidade e empregabilidade em toda a empresa. A nível interno, são constantemente oferecidos novos postos que lhes permitem crescer na empresa. Por conseguinte, em 2015, 100% dos novos diretores foram contratados internamente e, no total, registaram-se 81 promoções.

MOBILIDADE

A mobilidade, quer funcional quer geográfica, é considerada pela EDPR como uma ferramenta de gestão de recursos humanos para o desenvolvimento da organização. Por isso, é fortemente apoiada também como forma de estimular a motivação, as competências, a produtividade e a realização pessoal dos colaboradores.

Os processos de mobilidade da EDPR visam dar resposta aos diferentes desafios e necessidades do Grupo, tendo em conta as características específicas de cada local geográfico.

Mobilidade Interna em 2015

- 📁 Funcional: 31
- 📁 Geográfica: 16
- 📁 Funcional e Geográfica: 9

RECRUTAMENTO EXTERNO

A EDPR é reconhecida por contratar pessoas excecionais. O nosso objetivo é posicionar a empresa no mercado de trabalho como "primeira opção para o trabalhador". Neste sentido, realizámos várias iniciativas para reforçar a imagem da empresa como empregador, participando em diferentes fóruns de emprego e acolhendo visitantes de universidades de renome.

Além disso, a EDPR oferece um programa de estágios que visa proporcionar experiência de trabalho a jovens profissionais e identificar futuros colaboradores que possam contribuir para o desenvolvimento do negócio no futuro.

Em 2015, a EDPR ofereceu 53 estágios de longo prazo e 30 estágios de verão, 19% dos quais resultaram em contratações. Em 2015, a EDPR contratou 189 colaboradores, 35% dos quais são mulheres.

Os nossos processos de seleção garantem práticas não discriminatórias. Esta afirmação é confirmada pelo Código de Ética, que contém cláusulas específicas de não discriminação e igualdade de oportunidades, de acordo com a cultura da diversidade da empresa.



Visita a um Parque Eólico no Welcome Day da EDPR

INTEGRAÇÃO

A EDPR caracteriza-se por uma cultura empresarial forte e queremos que os novos colaboradores a adotem e a integrem rapidamente nas atividades do dia-a-dia. Para facilitar o processo, os novos colaboradores participam em inúmeros *workshops* e atividades de team building, que têm como finalidade melhorar a integração e adquirir um melhor conhecimento da empresa.

O nosso Welcome Day, um evento de três dias para os novos colaboradores, permite aos recém-admitidos obter conhecimentos básicos sobre a empresa e o nosso negócio. Consoante o perfil de cada colaborador, oferecemos-lhe uma visita a um dos parques eólico ou a um centro de controlo remoto.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento dos nossos colaboradores é um objetivo estratégico para a EDPR. Por isso, oferecemos aos colaboradores um programa atrativo de desenvolvimento profissional, além de oportunidades de formação profissional e académica contínua, para estimular a aquisição de novos conhecimentos e competências individuais, ajustando simultaneamente a formação de pessoal à internacionalização da empresa e aos desafios da competitividade.

Para apoiar o crescimento da empresa, alinhando, ao mesmo tempo, as necessidades organizacionais atuais e futuras com as capacidades dos colaboradores, e para concretizar o seu desenvolvimento profissional, a EDPR concebeu programas de desenvolvimento adaptados a quadros médios, cujo principal objetivo é fornecer-lhes ferramentas que possam ser úteis para enfrentar novas responsabilidades.

Em 2015, a EDPR levou a cabo os seguintes programas:

- PROGRAMA LEAD NOW : um programa avançado de desenvolvimento dirigido aos quadros médios da EDPR que reforça a função assumida como responsáveis de equipa. Ao longo do programa, os participantes têm a oportunidade de avaliar o seu próprio estilo de gestão, aprofundar as competências necessárias para uma liderança eficaz e tomar conhecimento da sua nova função nos diversos processos de recursos humanos da empresa.
- PROGRAMA EXECUTIVE DEVELOPMENT: um programa de desenvolvimento personalizado realizado em conjunto com uma reputada *business school*, que é concebido para melhorar as competências e as capacidades de liderança dos colaboradores com melhor desempenho em todas as disciplinas, ajudando-os a tomar decisões de gestão num negócio rápido e competitivo. Durante o programa, os colaboradores são envolvidos nas áreas principais do negócio e trabalham num caso prático, para a EDPR analisar novas oportunidades estratégicas para a empresa, resultando na criação de diversos grupos de trabalho para implementar as recomendações após a conclusão do programa.
- PROGRAMA COACHING: programa dirigido aos colaboradores que já tenham participado no programa High Potential. Um *coach* externo oferece orientação aos diretores da empresa que atuam como *coaches* dos participantes ao longo do programa. O programa permite aos participantes aperfeiçoar as suas competências com o apoio de um diretor durante as sessões de *coaching*.



Executive Development Program 2015

Para além destes programas de desenvolvimento específicos, todos os anos é elaborado um plano de formação personalizado para cada colaborador a partir dos resultados de um processo de avaliação 360º do potencial, para definir as suas necessidades de formação, estabelecendo um enquadramento para agregar as necessidades atuais e futuras da organização.

Em 2015, dedicámos um total de 38.618 horas à formação, o que representa 37,9 horas de formação por colaborador. Praticamente todos os colaboradores (99%) frequentaram ações de formação em 2015.

ESCOLA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

A Escola de Energias Renováveis desempenha um papel fundamental na consecução da nossa estratégia de formação e integração de novos colaboradores. Nascida em 2011, no âmbito da Universidade EDP Corporativa, a sua missão é promover o desenvolvimento de pessoas, facilitar a aprendizagem e partilhar os conhecimentos gerados no Grupo, bem como desenvolver as competências necessárias para garantir a sustentabilidade das empresas operadas pela EDP em todas as geografias onde a empresa está presente. A Escola ambiciona ir mais além da simples formação, tendo-se constituído também como uma plataforma para troca de conhecimentos, experiências e boas práticas em toda a empresa.

Durante o ano, foram realizadas 33 sessões de formação na Europa, EUA e Brasil, o que equivale a 7,042 horas de formação e 780 assistências (540 colaboradores, ou seja, 53% do número total de colaboradores). Para realizar as sessões de formação, a Escola contratou 103 especialistas dentro da organização, 48% dos quais eram administradores ou responsáveis de departamento, melhorando assim a transferência de conhecimentos.

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL

Entre os desafios atuais que o Grupo EDP enfrenta, encontra-se a incorporação de novos requisitos, pelo que este ano se aperfeiçoou o modelo de análise de potencial com dois objetivos principais:

- Alinhar todos os segmentos da organização com a estratégia e os projetos em curso, capitalizando as novas oportunidades de negócio num contexto mais global e diversificado.
- Impulsionar o ciclo de vida dos colaboradores, promovendo o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Amplify é o novo modelo para analisar as competências e o potencial, e identificar ações de desenvolvimento que ajudem os colaboradores a concretizar os seus objetivos. Este processo constrói o futuro, tendo em conta que, quanto melhores forem as nossas capacidades, melhor impressão deixaremos em quem nos rodeia e na organização.

Este modelo pretende promover uma cultura em que os colaboradores recebem *feedback* constantemente, uma vez que é essencial para garantir a consistência com o grupo EDP e fomentar o desenvolvimento.

BENEFÍCIOS E EQUILÍBRIO ENTRE VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL

Queremos reconhecer o trabalho e o talento dos nossos colaboradores, pelo que estamos empenhados em oferecer um pacote de remunerações e benefícios competitivo. A política de remuneração responde às necessidades dos mercados locais, com flexibilidade suficiente para se adaptar às especificidades de cada região. A remuneração base fixa é complementada por uma componente variável que depende de uma avaliação individual, medida em função dos principais indicadores de desempenho (KPI) individuais, de área e da empresa.

Além disso, compreendemos a importância de manter um equilíbrio entre trabalho e compromissos pessoais. Este entendimento levou a um aumento da satisfação dos colaboradores e, ao mesmo tempo, aumentou a sua produtividade e o seu estado de espírito. Para nós, o equilíbrio trabalho-vida pessoal é mais do que a implementação de medidas para colaboradores com filhos, é um conjunto de iniciativas para promover um ambiente de trabalho positivo onde os colaboradores podem desenvolver a sua carreira e dar o seu melhor. E acreditamos que o equilíbrio trabalho-vida pessoal deve ser uma responsabilidade partilhada. Procuramos constantemente melhorar o nosso programa equilíbrio trabalho-vida pessoal e oferecer aos nossos colaboradores os benefícios mais adequados. É frequente definirmos benefícios específicos adaptados e aplicáveis apenas a alguns países onde a EDPR está presente.

Desde 2011, as práticas da EDPR têm sido reconhecidas com a Certificação "Empresa Familiarmente Responsável" pela Fundação MásFamilia, em Espanha. Esta certificação foi renovada e alcançou os patamares de reconhecimento com a definição da EDPR como "Empresa Proativa", o que reflete o nosso compromisso de fomentar um equilíbrio trabalho-vida pessoal saudável dos colaboradores.

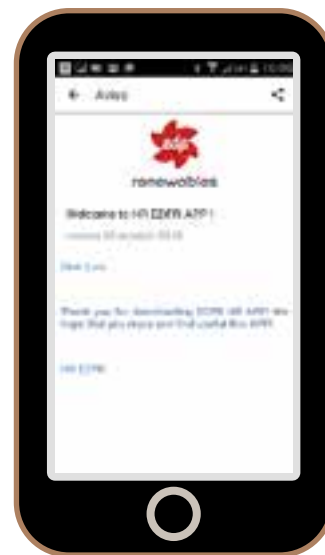
Acresce ainda que, em 2015, a EDPR voltou a classificar-se entre as 50 melhores empresas para trabalhar, segundo a classificação de "Great Place to Work", em Espanha e Polónia. Estamos convictos de que uma força de trabalho motivada e comprometida com a estratégia da empresa é um dos fatores que explicam os nossos resultados.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Em 2015, a nossa atenção concentra-se em melhorar a comunicação interna e manter os colaboradores informados, motivados e envolvidos na estratégia da Empresa. Além disso, a nossa presença em todo o mundo, com colaboradores de 28 nacionalidades, obriga-nos a dar e receber *feedback* sobre as diferentes ambições e expectativas. Em 2015, levámos a efeito um inquérito sobre o ambiente laboral, que incluiu novos temas e perguntas, numa tentativa de refletir com maior rigor a realidade dos colaboradores. A EDPR e o Grupo EDP têm investido estrategicamente nesta área através de canais de comunicação inovadores que, de forma consistente, são reconhecidos a nível internacional pelo seu dinamismo e criatividade.

A seguir, descrevem-se os canais de comunicação internos, que mantêm os colaboradores informados e ligados todos os dias:

- **INTRANET:** A nossa *intranet*, plataforma premiada, vai mais além da interação *online* entre os colaboradores, ao incluir características semelhantes às redes sociais e opções de personalização avançadas. Trata-se de um local para partilhar informações, trabalhar em conjunto e conhecer os projetos e notícias da EDPR e EDP.
- **REVISTA EDPON RENEW MAGAZINE:** A nossa revista impressa tem sido um pilar fundamental das comunicações internas do Grupo EDP desde 1988. A edição *OnRenew*, exclusiva da EDPR, dá a conhecer a empresa e as suas pessoas através de histórias, artigos de opinião e editoriais.
- **EDPON TV:** O nosso canal de TV é difundido a partir dos nossos escritórios e está online há 8 anos. Inclui reportagens dinâmicas e entrevistas sobre a atualidade e eventos. É o meio de comunicação que verdadeiramente dá rosto aos nossos projetos e iniciativas.
- **APLICAÇÃO MÓVEL DE RECURSOS HUMANOS:** Em 2015, a EDPR lançou uma nova aplicação móvel que disponibiliza aos colaboradores notícias, acesso a processos de seleção ou medidas de uma forma simples e prática. Esta ferramenta é particularmente útil para manter o contacto com os colaboradores que viajam com frequência ou que se encontram em locais geograficamente dispersos.
- **NEWSLETTERS INTERNAS:** As *newsletters* mensais dão uma maior difusão às notícias e informações sobre os nossos projetos, equipas, êxitos e estratégias.



Aplicação RH

Além destes canais de comunicação, efetuamos reuniões anuais de empresa, que permitem aos colaboradores otimizar as suas comunicações à distância para melhorar o seu trabalho diário, partilhar as suas preocupações e conhecer os objetivos do negócio estabelecidos pela gestão de topo da EDPR. Efetuámos também reuniões e eventos para consolidar o espírito de equipa, teleconferências de resultados e contamos com um potente site na internet que informa aos *stakeholders* internos e externos.

Neste sentido, lançámos em 2015 a iniciativa "Talking to Improve" em que os departamentos são convidados a partilhar com o CEO os resultados de inquéritos sobre os serviços que prestam, realizados para permitir que outros departamentos comentem o serviço oferecido e identifiquem as áreas que necessitam de melhoria e os pontos fortes.

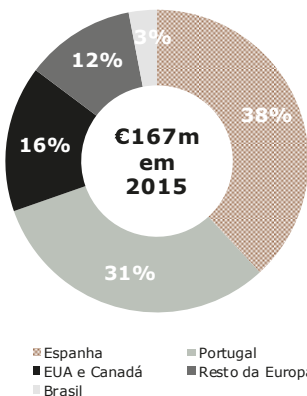
Todos estes esforços de comunicação pretendem motivar os colaboradores, promover a troca de conhecimentos e unir as pessoas.

DECLARAÇÃO DE IMPOSTOS

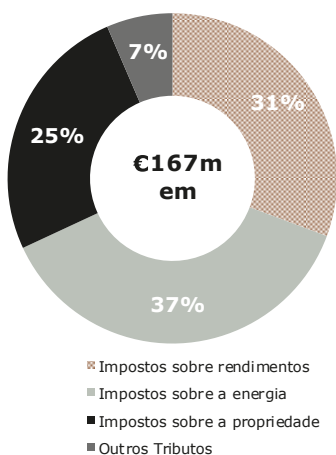
É um dever civil e ético contribuir para o financiamento das obrigações gerais dos Estados onde o Grupo está presente, através do pagamento dos impostos e contribuições devidos, em conformidade com a Constituição e restante legislação desses Estados, contribuindo para o bem-estar dos cidadãos, para um desenvolvimento sustentável das empresas locais do Grupo e inerente criação de valor para as partes interessadas.

A contribuição fiscal do Grupo EDPR para as finanças públicas totalizou 167 milhões de euros em 2015. A contribuição para a Segurança Social remontou a 11 milhões de euros.

DISTRIBUIÇÃO DOS PAGAMENTOS DE IMPOSTOS DO GRUPO EDPR POR PAIS



DISTRIBUIÇÃO DOS PAGAMENTOS DE IMPOSTOS DO GRUPO EDPR



3.2.2. COMUNIDADES

A EDPR promove e apoia voluntariamente iniciativas sociais, culturais, ambientais e educacionais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável do seu negócio e de forma a materializar a sua visão estratégica.

O objetivo é criar um impacto positivo nas comunidades onde atuamos, e manter e reforçar a nossa reputação enquanto empresa responsável que trabalha para o bem comum. A EDPR planeia os resultados que pretende atingir e avalia os projetos em que está envolvida, de acordo com os padrões internacionais do investimento social corporativo (London Benchmarking Group).

A EDPR EM 2015:

- 1,2 milhões de euros investidos
- Mais de 100 iniciativas com a comunidade

Também estamos cientes do impacto da nossa atividade nas comunidades locais onde os parques eólicos e centrais de energia solar se encontram localizadas. Trabalhamos para maximizar os benefícios potenciais para a empresa e para os residentes destas comunidades, através de uma comunicação aberta com as nossas partes interessadas.

Manter um diálogo constante com membros da comunidade é uma parte integrante da nossa atividade empresarial. Realizamos debates e reuniões com as partes interessadas locais durante todas as fases de desenvolvimento e funcionamento das nossas centrais de energia, no sentido de nos informarmos das suas preocupações e definirmos a melhor forma de as abordar. Isto constitui ainda um meio de transmissão dos valores principais da EDPR à comunidade local.

FUNDACIÓN EDP

A missão da Fundación EDP é reforçar o compromisso do Grupo EDP em Espanha, principalmente no que respeita ao desenvolvimento sustentável. A fundação dá especial destaque às iniciativas sociais, culturais, ambientais e educacionais. Durante o ano de 2015, a Fundación EDP apoiou uma série de iniciativas financiadas pela EDPR.

EDP Solidária

O programa EDP Solidária confere reconhecimento e apoio financeiro a projetos criados por associações, instituições e ONG, com a missão de melhorar a qualidade de vida e ajudar a integrar socialmente as populações mais desfavorecidas.

Nesta primeira edição da EDP Solidária 2015, em Espanha, a Fundación EDP recebeu um total de 37 nomeações para os respetivos prémios. Foram selecionados 11 dos projetos propostos que irão receber uma contribuição total de 344.000 euros. O júri da iniciativa é composto por representantes de diferentes áreas do grupo EDP e a implementação do projeto será supervisionada por gestores e voluntários da empresa.

Os projetos selecionados estão todos relacionados com uma área prioritária identificada, incluindo o apoio a populações desfavorecidas, a integração das comunidades em risco de exclusão social e a promoção do emprego e do empreendedorismo.

ENVOLVIMENTO COM AS NOSSAS COMUNIDADES

FRANÇA: PROJETO DE CROWDFUNDING

O projeto para o Parque Eólico Escardes, em França, trouxe o envolvimento com a comunidade a um novo patamar, permitindo aos particulares participar financeiramente.

Como resultado da crescente procura de participação financeira por parte das autoridades locais e residentes, foi lançada uma iniciativa de *crowdfunding* para este parque eólico de 12 MW, atualmente em construção e com conclusão prevista para a primeira metade de 2016. A intenção é que uma parcela do parque seja suportada por membros da comunidade local.

Este tipo de investimento participativo local (seja sob a forma de participações ou empréstimos) é entendida como um meio de aumentar o financiamento público, minimizar litígios, reduzir a atitude "à minha porta, não" e alinhar interesses no que se refere ao desenvolvimento de projetos que envolvam energias renováveis.

POLÓNIA: PARA E COM AS COMUNIDADES LOCAIS

Visando a manutenção de relações positivas e duradouras com as comunidades locais na Polónia, a empresa organizou vários eventos e atividades no sentido de atrair e envolver todas as pessoas residentes nas áreas que circundam os seus parques eólicos.

Durante o ano, a EDPR esteve envolvida em mais de 28 eventos e apoiou mais de 10 comunidades. Campeonatos de desporto locais, atividades educacionais, ambientais e culturais, promovidas em parceria com organizações locais, estão entre as muitas iniciativas realizadas na Polónia em 2015.

ESPAÑA: CRIAÇÃO DE UMA EQUIPA SOLIDÁRIA

Em 2015, 600 colaboradores europeus foram convidados a fazer parte de algo diferente. Tirando partido do facto de a maioria deles se ter juntado por questões profissionais, a EDPR organizou um evento para montar kits de ajuda humanitária destinados a 329 refugiados sírios em Espanha.

EUROPA: GERAÇÃO EDPR

Na EDPR, acreditamos que é essencial ir ao encontro dos objetivos de hoje sem comprometer os de amanhã.

É por isso que não nos focamos exclusivamente em produzir energia limpa, mas também trabalhamos para apoiar as gerações futuras com projetos como o University Challenge (na sua 7.ª edição), um projeto que visa promover a educação, criatividade e desenvolvimento dos estudantes universitários; A Tua Energia, um programa internacional que ajuda as crianças a descobrir o mundo das energias renováveis; e Green Education, um projeto internacional para apoiar a educação das crianças e jovens de famílias com recursos limitados.

Estes projetos existem porque acreditamos que não há melhor forma de contribuir do que apoiando a educação e a formação das próximas gerações.

EUA: VOLUNTÁRIOS AJUDAM CRIANÇAS

A EDPR North America apoia a comunidade local com várias iniciativas. Uma delas foi o trabalho voluntário conduzido por colaboradores com a "Undies for Everyone", uma organização sem fins lucrativos que fornece roupa interior limpa a crianças economicamente desfavorecidas na área de Houston.

180

peçoas apoiaram
a campanha



Team Building Solidário 2015

www.generationedpr.edpr.com

a tua energia

Mais de 800 alunos do ensino primário na Polónia, e participação de mais de 1000 estudantes em Itália

green education

71 bolsas de estudo em Espanha, 9 em Itália

EDPR university challenge

113 projetos, com 284 estudantes de 53 universidades

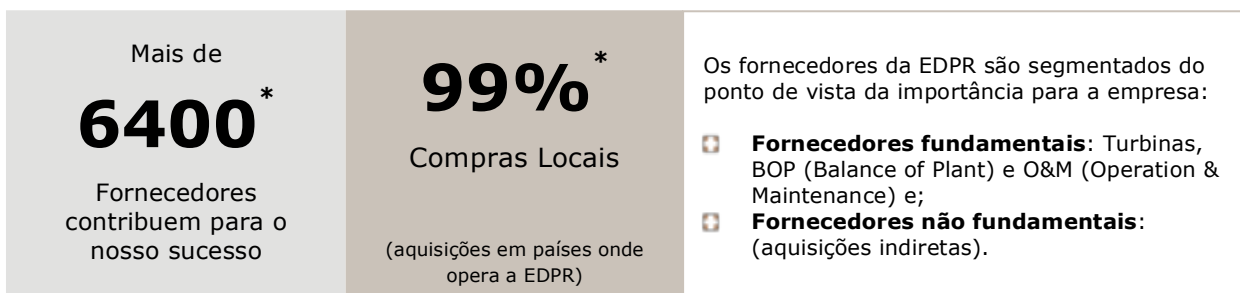
3.2.3 FORNECEDORES

A NOSSA CADEIA DE FORNECIMENTO

O desempenho dos fornecedores é fundamental para o sucesso da EDPR. A empresa baseia a sua relação com os fornecedores na confiança, colaboração e criação de valor partilhado, o que resulta numa capacidade conjunta de inovar, reforçar a política de sustentabilidade e melhorar a qualidade das operações. Isto contribui significativamente para a EDPR continuar a manter a liderança nas suas áreas de atuação e constitui um fator que promove a competitividade nos mercados onde opera.

A EDPR levou a cabo um estudo para caracterizar a sua Cadeia de Fornecimento, que inclui a análise da sua exposição a riscos económicos, sociais e ambientais. Através deste estudo, a EDPR pretende identificar as áreas onde deve concentrar as suas atividades de melhoria, de modo a reduzir substancialmente a sua exposição ao risco e otimizar os impactos.¹

Na EDPR, 89% da despesa externa concentra-se na aquisição de bens e produtos (incluindo turbinas) e outros fornecimentos para a geração de energia, obras de construção e outros serviços relacionados com O&M.



GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CADEIA DE FORNECIMENTO

A EDPR definiu **políticas, procedimentos e normas** de modo a assegurar os vários pontos que compõem a sustentabilidade da cadeia de fornecimento, bem como a gestão e a mitigação de riscos ambientais, sociais ou éticos.

PROGRESSO



A EDPR definiu uma política de compras, a fim de garantir a integração de requisitos de sustentabilidade em compras superiores a 500.000€ (política 0090 e 0080). A empresa considera os critérios específicos para adotar os dez princípios da Global Compact da ONU, a adesão ao Código de Ética, certificados de Qualidade e Saúde e Segurança, bem como a qualidade técnica e a solvência económico-financeira dos fornecedores.

~80%² dos fornecedores da EDPR na Holding e Europa e 65%³ na América do Norte possuem requisitos relacionados com a Global Compact e o Código de Ética da EDPR

¹ A análise, realizada pela PwC através da ferramenta ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), baseou-se nos dados de aquisições de 2014. Os dados apresentados neste capítulo resultantes deste estudo estão marcados com um *.

² % baseia-se no # de transações. Nas divisões Corporate e Europa, as equipas de Procurement requerem que todos os fornecedores geridos diretamente assinem o Pacto Global das Nações Unidas e o Código de Ética.

³ Na América do Norte, os fornecedores acima dos 500.000 euros são obrigados a trabalhar alinhados com os critérios do Pacto Global das Nações Unidas e do Código de Ética da EDPR..

1 - Políticas, Procedimentos e Normas

Manual de Compras	<ul style="list-style-type: none"> /// O Grupo EDP e a EDPR dispõem de um Manual de Compras, que inclui orientações para que cada Departamento de Compras ponha em prática os nossos valores e princípios.
Código de Ética da EDPR	<ul style="list-style-type: none"> /// Os fornecedores da EDPR conhecem e concordam com os princípios estabelecidos no Código de Ética. /// A EDPR requer a adesão formal do fornecedor aos princípios do Código de Ética, mediante uma declaração de aceitação por escrito. 📄 O Código de Ética da EDPR encontra-se disponível em www.edprenovaveis.com
Global Compact da ONU	<ul style="list-style-type: none"> /// Os fornecedores da EDPR comprometem-se a cumprir os dez princípios da Global Compact da ONU. /// Os fornecedores devem confirmar que são signatários das diretivas da Global Compact da ONU ou fornecer uma declaração por escrito da aceitação dessas diretivas.
Sistema de Saúde e Segurança e Política OH&S	<ul style="list-style-type: none"> /// O Sistema de Saúde e Segurança, com base nas especificações da norma OSHAS 18001:2007, exige que os nossos colaboradores e todos aqueles que trabalham em nome da EDPR cumpram um conjunto de melhores práticas nessas áreas, conforme exigido na Política OH&S da EDPR. /// O sistema de gestão de saúde e segurança é apoiado por diferentes manuais, procedimentos de controlo, instruções e especificações. O Manual de Gestão de Saúde e Segurança assegura a execução eficaz da política OH&S da EDPR. 📄 As Políticas de Saúde e Segurança da EDPR encontram-se disponíveis em www.edprenovaveis.com
Políticas da EDPR em matéria de Ambiente e Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> /// Os fornecedores da EDPR adotam todas as medidas necessárias para garantir o estrito cumprimento de todos os regulamentos ambientais aplicáveis, bem como as Políticas da EDPR em matéria do Ambiente e Biodiversidade, normas, procedimentos e sistemas internos em matéria ambiental. /// A EDPR implementou, para todos os seus parques eólicos em funcionamento, um Sistema de Gestão Ambiental (EMS), desenvolvido e certificado de acordo com a norma internacional ISO 14001:2004. Os fornecedores da EDPR conhecem e compreendem o EMS, e garantem a sua total conformidade com os procedimentos definidos. /// O fornecedor disponibiliza o EMS aos seus colaboradores e subempreiteiros. 📄 As Políticas da EDPR em matéria de Ambiente e Biodiversidade encontram-se disponíveis em www.edprenovaveis.com

A EDPR trabalha com fornecedores e empresas com maturidade e que tentam cumprir os exigentes requisitos de qualidade, ambiente e prevenção, bem como cumprir os requisitos de solvência económico-financeira.

A regra "passar ou falhar" aplica-se aos fornecedores. Se não cumprirem os requisitos principais definidos pela EDPR, não serão selecionados para prestar os seus serviços.

Os contratos contêm cláusulas específicas relacionadas com os critérios de qualidade de serviço, adoção dos dez princípios da Global Compact da ONU, adesão ao Código de Ética da EDPR e os requisitos de gestão ambiental e de saúde e segurança.

fornecedores EDPR em repositório

Para todos os fornecedores considerados fundamentais, a EDPR assegura, desde o concurso ao momento da prestação do serviço (execução ou manutenção de trabalho), que os aspetos de qualidade técnica, solvência económico-financeira, saúde e segurança e gestão ambiental são adequados. Um dos requisitos é que os fornecedores tenham certificados de gestão de qualidade, ambiente, saúde e segurança.

GESTÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, SOCIAIS OU ÉTICOS

A EDPR monitoriza os fornecedores fundamentais durante a prestação dos seus serviços, levando em conta aspetos como a qualidade, segurança, saúde e ambiente. A EDPR assegura igualmente o cumprimento das normas, compromissos e procedimentos da EDPR em toda a cadeia de valores.

A) Durante o processo de construção, o gestor de construção é acompanhado por um supervisor de saúde e segurança e um supervisor ambiental, e reúne-se semanalmente com os fornecedores para discutirem, entre outros, relatórios de desempenho. Os empreiteiros recebem feedback e são estabelecidos planos de melhoria nas áreas da qualidade, saúde, segurança e ambiente. Além disso, a empresa realiza igualmente a supervisão externa dos aspetos de qualidade e saúde e segurança.

Os fornecedores partilham com a EDPR as suas novas soluções, produtos ou atualizações para melhorar a colaboração entre ambas as partes.

B) Durante o processo de funcionamento dos parques eólicos, a EDPR conta com a supervisão por parte do gestor do parque eólico responsável pela qualidade de serviço e cumprimento das regras e procedimentos de saúde, segurança e ambiente. Estes processos são reforçados pelos sistemas de gestão de saúde e segurança e ambiente, apoiados pelos técnicos de saúde, segurança e ambiente. Os empreiteiros integram estes sistemas de gestão, uma vez que o seu desempenho em matéria de saúde, segurança e ambiente é essencial para a EDPR.

Os aspetos relevantes para a EDPR em relação à sustentabilidade na cadeia de fornecimento são: Saúde e Segurança, Respeito pelo Ambiente, Ética, Desenvolvimento Local e Inovação. Estes aspetos encontram-se expressos no Manual de Compras.

Em junho, as principais empresas parceiras da EDPR reuniram-se nos nossos escritórios em Madrid para o Workshop de Coordenação de Atividades Empresariais

Os objetivos definidos para a ocasião foram, sobretudo, a partilha dos aspetos da política de saúde e segurança da empresa que afetam as empresas colaboradoras que trabalham nas nossas instalações, bem como informá-las acerca dos procedimentos internos que devem ser seguidos por todas as empresas que colaboram com a EDPR. Com esta nova medida, pretendemos demonstrar o empenho e a liderança da Gestão da EDPR quanto à saúde e segurança, sendo o objetivo final atingir a meta "Zero Acidentes".

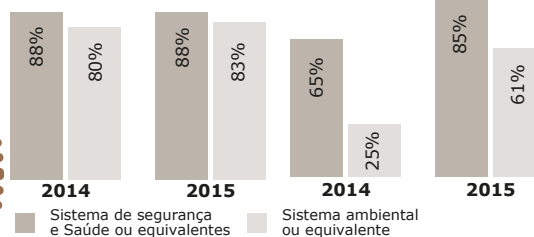
88% dos fornecedores da EDPR no Corporativo, Europa e Brasil e **85%**⁴ na América do Norte tiveram um sistema OHS (Holding e Europa incluem fornecedores acima dos 500.000 euros)

11.338 Horas de formação em OHS para Fornecedores da EDPR, envolvendo **147 empresas** e **2378 colaboradores**

552 Auditorias a Fornecedores no âmbito de OHS

CORPORATIVO, EUROPA E BRASIL

AMÉRICA DO NORTE



83% dos fornecedores da EDPR no Corporativo, Europa e Brasil e **61%**⁴ na América do Norte possuem sistemas ambientais (Holding e Europa incluem fornecedores acima dos 500.000 euros)

300* mil toneladas Emissões de gases com efeito de estufa associadas à Cadeia de Fornecimento direta e indireta da EDPR, 5%* das quais relacionado com Fornecimentos de Nível 1

~**80%** dos fornecedores da EDPR no Corporativo e Europa e **65%** na América do Norte foram rastreados segundo critérios de impacto na sociedade

Mais de 20.000* emprego associado à Cadeia de Fornecimento da EDPR

Mais de 735* milhões EUR valor acrescentado bruto associado à Cadeia de Fornecimento da EDPR

~**80%** dos fornecedores da EDPR no Corporativo e Europa e **66%** na América do Norte foram avaliados de acordo com critérios em matéria de práticas laborais e direitos humanos

~**0%*** dos fornecedores diretos da EDPR identificados como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado ou escravo, liberdade de associação.

4 A informação da América do Norte é baseada em pesquisas e questionários recebidos de fornecedores em 2015

3.3. PRIMEIRO A SEGURANÇA

OBJETIVO DE ZERO ACIDENTES

Garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos nossos colaboradores e prestadores de serviços constitui uma prioridade máxima da EDPR, sendo este compromisso apoiado pela nossa política de Saúde e Segurança.

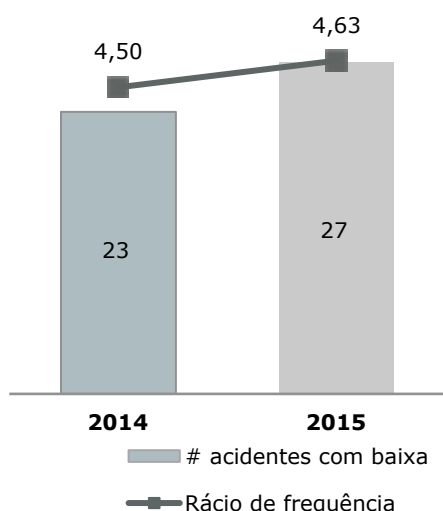
Na EDPR, estamos conscientes de que trabalhamos num setor que é especialmente sensível a riscos laborais. Por isso, dedicamos uma atenção especial à prevenção, através da formação, comunicação e certificação das nossas instalações.

Como parte integrante da nossa estratégia de saúde e segurança, os colaboradores participam em cursos de formação e atividades de avaliação de riscos, baseados nos potenciais riscos associados ao seu posto de trabalho. Os nossos colaboradores cumprem criteriosamente as diretrizes e esforçam-se por obter um local de trabalho seguro para todos os que prestam serviços nas nossas instalações.

As comissões e as subcomissões da EDPR apoiam a implementação de medidas de saúde e segurança. Estas comissões recolhem as informações dos diversos níveis operacionais e envolvem os colaboradores na criação e comunicação de um plano de prevenção.

Para atingir o objetivo de zero acidentes, a EDPR implementou sistemas de gestão de saúde e segurança com base nas especificações da norma OSHAS 18001:2007. As normas e os procedimentos destes sistemas são adaptados às especificidades de cada área geográfica onde estão implementados, e são desenvolvidos com base na regulamentação do país e nas melhores práticas da indústria. O nosso compromisso com a saúde e a segurança dos colaboradores e prestadores de serviços é ainda apoiado através da certificação OSHAS 18001. A EDPR está a trabalhar ativamente para certificar toda a capacidade instalada em 2017.

INDICADORES*

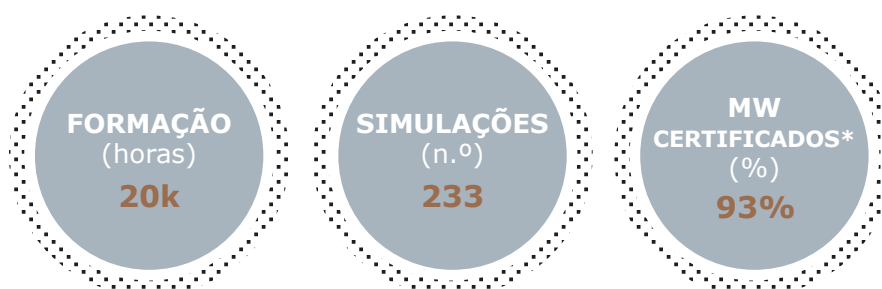


A implementação dos nossos sistemas de gestão da saúde e segurança permite-nos registar e monitorizar o número de acidentes e ajuda-nos a alcançar o objetivo de zero acidentes. Em 2015, a EDPR registou 27 acidentes, sendo que a tendência está a diminuir na Europa e nos Estados Unidos, mas é compensada pelo maior número de acidentes associados a ausências de curta duração no Brasil, afetado pelo aumento das atividades de construção no país, que levou a um aumento no rácio de frequência. Além disso, a taxa de gravidade aumentou devido a uma ausência de longa duração proveniente de 2014 e a três em 2015, o que conduziu a 68% do total de dias perdidos.

De um modo geral, a tendência está a melhorar apesar do aumento do número de acidentes registado no Brasil. Um maior enfoque na comunicação das nossas políticas, e a concretização dos benefícios da certificação OSHAS obtida no final deste ano, no Brasil, irão contribuir para melhorar as estatísticas.

A EUROPA E os EUA têm menores Indicadores de S&S dadas as maiores horas de formação e os planos de emergência para colaboradores e prestadores de serviços

FORMAÇÃO E PLANOS DE EMERGÊNCIA:



* Certificação OSHAS 18001: Cálculo baseado na capacidade instalada em 2014. As instalações são certificadas no ano a seguir a ser reportado.

3.4. EQUILÍBRIO AMBIENTAL POSITIVO

A EDPR assume o compromisso de proteger o ambiente, complementando a sua estratégia de luta contra as alterações climáticas com uma gestão ambientalmente responsável dos parques eólicos. Esta estratégia baseia-se nas políticas ambientais e de biodiversidade. As nossas políticas refletem uma gestão ambiental responsável em toda a cadeia de valor.

A fase de operação dos parques eólicos, com uma vida útil de 25 anos, é a fase central do nosso negócio. Assim, estamos realmente conscientes da importância da gestão adequada das questões ambientais nas nossas centrais em operação, que é assegurada pelo do Sistema de Gestão Ambiental (EMS).

O Sistema de Gestão Ambiental é desenvolvido de acordo com a norma internacional ISO 14001 e certificado por uma organização independente de certificação. Esta norma é considerada uma referência mundial para o Sistema de Gestão Ambiental e uma garantia de que os parques da EDPR, independentemente do ambiente regulatório, estão alinhados e com o mesmo nível de cumprimento. 92%* da capacidade instalada da EDPR está coberta pela certificação ISO 14001. Adicionalmente, no âmbito dos objetivos de Sustentabilidade 2013-2017, a EDPR tenciona ter 100% dos MWs certificados em finais de 2017.

A EDPR está empenhada em promover a conservação do ambiente e aspira a ter um papel ativo no contributo para o objetivo mundial de reduzir as alterações climáticas. Para tal, levamos sempre o ambiente em linha de conta, em todas as nossas atividades, procurando um equilíbrio positivo.

18.717 kt CO₂
EVITADO

O crescimento dos parques eólicos conduzirá a uma redução substancial das emissões de CO₂. Promover a mudança de combustíveis fósseis convencionais para energias renováveis é uma das maneiras mais eficazes e viáveis de, a curto prazo, atenuar a mudança climática.

*Cálculo baseado na capacidade instalada em 2014. As instalações são certificadas no ano a seguir a ser reportado.

BIODIVERSIDADE

Aspetos: EDPR coexiste em harmonia com a maior parte de las especies salvajes. Si bien mitigar el cambio climático es la mejor forma de proteger la biodiversidad, somos conscientes de que nuestras operaciones pueden incidir en la flora y fauna autóctonas de los lugares donde se construyen y se explotan nuestros parques eólicos.

MEDIDAS DE ATENUAÇÃO OU COMPENSAÇÃO:

- III **Prevenir:** Os potenciais impactos ambientais são analisados em detalhe nos estudos de impacto ambiental dos projetos.
- III **Corrigir e/ou Compensar:** A EDPR leva a cabo medidas de compensação consensuais, que permitem atingir um balanço global biodiversificado.

ÁGUA E RESÍDUOS**

Aspetos: Produzimos energia limpa e verde, isenta de água e com baixa produção de resíduos. Apesar de termos uma atividade de energia limpa, vamos muito além do nosso compromisso com o acompanhamento rigoroso das operações e a promoção de uma cultura empresarial de responsabilidade.

MEDIDAS DE ATENUAÇÃO OU COMPENSAÇÃO:

- III Por conseguinte, estamos empenhados em medir a pegada ecológica das nossas atividades administrativas e o consumo das centrais elétricas, que representam 0,2% das emissões evitadas.
- III A empresa tem vindo a trabalhar ativamente para aumentar a taxa de recuperação dos seus resíduos perigosos, atingindo uma taxa de 73%, 98%, sem considerar os solos removidos do derrame anteriormente mencionado.

EMERGÊNCIAS

Aspetos: Dada a nossa atividade e as nossas localizações, os derrames de petróleo e os incêndios são os principais riscos ambientais que a empresa enfrenta. O Sistema de Gestão Ambiental foi concebido para evitar as situações de emergência, mas, no caso de acontecerem, o sistema abrange a sua gestão, incluindo as situações de quase acidente.

MEDIDAS DE ATENUAÇÃO OU COMPENSAÇÃO:

- III A EDPR definiu um novo Plano de Gestão de Crise, na Europa em 2015.
- III Em 2015, a EDPR efetuou 216 simulações ambientais para garantir que os nossos colaboradores e os prestadores de serviços estão familiarizados com os riscos e receberam formação adequada para prevenir e agir, se necessário. Foram reportadas 46 situações de quase acidente e tomadas as medidas adequadas.
- III Em 2015, registámos apenas 1 derrame significativo, tendo o solo contaminado sido removido e totalmente recuperado.

COMUNIDADE

Aspetos: A EDPR coloca as comunidades locais no centro das suas operações, criando valor partilhado, mas também está consciente de que as suas operações podem ter impacto nos habitantes locais, causando-lhes incómodos, tais como impactos visuais ou sonoros.

MEDIDAS DE ATENUAÇÃO OU COMPENSAÇÃO:

- III **Prevenir:** Elaboramos estudos de impacto social durante o desenvolvimento dos parques eólicos, que podem influenciar a configuração do parque eólico, se necessário.
- III **Comunicar:** A EDPR dispõe de canais abertos para a participação de queixas. Em 2015, registou-se um total de 94 queixas relacionadas com o ambiente, principalmente devido a interferências na TV, que foram corrigidas de forma imediata e satisfatória.
- III **Compensar:** Em 2015, a EDPR participou em atividades ligadas ao ambiente, por exemplo, em programas de voluntariado ou parcerias com entidades públicas.

3.5 INOVAÇÃO

A inovação é a utilização de novas tecnologias em mais energia renovável – como a eólica offshore – mas não só: é também uma questão de atitude, procurando diariamente a melhoria contínua naquilo que fazemos

A nossa empresa implementou soluções inovadoras de sucesso, destinadas a aumentar o desempenho operacional e económico dos nossos ativos, durante anos e ao longo de todo o ciclo de vida dos nossos projetos: melhorando o desenho das configurações para alcançar o melhor recurso eólico, reduzindo os custos de construção e os riscos, aumentando a produção das nossas centrais elétricas operacionais, e desenvolvendo novas soluções tecnológicas desenhadas a nível interno.

Após a obtenção de resultados excelentes, os esforços de inovação prosseguirão nas nossas operações onshore, bem como com o novo enfoque da EDPR em procurar soluções viáveis no segmento *offshore* do nosso negócio. Para o fazer, a nossa empresa participa em dois projetos que se concentram nas fundações, um dos elementos mais importantes da central de energia. Ambos situados na costa da Aguçadoura (norte de Portugal), partilhando desta forma os conhecimentos e recursos, o WindFloat e o DEMOGRAV13 irão ajudar a reduzir os custos de abertura de novos mercados para a indústria eólica offshore.

WINDFLOAT

O projeto 'WindFloat' é uma das bandeiras dos projetos de I&D em energias renováveis na EDP, com um protótipo *offshore* de águas profundas que vem apresentando excelentes resultados após três anos de funcionamento em condições adversas, tendo de suportar ondas de até 15 metros de altura, ao largo da costa norte de Portugal.

Este é o mais ambicioso projeto de inovação em tecnologia *offshore* flutuante realizado em todo o mundo, a primeira turbina eólica em águas abertas no oceano Atlântico, e também a primeira estrutura flutuante semi-submersível triangular que suporta uma turbina eólica de 2 MW, permitindo a utilização de ventos *offshore* com grande estabilidade a uma profundidade inferior a 40 metros, a larga distância da costa. É o primeiro projeto de energia eólica *offshore* do mundo que dispensa o uso de qualquer equipamento pesado de levantamento *offshore*. Todo o processo da montagem, instalação e comissionamento final foi realizado em terra, em ambiente controlado. Quando a construção em terra estava concluída em docas secas, a estrutura foi rebocada ao longo de 350 km em águas abertas. A capacidade para realizar a operação de reboque em tais circunstâncias pode ser atribuída ao desempenho e estabilidade do WindFloat. Esses fatores também permitem que qualquer turbina eólica comercial pronta a utilizar, de qualquer fabricante, possa ser instalada no WindFloat. Este projeto é uma parceria entre a EDP, Repsol, Principle Power, A. Silva Matos, Vestas e InovCapital e também é apoiado pelo Fundo de Apoio à Inovação (FAI), envolvendo mais de 60 fornecedores, mais de dois terços dos quais são portugueses.

Após a conclusão com sucesso da primeira fase do projeto, os próximos passos consistem na instalação de um parque eólico flutuante, em grande escala, de 27 MW.

DEMOGRAV13



Em novembro de 2015, a EDP ganhou financiamento europeu para desenvolver uma nova tecnologia para produção eólica *offshore*. O DEMOGRAV13 é um projeto que visa desenvolver uma inovadora fundação gravítica para turbinas eólicas offshore e será financiado pelo Programa Horizonte 2020.

A EDP, através da EDPR, vai coordenar o consórcio que desenvolve este novo projeto. O DEMOGRAV13 testará uma turbina eólica com uma fundação gravítica inovadora, em betão e aço. O projeto tem a duração de 4 anos, incluindo a instalação de uma turbina eólica aproveitando o cabo submarino de ligação à subestação em terra da turbina WindFloat.

Ao contrário da solução baseada em plataforma flutuante testada com sucesso no Windfloat, o DEMOGRAV13 ficará assente no fundo, embora vá já montada e a flutuar até ao local de amarração. Toda a estrutura e elementos constituintes da turbina serão montados em terra e depois transportados. A principal inovação desta estrutura evita assim a necessidade de navios de grande capacidade para ancorar e para montar todos os elementos da turbina em ambiente *offshore*.

O projeto inclui outros parceiros tecnológicos, como, por exemplo: TYPSA, ASM Energia, Univ. Politécnica de Madrid, WavEC, Acciona Infraestructuras, Fraunhofer Gesellschaft IWES, Gavin & Doherty Geo Solutions e Global Maritime AS.

edp renováveis

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

índice

4. SUSTENTABILIDADE

93	4.1. AVALIAÇÃO DE MATERIALIDADE
95	4.2. DESEMPENHO ECONÓMICO
98	4.3. DESEMPENHO AMBIENTAL
105	4.4. DESEMPENHO SOCIAL
119	4.5. PRINCÍPIOS DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS
120	4.6. VERIFICAÇÃO EXTERNA



**ENERGY
WITH
INTELLIGENCE**

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Motor de novas ideias

ENERGY WITH INTELLIGENCE

**RELATÓRIO
E CONTAS
2015**

04. SUSTENTABILIDADE

4.1. AVALIAÇÃO DE MATERIALIDADE (G4-18, G4-20, G4-21, G4-26, G4-27)

O contexto macroeconómico em que os desafios da sustentabilidade estão a aumentar, somado à diversidade de stakeholders da EDPR, resulta numa lista vasta e complexa de questões importantes, que devem ser priorizadas de acordo com a sua relevância e importância.

Uma questão é considerada relevante quando influencia a decisão, a ação e o desempenho de uma organização e suas partes interessadas.

4.1.1. FUNDAMENTOS E OBJETIVOS

As questões materiais da EDPR foram identificadas e os resultados alcançados apoiaram a elaboração do presente Relatório Anual, tal como refletido na estratégia de gestão da empresa e, em particular, na sua agenda para a sustentabilidade.

4.1.2. METODOLOGIA

A metodologia adotada assenta nos padrões de Responsabilidade e a informação é obtida tanto a nível corporativo como das unidades de negócio.

A materialidade é obtida através do cruzamento das questões identificadas pelos stakeholders e a importância que lhes é atribuída internamente pelo negócio.

Os tópicos identificados pela empresa são priorizados segundo a frequência com que surgem nas diferentes categorias analisadas.

RELEVÂNCIA PARA A EMPRESA

O vetor Sociedade resultou dos seguintes vetores de análise:

REGULAMENTAÇÃO

Realizado com base em risco regulatório reconhecido.

REFERÊNCIA

Para definição do padrão de referência foram utilizadas 25 empresas internacionais com operações nos mercados de eletricidade e gás, sediadas em países onde a EDPR está presente, selecionadas em função do reconhecimento externo das suas práticas a nível de sustentabilidade: Cemig; Duke Energy; E.ON; Endesa; Iberdrola; Enel; Terna; GDF Suez; Gas Natural; RWE; EDF; Snam Rete Gas; Spectra Energy Corp; PPL CORPORATION; PSEG; Fortum; National Grid; CPFL Energia; Eskom; Nextera Energy; Acciona; Enel Green Power; AGL; Vestas; Gamesa.

ESTUDOS INTERNACIONAIS

Foi realizado um estudo dos tópicos mais relevantes a nível material, que foram identificados por estudos de análise estratégica da sustentabilidade, orientados para o setor de gás ou eletricidade.

Estudos analisados: 1) Tópicos de Sustentabilidade para os setores: "What stakeholders want to know?" (Global Reporting Initiative); 2) "Electric Utilities - Empowering Stakeholders" (WBCSD); 3) "Global Expert Perspectives on the state of Sustainable Development" (GlobeScan); 4) "GEO5 - for business: Impacts of a changing environment on the corporate sector" (UNEP); 6) "Expect the unexpected: Building business value in a changing world" (KPMG); 7) "What do investors expect from non-financial reporting?" (ACCA - Association of Chartered Certified Accountants). 8) "Gestão Origami - Estudo Sectorial Energia Eléctrica, 2012" (estudo específico para a EDPR Brasil).

INQUÉRITOS SRI

A identificação dos tópicos mais frequentemente solicitados por investidores éticos foi realizada através da consulta das seguintes empresas que responderam aos inquéritos: Ethisphere; SAM (empresa que participa na avaliação de sustentabilidade corporativa no âmbito do Dow Jones Sustainability Index); Evalueserve (empresa que participa na avaliação de sustentabilidade corporativa no âmbito FTSE4Good); VIGEO; OEKOM; ISE (Índice de sustentabilidade corporativa gerido pela Bovespa Brasil).

DIFERENTES EXPETATIVAS DAS PARTES INTERESSADAS DA EDPR

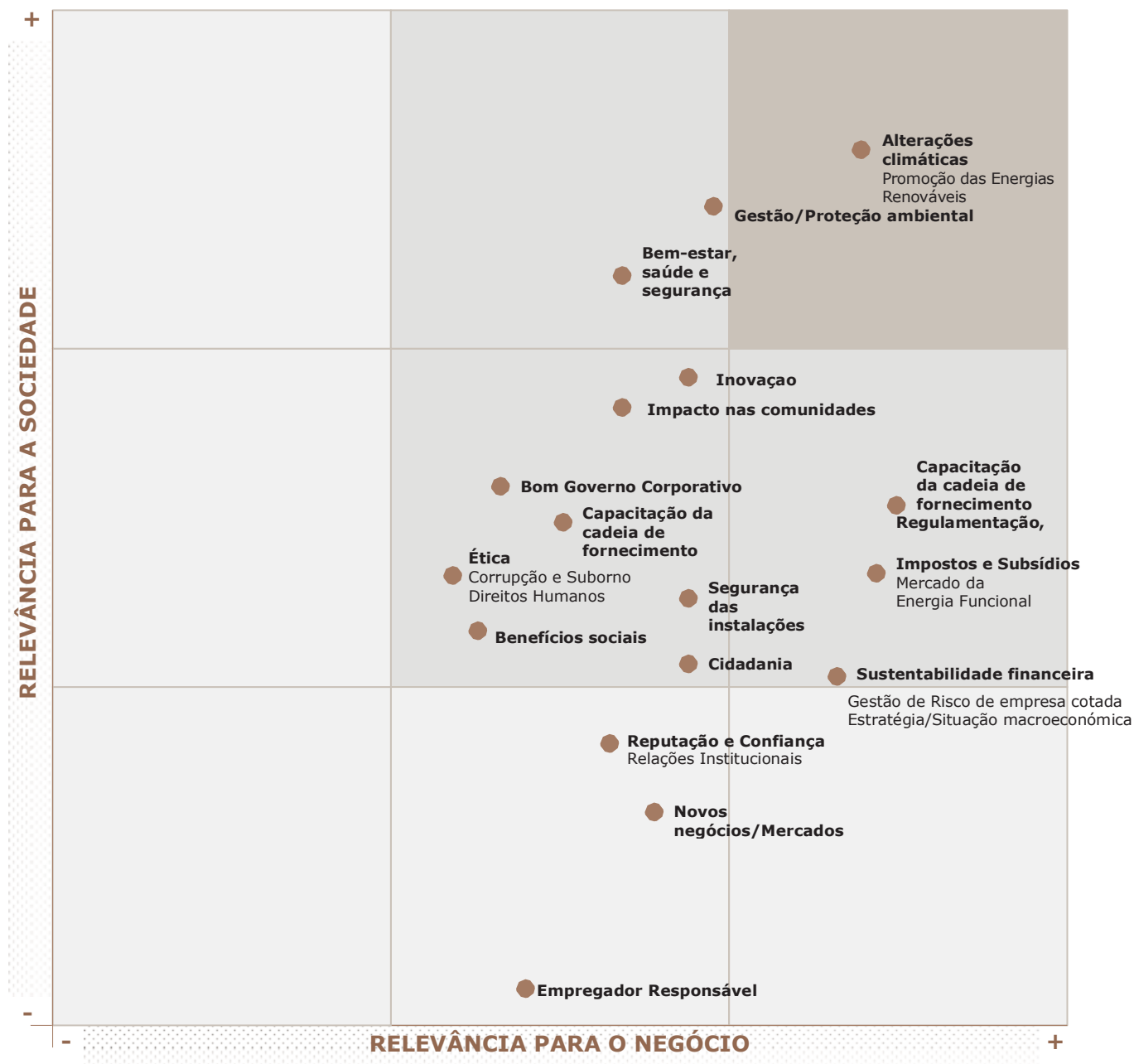
A EDPR atualizou os resultados do inquérito conduzido junto de partes interessadas externas à empresa num workshop interno destinado a avaliar se os resultados obtidos no ano anterior continuavam a ser representativos das partes interessadas da empresa.

RELEVÂNCIA PARA O NEGÓCIO

A EDPR conduziu um workshop interno para definir a importância do vetor para o negócio. O workshop consistiu na filtragem dos tópicos que não foram considerados materiais para a EDPR, fazendo a classificação de cada tópico pela avaliação do seu peso. A contribuição média foi considerada o valor da importância para o negócio.

RESULTADOS (G4-18, G4-19, G4-20, G4-21, G4-26, G4-27)*

Os resultados são apresentados de forma agregada com base na proximidade temática e respetivo posicionamento na matriz global. O âmbito desta matriz de materialidade abrange toda a cadeia de valor da EDPR.



* Global Reporting Initiative (GRI) Etiquetas Divulgação. Para saber mais sobre as Directivas da GRI, visite www.globalreporting.org.

4.2. DESEMPENHO ECONÓMICO

G4 INFORMAÇÃO SOBRE A ABORDAGEM DE GESTÃO

As energias renováveis têm uma forte influência nas comunidades locais. Os ativos são geralmente construídos em locais remotos, trazendo benefícios económicos positivos para as comunidades locais e contribuindo para a luta mundial contra as alterações climáticas.

Adicionalmente, consideramos que a inovação é um fator chave para sustentar as vantagens competitivas e apoiar o crescimento. Para nós, a inovação prende-se com as novas tecnologias para mais energia renovável – tal como energia eólica offshore – mas não só: também se trata de atitude, identificando melhorias todos os dias naquilo que fazemos. O capítulo sobre Inovação inclui informação detalhada sobre os diferentes projetos geridos pela EDPR. Adicionalmente, a EDPR em parceria com as diferentes empresas do Grupo EDP, a EDP Inovação é responsável por realizar atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e suas despesas. Informação detalhada sobre a despesa total com I&D disponível em www.edp.pt.

G4 EC1 - VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

MILHÕES DE EUROS	2015	2014
VALOR ECONÓMICO GERADO E DISTRIBUÍDO		
Volume de negócios	1 372	1 171
Outras receitas	359	169
Ganhos/(perdas) na venda de ativos financeiros	0	0
Participação nos lucros das empresas participadas	-2	22
Receitas financeiras	61	102
VALOR ECONÓMICO GERADO	1 790	1 463
Custo das matérias-primas e materiais de consumo utilizados	22	18
Fornecimentos e serviços externos	293	257
Outros custos	189	96
Custos com pessoal	84	66
Despesas financeiras	347	351
Impostos	51	50
Dividendos	129	97
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO	1 115	935
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO	675	528

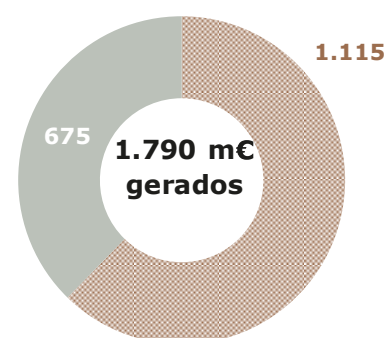
G4 EC2 - IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES PARA AS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO, DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O setor da energia é responsável por cerca de dois terços das emissões de GEE, sendo o setor de produção de energia o maior emissor de CO₂. Isto sugere que não somos capazes de lutar de forma eficaz contra as alterações climáticas sem uma mudança na forma como produzimos energia, nomeadamente eletricidade. Por conseguinte, um pilar fundamental das estratégias de atenuação é a descarbonização do setor energético, através da utilização de energias renováveis. Os planos de crescimento da Empresa na área de energias renováveis puras representam um sólido compromisso para promover a utilização de fontes de energia verde. Adicionalmente, assumimos o compromisso de apoiar e utilizar as melhores tecnologias disponíveis, a fim de preservar os recursos naturais e reduzir a poluição.

☞ Informação adicional sobre a transição para economias com baixa emissão de carbono e as vantagens das energias renováveis disponível no capítulo sobre Ambiente de negócio.

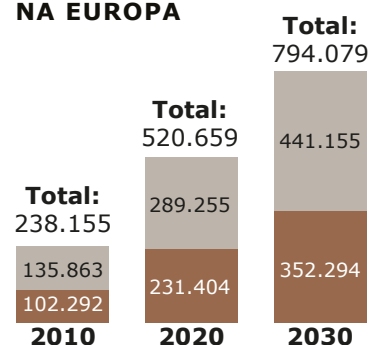
Os ativos são
geralmente
construídos em
locais remotos,
o que traz benefícios
económicos
para as comunidades
locais

Valor económico gerado em 2015
(Milhões de EUR)



Valor Distribuído Valor Acumulado

POTENCIAL DE CRIAÇÃO DE EMPREGO EM PARQUES EÓLICOS NA EUROPA



Emprego indireto
Emprego direto

**REDUÇÃO DO PREÇO
DE ELETRICIDADE
Quando a produção
eólica está
disponível, o preço
de mercado
desce para o
ao mesmo nível
de procura
de eletricidade.**

G4 EC3 - COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE PLANO DE BENEFÍCIOS DA ORGANIZAÇÃO

/// Informação sobre as obrigações da EDPR no âmbito do plano de benefícios disponível na Nota 10 da Demonstração financeira

G4 EC4 - APOIO FINANCEIRO GOVERNAMENTAL

/// Informação sobre apoios financeiros governamentais recebidos através de crédito tributário à produção, subvenção e desagravamento fiscal nos EUA disponível nas secções Receitas das parcerias institucionais nos parques eólicos nos EUA e Amortização de rendimentos diferidos (subsídios governamentais) da nossa Demonstração de resultados consolidados e detalhes adicionais nas Notas 7 e 31 da nossa Demonstração Financeira

G4 EC5 - VARIAÇÃO DA PROPORÇÃO DO SALÁRIO MAIS BAIXO COMPARADO COM SALÁRIO MÍNIMO LOCAL EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

	%	2015	2014
SALÁRIO MAIS BAIXO COMPARADO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL			
Europa		252%	234%
América do Norte		224%	187%
Brasil		270%	390%

Os valores apresentados na tabela anterior mostram o salário médio mais baixo em comparação com o salário mínimo local, para cada um dos países onde estamos presentes. Para proteger a privacidade dos salários dos colaboradores em países onde o nosso quadro de colaboradores é menor, não divulgamos as informações por país e sexo.

G4 EC6 - PROPORÇÃO DE CARGOS DE GESTÃO DE TOPO OCUPADOS POR INDIVÍDUOS PROVENIENTES DA COMUNIDADE LOCAL EM LOCAIS OPERACIONAIS DE RELEVÂNCIA

O nosso Código de Ética contém cláusulas específicas de não discriminação e igualdade de oportunidades, de acordo com a cultura de diversidade da empresa, o que se reflete nos nossos procedimentos de contratação através de um processo de seleção não discriminatório. Aspectos do potencial colaborador, como raça, género, orientação sexual, religião, estado civil, incapacidade, orientação política ou opiniões de outra natureza, origem étnica ou social, local de nascimento ou filiação sindical não são considerados.

Não existem procedimentos específicos que requeiram explicitamente recrutamento local. No entanto, uma grande percentagem dos nossos colaboradores são contratados no mesmo país onde a empresa opera.

% de contratações locais	Administradores
Europa	77%
América do Norte	73%
Brasil	100%
Corporativo	63%

100%

**dos novos diretores
foram contratados
internamente.**

G4 EC7 – DESENVOLVIMENTO E IMPACTO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS SUPORTADOS

A energia eólica e a solar exigem investimentos em infraestrutura que beneficiam comunidades vizinhas. Isto inclui o reforço das redes de eletricidade existentes e a reabilitação de estradas existentes ou a construção de novas estradas.

É necessário o investimento em estradas para transporte de equipamento pesado (componentes de turbinas eólicas, transformadores de potência, etc.) para o local durante a construção. O sistema viário melhorado facilita as atividades de manutenção futuras após a conclusão das obras de construção, e melhora o acesso a locais remotos para as comunidades circundantes. Durante a operação dos nossos parques eólicos, estas estradas são mantidas e podem ser identificadas outras oportunidades para aumentar o impacto positivo na comunidade.

A integração da nossa capacidade de produção também pode exigir atualizações nas redes de distribuição e transmissão pertencentes aos operadores do sistema. Essas atualizações permitem beneficiar indiretamente a qualidade do serviço oferecido nas áreas circundantes, minimizando interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Em 2015, a EDPR investiu 2,6 milhões de euros na construção de estradas e 5,6 milhões de euros na melhoria de instalações públicas de eletricidade.

G4 GEC8 - IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS SIGNIFICATIVOS, INCLUINDO A EXTENSÃO DESSES IMPACTOS

As tecnologias de energias renováveis são consideradas não só como ferramentas para mitigar as alterações climáticas, mas também são reconhecidas cada vez mais como investimentos que podem oferecer vantagens económicas diretas e indiretas, reduzindo a dependência dos combustíveis importados (e melhorando assim as balanças comerciais), aumentando a qualidade e a segurança do ar a nível local, melhorando o acesso à energia e a segurança energética, impulsionando o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

/// Informação adicional sobre o impacto económico indireto da nossa energia disponível no capítulo Ambiente de negócio.

G4 EC9 – PROPORÇÃO DE DESPESAS COM FORNECEDORES LOCAIS EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

A EDPR não possui uma política ou procedimento interno específico para preferir fornecedores locais.

Contudo, face a condições comerciais equivalentes, optamos por fornecedores locais para melhorar a sustentabilidade socioeconómica dos 12 países da Europa e América onde estamos presentes. Assim, cerca de 99%* das nossas compras foram efetuadas a fornecedores locais (em países onde a EDPR exerce a sua atividade).

Adicionalmente, durante a construção dos nossos projetos, a comunidade local testemunha a afluência de trabalhadores de construção e fornecedores locais, o que tem um impacto positivo na economia local.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

A energia eólica e a solar exigem investimentos em infraestruturas que beneficiam as comunidades vizinhas.

A EDPR investiu 2,6 milhões de euros para desenvolver estradas comunitárias e 5,6 milhões de euros para melhorar as instalações eléctricas públicas.

99%

das compras foram efetuadas a fornecedores locais

4.3. DESEMPENHO AMBIENTAL

G4 INFORMAÇÃO SOBRE A ABORDAGEM DE GESTÃO

A EDPR é uma empresa líder no setor da energia renovável. Produzimos energia limpa e verde, energia sem emissões. A nossa estratégia relativamente ao ambiente assenta em quatro pilares: a geração de energia isenta de CO₂ e sem recurso de água, uma estratégia para minimizar os impactos durante o ciclo de vida dos nossos parques eólicos, uma cultura de respeito pela biodiversidade e uma cultura de responsabilidade e reciclagem.

A EDPR está fortemente empenhada em contribuir para a proteção do ambiente e da biodiversidade através de uma gestão ambiental proativa dos seus parques eólicos em operação, como se afirma nas nossas políticas ambientais e de biodiversidade. A EDPR promove a conservação da biodiversidade e aspira ter um papel ativo no contributo para o objetivo mundial de reduzir a perda de biodiversidade. O desenvolvimento e operação de parques eólicos ocorre geralmente em áreas rurais onde o recurso de vento é abundante e a operação de parques eólicos é compatível com o ecossistema existente. Definimos medidas específicas para monitorizar e promover a conservação da fauna local em todas as nossas atividades tal como refletido na nossa Política de Biodiversidade.

A fase de operação dos parques eólicos, com uma vida útil de 25 anos, é a fase central do nosso negócio. Assim, estamos realmente conscientes da importância da gestão adequada das questões ambientais nas nossas centrais em operação, que é assegurada através do Sistema de Gestão Ambiental (EMS). A nossa estratégia ambiental assenta em três aspetos fundamentais: conformidade legal, gestão dos riscos ambientais e melhoria contínua. Em todas as fases dos processos de negócio são incorporados inúmeros procedimentos ambientais de avaliação e monitorização, assegurando que estes pilares centrais são aplicados

Informação adicional sobre o impacto económico indireto da nossa energia disponível no capítulo Ambiente de negócio.

G4 EN3 – CONSUMO DE ENERGIA NA ORGANIZAÇÃO

As turbinas eólicas requerem uma pequena quantidade de eletricidade para operarem. Trata-se de energia geralmente autoconsumida. Dada a intermitência de geração de energia eólica, por vezes, é necessário consumir eletricidade da rede. As emissões indiretas de CO₂ relacionadas com a energia elétrica consumida são de cerca de 0,1% das emissões evitadas pela empresa.

	MWh	2015	2014	%
CONSUMO DE ENERGIA				
Parques eólicos:				
Consumo de eletricidade (MWh)		66.602	62.153	7%
Escritórios:				
Consumo de eletricidade (MWh)		4.816	3.458	39%
Gás (MWh)		27	28	-2%

Nota: Fator de conversão de gás: 0,2931 Kwh/m³. Cálculo de acordo com a norma DEFRA.

Nota 2: Os dados de 2014 foram reformulados para incluir o consumo de eletricidade nos escritórios dos parques eólicos dos Estados Unidos, que anteriormente era incluído no consumo de parques eólicos.

G4 EN6 – REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

A nossa atividade baseia-se na geração de energia limpa, e produzimos cerca de 300 vezes a energia que consumimos. No entanto, estamos conscientes da importância da promoção de uma cultura de utilização racional dos recursos e realizamos muitas campanhas internas para promover comportamentos sustentáveis, como referido no nosso site www.edpr.com.

A política ambiental da EDPR encontra-se disponível em www.edprenovaveis.com



300x

A EDPR produz cerca de 300 vezes a eletricidade consumida

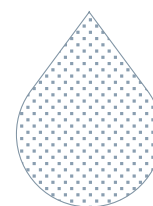
G4 EN8 - CONSUMO TOTAL DE ÁGUA, POR FONTE

A geração de energia eólica não consome água nos seus processos operacionais. A água é consumida apenas para uso humano. O consumo de água por GWh gerado é de 0,51 litros/MWh. Mesmo assim, a Empresa procura ativamente adotar mais práticas eco eficientes. Exemplo disso é o facto de, em 2015, 38 subestações terem instalado sistemas de captação e tratamento de águas pluviais para suprir as suas necessidades de abastecimento de água. 7 foram instaladas durante o ano.

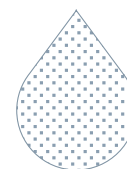
/// Informação adicional sobre o que distingue a EDPR em termos de gestão ambiental disponível na área sobre Sustentabilidade em www.edpr.com.

G4 EN11 - INSTALAÇÕES OPERACIONAIS PRÓPRIAS, ARRENDADAS OU ADMINISTRADAS NO INTERIOR DE ZONAS PROTEGIDAS, OU A ELAS ADJACENTES, E EM ÁREAS DE ALTO ÍNDICE DE BIODIVERSIDADE FORA DAS ZONAS PROTEGIDAS

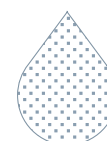
País e nome do parque	Tipo de operação	Cargo	Área		Área protegida		
			(ha)	(%)	Atributo	Estatuto	
BE	Cerfontaine	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
BE	Chimay	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
FR	Séгур	PA	I	1,3	100%	T	Nacional
FR	Ayssènes - Le Truel	PA	I	1,3	100%	T	Nacional
FR	Marcellois	PA	I	1,1	100%	T	N 2000
FR	Massingy	PA	I	0,9	100%	T	N 2000
PT	Pena Suar	PA	I	10,0	100%	T	N 2000
PT	Fonte da Quelha	PA	I	6,3	100%	T	N 2000
PT	Alto do Talefe	PA	I	8,9	100%	T	N 2000
PT	Madrinha	PA	I	4,1	100%	T	N 2000
PT	Safra - Coentral	PA	I	19,9	100%	T	N 2000
PT	Negrelo e Guilhado	PA	I	9,1	100%	T	N 2000
PT	Testos	PA	PI	3,5	31%	T	N 2000
PT	Fonte da Mesa	PA	PI	7,2	85%	T	N 2000
PT	Serra Alvoaça	PA	PI	7,6	63%	T	N 2000 /National
PT	Tocha	PA	I	6,7	100%	T	N 2000
PT	Padrela / Soutelo	PA	PI	0,4	17%	T	N 2000
PT	Guerreiros	PA	PI	0,9	11%	T	N 2000
PT	Vila Nova	PA	PI	1,3	11%	T	N 2000
PT	Serra do Mú	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
RO	Pestera	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
RO	Sarichioi	PA	PI	0,1	0%	T	N 2000
RO	Burila Mica	CS	I	22,7	100%	T	N 2000
SP	Ávila	PA	A	0,0	0%	T-F	N 2000
SP	Sierra de los lagos	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
SP	Tahivilla	PA	A	0,0	0%	T	N 2000 /National
SP	Buenavista	PA	A	0,0	0%	T-M	N 2000
SP	Mostaza	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
SP	Los Almeriques	PA	A	0,0	0%	T-F	N 2000
SP	Serra Voltorera	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
SP	Serra de Boquerón	PA	I	10,4	100%	T	N 2000
SP	Villoruebo	PA	PI	2,0	41%	T-F	N 2000
SP	Villamiel	PA	PI	4,9	75%	T-F	N 2000



NUCLEAR
2,7 m³/MWh



CARBONO
1,9 m³/MWh



GÁS
0,7 m³/MWh



VENTO
0 m³/MWh

Fonte: 2012 EEWA, 2015 a 2030, Roteiro da Comissão Europeia para 2050

A política de biodiversidade da EDPR encontra-se disponível em www.edprenovaveis.com



PAÍS E NOME DO PARQUE	TIPO DE OPERAÇÃO	CARGO	ÁREA		ÁREA PROTEGIDA		
			(HA)	(%)	ATRIBUTO	ESTATUTO	
SP	La Cabaña	PA	PI	8,2	53%	T	N 2000
SP	Hoya Gonzalo	PA	PI	0,7	4%	T	N 2000
SP	La Mallada	PA	PI	1,4	8%	T-F	N 2000
SP	Corme	PA	PI	2,6	17%	T-M	N 2000
SP	La Celaya	PA	PI	9,1	70%	T-F	N 2000
SP	Monseivane	PA	PI	17,3	98%	T-F	N 2000
SP	Tejonero	PA	PI	1,0	6%	T	N 2000
SP	Las Monjas	PA	PI	0,006	0%	T-F	N 2000
SP	Puntaza de Remolinos	PA	PI	1,8	57%	T	N 2000
SP	Planas de Pola	PA	PI	6,2	55%	T	N 2000
SP	Coll de la Garganta	PA	PI	0,001	0%	T-F	N 2000
SP	Loma del Suyal	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
SP	Cerro del Conilete	PA	PI	0,01	0%	T	N 2000
SP	Cerro del Conilete	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
PL	Zgorzelec	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
PL	Ilza	PA	I	33,04	91%	T	Protegida
IT	Laterza	PA	A	0,0	0%	T	N 2000
IT	Castellaneta	PA	A	0,0	0%	T	N 2000 / National
BR	Tramandaí	PA	I	706,0	100%	T	Nacional

BE: Bélgica; FR: França; PT: Portugal; RO: Roménia; SP: Espanha; PL: Polónia; IT: Itália; BR: Brasil

PA: Parque eólico; CS: Parque solar

A: Adjacente; PI: Parcialmente no interior; I: Interior

T: Terrestre; T-A: Terrestre, água-doce; T-M: Terrestre, marítimo

N 2000 – Natura 2000 ; National – Área Nacional Protegida; Protegida – Área de paisagem protegida

G4 EN12 – DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DAS ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS DA ORGANIZAÇÃO NA BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS E EM ÁREAS RICAS EM BIODIVERSIDADE EXTERIORES ÀS ÁREAS PROTEGIDAS

Os potenciais impactes ambientais são analisados em detalhe nos estudos de impacte ambiental dos projetos. Adicionalmente, são também avaliadas alternativas viáveis e são determinadas as medidas preventivas, corretivas e de compensação.

A empresa definiu procedimentos gerais no seu Sistema de Gestão Ambiental para prevenir, corrigir ou compensar impactos no meio ambiente. Além disso, temos intensificado os procedimentos de controlo específicos no pequeno número de parques localizados no interior ou próximo de áreas protegidas.

Informação ambiental adicional na área de sustentabilidade em www.edprenovaveis.com.

Os potenciais impactes ambientais são analisados em detalhe nos estudos de impacte ambiental dos projetos.

G4 EU13 - BIODIVERSIDADE DOS HABITATS REPOSTOS COMPARADOS COM A BIODIVERSIDADE DOS HABITATS QUE TERÃO DE SER REPOSTOS

No reduzido número de locais situados dentro ou perto de áreas protegidas, intensificamos os nossos esforços com procedimentos de controlo específicos, conforme definido no nosso Sistema de Gestão Ambiental.

Informação ambiental adicional na área de sustentabilidade em www.edprenovaveis.com.

G4 EN13 - HABITATS PROTEGIDOS OU RECUPERADOS

Após o período de construção, é nosso dever devolver o local ao seu estado inicial. Por isso, procedemos a trabalhos de restauração morfológica e ressemeadura. Em 2015, quase 143 hectares de terra afetada foram recuperados.

A EDPR tem colaborado, nos últimos anos, com a Fundação do Património Natural de Castilla y León (Espanha).

A EDPR, através da Fundación EDP, e a FPN decidiram apoiar uma série de ações ambientais para conservação do milhafre, uma espécie de pássaros especialmente protegida, com particular interesse no âmbito da sua estratégia de gestão da biodiversidade e riscos ambientais inerente à sua atividade.

O novo acordo foi firmado no final de 2014 e algumas ações consideradas são as seguintes:

- Desenho e construção de uma pilha de estruma fixa e duas móveis na província de Salamanca
- Melhoria das pilhas de estrume existentes (Lagunilla, La Alberca, The Jaque, etc.)
- Desempenho da recuperação e melhoria do habitat da espécie
- Atividades de consciencialização e educação ambiental
- Aquisição de materiais para combate a envenenamento
- Radiomarcagem de 4 espécimes de milhafres.

G4 EN15 – EMISSÕES DIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (ÂMBITO 1)

As emissões de âmbito 1 da EDPR representam 2.307 toneladas de CO₂ equivalente, em que 1.743 toneladas são provenientes de atividades de transporte ligadas à exploração dos nossos parques eólicos, 190 toneladas ao consumo de gás nos nossos escritórios e as restantes a gases SF₆.

Alguns dos equipamentos utilizados para a geração de eletricidade contêm gases SF₆; em 2015, registámos emissões de 16,4 kg deste gás, ou seja, 375 toneladas de CO₂ equivalente.

Nota: As emissões de combustíveis fósseis foram calculadas de acordo com a norma DEFRA. Fator de conversão de gases SF₆: 22,8 toneladas de CO₂/kg SF₆ (4.º Relatório de Avaliação do IPCC)

G4 EN16 – EMISSÕES INDIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (ÂMBITO 2)

As nossas emissões indiretas representam 0,1% da quantidade total de emissões evitadas e cerca de 75% das emissões são provenientes do consumo de energia elétrica necessária aos parques eólicos. As emissões indiretas de CO₂ da EDPR representam 25.765 t, 24.860 t derivadas do consumo elétrico nos parques eólicos e 905 t do consumo elétrico nos escritórios.

Nota 1: Os fatores de emissão utilizados baseiam-se nas seguintes fontes: Portugal - EDP, Turbogás, Pego, Rede Eléctrica Nacional (REN), e Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE); Espanha - Red Eléctrica de España (REE); Brasil - Ministério da Ciência e Tecnologia- SIN (Sistema Interligado Nacional); EUA - Base de Dados de Geração e Emissões (eGRID) para cada fator de emissões estatal; outros países europeus - CERA e Global Insight.

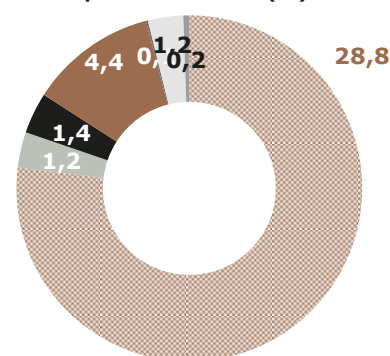
Nota 2: As emissões por consumo de eletricidade foram calculadas com os fatores de emissão globais de cada país e, no caso dos E.U.A., de cada estado.

G4 EN17 – OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS RELEVANTES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (ÂMBITO 3)

O nosso trabalho exige que os nossos colaboradores viajem. Com base nas nossas estimativas, o transporte utilizado pelos nossos colaboradores foi responsável por um total de 5 168 toneladas de CO₂ emitido.

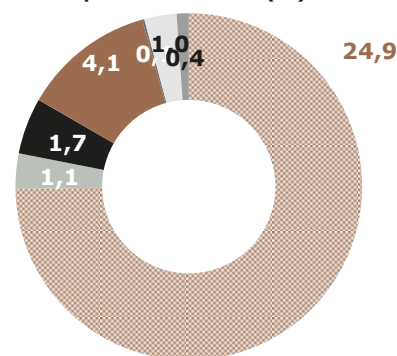
Nota: As emissões dos transportes foram calculadas de acordo com o padrão DEFRA. Emissões pelo transporte de colaboradores calculadas a partir de dados recolhidos num inquérito a todos os colaboradores.

CO2eq emitido em 2014 (kt)



- Consumo de energia dos escritórios
- Consumo de energia dos parques eólicos
- Frota de veículos da empresa
- Viagens de negócios de avião
- Viagens de negócios em comboio
- Transporte de colaboradores
- SF6

CO2eq emitido em 2015 (kt)



- Consumo de energia dos escritórios
- Consumo de energia dos parques eólicos
- Frota de veículos da empresa
- Viagens de negócios de avião
- Viagens de negócios em comboio
- Transporte de colaboradores
- SF6

Apesar de ser inerente à nossa atividade a redução das emissões de gases com efeito de estufa, a EDPR vai um passo mais além, compensando 95% das emissões relacionadas com a rede elétrica dos nossos parques eólicos e escritórios em Espanha.

G4 EN19 – REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

A nossa atividade central implica, de forma inerente, a redução das emissões de gases com efeito de estufa. A energia eólica e a solar têm zero emissões de carbono, contribuindo para a luta mundial contra as alterações climáticas e não produzem SOx nocivo, NOx, ou emissões de mercúrio, protegendo os recursos valiosos de ar e água. Estimamos que as nossas atividades tenham evitado a emissão de 18 717 mil toneladas de CO2.

Apesar de a nossa atividade se basear na geração de energia limpa, estamos conscientes da importância da promoção de uma cultura de utilização racional dos recursos. Em 2015, continuámos a promover iniciativas que promovem as melhores práticas ambientais nos nossos escritórios.

Em 2015, 95% das emissões relacionadas de parques eólicos e escritórios em Espanha foram compensadas através de certificados de origem obtidos da nossa geração de energias renováveis. Como resultado, verificou-se uma redução nas emissões ano após ano.

Nota: Para calcular as emissões evitadas, a geração de energia foi multiplicada pelos fatores de emissão de CO2 equivalente de cada país e, no caso dos E.U.A., de cada estado. Considerou-se apenas o fator de emissão de energia de combustível fóssil, porque cremos que, ao aumentar a geração de energias renováveis, estamos a deslocar essas tecnologias, enquanto outras tecnologias renováveis e as centrais nucleares manterão a sua quota de geração.

G4 EN23 – QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS POR TIPO E POR MÉTODO DE TRATAMENTO

A principal contribuição para os resíduos perigosos produzidos por parques eólicos está relacionada com resíduos de petróleo e outros resíduos relacionados com petróleo, como filtros de óleo ou recipientes de óleo, usados principalmente para a lubrificação de turbinas. O consumo de óleo é feito em intervalos de tempo de substituição predefinidos (entre 2 a 5 anos, com base na componente, tipo de óleo e fabricante). Em 2015, a taxa de recuperação foi de 73%, influenciada negativamente por um derrame significativo de 320 litros de óleo e etilenoglicol. O aumento de resíduos perigosos deveu-se principalmente ao solo contaminado. Este solo foi removido e totalmente restabelecido. Excluindo este acontecimento, a taxa de recuperação teria sido 98%, o que confirma que a Empresa tem trabalhado ativamente no sentido de melhorar a taxa de reciclagem dos seus resíduos perigosos, recorrendo a transportadores de resíduos devidamente autorizados. O aumento registado dos resíduos não perigosos deveu-se aos metais e fibras de vidro provenientes do incêndio de duas naceles. Estes metais foram totalmente recuperados. A tabela seguinte resume a quantidade de resíduos gerados por GWh nos nossos parques e a taxa de reciclagem.

	2015	2014	(%)
Resíduos gerados pela EDPR			
Total de resíduos (kg/GWh)	72,8	55,2	32%
Total de resíduos perigosos (kg/GWh)	32,7	26,2	25%
% de resíduos perigosos recuperados	73%	96%	-23%

A tabela seguinte resume a quantidade de resíduos gerados:

	2015	2014	(%)
Resíduos gerados pela EDPR			
Total de resíduos (t)	1.556	1.092	42%
Total de resíduos perigosos (t)	700	518	35%
Total de resíduos perigosos com destino final de deposição (t)	186	21	785%
Total de resíduos perigosos recuperados (t)	514	497	3%
Total de resíduos não perigosos (t)	856	574	49%
Total de não perigosos com destino final de deposição (t)	608	385	58%
Total de não perigosos recuperados (t)	248	189	31%

As flutuações anuais de resíduos perigosos gerados está fortemente dependente dos programas de substituição de óleo plurianuais acima mencionados. Os resíduos não perigosos gerados pela Empresa incluem metal, plástico, papel ou lixo doméstico, que, na sua grande maioria, são reciclados.

Nota 1: Na Europa, o método de saneamento tem sido indicado pela transportadora de resíduos, enquanto nos E.U.A. o método de saneamento tem sido determinado pelos padrões de organização da recolha de resíduos. Os resíduos gerados pela EDPR não incluem parques eólicos no Brasil.

Nota 2: Para efeitos do presente relatório todos os resíduos foram classificados como perigosos ou não perigosos de acordo com o Catálogo Europeu de Resíduos; no entanto, em cada país onde a EDPR tem presença geográfica, cada parque eólico deve cumprir a legislação nacional, seguindo os procedimentos da empresa para manuseamento, rotulagem e armazenamento de resíduos para assegurar o cumprimento. Nos casos em que, como nos E.U.A., as operações geram pequenas quantidades de substâncias que se dividem em categorias com regulações específicas - como óleos usados e resíduos universais - seguimos normas rígidas de manuseamento e eliminação desses tipos de resíduos para garantir que se mantêm em conformidade com todas as leis aplicáveis.

Nota 3: Os rácios de resíduos não incluem dados da ENEOP.

G4 EN24 - NÚMERO E VOLUME TOTAL DE DERRAMES SIGNIFICATIVOS

Dada a nossa atividade e as nossas localizações, os derrames de petróleo e os incêndios são os principais riscos ambientais que a empresa enfrenta. O Sistema de Gestão Ambiental foi concebido e implementado para evitar que aconteçam situações de emergência. Mas, caso aconteçam, o sistema abrange a sua identificação e gestão, incluindo as situações de quase acidente.

A EDPR define como derrame significativo os derrames superiores a 0,16 m³ que atingem o solo. Adicionalmente, a EDPR regista situações de quase acidente quando o incidente registado não atinge a categoria de derrame significativo. Em 2015, tivemos 1 derrame significativo com um volume total de 0,32 m³ de óleo derramado e 5 incêndios incipientes que atingiram uma área de 2 ha. Todas as situações foram geridas de forma adequada; os derrames de óleo foram rapidamente confinados, e o solo contaminado retirado e tratado. Foram também registadas 46 situações de quase acidente devido a pequenos vazamentos de óleo que não atingiram solo nu.

A EDPR efetua regularmente testes ambientais para garantir que os nossos colaboradores estão familiarizados com os riscos e receberam formação adequada para prevenir e agir, se necessário.

G4 EN29 - VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E O NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO-MONETÁRIAS, PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS LEIS E REGULAÇÕES AMBIENTAIS

Em 2015, a empresa recebeu uma multa no valor de 280 euros devido a um atraso de pagamento de uma taxa ambiental.

G4 EN30 - IMPACTE AMBIENTAL SIGNIFICATIVO DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS E OUTROS BENS OU MATERIAIS UTILIZADOS NAS OPERAÇÕES DA EMPRESA, E PELOS ELEMENTOS DA EQUIPA DE TRANSPORTE

O principal impacte ambiental foi o das viagens e locomoção de colaboradores para atividades comerciais.

/// Informação adicional sobre o registo das nossas emissões devido a transportes de colaboradores disponível no Indicador EN15.

G4 EN31 - TOTAL DE GASTOS E INVESTIMENTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL, POR TIPO

Em 2015, foram investidos 3,3 milhões de euros e gastos 8,2 milhões de euros em atividades relacionadas com o ambiente (incluindo despesas com pessoal).

/// Informação adicional sobre gastos e investimentos ambientais disponível na Nota 42 às nossas Demonstrações Financeiras.

A EDPR realiza periodicamente simulacros ambientais para garantir que os nossos colaboradores estão familiarizados com os riscos e que receberam a formação adequada para prevenir e atuar, se necessário.

3,3 milhões de euros investidos e 8,2 milhões de euros dispendidos em atividades ambientais

G4 EN 32 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES AVALIADOS POR CRITÉRIOS AMBIENTAIS

As políticas ambientais e de biodiversidade da EDPR refletem uma gestão ambiental responsável ao longo de toda a cadeia de valor. De acordo com estas políticas, a EDPR compromete-se a garantir que todas as pessoas envolvidas, incluindo fornecedores, possuem as competências adequadas para o efeito. Os fornecedores da EDPR adoptaram todas as medidas necessárias para garantir o cumprimento rigoroso de todos os regulamentos ambientais aplicáveis, bem como as Políticas Ambientais e de Biodiversidade, as normas internas, procedimentos e sistemas em vigor em matéria de gestão ambiental da EDPR.

Especificamente, a EDPR implementou, para todos os seus parques eólicos em funcionamento, um Sistema de Gestão Ambiental (EMS) desenvolvido e certificado em conformidade com a norma internacional ISO 14001:2004. Os fornecedores da EDPR devem conhecer e compreender o EMS. Além disso, devem comprometer-se a disponibilizar o EMS aos seus colaboradores e subcontratantes, e a garantir que estes cumprem todos os procedimentos estabelecidos no EMS.

Para dar resposta a este indicador, foram tidos em conta todos os fornecedores da EDPR das divisões Corporativa, da Europa e Brasil, e da América do Norte que dispunham de sistemas ambientais (todas as plataformas incluem contratos superiores a 500.000 euros): 83% dos fornecedores da EDPR nas divisões Corporate, Europa e Brasil, e 61% da América do Norte dispunham de sistemas ambientais.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 EN 33 - IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS REAIS E POTENCIAIS DECORRENTES DA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS

A EDPR levou a cabo um estudo para caracterizar a sua Cadeia de Fornecimento, que inclui a análise da sua exposição a riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada aplicando a metodologia ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados do Grupo EDP de 2014. O estudo permitiu à EDPR determinar os resultados seguintes: 300.000 toneladas de emissões de gases com efeitos de estufa direta ou indiretamente associados à cadeia de fornecimento da EDPR, das quais 5% correspondem a fornecedores de primeiro nível. Através deste estudo, a EDPR pretende identificar as áreas onde deve centrar as suas atividades de melhoria para reduzir substancialmente a sua exposição aos riscos e otimizar os impactos.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 EN34 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM IMPACTO AMBIENTAL ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

A EDPR não tem conhecimento de qualquer queixa formal sobre questões ambientais registada em 2015 em qualquer um dos seus canais para apresentação de queixas.

+ 1.000

colaboradores de

28

nacionalidades.

4.4. DESEMPENHO SOCIAL

4.4.1. PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO DECENTE

G4 INFORMAÇÃO SOBRE O ENFOQUE DE GESTÃO

O crescimento da EDPR nos últimos anos foi apoiado pela flexibilidade e o trabalho de equipa dos colaboradores, que proporcionaram à empresa a capacidade de se adaptar a um negócio em constante mudança nas diferentes realidades dos mercados onde estamos presentes. Como resultado, o crescimento e o desenvolvimento dos nossos colaboradores são prioridades chave: procuramos oferecer programas de formação e oportunidades de emprego excelentes, de modo a proporcionar-lhes uma carreira profissional interessante na Empresa e prepará-los para os desafios futuros. Por conseguinte, a mobilidade geográfica e funcional é um pilar fundamental da nossa estratégia de RH.

Queremos também reconhecer o trabalho e o talento dos nossos colaboradores, pelo que estamos empenhados em oferecer pacotes de remunerações e benefícios sociais competitivos. A política de remuneração responde às necessidades dos mercados locais, com flexibilidade suficiente para se adaptar às especificidades de cada região. A remuneração base fixa é complementada por uma componente variável que depende de uma avaliação individual medida em função dos principais indicadores de desempenho (KPI) individuais, de área e da empresa.

Além disso, compreendemos a importância de manter um equilíbrio entre trabalho e compromissos pessoais. Este entendimento levou a um aumento da satisfação dos colaboradores e, ao mesmo tempo, aumentou a sua produtividade e o seu estado de espírito. Para nós, o equilíbrio trabalho-vida pessoal é mais do que um conjunto de medidas para colaboradores com filhos, é um conjunto de iniciativas para promover um ambiente de trabalho positivo onde os colaboradores podem desenvolver a sua carreira e dar o seu melhor. E acreditamos que o equilíbrio trabalho-vida pessoal deve ser uma responsabilidade partilhada. Procuramos constantemente melhorar o nosso programa equilíbrio trabalho-vida pessoal e oferecer aos nossos colaboradores os benefícios mais adequados. É frequente definirmos benefícios específicos adaptados e aplicáveis apenas a alguns países onde a EDPR está presente.

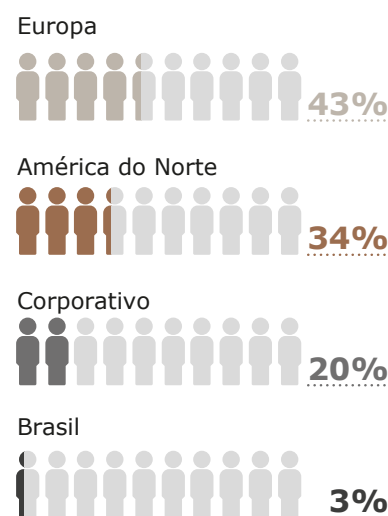
Garantir a saúde, segurança e bem-estar dos nossos colaboradores é uma prioridade na EDPR. Este firme compromisso é suportado pelas nossas políticas e iniciativas de saúde e segurança, bem como por uma sólida prática histórica. A EDPR tem um objetivo de zero acidentes, declarado na nossa política de Saúde e Segurança.

/// Informação adicional sobre a nossa estratégia de Recursos Humanos disponível na Secção Colaboradores.

G4 10 - MÃO-DE-OBRA TOTAL POR TIPO DE EMPREGO, TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO E POR REGIÃO

Em 2015, a EDPR empregou 1 018 pessoas, 20% na EDPR Holding, 43% na Plataforma Europeia, 34% na Plataforma norte-americana e 3% no Brasil.

Segmentação da força	2015	% mulheres	2014	% mulheres
Total	1018	32%	919	31%
Por tipo de emprego:				
Tempo integral	996	30%	894	29%
Tempo parcial	22	100%	25	96%
Por contrato de trabalho:				
Permanente	1001	32%	904	31%
Temporário	17	35%	15	20%
Por País:				
Espanha	359	33%	340	32%
Portugal	62	10%	63	13%
França	48	31%	39	26%
Bélgica	2	0%	2	0%
Polónia	40	30%	39	31%
Roménia	33	36%	34	41%
Itália	22	36%	23	43%
R.U.	37	43%	37	41%
EUA	373	33%	311	33%
Canadá	5	0%	4	0%
Brasil	32	25%	26	23%
México	5	20%	1	0%



O número médio dos trabalhadores de prestadores de serviços durante o período foi de 1.433 na Europa, 1.211 na América do Norte e 285 no Brasil.

G4 LA1 - CRIAÇÃO DE EMPREGOS E TAXA DE ROTATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA, GÉNERO E REGIÃO

Ao longo do ano, a EDPR contratou 189 novos colaboradores e 90 abandonaram a empresa, o que resultou numa taxa de rotatividade de 14%, que é ligeiramente inferior à do ano anterior.

2.929 prestadores de serviços envolvidos em trabalhos de construção, operação e manutenção em 2015	Rotatividade	Novas contratações	Partidas	Volume de negócios
	Total	189	90	14%
	Por faixa etária:			
	Menos de 30 anos	81	27	29%
	Entre 30 e 39 anos	69	39	11%
	Mais de 40 anos	39	24	9%
	Por género:			
	Feminino	66	29	15%
	Masculino	123	61	13%
	Por País:			
	Espanha	37	12	7%
	Portugal	4	5	7%
	França	9	3	13%
	Bélgica	0	0	0%
	Polónia	5	4	11%
	Roménia	1	1	3%
	Itália	5	6	25%
	R.U.	7	7	19%
	EUA	106	47	21%
	Canadá	0	0	0%
	Brasil	11	5	25%
	México	4	0	40%

G4 EU17 - DIAS TRABALHADOS POR EMPREITEIROS E SUBEMPREITEIROS NAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os empreiteiros envolvidos em atividades de construção, operação e manutenção trabalharam 729 319 dias em 2015.

G4 EU18 - PERCENTAGEM DE CONTRATADOS E SUBCONTRATADOS QUE TIVERAM FORMAÇÃO EM HIGIENE E SEGURANÇA

Como parte integrante da nossa estratégia de saúde e segurança, realizámos vários cursos de formação e atividades de avaliação de risco de acordo com os potenciais riscos identificados para cada posto de trabalho dentro da Empresa.

Estamos igualmente preocupados com os padrões de saúde e segurança dos nossos colaboradores e das empresas subcontratadas. Neste âmbito, estão sujeitos a um rastreio de saúde e segurança quando se candidatam a um concurso para trabalhar para a nossa Empresa. Uma vez selecionada, a empresa tem de apresentar provas de ter dado a formação necessária aos seus colaboradores. Em 2015, cerca de 81% dos prestadores de serviços receberam formação em matéria de saúde e segurança ministrada pela EDPR. Não obstante, as empresas que trabalham com a EDPR devem assegurar que todos os seus prestadores de serviços participam em cursos de saúde e segurança.

G4 LA2 - BENEFÍCIOS PARA OS COLABORADORES A TEMPO INTEGRAL, QUE NÃO SÃO ATRIBUÍDOS AOS COLABORADORES TEMPORÁRIOS OU A TEMPO PARCIAL

Como empregador responsável, oferecemos empregos de qualidade que podem ser equilibrados com a vida pessoal. O pacote de benefícios oferecidos a colaboradores a tempo inteiro não difere do que é oferecido a colaboradores a tempo parcial, o qual, geralmente, vai além do que está acordado em acordos coletivos de trabalho. Este pacote de benefícios inclui seguro médico, seguro de vida, plano de pensões e medidas de conciliação.

G4 LA3 - REGRESSO AO TRABALHO E TAXAS DE RETENÇÃO APÓS LICENÇA DE MATERNIDADE/PATERNIDADE, POR GÉNERO

Licença parental	Maternidade	Paternidade	Regresso ao trabalho
Espanha	18	24	42
Portugal	1	0	1
França	1	3	4
Bélgica	0	0	0
Polónia	4	1	5
Roménia	0	3	3
Itália	2	2	4
R.U.	1	0	1
EUA	4	25	29
Canadá	0	0	0
Brasil	0	0	0
México	0	0	0
Total	31	58	89

Em 2015, 89 colaboradores beneficiaram de uma licença de maternidade ou parentalidade, todos voltaram e nenhum prorrogou a sua licença.

G4 EU15 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES ELEGÍVEIS PARA SE REFORMAREM NUM PRAZO ENTRE 5 A 10 ANOS, POR TIPO E REGIÃO

Colaboradores elegíveis para se reforma em 10 anos em 5 anos

Por categoria profissional:	113	35
Direção Executiva (Administradores)	1	0
Gestão de topo	9	5
Quadros superiores	24	5
Gestão	18	6
Quadros superiores sem equipa	6	4
Associados e especialistas seniores	28	8
Especialistas	16	3
Apoio operacional, administrativo e técnico	11	4
Por País:	113	35
Espanha	58	10
Portugal	17	5
Polónia	2	2
Roménia	1	0
EUA	34	17
Brasil	1	1

Nota: Para os colaboradores elegíveis para reforma nos próximos 5 anos a referência é a reforma aos 60 anos e nos próximos 10 anos a referência é a reforma aos 57 anos.

**A EDPR recebeu
a certificação ESR – Socially
Responsible Company - e
classificou-se entre as 50
melhores empresas para
trabalhar, em Espanha
e Polónia.**



39anos
**Idade média dos
colaboradores da EDPR**

G4 11 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES REPRESENTADOS POR ORGANIZAÇÕES SINDICAIS.

Colaboradores abrangidos por acordos coletivos de trabalho	2015	%
Espanha	48	13%
Portugal	60	97%
França	39	81%
Bélgica	2	100%
Polónia	0	0%
Roménia	0	0%
Itália	22	100%
R.U.	0	0%
EUA	1	0%
Brasil	31	97%
México	0	0%

Dos 1 018 trabalhadores da EDPR, 20% estavam cobertos por acordos coletivos de trabalho.

Os acordos coletivos de trabalho aplicam-se a todos os colaboradores que trabalham sob uma relação de trabalho com e por conta de alguma das empresas do grupo EDPR, independentemente do tipo de contrato, grupo profissional em que estão integrados, ocupação ou emprego. No entanto, algumas questões relativas à própria organização corporativa, às leis de cada país ou mesmo a usos e costumes próprios levam a que certos grupos sejam expressamente excluídos do âmbito dos acordos coletivos de trabalho.

/// Informação adicional disponível no capítulo entre Relação com colaboradores.

G4 LA4 - PERÍODO MÍNIMO DE ANÚNCIO SOBRE MUDANÇAS NAS OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO RELATORA, INCLUINDO SE ESTÁ ESPECIFICADO EM ACORDOS SINDICAIS

Por jurisprudência de cada país, a EDPR pode ter um período mínimo a cumprir para notificação formal de mudanças organizacionais nas empresas do Grupo, com impacto sobre os colaboradores. No entanto, é habitual comunicar, com antecedência, eventos significativos aos grupos afetados.

Como empregador nos E.U.A., a EDPR cumpre as determinações da Worker Adjustment and Retraining Notification (WARN) Act Guide to Advance Notice of Closings and Layoffs (notificação de reestruturação e reconversão profissional com aviso prévio em caso de encerramento e demissões). Em caso de encerramento e demissões, é obrigatório avisar, com 60 dias de antecedência, os colaboradores que tenham trabalhado mais de seis meses e 20 horas semanais.

G4 LA5 - PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL REPRESENTADA EM COMITÉS FORMAIS SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA QUE AJUDAM NO ACOMPANHAMENTO E ACONSELHAMENTO SOBRE PROGRAMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE PROFISSIONAL.

Uma parte significativa da nossa organização desempenha um papel fundamental na implementação da nossa política de saúde e segurança. A empresa criou comissões de saúde e segurança que recolhem informação de diferentes níveis operacionais e envolvem os colaboradores na definição e comunicação de um plano de prevenção.

Em 2015, 2,0% dos nossos colaboradores participou em reuniões das comissões de saúde e segurança, em representação de 74% da nossa força de trabalho. Em todas as regiões da EDPR existem comissões de saúde e segurança.

G4 LA6 - TAXAS DE LESÕES, DOENÇAS PROFISSIONAIS, DIAS PERDIDOS, ABSENTISMO E NÚMERO DE ACIDENTES MORTAIS RELACIONADO COM O TRABALHO, POR REGIÃO.

Indicadores de saúde e segurança (colaboradores da EDPR e empreiteiros) ³	2015	2014
Número de acidentes industriais	27	23
Europa	15	19
América do Norte	3	4
Brasil	9	0
Número de acidentes fatais	0	0
Europa	0	0
América do Norte	0	0
Brasil	0	0
Dias de trabalho perdidos por acidentes	881	718
Europa	735	666
América do Norte	57	52
Brasil	89	0
Taxa de ferimentos (IR)¹	5	5
Europa	5	7
América do Norte	1	2
Brasil	13	0
Taxa de dias de trabalho perdidos (LDR)²	151	141
Europa	269	256
América do Norte	24	22
Brasil	125	0

1 Taxa de lesões calculada como [# de acidentes/horas trabalhadas * 1.000.000]

2 Taxa de dias de trabalho perdidos calculada como [# de acidentes/horas trabalhadas * 1.000.000]

3 Não estão incluídos 3 casos de pequenas lesões que necessitaram de primeiros socorros, sendo o número de dias calculado como o número de dias de calendário

4 Registrou-se apenas um acidente que envolveu uma mulher; o acidente ocorreu em Espanha e implicou uma baixa de 13 dias

G4 LA8 - TÓPICOS DE HIGIENE E SEGURANÇA COBERTOS POR ACORDOS FORMAIS COM SINDICATOS

A grande maioria dos acordos coletivos da EDPR incluem os direitos e deveres da Empresa em relação à saúde e segurança dos colaboradores.

G4 LA9 - MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR ANO, POR COLABORADOR E POR CATEGORIA

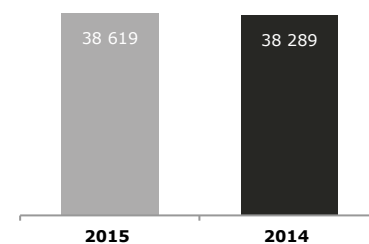
Métricas de formação	2015	2014
Número de horas de formação (nº)	38.619	38.289
Investimento em formação (M€)	1.607	1.580
Número de formandos (nº)	6.459	4.566

/// Descrição completa da nossa estratégia de Formação e Recursos Humanos disponível no capítulo sobre Desenvolvimento.

A EDPR não registou acidentes mortais em 2014 e 2015

A Europa e os Estados Unidos têm indicadores de H&S mais baixos devido a mais horas de formação e planos de emergência para pessoal e contratantes

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO (Nº)



O nosso Código de Ética**contém cláusulas****específicas de não****discriminação****e igualdade de****oportunidades,****de acordo com a****a cultura de diversidade****da Empresa**

/// A EDPR compromete-se a garantir que as suas políticas e procedimentos laborais excluam casos injustificados e tratamentos diferenciados com base na origem étnica ou social, género, orientação sexual, idade, crença religiosa, estado civil, incapacidade, orientação ou opinião política, local de nascimento ou filiação sindical. ///

Princípios de atuação –
Código de Ética

G4 LA10 - PROGRAMAS PARA A GESTÃO DE COMPETÊNCIAS E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA QUE SUPOREM A EMPREGABILIDADE DOS COLABORADORES E OS ASSISTAM NA GESTÃO DOS SEUS OBJETIVOS DE CARREIRA

Procuramos oferecer, à nossa força de trabalho total, oportunidades para se desenvolverem profissionalmente e assumirem novos papéis para alcançar os objetivos da empresa. Os colaboradores são incentivados a aproveitar as oportunidades de mobilidade funcional e geográfica.

/// Descrição completa da nossa estratégia de Formação e Recursos Humanos disponível no capítulo sobre Desenvolvimento e Formação.

G4 LA11 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES QUE RECEBEM AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO E PROGRESSÃO DE CARREIRA

Todos os colaboradores da EDPR, independentemente da sua categoria profissional, são avaliados anualmente para determinar seu potencial de desenvolvimento, proporcionando-lhes a formação mais adequada. A EDPR elabora planos de desenvolvimento à medida para responder a necessidades específicas. O processo de avaliação de potencial é independente da avaliação de desempenho e baseia-se num modelo de avaliação de 360 graus, que considera o *feedback* do próprio, dos seus pares, subordinados e superiores.

G4 LA12 - COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO E DESAGREGAÇÃO DOS COLABORADORES POR CATEGORIA PROFISSIONAL EM FUNÇÃO DO SEXO, FAIXA ETÁRIA, PERTENÇA A GRUPOS MINORITÁRIOS E OUTROS INDICADORES DE DIVERSIDADE

/// Descrição detalhada dos órgãos de governo disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, Anexo - Biografias. Consulte LA1 e LA13 para informações sobre os colaboradores.

G4 LA13 - PROPORÇÃO DE SALÁRIO BASE ENTRE HOMENS E MULHERES, POR CATEGORIA FUNCIONAL

M/F SALARY RATIO	M/F SALARY
Conselho de Administração (não executivo)	n/a
Direção Executiva (Administradores)	n/a
Gestão de topo	108%
Quadros superiores	114%
Gestão	105%
Quadros superiores sem equipa	70%
Associados e especialistas seniores	103%
Especialistas	99%
Apoio operacional, administrativo e técnico	95%

n/a: não existem mulheres nestas categorias

G4 LA14 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES AVALIADOS POR PRÁTICAS LABORAIS

A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Deste modo, é necessário haver um alinhamento com os princípios do Código de Ética da EDPR. Como parte de um processo de certificação dos seus fornecedores, estes devem declarar por escrito que aceitam os princípios previstos no Código de Ética da EDPR.

Adicionalmente, o Grupo EDP e a EDPR têm um Manual de Compras, que inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envia todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos. 80% das compras das divisões da Holding, Europa e Brasil são realizadas a fornecedores que declaram trabalhar segundo os critérios do Pacto Global e do Código de Ética da EDPR. 66% dos fornecedores na América do Norte também declaram que trabalham segundo os critérios do Pacto Global e do Código de Ética da EDPR.

** Os dados da Europa baseiam-se no número de operações e a informação dos Estados Unidos refere-se a fornecedores com contratos superiores a 500.000 euros.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 LA15 - IMPACTOS NEGATIVOS ATUAIS E POTENCIAIS DAS PRÁTICAS LABORAIS NA CADEIA DE FORNECEDORES E AÇÕES TOMADAS

A EDPR realizou um estudo para caracterizar a sua cadeia de fornecimento, que se baseou numa análise da exposição aos riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada aplicando a metodologia ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores.

Este estudo permitiu à EDPR determinar alguns dos impactos negativos atuais e potenciais para as práticas laborais na cadeia de fornecimento.

Através deste estudo, a EDPR pretende identificar as áreas onde deve centrar as suas atividades de melhoria para reduzir substancialmente a sua exposição aos riscos e otimizar os impactos.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 LA16 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM PRÁTICAS LABORAIS ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

Em 2015, a EDPR não registou quaisquer incidentes relacionados com práticas laborais em qualquer um dos seus canais para apresentação de queixas.

4.4.2. DIREITOS HUMANOS

G4 INFORMAÇÃO SOBRE O ENFOQUE DE GESTÃO

A EDPR tornou-se signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas lançada em 2000, que define diretrizes para as empresas que optam por contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDPR também possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas para o respeito pelos direitos humanos. Em conformidade com o Código, a EDPR manifesta a sua total oposição a trabalho forçado ou obrigatório e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base em convenções, tratados e iniciativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho e o Pacto Global das Nações Unidas.

A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Deste modo, é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR. Como parte de um processo de certificação dos seus fornecedores, cada fornecedor deve declarar por escrito que aceita os princípios previstos no Código de Ética da EDPR.

A EDPR não registou incidentes relacionados com práticas laborais ou de discriminação

**O Código de Ética
da EDPR encontra-se
disponível em
www.edprenovaveis.com**



Adicionalmente, o Grupo EDP e a EDPR têm um Manual de Compras, que inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

/// Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C.II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível na área sobre governo corporativo no nosso site, em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR1 - NÚMERO TOTAL E PERCENTAGEM DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO SIGNIFICATIVO QUE INCLUAM CLÁUSULAS REFERENTES A DIREITOS HUMANOS OU QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS

A EDPR possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas para o respeito pelos direitos humanos. O nosso Manual de Aquisições também inclui um capítulo para implementação dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

G4 HR2 - TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO DOS EMPREGADOS EM POLÍTICAS E PRÁTICAS RELACIONADAS COM OS ASPETOS DOS DIREITOS HUMANOS RELEVANTES PARA AS OPERAÇÕES INCLUINDO A PERCENTAGEM DE EMPREGADOS FORMADOS

Em 2011, a EDPR iniciou um programa de formação em Ética na Europa para todos os diretores-gerais de país, diretores e gestão de topo com equipa, com um duplo objetivo:

- Melhorar o processo ético da EDPR e todas as ferramentas e documentos disponíveis na empresa
- Prepará-los para dar formação ética às suas equipas.

Cada gestor foi responsável pela formação da sua equipa durante o primeiro trimestre de 2012.

Em 2014, foi aprovado um novo Código de Ética e, em 2015, foi lançado um programa-piloto de formação, para transmitir conceitos genéricos a um grupo de colaboradores, programa esse que obteve um excelente *feedback*, pelo que será alargado aos restantes colaboradores da EDPR durante o ano de 2016.

G4 HR3 - NÚMERO TOTAL DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO E AS MEDIDAS TOMADAS

Em 2015, a EDPR não registou casos de discriminação.

G4 HR4 - OPERAÇÕES IDENTIFICADAS EM QUE O DIREITO DE EXERCER A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA PODE CORRER RISCO SIGNIFICATIVO E AS MEDIDAS TOMADAS PARA APOIAR ESSE DIREITO

A EDPR realizou um estudo para caracterizar a sua cadeia de fornecimento, que se baseou numa análise da exposição aos riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada aplicando a metodologia ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores. O estudo permitiu à EDPR determinar os resultados seguintes:

Não se detetou nenhum ~0%* fornecedor direto da EDPR em que o direito à liberdade de associação e de negociação coletiva pudesse constituir um risco significativo.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR5 - OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO TENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE OCORRÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A ABOLIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas contra trabalho infantil ou forçado. A empresa não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado e obrigatório ou direitos dos povos indígenas.

A EDPR realizou um estudo para caracterizar a sua cadeia de fornecimento, que se baseou numa análise da exposição aos riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada aplicando a metodologia ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores.

O estudo permitiu à EDPR determinar os resultados seguintes:

não se detetou nenhum ~0%* fornecedor direto da EDPR como tendo um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil.

/// Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C.II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível na área sobre governo corporativo no nosso site, em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR6 - OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO TENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE OCORRÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A SUA ERRADICAÇÃO

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas contra trabalho infantil ou forçado. A empresa não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou obrigatório ou direitos dos povos indígenas.

Contudo, a EDPR levou a efeito um estudo para caracterizar a sua cadeia de fornecimento, baseado numa análise da exposição aos riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada aplicando a metodologia ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores.

O estudo permitiu à EDPR determinar os resultados seguintes:

não se detetou nenhum ~0%* fornecedor direto da EDPR como tendo um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou obrigatório.

/// Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C.II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível na área sobre governo corporativo no nosso site, em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.



O processo ético da EDPR garante transparência e confidencialidade.

G4 HR8 – NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E AÇÕES TOMADAS

A EDPR não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo para os direitos dos povos indígenas.

G4 HR9 - PERCENTAGEM E NÚMERO TOTAL DE OPERAÇÕES QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS OU AVALIAÇÃO DO IMPACTO

A EDPR possui centrais de energia renovável em operação em 10 países e está presente em 12 países, estando todos no âmbito das premissas e regulamentos do Código de Ética.

G4 HR10 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS

A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Deste modo, é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR. Como parte de um processo de certificação dos seus fornecedores, cada fornecedor deve declarar por escrito que aceita os princípios previstos no Código de Ética da EDPR. Adicionalmente, o Grupo EDP e a EDPR têm um Manual de Compras, que inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos. 80% das compras das divisões Corporate e da Europa são realizadas a fornecedores que declaram trabalhar segundo os critérios do Pacto Global e do Código de Ética da EDPR. 66% dos fornecedores na América do Norte também declaram que trabalham segundo os critérios do Pacto Global e do Código de Ética da EDPR.

** Os dados da Europa baseiam-se no número de operações e a informação dos Estados Unidos refere-se a fornecedores com contratos superiores a 500.000 euros.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR11 - IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS ATUAIS E POTENCIAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS NA CADEIA DE FORNECEDORES E AÇÕES TOMADAS

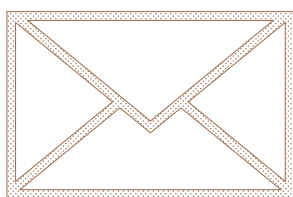
A EDPR realizou um estudo para caracterizar a sua cadeia de fornecimento, baseado numa análise da exposição aos riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada aplicando a metodologia ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores.

O estudo permitiu à EDPR determinar os resultados seguintes: Não se detetou nenhum ~0%* fornecedor direto da EDPR como tendo um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado ou obrigatório, liberdade de associação. Através deste estudo, a EDPRR pretende identificar as áreas onde deve centrar as suas atividades de melhoria para reduzir substancialmente a sua exposição aos riscos e otimizar os impactos.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 HR12 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM OS DIREITOS HUMANOS ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

Em 2015, a EDPR não registou incidentes relacionados com práticas de direitos humanos em qualquer um dos seus canais de reclamação.



A EDPR não registou incidentes através do Canal de Denúncia de Irregularidades e do Canal de Ética

III Informação adicional sobre o Canal de Denúncia de Irregularidades e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C. II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível na área sobre governo corporativo no nosso site, em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

4.4.3. SOCIEDADE

G4 INFORMAÇÃO SOBRE O ENFOQUE DE GESTÃO

As tecnologias de energias renováveis são consideradas não só como ferramentas para mitigar as alterações climáticas, como também são reconhecidas, cada vez mais, como investimentos que podem oferecer vantagens económicas diretas e indiretas, reduzindo a dependência dos combustíveis importados (e, por conseguinte, melhorando as balanças comerciais), aumentando a qualidade e a segurança do ar a nível local, melhorando o acesso à energia e a segurança energética, impulsionando o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

Os pagamentos por arrendamento de terrenos e impostos são uma contribuição avultada para o orçamento anual dos municípios onde está presente. Além disso, a EDPR destinou 1,2 milhões de euros a projetos sociais de apoio à educação e a atividades de caráter comunitário, tendo a contribuição total para as finanças públicas ascendido a 167 milhões de euros, em 2015.

III Informação adicional disponível no capítulo sobre Comunidade do presente relatório e no nosso site em www.edpr.com.

G4 SO1 - PERCENTAGEM DE OPERAÇÕES COM ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTO E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

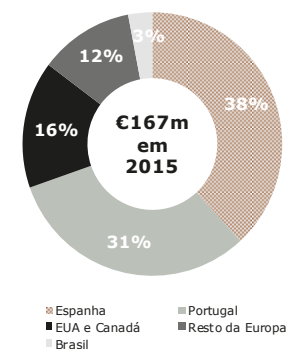
Estamos conscientes do impacto da nossa atividade nas comunidades dos locais onde desenvolvemos os nossos parques eólicos e da forma como podemos maximizar esses potenciais benefícios para a empresa e para os habitantes das áreas circundantes através de uma comunicação aberta com as partes interessadas. Por conseguinte, estabelecemos uma relação de confiança e colaboração com as comunidades em que estamos inseridos desde as fases iniciais dos nossos projetos, organizando sessões de esclarecimento e mantendo um diálogo aberto com essas comunidades, para explicar os benefícios da energia eólica. Também organizamos atividades de voluntariado e desportivas para promover o desenvolvimento sustentável da sociedade. O nosso negócio gera impactos positivos indiretos adicionais nas áreas em que estamos presentes, através da contratação e aquisição local e do desenvolvimento de infraestruturas e pagamento de impostos e alugueres.

III Informação adicional disponível no capítulo sobre Envolvimento com a Comunidade do presente relatório e no nosso site em www.edpr.com.

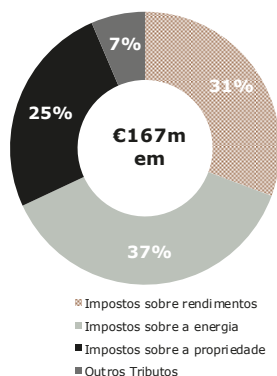
G4 SO2 - MEDIDAS COM IMPACTOS SIGNIFICATIVOS, POTENCIAIS E REAIS, NAS COMUNIDADES LOCAIS

A energia dos parques eólicos constitui um fator de desenvolvimento a longo prazo para os municípios onde está presente. A EDPR leva a cabo estudos para avaliar o impacto no ambiente e na comunidade antes da construção, que incluem as questões mais importantes para as áreas afetadas, tais como emissões, resíduos, alterações à utilização do solo, mudanças na paisagem, impactos a nível de saúde e segurança, atividades económicas afetadas, impacto na infraestrutura, existência de património histórico e cultural, presença de comunidades indígenas e necessidade de deslocar as populações locais. Durante a fase de operação, estão também disponíveis mecanismos de queixa para assegurar que as sugestões ou queixas são devidamente instruídas e analisadas. Estes mecanismos permitem-nos não só solucionar as queixas como introduzir melhorias nos nossos processos. A título ilustrativo refere-se a forma como abordámos as queixas relacionadas com possíveis interferências com o sinal de TV. Instaurámos um procedimento que envolve as edilidades para facilitar e acelerar a recolha destas queixas assim que surgem, a que se segue a análise exata da situação, a comunicação com o queixoso e uma resolução satisfatória e célere. A EDPR dispõe de diferentes programas para avaliar

DISTRIBUIÇÃO DOS PAGAMENTOS DE IMPOSTOS DO GRUPO EDPR POR PAIS



DISTRIBUIÇÃO DOS PAGAMENTOS DE IMPOSTOS DO GRUPO EDPR



A política anti-corrupção**foi implementada em****2015 e está disponível****em www.edprenovaveis.com**

e gerir o impacto nas comunidades e maximizar o valor partilhado dos nossos projetos.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Envolvimento com a Comunidade do presente relatório e no nosso site em www.edprenovaveis.com.

G4 SO3 - NÚMERO TOTAL E PERCENTAGEM DE OPERAÇÕES AVALIADAS QUANTO A RISCOS RELACIONADOS COM CORRUPÇÃO E RISCOS SIGNIFICATIVOS IDENTIFICADOS

A EDPR analisa todos os novos mercados onde inicia operações através de uma visão geral do mercado. Este estudo avalia também o risco de corrupção. Em 2015, a EDPR implementou uma Política Anti Suborno para aplicação em todo o Grupo EDPR. Esta Política envolve novos procedimentos relativos às relações dos colaboradores com entidades externas, nomeadamente, a aprovação de determinadas ações relativas à hospitalidade de e para partes externas, donativos de beneficência e patrocínios.

/// Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo, C. II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível na área sobre governo corporativo, no nosso site em www.edpr.com.

G4 SO4 - COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO EM POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

No sentido de assegurar o cumprimento do Regulamento de Combate à Corrupção em todas as regiões geográficas em que operamos, a Empresa desenvolveu uma Política de Combate à Corrupção que se implementou a todas as empresas do Grupo EDPR em 2015. Esta Política envolve uma série de novos procedimentos relativos às relações dos colaboradores da com entidades externas, nomeadamente, a aprovação de determinadas ações relativas à hospitalidade de e para partes externas, donativos de beneficência e patrocínios.

/// Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C.II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível na área sobre governo corporativo em www.edprenovaveis.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

G4 SO5 - INCIDENTES DE CORRUPÇÃO CONFIRMADOS E MEDIDAS TOMADAS

A EDPR não tem conhecimento de quaisquer incidentes relacionados com corrupção em 2015. Além disso, a Empresa possui procedimentos internos para monitorizar o cumprimento do Código de Ética, e define ações a serem tomadas em caso de incidentes.

/// Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C.II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo em www.edprenovaveis.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

G4 SO6 - QUANTIA DE DINHEIRO E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE A PARTIDOS POLÍTICOS, AOS SEUS CANDIDATOS E A INSTITUIÇÕES RELACIONADAS, POR PAÍS

A EDPR não fez contribuições para partidos políticos em 2015.

G4 SO7 - NÚMERO TOTAL DE AÇÕES JUDICIAIS POR CONCORRÊNCIA DESLEAL, PRÁTICAS DE TRUST E MONOPÓLIO E SEUS RESULTADOS

A EDPR não tem conhecimento de quaisquer ações judiciais por concorrência desleal, práticas de trust e monopólio em 2015.

G4 S08 - VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS POR NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E REGULACOES

Em 2015, a empresa recebeu penalizações num total de 240.246 euros, principalmente relacionadas com tributações.

G4 S09 - PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELATIVOS A IMPACTOS NA SOCIEDADE

A EDPR rege-se por um forte sentido ético e exige que os seus fornecedores não tenham conflitos com os padrões éticos da EDPR. Deste modo, é necessário haver um alinhamento com os princípios subjacentes ao Código de Ética da EDPR. Como parte de um processo de certificação dos seus fornecedores, cada fornecedor deve declarar por escrito que aceita os princípios previstos no Código de Ética da EDPR.

Adicionalmente, o Grupo EDP e a EDPR têm um Manual de Compras, que inclui um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a EDPR envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Encontram-se definidos os procedimentos a serem adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos.

80% das compras da Holding e da Europa são realizadas a fornecedores que declaram trabalhar segundo os critérios do Pacto Global e do Código de Ética da EDPR. 66% dos fornecedores na América do Norte também declaram que trabalham segundo os critérios do Pacto Global e do Código de Ética da EDPR."

** Os dados da Europa baseiam-se no número de operações e a informação dos Estados Unidos refere-se a fornecedores com contratos superiores a 500.000 euros.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

G4 S10 - IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS NA SOCIEDADE E NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

A EDPR realizou um estudo para caracterizar a sua cadeia de fornecimento, baseado numa análise da exposição aos riscos económicos, sociais e ambientais. Esta análise foi realizada aplicando a metodologia ESCHER (*Efficient Supply Chain Economic and Environmental Reporting*), desenvolvida pela PwC. Para a rotina de cálculo ESCHER, a PwC utilizou os dados de 2014 do Grupo EDP relativos a fornecedores.

O estudo permitiu à EDPR determinar os resultados seguintes:

Mais de 20.000* empregos associados à cadeia de fornecimento da EDPR

Mais de 735* milhões de euros de valor acrescentado bruto associado à cadeia de fornecimento da EDPR

Através deste estudo, a EDPR pretende identificar as áreas onde deve centrar as suas atividades de melhoria para reduzir substancialmente a sua exposição aos riscos e otimizar os impactos.

/// Informação adicional disponível no capítulo sobre Fornecedores.

A EDPR realizou um estudo para caracterizar a sua cadeia de fornecimento, que inclui a análise da exposição aos riscos económicos, sociais e ambientais.

G4 SO11 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM O IMPACTO NA SOCIEDADE ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA

A EDPR registou 94 queixas em 2015 relacionadas com o impacto na sociedade. 62 em França e 19 nos Estados Unidos relativas a possíveis interferências com o sinal de televisão. O custo das medidas corretivas realizadas ascendeu a 10.628 euros.

/// Informação adicional sobre o Canal de Denúncia de Irregularidades e o Canal de Ética disponível no capítulo sobre Governo Corporativo do presente relatório, C. II. Comunicação de irregularidades e informação sobre ética disponível no capítulo sobre governo corporativo no nosso site em www.edpr.com. Informação adicional detalhada no capítulo sobre Integridade e ética.

4.4.4. RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

G4 INFORMAÇÃO SOBRE O ENFOQUE DE GESTÃO

O nosso negócio principal e as iniciativas relacionadas com saúde e segurança estão enfocados na geração de eletricidade e não no seu consumo final.

G4 EU25 – NÚMERO DE ACIDENTES E ÓBITOS DE PESSOAS DA COMUNIDADE, ENVOLVENDO ATIVOS DA EMPRESA, INCLUINDO DECISÕES JUDICIAIS, ACORDOS E PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES RELATIVOS A DOENÇAS

Em 2015, a EDPR não identificou acidentes ou óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa.

4.5. PRINCÍPIOS DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS (G4-18, G4-20, G4-21, G4-25, G4-26, G4-27)

A EDP Renováveis (doravante designada "EDPR") publica, pelo sexto ano consecutivo, um relatório integrado com a descrição do seu desempenho nos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social.

As informações são apresentadas de acordo com as diretrizes G4 da Global Reporting Initiative (GRI) para Relatórios de Sustentabilidade e fornece informações sobre os indicadores do setor elétrico diretamente relacionados com o negócio da empresa, que é a geração de energia a partir de fontes renováveis, basicamente energia eólica. Encontra-se disponível no nosso site, www.edprenovaveis.com, um índice GRI completo do presente relatório.

PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS

O Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas lançada em 2000, que define diretrizes para as empresas que optam por contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDPR tornou-se signatária desta iniciativa e comprometeu-se a implementar esses princípios e a informar a sociedade sobre o progresso alcançado.

Além disso, a Empresa possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas sobre o respeito pelos direitos humanos. Em conformidade com o Código, a EDPR manifesta a sua total oposição a trabalho forçado ou obrigatório e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base em convenções, tratados e iniciativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho e do Pacto Global das Nações Unidas.

O nosso Manual de Compras inclui também um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação dos princípios de sustentabilidade. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a Empresa envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Informação adicional sobre o Pacto Global da ONU disponível em www.unglobalcompact.org.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE

As diretrizes da GRI definem um conjunto de indicadores e recomendações para a criação de um padrão global para a divulgação de informação sobre os três pilares da sustentabilidade: desempenho económico, ambiental e social. A adesão da empresa a estas diretivas significa que concorda com o conceito e com as práticas de sustentabilidade.

A totalidade do relatório, incluindo indicadores ambientais e sociais contemplados pela GRI, foi auditada pela KPMG.

A ferramenta GRI define uma lista de princípios para ajudar as organizações a garantir que o conteúdo do relatório é equilibrado e preciso. A EDPR aplicou já estes princípios como base para o Relatório Anual de 2015.

Informação adicional sobre as diretrizes GRI disponível em www.globalreporting.org.

COBERTURA DA GRI

Este relatório anual segue as diretrizes da G4 na sua opção essencial «de conformidade» e o serviço de verificação de materialidade da GRI confirmou que os conteúdos básicos gerais G4-17 a G4-27 estão corretamente localizados, quer no índice GRI, quer no texto do relatório definitivo. Além disso, os seus conteúdos foram auditados pela KPMG de acordo com a norma ISAE 3000.

RELEVÂNCIA

Este relatório inclui a informação relevante para as partes interessadas da Empresa, em função da relevância dos estudos realizados.

CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE

Este relatório integra-se na estratégia da empresa de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sempre que possível.

EXATIDÃO, CLAREZA, COMPARABILIDADE E FIABILIDADE

As informações apresentadas seguem as diretrizes GRI e têm por objetivo tornar a informação comparável, rastreável, precisa e confiável.

INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS

As preocupações e os comentários recebidos dos stakeholders foram considerados durante a elaboração do relatório.

Informação adicional sobre stakeholders disponível no capítulo sobre A empresa e stakeholders ou

EXAUSTIVIDADE E EQUILÍBRIO

Salvo disposição em contrário, este relatório abrange todas as subsidiárias da empresa e é apresentado numa perspetiva equilibrada e objetiva.

OPORTUNIDADE

As informações apresentadas neste relatório reportam ao ano fiscal de 2015. A EDPR assume o compromisso de relatar informação sobre sustentabilidade, com uma periodicidade mínima anual. Adicionalmente, a informação sobre sustentabilidade é apresentada nos relatórios de mercado.

4.6. VERIFICAÇÃO EXTERNA

4.6.1. RELATÓRIO DE GARANTIA DE INDEPENDÊNCIA



KPMG Asesores S.L.
Edificio Torre Europa
Paseo de la Castellana, 95
28046 Madrid

Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade para a Direcção da EDP Renováveis S.A.

(Tradução livre da versão em Castelhana.
Em caso de discordância, prevalece a versão em Castelhana.)

Foi realizada uma revisão da informação não-financeira contida no Relatório e Contas da EDP Renováveis, S.A. (doravante “EDP Renováveis”) para o exercício findo a 31 de dezembro de 2015 (doravante “o Relatório”). A informação revista é limitada aos indicadores GRI descritos nas seções chamadas 03. Execução e 04. Sustentabilidade do Relatório.

A Comissão Executiva da EDP Renováveis é responsável pela preparação e apresentação do Relatório em conformidade com nas Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade versão 4.0 (G4), conforme referido no ponto 4.6.2 do Relatório, e seguindo os critérios de Materiality Matters, obtenção da confirmação da Global Reporting Initiative sobre a aplicação adequada do mesmos. A Comissão Executiva também é responsável pela informação e asserções incluídas no mesmo, incluindo a identificação das partes interessadas e das questões materiais, pela determinação dos objetivos da EDP Renováveis no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade e pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e baseado no trabalho efectuado expressar uma conclusão, com base exclusivamente nas informações para o ano 2015. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma ISAE 3000, *Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) e também de acordo com as linhas de orientação sobre trabalhos de revisão de Relatórios de Responsabilidade Corporativa do Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España (ICJCE). Estas normas requerem que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relatório está isento de distorções materialmente relevantes.

KPMG aplica a norma ISQC1 (International Standard on Quality Control 1 e em conformidade com o mesmo mantém um abrangente sistema de controle de qualidade, incluindo as políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento das exigências éticas, padrões profissionais e exigências legais e regulatórias aplicáveis.

Nós temos cumprido os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Code of Ethics for Professional Accountants emitidos pelo International Ethics Standards Board for Accountants, que é baseado nos princípios fundamentais de integridade, objectividade, competência e diligência profissionais, confidencialidade e comportamento profissional.

O nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade ha consistido em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, e na execução dos procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado:

- Consultas com a administração para ganhar uma compreensão dos processos de EDP Renováveis para determinar as questões materiais para os seus principais stakeholders.
- Verificação através de entrevistas com o pessoal relevante, tanto a nível do grupo ea nível das unidades selecionadas de negócio, quanto à existência de uma estratégia e políticas de sustentabilidade e responsabilidade corporativa para tratar de questões materiais, e sua implementação em todos os níveis.

- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade, governança, ética e integridade.
- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação do Relatório;
- A análise de risco, incluindo a pesquisa de mídia para identificar questões materiais durante o período coberto pelo relatório.
- Verificação da consistência das informações que responde às Conteúdos Básicos Gerais com o sistemas ou documentação internos.
- Análise aos processos de compilação e controlo interno relativo à informação quantitativa reflectida no Relatório e na verificação da fiabilidade da informação através de processos analíticos e de testes aos controlos por amostragem;
- Revisão da aplicação dos requisitos estabelecidos no G4 Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative para a elaboração de relatórios, de acordo com a opção “core”.
- Leitura da informação apresentada no Relatório de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP Renováveis;
- Verificação que a informação financeira refletida no relatório foi auditada por terceiros independentes.

A nossa equipa multidisciplinar incluiu especialistas em aspectos sociais, ambientais e económicos.

Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Este relatório não tem como objectivo emitir uma opinião de auditoria.

Nossa conclusão baseia-se, e está sujeita aos aspectos indicados neste Relatório Independente de garantia de fiabilidade. Consideramos que a evidência que temos obtido proporciona uma base suficiente e adequada para nossas conclusões.

Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação referida no Relatório e Contas da EDP Renováveis, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2015, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do Global Reporting Initiative versão 4.0 conforme referido no ponto G4-32 do Índice GRI do Relatório.

O nosso Relatório de garantia de fiabilidade é emitido unicamente para a EDP Renováveis de acordo com os termos contratados, e, portanto, não tem outro propósito e não pode ser usado em outro contexto.

Apresentamos à Comissão Executiva da EDP Renováveis um relatório interno com as nossas constatações e recomendações.

KPMG Asesores, S.L.

(Assinado na versão em Castelhana)

José Luis Blasco Vázquez

11 de Março de 2016

4.6.2. ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI DE ACORDO COM A OPÇÃO CORE



Somos membros da GRI GOLD Community e a apoiamos a missão da GRI de desenvolver diretrizes de apresentação de relatórios de sustentabilidade aceites a nível mundial, através de um processo global em que participam diversos grupos de interesse. Além disso, este relatório anual segue as diretrizes da G4 na sua opção essencial «de conformidade» e o serviço de verificação de materialidade da GRI confirmou que os conteúdos básicos gerais G4-17 a G4-27 estão corretamente localizados, quer no índice GRI, quer no texto do relatório definitivo. Encontra-se disponível no nosso site um índice de conteúdo G4 GRI completo do presente relatório.

ENERGY WITH INTELLIGENCE

**RELATÓRIO
E CONTAS
2015**

índice

5. GOVERNO CORPORATIVO

- 127 **PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA,
ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**
- 127 A. ESTRUTURA ACIONISTA
- 130 B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES
- 144 C. ORGANIZAÇÃO INTERNA
- 158 D. REMUNERAÇÕES
- 163 E. OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

- 167 **PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

- 172 **ANEXO: QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E ELEMENTOS CURRICULARES
DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Geometria de uma energia inesgotável

ENERGY WITH INTELLIGENCE

**RELATÓRIO
E CONTAS
2015**

05. GOVERNO CORPORATIVO

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. ESTRUTURA DE CAPITAL

A totalidade do capital social da EDP Renováveis S.A. (doravante designada “EDP Renováveis”, “EDPR” ou “a Empresa”), desde a sua oferta pública inicial (IPO), em junho de 2008, é de EUR 4.361.540.810 e consiste em 872.308.162 ações emitidas e integralmente realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros. Todas as ações integram uma única classe e série e encontram-se admitidas à cotação na Bolsa de Lisboa.

Códigos e tickers das ações da EDP Renováveis SA:

ISIN: ES0127797019
 LEI:529900MUF AH07Q1TAX06
 Ticker Bloomberg (NYSE Euronext Lisboa):EDPR PL
 Reuters RIC:EDPR.LS

O principal acionista da EDPR é a EDP – Energias de Portugal, S.A., Sucursal em Espanha (de ora em diante designada por “EDP”), com 77,5% do capital social e direito de voto. Para além do Grupo EDP, os acionistas da EDPR incluem cerca de 72,000 investidores institucionais e privados, em mais de 23 países, predominantemente nos Estados Unidos da América.

Os investidores institucionais, que representam 91% dos acionistas da Empresa (ex-Grupo EDP), são sobretudo fundos de investimento e investidores socialmente responsáveis (“ISR”) enquanto os investidores privados, sobretudo portugueses, representam os 9% remanescentes.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

Os Estatutos da EDPR não prevêem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações.

3. AÇÕES PRÓPRIAS

A EDPR não possui ações próprias.

4. MUDANÇA DE CONTROLO

A EDPR não adotou quaisquer medidas destinadas a impedir qualquer oferta pública de aquisição.

A sociedade não tomou quaisquer medidas defensivas em relação a casos de mudança de controlo na sua estrutura acionista.

A EDPR não iniciou quaisquer acordos tendentes a uma mudança no controlo da Empresa que não estejam de acordo com a prática normal de mercado. Nos casos de financiamento de determinados projetos eólicos, os credores têm o direito de aprovar mudanças de controlo no devedor, se este deixar de ser controlado, direta ou indiretamente, pela EDPR. No caso de garantias atribuídas por empresas do Grupo EDP, se a EDP, direta ou indiretamente deixar de ter a maioria do capital social da EDPR, deixará de ser obrigada a manter essas garantias ou serviços. As subsidiárias relevantes serão obrigadas a garantir o cancelamento ou substituição de todas as garantias em vigor, no prazo de 60 dias, após a alteração do evento de controlo.

No caso de acordos de serviços intra-grupo e em consonância com o Acordo Quadro assinado entre a EDP Renováveis S.A. e a EDP Energias de Portugal S.A., os contratos irão manter-se em vigor enquanto a EDP mantiver o seu capital social acima de 50% ou exercer, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto no capital social da EDP Renováveis. Mesmo que o capital social da EDP ou os seus direitos de voto sejam inferiores a 50%, o contrato é mantido enquanto mais de metade dos membros do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva da EDPR forem eleitos sob proposta da EDP.

5. REGIME DE ACORDOS ESPECIAIS

A EDPR não possui qualquer sistema de renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular daquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista ou em concertação com outros acionistas.

6. ACORDOS PARASSOCIAIS

A Empresa não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

As participações qualificadas na EDPR estão sujeitas à lei espanhola, que regula os critérios e limites da participação acionista. Em cumprimento do Artigo 125º da Lei do Mercado de Valores espanhola, a EDPR presta informações sobre participações qualificadas e os seus direitos de voto à data de 31 de dezembro de 2015.

Em 18 de dezembro de 2015, a EDPR recebeu uma notificação sobre as participações qualificadas da EDP. De acordo com esta notificação, um lote de 135.256.700 ações ordinárias, representando 15,5 % do capital social e direitos de voto, anteriormente detidas pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. ("HC"), foi atribuído à EDP como resultado de uma participação direta, nos termos e para os efeitos previstos na primeira parte do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários português.

A alteração no tipo de atribuição de direitos de voto à EDP resulta da aquisição desse lote de ações pela EDP à Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. , uma empresa totalmente detida pela EDP.

Como resultado da alteração no tipo de atribuição de direitos de voto, a EDP detém agora diretamente, através da sua sucursal espanhola, uma participação qualificada de 77,5% do capital social e direitos de voto da EDPR, correspondente a 676.283.856 ações ordinárias. Assim, como resultado da referida aquisição, a HC deixa de ter qualquer participação qualificada na EDPR.

À data de 31 de dezembro de 2015 foram identificadas as seguintes participações qualificadas:

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL	% DOS VOTOS
EDP – Energias de Portugal, S.A. – Sucursal en España	676.283.856	77,5%	77,5%
A EDP detém 77,5% do capital social e direitos de voto da EDPR através da EDP – Energias de Portugal, S.A. – Sucursal en España.			
MFS Investment Management	27 149 038	3,1%	3,1%
A MFS Investment Management é uma empresa americana gestora de investimentos globais. Em 24 de setembro de 2013, comunicou à Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) a sua posição qualificada indireta como instituição de investimento coletivo.			
Total de participações qualificadas	703.432.894	80,6%	80,6%

À data de 31 de dezembro de 2015, a estrutura acionista da EDPR consistia num total de participações qualificadas de 80,6%, dos quais a EDP e a MFS Investment Management detinham, respetivamente, 77,5% e 3,1% do capital da EDPR.

8. AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A tabela seguinte reflete o número de ações da EDPR detidas, direta ou indiretamente, pelos membros do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2015. As transações de ações detidas pelos membros do Conselho de Administração da EDPR são comunicadas às competentes entidades regulatórias e de supervisão (CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

NOME	TRANSAÇÕES EM 2015				Nº DE AÇÕES A 31 DEZ. 2015		TOTAL
	TIPO	DATA	Nº DE AÇÕES	PREÇO	DIRETAS	INDIRETAS	
António Mexia					3.880	320	4.200
João Manso Neto					-	-	-
Nuno Alves					5.000	-	5.000
Miguel Dias Amaro					25	-	25
João Paulo Costeira					3.000	-	3.000
Gabriel Alonso					26.503	-	26 503
João Manuel de Mello Franco					380	-	380
Jorge Santos					200	-	200
João José Belard da Fonseca Lopes					170	670	840
António Nogueira Leite					100	-	100
Manuel Menendez Menendez					-	-	-
Gilles August					-	-	-
José Ferreira Machado					630	-	630
Acácio Piloto					300	-	300
Françisca Guedes de Oliveira					-	-	-
Allan J. Katz					-	-	-

9. PODERES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da Empresa, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do Artigo 19º dos Estatutos ou da legislação aplicável. Neste contexto, o Conselho de Administração está investido dos seguintes poderes:

- Adquirir, a título lucrativo ou oneroso, bens móveis e imóveis, direitos, ações e interesses, adequados aos fins da Empresa;
- Vender e hipotecar ou onerar bens móveis e imóveis, direitos, ações e interesses da Empresa e cancelar hipotecas e outros direitos reais;
- Negociar e celebrar quantos empréstimos e operações de crédito considere apropriados;
- Celebrar e formalizar todo o tipo de atos ou contratos com entidades públicas ou particulares;
- Exercer ações civis e criminais e todas as restantes ações a serem desenvolvidas pela Empresa, representando-a perante entidades governamentais, autoridades, empresas e tribunais administrativos, administrativo-económicos, administrativo-contenciosos e judiciais, tribunais do trabalho e secções de trabalho do Supremo Tribunal e dos Tribunais Superiores das Comunidades Autónomas, sem limitações de qualquer natureza, inclusive perante o Tribunal de Justiça da União Europeia e, em geral, perante o governo, em todos os seus níveis e hierarquias; para intervir ou promover, acompanhar e denunciar, através de todos os procedimentos e instâncias, os processos, seções judiciais ou deliberações; aceitar as decisões, interpor qualquer tipo de recurso, incluindo a cassação de um ou mais recursos extraordinários, descontinuar ou confessar, concordar com o encerramento antecipado de um processo, apresentar questões litigiosas a juízes arbitrais, realizar todo o tipo de notificações e requerimentos e conceder uma procuração a representantes judiciais e outros, com poderes relacionados com o caso e os poderes que geralmente são concedidos em casos de litígio e todos os poderes especiais aplicáveis, e para revogar tais poderes;
- Propor a atribuição de dividendos;
- Agendar e convocar a Assembleia Geral de Acionistas e apresentar-lhe as propostas que considere adequadas;
- Dirigir a Empresa e organizar as suas operações e explorações, reconhecendo o rumo dos negócios e operações da Empresa, gerindo o investimento de fundos, fazendo amortizações extraordinárias de títulos em circulação e realizando tudo o que seja considerado adequado para obter o máximo resultado face ao objeto da Empresa;
- Nomear e destituir livremente diretores e todos os quadros técnicos e administrativos da Empresa, definindo o seu local de trabalho e a sua remuneração;
- Efetuar qualquer alteração quanto ao endereço da sede social dentro do mesmo município;
- Adotar todo o tipo de personalidade jurídica ao abrigo da lei; contribuir e atribuir todos os tipos de bens e direitos, bem como entrar em acordos de fusão e cooperação, associação, agrupamento e acordos sindicais temporários entre empresas ou negócios e acordos de propriedade conjunta, e ainda acordar a sua alteração, transformação e extinção;
- Todos os demais poderes concedidos expressamente ao Conselho nestes artigos ou na legislação aplicável. Esta lista não tem carácter restritivo, mas apenas carácter indicativo.

Em 9 de abril de 2015, a Assembleia Geral aprovou a delegação de poderes no Conselho de Administração para emitir, numa ou mais vezes, quaisquer:

- títulos de rendimento fixo ou outros instrumentos de dívida de natureza semelhante, bem como
- títulos de rendimento fixo ou outro tipo de valores mobiliários (warrants incluídos) convertíveis ou permutáveis em ações da EDP Renováveis, S.A., ou que reconheçam, segundo o critério do Conselho de Administração, o direito de subscrição ou aquisição de ações da EDP Renováveis, S.A., ou de outras

empresas, até ao valor máximo de trezentos mil milhões de euros (€300.000.000) ou o seu equivalente noutra moeda.

Como parte da referida delegação, a Assembleia Geral de Acionistas delegou no Conselho de Administração os poderes de aumentar o capital social até ao valor necessário para executar os poderes supracitados, durante um período de cinco anos a partir da data em que a deliberação foi adotada. Esta delegação de poderes pode ser exercida pelo Conselho de Administração dentro dos limites estabelecidos por lei e pelos Estatutos.

Por outro lado, a Assembleia Geral de Acionistas pode também delegar no Conselho de Administração os poderes de implementação de uma decisão previamente adotada de aumento do capital social, indicando a data ou datas da sua realização e determinando as restantes condições que não tenham sido especificadas pela Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração poderá fazer uso, no todo ou em parte, desta delegação, inclusivamente não executá-la considerando as condições da Empresa, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que justifiquem tal decisão, do que deverá ser dado conhecimento à Assembleia Geral, uma vez concluído o prazo ou prazos outorgados para a sua execução.

A 24 de dezembro de 2014, entrou em vigor uma alteração à Lei espanhola das Sociedades Comerciais (Lei 31/2014). Esta lei é aplicável a partir de janeiro de 2015. Tendo em conta estas alterações, a EDPR alterou os seus Estatutos e os regulamentos do Conselho de Administração, incluindo, entre outras, as alterações seguintes:

- O Conselho de Administração da EDPR deve reunir pelo menos uma por vez trimestre.
- Os Administradores não executivos só podem ser representados por outro Administrador não executivo.
- Inclui-se uma lista mais abrangente dos poderes não delegáveis pelo Conselho de Administração, os quais estão enumerados no ponto 29 do presente Relatório.

10. RELAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NATUREZA COMERCIAL ENTRE OS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E A EMPRESA

A informação sobre quaisquer relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Empresa encontra-se disponível no título 90 do presente Relatório.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A. COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

11. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Os membros da Mesa da Assembleia Geral são o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, o Presidente do Conselho de Administração ou um seu representante, os demais Administradores, e o Secretário do Conselho de Administração.

O Presidente da Assembleia Geral de Acionistas é José António de Melo Pinto Ribeiro, eleito na Assembleia Geral de Acionistas de 8 de abril de 2014, para um mandato de três anos.

O Presidente do Conselho de Administração é António Mexia, reeleito na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 9 de Abril de 2015, para um mandato de três anos.

O Secretário da Assembleia Geral de Acionistas, Emilio García-Conde Noriega, foi nomeado Secretário do Conselho de Administração a 4 de dezembro de 2007. O Secretário do Conselho de Administração não tem uma data de termo para as suas funções, de acordo com a Lei espanhola das Sociedades Comerciais, uma vez que não é membro do Conselho.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDPR conta com os recursos humanos e logísticos necessários para o desempenho das suas funções. Assim, para além do Secretário da Sociedade, a EDPR contrata uma entidade especializada para recolher, processar e contabilizar os votos de cada Assembleia Geral de Acionistas.

B. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

12. RESTRIÇÕES AO DIREITO DE VOTO

Cada ação dá direito a um voto. Os Estatutos da EDPR não incluem restrições ao direito de voto.

13. DIREITOS DE VOTO

Os Estatutos da EDPR não contêm qualquer referência à percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que, com aquele, se encontrem em qualquer relação. Todos os acionistas, independentemente do número de ações que possuem, podem participar na Assembleia Geral de Acionistas, bem como nas suas deliberações, com direito de intervir e votar.

Para exercerem o seu direito de participação, a Empresa informa, na sua convocatória, que os acionistas devem ter as suas ações registadas em seu nome, na conta de valores mobiliários, com uma antecedência de, pelo menos, cinco (5) dias antes da data da Assembleia Geral de Acionistas.

Qualquer acionista com direito a participar poderá enviar um representante à Assembleia Geral de Acionistas, mesmo que essa pessoa não seja acionista. O poder da procuração é revogável. O Conselho de Administração pode solicitar que a procuração esteja na posse da Empresa com um mínimo de 2 (dois) dias de antecedência, indicando o nome do representante.

A procuração deve ser específica para cada Assembleia Geral de Acionistas, apresentada por escrito ou enviada por meios de comunicação à distância, por exemplo, correio eletrónico.

Os acionistas podem votar em pontos da ordem de trabalhos referentes a quaisquer matérias da competência dos acionistas, por correspondência ou correio eletrónico.

O voto por correspondência pode ser revogado posteriormente, através do mesmo meio utilizado, dentro do prazo estabelecido para o efeito ou participando, pessoalmente ou por representante, na Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração aprova um Guia do Acionista para a Assembleia Geral de Acionistas, detalhando os boletins de voto por correspondência, entre outros assuntos. O modelo está disponível aos acionistas em www.edprenovaveis.com.

Os votos por correspondência devem ser enviados, por escrito, para o local indicado na convocatória, acompanhados da documentação indicada no Guia do Acionista. Nos termos do Artigo 15º dos Estatutos, os votos por correspondência devem ser recebidos na Empresa antes da meia-noite (24:00 horas) do dia anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas em primeira convocatória.

Para votar por via eletrónica, os acionistas que efetuem um pedido nesse sentido, recebem uma palavra-passe, dentro do prazo e na forma definida na convocatória para a Assembleia Geral de Acionistas. Nos termos do Artigo 15º dos Estatutos, os votos por correspondência devem ser recebidos na Empresa antes da meia-noite (24:00 horas) do dia anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas em primeira convocatória.

14. DECISÕES QUE SÓ PODERÃO SER ADOTADAS POR MAIORIA QUALIFICADA

A EDPR aprovou, na última Assembleia Geral de Acionistas de 9 de abril, uma alteração aos Estatutos, de modo a adaptá-los às alterações introduzidas pelo regulamento estabelecido na nova legislação espanhola, que são mais favoráveis para os acionistas e protetoras da sua posição. Entre outras, uma dessas alterações dizia respeito ao quórum qualificado e a maioria reforçada, conforme descrito abaixo.

De acordo com os Estatutos da EDPR, e conforme estabelecido por lei, as Assembleias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, reúnem validamente em primeira convocatória se os acionistas, presentes ou representados por procurador, representarem pelo menos vinte cinco por cento (25%) do capital votante subscrito. Em segunda convocatória, a Assembleia Geral de Acionistas será validamente constituída, independentemente do valor do capital presente.

Para que a aprovação da emissão de obrigações, o aumento ou a redução do capital social, a transformação, a atribuição global de ativos e passivos, a fusão ou cisão da Empresa, a transferência da Sede Social para o estrangeiro, a supressão de direitos de preferência de novas ações e, em geral, qualquer alteração necessária aos Estatutos seja válida, na Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária de Acionistas, terá de verificar-se que: em primeira convocatória, os Acionistas presentes ou representados por procuração representam, no mínimo, cinquenta por cento (50%) do capital subscrito com direitos de voto e, em segunda convocatória, vinte e cinco por cento (25%) do capital subscrito com direitos de voto.

Em relação ao quórum necessário para aprovar de forma válida estes assuntos, de acordo com os Estatutos e a Lei, quando os acionistas presentes representarem mais de cinquenta por cento (50%) do capital votante, as deliberações acima mencionadas serão validamente adotadas por maioria absoluta e, no caso de os acionistas presentes representarem entre vinte cinco por cento (25%) e até cinquenta por cento (50%), com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado na Assembleia Geral de Acionistas.

A EDPR não estabeleceu qualquer mecanismo que tenha por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária e não adotou mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente, fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A. COMPOSIÇÃO

15. MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

A EDPR é uma empresa espanhola cotada na bolsa de valores regulamentada em Portugal. A organização societária da EDP Renováveis está sujeita à sua própria lei e, dentro dos limites regulamentares, às recomendações contidas no "Código de Governo das Sociedades", aprovado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), em julho de 2013. Este código de governo societário pode ser consultado no site da CMVM na internet (www.cmvm.pt).

A organização e o funcionamento do modelo de governo societário da EDPR foram concebidos de forma a atingirem os mais elevados padrões de governo corporativo e códigos de ética e conduta nos negócios, tal como estabelecido pelas melhores práticas nacionais e internacionais de governo das sociedades.

A EDPR adotou a estrutura de governo em vigor em Espanha. É composta por uma Assembleia Geral de Acionistas e um Conselho de Administração que representa e administra a Empresa.

Conforme exigido por lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração da empresa constituiu quatro comissões. As comissões são: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Nomeações e Remunerações e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Por forma a assegurar uma melhor compreensão do governo corporativo da EDPR por parte dos seus acionistas, a Empresa disponibiliza os seus Estatutos atualizados, bem como os Regulamentos das suas Comissões, em www.edprenovaveis.com.

O modelo de governo da EDP Renováveis foi concebido para garantir a separação transparente e meticulosa dos deveres e a especialização da supervisão. Os órgãos do modelo de gestão e supervisão da EDPR são os seguintes:

- Assembleia Geral de Acionistas
- Conselho de Administração
- Comissão Executiva
- Comissão de Auditoria e Controlo
- Auditor externo

A escolha deste modelo tem por objetivo adaptar, tanto quanto possível, o modelo de governo corporativo da Empresa à legislação portuguesa. O modelo de governo adotado pela EDPR procura, sendo compatível com a sua própria lei, corresponder ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

A experiência de funcionamento institucional indica que o modelo de governo adotado pelos acionistas é apropriado para a organização corporativa da atividade da EDPR, principalmente porque proporciona transparência e um equilíbrio saudável entre as funções de gestão da Comissão Executiva, as funções de supervisão da Comissão de Auditoria e Controlo e a supervisão por parte de diferentes comissões especializadas do Conselho de Administração.

A relação institucional e funcional entre a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo e os membros não executivos do Conselho de Administração tem assegurado uma harmonia interna, o que tem contribuído para o desenvolvimento dos negócios da Empresa.

16. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 29.5 dos Estatutos, a Comissão de Nomeações e Remunerações foi nomeada pelo Conselho de Administração para aconselhar e informar o Conselho sobre a nomeação (incluindo por cooptação), reeleição, destituição e remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos seus deveres, bem como sobre a composição das diversas Comissões do Conselho. A Comissão também informa sobre a nomeação, remuneração e demissão dos quadros diretivos. A Comissão propõe a nomeação e reeleição dos Administradores e dos membros das diferentes comissões, apresentando uma proposta com os nomes dos candidatos que a Comissão considera terem as melhores qualidades para cumprir o papel de membro do Conselho. O Conselho de Administração apresenta uma proposta à Assembleia Geral de Acionistas, que deve ser aprovada por maioria, por um período inicial de 3 (três) anos, podendo reeleger esses membros, uma ou mais vezes, por períodos de três (3) anos.

Nos termos dos Artigos 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, os acionistas podem agrupar as suas ações até constituírem um montante de capital igual ou superior ao resultado da divisão do capital da empresa pelo número de Administradores e, nestes casos, estes acionistas podem nomear um

número de Administradores igual ao resultado da fração, usando apenas valores inteiros. Os acionistas que fizerem uso desse poder não podem intervir na nomeação dos restantes membros do Conselho de Administração.

Caso se verifiquem lugares vagos, nos termos dos Artigos 23º dos Estatutos e 244º da Lei das Sociedades espanhol, o Conselho de Administração poderá cooptar um acionista, que ocupará o cargo até à Assembleia Geral de Acionistas seguinte, na qual será submetida a proposta para ratificação da referida cooptação. Nos termos do Artigo 248º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a cooptação de Administradores deve ser aprovada por maioria absoluta dos Administradores presentes na reunião do Conselho.

17 COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com os Artigos 20º e 21º dos Estatutos, o Conselho de Administração é constituído, no mínimo, por cinco (5) e, no máximo, por dezassete (17) Administradores. O mandato tem a duração de três (3) anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes, por iguais períodos.

O número de membros do Conselho de Administração foi definido em 17 (dezassete) de acordo com a decisão da Assembleia Geral de Acionistas de dia 21 de junho de 2011. Os atuais membros do Conselho de Administração são:

MEMBRO DO CONSELHO	CARGO	DATA DA PRIMEIRA ELEIÇÃO	DATA DA REELEIÇÃO	TERMO DO MANDATO
António Mexia	Presidente	18/03/2008	09/04/2015	09/04/2018
João Manso Neto	Vice-Presidente e CEO	18/03/2008	09/04/2015	09/04/2018
Nuno Alves	Administrador	18/03/2008	09/04/2015	09/04/2018
Miguel Dias Amaro*	Administrador	05/05/2015	-	Até à próxima Assembleia Geral de Acionistas
Gabriel Alonso Imaz	Administrador	21/06/2011	09/04/2015	09/04/2018
João Paulo Costeira	Administrador	21/06/2011	09/04/2015	09/04/2018
João Lopes Raimundo	Administrador	4/06/2008	09/04/2015	09/04/2018
João Manuel de Mello Franco	Administrador	4/06/2008	09/04/2015	09/04/2018
Jorge Santos	Administrador	4/06/2008	09/04/2015	09/04/2018
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador	4/06/2008	09/04/2015	09/04/2018
Gilles August	Administrador	14/04/2009	09/04/2015	09/04/2018
Acácio Piloto	Administrador	26/02/2013	09/04/2015	09/04/2018
António Nogueira Leite	Administrador	26/02/2013	09/04/2015	09/04/2018
José Ferreira Machado	Administrador	26/02/2013	09/04/2015	09/04/2018
Allan J. Katz	Administrador	09/04/2015	-	09/04/2018
Francisca Guedes de Oliveira	Administrador	09/04/2015	-	09/04/2018

*A 15 de maio de 2015, Miguel Amaro foi eleito por cooptação como Membro do Conselho de Administração. A proposta de cooptação foi efetuada de acordo com o Artigo 23º, nº 2 dos Estatutos da EDPR. O prazo desta cooptação entrará em efeito na próxima Assembleia Geral de Acionistas, na qual será apresentada uma proposta de ratificação nos termos explicados no ponto 16 acima.

Na última Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada a 9 de abril de 2015, foram reeleitos catorze (14) membros do Conselho, para mandatos de três anos (3), e foram nomeados dois novos administradores. Em 2015, Rui Teixeira, José Araújo e Silva, Rafael Caldeira Valverde e João Marques da Cruz terminaram os seus mandatos como membros do Conselho.

18. MEMBROS EXECUTIVOS, NÃO EXECUTIVOS E INDEPENDENTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Estatutos da EDPR, que estão disponíveis para consulta no site da empresa (www.edprenovaveis.com), contêm as regras sobre a independência necessária para o exercício de funções em qualquer órgão da Empresa. A independência dos Administradores é avaliada, de acordo com a lei pessoal da Empresa, a lei Espanhola.

Seguindo as recomendações da CMVM, o Artigo 12º do Regulamento do Conselho de Administração exige que, pelo menos, vinte e cinco por cento (25%) dos membros do Conselho sejam independentes. O Artigo 20º, nº 2 dos Estatutos define que os membros independentes do Conselho de Administração são aqueles capazes de desempenhar as suas funções sem serem limitados por relações com a Empresa, seus acionistas com participações significativas, ou seus Administradores e cumprir as demais exigências legais.

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos, não podem ser Administradores:

- Pessoas que façam parte da administração ou que estejam, de qualquer forma, associadas a qualquer concorrente da EDPR ou com ela relacionadas. Uma Empresa deve ser considerada concorrente da EDPR se estiver, direta ou indiretamente, envolvida na produção, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou fornecimento de eletricidade ou gases combustíveis. É também considerada concorrente toda e qualquer empresa que tenha interesses opostos aos da EDPR, seja a própria

concorrente ou qualquer uma das empresas do seu grupo, e os administradores, empregados, advogados, consultores, ou representantes de qualquer uma dessas empresas. As empresas pertencentes ao mesmo Grupo que a EDPR, inclusive no estrangeiro, não poderão, sob nenhuma circunstância, ser consideradas concorrentes da EDPR;

- Pessoas que se encontram em qualquer outra situação de incompatibilidade ou proibição pela Lei ou pelos Estatutos. De acordo com a lei espanhola, as pessoas que, entre outras situações, sejam i) menores de 18 (dezoito) anos, (ii) incapazes, (iii) concorrentes; (iv) condenadas por determinados crimes, ou (v) mantenham certos cargos de gestão, entre outros, estão impedidas de exercer o cargo de Administrador.

O Presidente do Conselho de Administração da EDPR não tem funções executivas.

A tabela subsequente apresenta os membros executivos, não-executivos e independentes do Conselho de Administração. Os membros independentes mencionados na tabela cumprem os critérios de independência e incompatibilidade exigidos por lei e pelos Estatutos.

NOME	CARGO	INDEPENDENTE
António Mexia	Presidente e Administrador Não Executivo	-
João Manso Neto	Vice-Presidente Executivo e Administrador Executivo	-
Nuno Alves	Administrador Executivo	-
Miguel Dias Amaro	Administrador Executivo	-
Gabriel Alonso Imaz	Administrador Executivo	-
João Paulo Costeira	Administrador Executivo	-
João Lopes Raimundo	Administrador Não Executivo	Sim
João Manuel de Mello Franco	Administrador Não Executivo	Sim
Jorge Santos	Administrador Não Executivo	Sim
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador Não Executivo	-
Gilles August	Administrador Não Executivo	Sim
Acácio Piloto	Administrador Não Executivo	Sim
António Nogueira Leite	Administrador Não Executivo	Sim
José Ferreira Machado	Administrador Não Executivo	Sim
Allan J. Katz	Administrador Não Executivo	Sim
Francisca Guedes de Oliveira	Administrador Não Executivo	Sim

19. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E ELEMENTOS CURRICULARES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação sobre as posições detidas pelos membros do Conselho de Administração, nos últimos cinco (5) anos, as que detêm atualmente, as posições em empresas do Grupo e fora do Grupo e outras informações curriculares relevantes estão disponíveis no anexo do presente Relatório.

20. RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS OU COMERCIAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

As participações qualificadas na EDPR estão sujeitas à lei espanhola que regulamenta os critérios e limites de participação acionista. A 31 de dezembro de 2015, e tanto quanto a sociedade foi informada, não existem quaisquer relações familiares ou comerciais dos membros do Conselho de Administração com acionistas com participação qualificada, mas apenas relações profissionais inerentes ao facto de alguns membros do Conselho de Administração da EDPR serem simultaneamente membros de Conselhos de Administração de outras empresas no seio do Grupo EDP - Energias de Portugal S.A., e que são os seguintes:

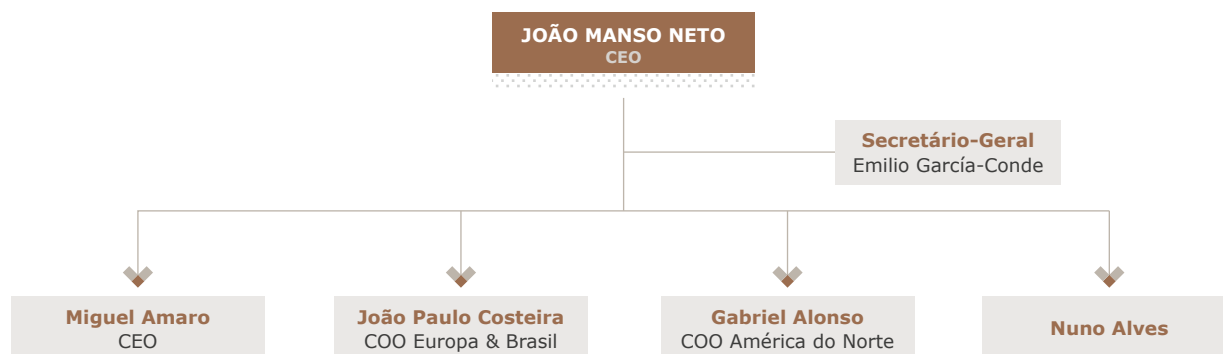
- António Mexia;
- João Manso Neto;
- Nuno Alves;
- Manuel Menéndez Menéndez;

Ou serem colaboradores de outras empresas do Grupo EDP, e que são os seguintes:

- Miguel Dias Amaro;
- João Paulo Costeira;

21. ESTRUTURA DE GESTÃO

De acordo com a lei espanhola e a prática das empresas espanholas, a gestão diária do negócio é garantida por um Chief Executive Officer (CEO). Este tipo de organização é diferente do que ocorre nas empresas portuguesas em que um "Conselho de Administração Executivo" tem a atribuição de áreas de negócio e cada administrador executivo é responsável por uma área de negócio.



B. FUNCIONAMENTO

22. REGULAMENTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Regulamento do Conselho de Administração da EDPR encontra-se publicamente disponível no site da Empresa, em www.edprenovaveis.com, bem como na sede da sociedade, em Plaza de la Gesta, 2, Oviedo, Espanha.

23. NÚMERO DE REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração realizou sete (7) reuniões durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2015. Foram elaboradas atas de todas as reuniões. A tabela seguinte apresenta a percentagem de assiduidade às reuniões do Conselho de Administração dos seus membros em 2015:

NOME	CARGO	ASSIDUIDADE
António Mexia	Presidente e Administrador Não Executivo	85,71%
João Manso Neto	Vice-Presidente Executivo e CEO	100%
Nuno Alves	Executivo	85,71%
Miguel Dias Amaro	Executivo	100%
Gabriel Alonso Imaz	Executivo	100%
João Paulo Costeira	Executivo	85,71%
João Lopes Raimundo	Não Executivo e Independente	100%
João Manuel de Mello Franco	Não Executivo e Independente	100%
Jorge Santos	Não Executivo e Independente	100%
Manuel Menéndez Menéndez	Não Executivo	100%
Gilles August	Não Executivo e Independente	43%
Acácio Piloto	Não Executivo e Independente	85,71%
António Nogueira Leite	Não Executivo e Independente	100%
José Ferreira Machado	Não Executivo e Independente	85,71%
Allan J.Katz	Não Executivo e Independente	100%
Francisca Guedes de Oliveira	Não Executivo e Independente	100%

A percentagem representa as presenças físicas nas reuniões pelos membros do Conselho de Administração, exceto no caso Miguel Amaro, Allan J.Katz e Francisca Guedes de Oliveira, que entraram no Conselho a 5 de maio de 2015 e 9 de abril de 2015, respectivamente, em que a percentagem expressa é calculada em relação às reuniões realizadas desde então. Em 2015, apenas João Paulo Costeira delegou uma vez os seus direitos de voto no Vice-presidente do Conselho.

24. ÓRGÃO COMPETENTE PARA AVALIAR O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é o órgão responsável pela avaliação do desempenho dos Administradores Executivos. De acordo com o Artigo 249 BIS da Lei espanhola de Sociedades de Capital, o Conselho de Administração supervisiona o funcionamento eficaz das suas comissões e o desempenho dos órgãos delegados e administradores nomeados.

25. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Os critérios de avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontram-se descritos nos pontos 70, 71 e 72 do presente Relatório.

26. DISPONIBILIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da EDPR estão totalmente disponíveis para o exercício das suas funções, não existindo restrições para a execução desta função em simultâneo com outras posições. As posições detidas, em simultâneo, em outras empresas dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes realizadas por membros do Conselho de Administração durante o exercício encontram-se enumeradas no Anexo deste Relatório.

C. COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

27. COMISSÕES NO SEIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 10º dos Estatutos Sociais, o Conselho de Administração da Empresa pode ter órgãos delegados. O Conselho de Administração criou quatro Comissões:

- Comissão Executiva
- Comissão de Auditoria e Controlo
- Comissão de Nomeações e Remunerações
- Comissão de Operações entre Partes Relacionadas

Os regulamentos das comissões do Conselho de Administração estão disponíveis para consulta no site da Empresa em www.edprenovaveis.com.

28. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

De acordo com o Artigo 27º dos Estatutos, a Comissão Executiva é constituída por um mínimo de quatro (4) e um máximo de sete (7) Administradores.

A sua estrutura, a nomeação dos seus membros e a extensão dos poderes que lhes são delegados têm de ser aprovados por uma maioria qualificada de dois terços (2/3) dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração definiu o número de membros da Comissão Executiva em cinco (5), para além do Secretário.

Os membros da Comissão de Auditoria e Controlo atualmente são:

- João Manso Neto, Presidente e CEO
- Nuno Alves
- Miguel Dias Amaro
- Gabriel Alonso Imaz
- João Paulo Costeira

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão Executiva.

29. COMPETÊNCIAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO EXECUTIVA

FUNCIONAMENTO

Adicionalmente aos Estatutos Sociais, esta Comissão rege-se também pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008 e alterado pela última vez a 9 de abril de 2015, de modo a adaptá-lo às alterações da nova lei espanhola. Ambos os regulamentos estão disponíveis para consulta no site www.edprenovaveis.com.

A Comissão Executiva deve reunir pelo menos uma vez por mês, e sempre que o seu Presidente considere necessário. O Presidente tem ainda a prerrogativa de suspender ou adiar as reuniões que entender. A Comissão Executiva reunirá também sempre que, pelo menos, dois (2) dos seus membros o solicitem.

O Presidente da Comissão Executiva, que é também o Vice-presidente do Conselho de Administração, deve enviar ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo a convocatória para as reuniões da Comissão Executiva, bem como as atas dessas reuniões. O Presidente do Conselho de Administração também recebe as atas das reuniões da Comissão Executiva.

As reuniões da Comissão Executiva são consideradas válidas se metade mais um dos seus membros estiverem presentes. As decisões serão adotadas por maioria. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

Os Administradores Executivos devem facultar todo e qualquer esclarecimento que lhes seja solicitado por qualquer um dos restantes órgãos sociais da Empresa.

A composição da Comissão Executiva é descrita no ponto anterior.

A Comissão Executiva é um órgão permanente no qual podem ser delegadas todas as competências do Conselho de Administração que sejam delegáveis nos termos da lei e dos Estatutos, com as seguintes exceções:

- A eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- A nomeação de Administradores por cooptação;
- O pedido de convocatória ou a convocatória de Assembleias Gerais e a elaboração da ordem de trabalhos e de propostas de deliberações;
- A elaboração e formulação das Contas Anuais e do Relatório de Gestão a submeter à Assembleia Geral;

- A alteração da sede social;
- A redação e aprovação de projetos de fusão, cisão ou transformação da Empresa.
- A supervisão do funcionamento eficaz do Conselho de Administração, das suas comissões e do desempenho de órgãos delegados e administradores nomeados.
- A definição das políticas gerais e estratégias da Empresa, incluindo a política de ações próprias;
- A autorização ou renúncia das obrigações decorrentes do dever de lealdade;
- Preparação de todos os relatórios que por lei deverão ser elaborados pelo órgão de administração, desde que a aprovação da transacção referida no relatório não possa ser delegada;
- A nomeação ou destituição do *Chief Executive Officer*, gestão de topo dependente diretamente do Conselho de Administração ou qualquer dos seus membros, bem como as condições gerais dos seus contratos, incluindo a remuneração;
- As competências que a Assembleia Geral pode ter delegado no Conselho de Administração, salvo nos casos expressamente autorizados pela primeira para os subdelegar.

ATIVIDADE EM 2015

Em 2015, a Comissão Executiva realizou 49 reuniões.
A principal atividade da Comissão Executiva é a gestão diária da Empresa.

COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

COMPOSIÇÃO

De acordo com o Artigo 28º dos Estatutos e os Artigos 8º e 9º do Regulamento da Comissão, a Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de cinco (5) Administradores.

Segundo o Artigo 28, nº 5 dos Estatutos, o mandato do Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo tem a duração de três (3) anos, após os quais pode ser reeleito para um segundo mandato de três (3) anos. Jorge dos Santos foi eleito em 8 de abril 2014 para o cargo de Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo, no seguimento de um parecer apresentado pela Comissão de Nomeações e Remuneração.

A Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por três (3) membros independentes e um Secretário. A 31 de dezembro de 2015, os membros da Comissão de Auditoria e Controlo são:

- Jorge Santos, Presidente
- João Manuel de Mello Franco
- João Lopes Raimundo
- Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo.

COMPETÊNCIAS

As competências da Comissão de Auditoria e Controlo são as seguintes:

- Informar nas Assembleias Gerais, por intermédio do seu Presidente, sobre as questões relacionadas com as suas competências;
- Propor ao Conselho de Administração a nomeação dos auditores de contas da Empresa para subsequente aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, bem como as condições da sua contratação, o âmbito do seu trabalho – nomeadamente no que respeita à prestação de serviços de auditoria e outros - a avaliação anual da sua atividade e a revogação ou renovação da sua nomeação;
- Supervisionar o relatório financeiro e o funcionamento dos sistemas de gestão de risco e controlo internos, bem como avaliar os sistemas e propor os ajustamentos necessários de acordo com as necessidades da Empresa;
- Supervisionar as auditorias internas e a sua conformidade;
- Manter o contacto permanente com o auditor externo para assegurar as condições, incluindo de independência, adequadas aos serviços a serem prestados, atuando como porta-voz da Empresa para assuntos relacionados com o processo de auditoria, bem como recebendo e mantendo informação relativa a quaisquer outras questões relacionadas com as contas;
- Preparar um relatório anual sobre as suas atividades de supervisão, incluindo eventuais restrições, e expressando uma opinião sobre o Relatório de Gestão, as Contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração;
- Receber notificações de irregularidades financeiras e contabilísticas apresentadas por colaboradores da Empresa, acionistas ou entidades com interesse direto e protegidas judicialmente, relacionadas com a atividade social da Empresa;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que colaborem com qualquer um dos membros da Comissão no exercício das suas funções. A contratação desses peritos e a determinação da sua remuneração devem ter em conta a importância dos assuntos que lhes são confiados e a situação económica da Empresa;
- Organizar relatórios a pedido do Conselho de Administração e das suas comissões;
- Refletir sobre o sistema de governo adotado pela EDPR, procurando encontrar áreas em que possa ser melhorado;

- Quaisquer outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelos Estatutos.

FUNCIONAMENTO

Para além do disposto nos Estatutos e na lei, esta Comissão rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008 e alterado a 4 de maio de 2010, disponível para consulta no site da Empresa em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário. A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As decisões serão adotadas por maioria. Ao Presidente cabe o voto de qualidade, em caso de empate.

ATIVIDADE EM 2015

Em 2015, as atividades da Comissão de Auditoria e Controlo incluíram as seguintes:

- Acompanhamento do encerramento de contas trimestrais, do primeiro semestre do ano e do final do exercício, para conhecer aprofundadamente a preparação e divulgação da informação financeira, auditoria interna, controlo interno e atividades de gestão de risco;
- Análise das normas pertinentes a que a comissão está sujeita em Portugal e Espanha;
- Avaliação do trabalho do auditor externo, especialmente em relação ao âmbito do trabalho em 2015 e aprovação de todos os serviços "relacionados com a auditoria" e "não relacionados com a auditoria";
- Supervisão da qualidade e integridade da informação financeira nas demonstrações financeiras e participação na reunião da Comissão Executiva em que esses documentos foram analisados e discutidos;
- Elaboração de um parecer sobre os relatórios e contas anuais individuais e consolidadas, com uma periodicidade trimestral, semestral e anual;
- Pré-aprovação do Plano de Ação de Auditoria Interna para 2015;
- Supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna;
- Reflexão sobre o sistema de governo adotado pela EDPR;
- Informação sobre denúncia de irregularidades;
- Relatório trimestral e anual das suas atividades.

A Comissão de Auditoria e Controlo não encontrou qualquer restrição às suas atividades de controlo e supervisão.

O relatório das atividades da Comissão de Auditoria e Controlo, no exercício findo a 31 de dezembro de 2015, encontra-se disponível para os acionistas em www.edprenovaveis.com.

As informações sobre as reuniões realizadas por esta Comissão e a participação dos seus membros durante o ano de 2015 encontram-se descritas no ponto 35.

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

COMPOSIÇÃO

Nos termos do Artigo 29º dos Estatutos e dos Artigos 8º e 9º do seu Regulamento, a Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de seis (6) Administradores. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente, cabendo-lhe a presidência da Comissão.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações não podem acumular funções na Comissão Executiva. A Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por membros independentes do Conselho de Administração, em conformidade com a Recomendação 52 do Código Unificado de Bom Governo ("Código Unificado de Buen Gobierno" da CNMV, de 18 de fevereiro de 2015). O Código estabelece que a Comissão de Nomeações e Remunerações deve ser constituída, na sua totalidade, por Administradores externos em número não inferior a três (3). Uma vez que é constituída por Administradores independentes (em Espanha a Comissão só pode integrar Administradores), obedece assim, tanto quanto possível, à Recomendação referida no ponto II.3.1 do Código de Governo das Sociedades português.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por três (3) membros independentes, mais o Secretário.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações atualmente são:

- João Manuel de Mello Franco, Presidente
- António Nogueira Leite
- Acácio Jaime Liberado Mota Piloto

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada a 9 de abril, Rafael Caldeira Valverde, deixou de exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis S.A. e, portanto, de membro da Comissão de Nomeações e Remunerações. Para preencher este lugar vago, na reunião do Conselho de Administração de 9 de abril de 2015, realizada após a Assembleia Geral de Acionistas, Acácio Jaime Liberado Mota Piloto foi nomeado como membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Nenhum dos elementos da Comissão tem qualquer relação familiar com os outros membros do Conselho de Administração, enquanto seus cônjuges, parentes ou afins até ao 3º grau, inclusive.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Empresa. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Empresa.

COMPETÊNCIAS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza informativa e consultiva, e os seus relatórios e recomendações não têm carácter vinculativo.

A Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações do Conselho e dos seus membros, assim como sobre a composição das comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição de quadros de topo. Por outro lado, a Comissão de Nomeações e Remunerações deve informar o Conselho de Administração sobre a política geral de remunerações e incentivos para os mesmos e para os quadros de topo. Estas funções abrangem o seguinte:

- Definir os princípios e critérios em relação à composição do Conselho de Administração, à seleção e à nomeação dos seus membros;
- Propor a nomeação e a reeleição de Administradores nos casos de cooptação e noutros que sejam submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho de Administração a composição das suas diferentes comissões;
- Propor ao Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nos Estatutos, o sistema, a distribuição e o valor das remunerações dos Administradores e também, se assim for o caso, propor ao Conselho as condições contratuais dos Administradores;
- Apresentar propostas ao Conselho de Administração sobre as condições dos contratos firmados com Administradores;
- Informar e apresentar propostas ao Conselho de Administração sobre as nomeações e/ou destituição de executivos e as condições da sua contratação, e definir, de forma global, as políticas de contratação e remuneração dos quadros executivos;
- Rever e informar sobre os planos de incentivos, complementos de pensões e programas de retribuição;
- Quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos ou pelo próprio Conselho de Administração.

FUNIONAMENTO

Para além dos Estatutos, a Comissão de Nomeações e Remunerações rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir-se pelo menos uma vez por trimestre e sempre que o seu Presidente considerar necessário. A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões. As decisões serão adotadas por maioria. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

ATIVIDADE EM 2015

Em 2015, as atividades da Comissão de Nomeações e Remunerações foram as seguintes:

- Apresentação da proposta para a eleição dos membros do Conselho de Administração, para ser submetida ao Conselho e aprovada pela Assembleia Geral.
- Apresentação da proposta com os nomes dos candidatos para eleição e reeleição por cooptação dos novos membros do Conselho de Administração para o lugar em aberto, para ser submetida ao Conselho e aprovada pela Assembleia Geral.
- Avaliação do desempenho do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.
- Preparação da atualização e consequente aprovação do Modelo de Avaliação e Remunerações de Desempenho para 2014-2016.
- Elaboração da Política de Remuneração a apresentar ao Conselho de Administração e a ser aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.
- Relatório Anual de atividades.

COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

COMPOSIÇÃO

Nos termos do Artigo 30º dos Estatutos, o Conselho de Administração pode estabelecer outras comissões, como é o caso da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Esta Comissão é constituída por um mínimo de três (3) elementos. A maioria dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas deve ser independente e, atualmente, o único membro não independente desta Comissão é Nuno Alves.

Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são considerados independentes sempre que possam desempenhar as suas funções sem quaisquer constrangimentos que sejam fruto do seu relacionamento com a EDPR, os seus acionistas maioritários ou os seus Administradores, para além de deverem cumprir os outros requisitos da legislação aplicável.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é constituída por dois (2) membros independentes e um (1) membro não independente, conforme descrito, para além do Secretário.

Até à Reunião do Conselho de Administração de 9 de abril de 2015, os membros desta Comissão eram José Ferreira Machado, João Manuel de Mello Franco e Nuno Alves. Por ocasião desta reunião, e de acordo com a política de rotação de membros de comissões e a entrada de novos membros, Francisca Guedes de Oliveira foi nomeada como membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionada. Nesta data, os membros efetivos desta Comissão são os seguintes:

- José Ferreira Machado, Presidente
- Nuno Alves
- Francisca Guedes de Oliveira

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Empresa. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Empresa.

COMPETÊNCIAS

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é um órgão que emana do Conselho de Administração e cujas competências, sem prejuízo de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, incluem:

- Informar periodicamente o Conselho de Administração da Empresa sobre as relações comerciais e legais entre a EDPR ou entidades relacionadas e a EDP ou entidades relacionadas;
- Aquando da aprovação dos resultados anuais, apresentar um relatório sobre as relações comerciais e legais entre o Grupo EDPR e o Grupo EDP e sobre as operações entre as respetivas entidades relacionadas ao longo do ano fiscal em questão;
- Ratificar, nos prazos necessários a cada caso concreto, a realização de operações entre a EDPR e/ou as entidades relacionadas com a EDP e/ou as entidades relacionadas, sempre e quando o valor da operação seja superior a 5.000.000 euros ou represente 0,3% das receitas anuais consolidadas do Grupo EDPR no exercício imediatamente anterior;
- Ratificar qualquer alteração ao acordo-quadro formalizado entre a EDPR e a EDP, com data de 7 de maio de 2008;
- Apresentar recomendações ao Conselho de Administração ou à sua Comissão Executiva, relativas às operações entre a EDPR ou suas entidades relacionadas e a EDP ou suas entidades relacionadas;
- Solicitar à EDP o acesso à informação que seja necessária para a prossecução das suas competências;
- Ratificar, no prazo correspondente às necessidades de cada caso específico, as transações entre outras participações qualificadas, que não sejam a EDP, com entidades do Grupo EDP Renováveis, cujo valor anual seja superior a 1.000.000 euros;
- Ratificar, nos termos correspondentes às necessidades de cada caso específico, as transações entre Administradores, "Colaboradores-Chave" e/ou membros da sua família com entidades do Grupo EDPR, cujo valor anual seja superior a 75.000 euros.

No caso de a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas não ratificar as relações comerciais ou jurídicas entre a EDP ou suas entidades relacionadas e a EDP Renováveis e suas entidades relacionadas, bem como com outros accionistas titulares de participações qualificadas ("accionistas qualificados") para além da EDP, administradores, "colaboradores-chave" e/ou membros da sua família, tais relações devem ser aprovadas por dois terços dos membros do Conselho de Administração, desde que metade dos membros propostos por entidades diferentes da EDP, incluindo administradores independentes, votem favoravelmente, exceto quando a maioria dos membros expressa a sua aprovação antes de a questão ser submetida à aprovação da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os termos do terceiro ponto acima referido não são aplicáveis às transações entre a EDP ou entidades relacionadas e a EDPR ou entidades relacionadas quando realizadas sob condições normalizadas, e são

aplicáveis de forma igual a diferentes entidades relacionadas com a EDP e à própria EDPR, mesmo em condições de preços normalizados.

FUNCIONAMENTO

Para além do disposto nos Estatutos Sociais, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008, e alterado a 28 de fevereiro de 2012. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edprenovaveis.com.

A Comissão deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As decisões serão adotadas por maioria. Ao Presidente cabe o voto de qualidade, em caso de empate.

ATIVIDADE EM 2015

Em 2015, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas procedeu à revisão, aprovação e proposta ao Conselho de Administração da aprovação de todos os acordos e contratos entre partes relacionadas submetidos à sua consideração.

O Capítulo E – I, ponto 90, do presente Relatório inclui uma descrição dos aspetos fundamentais dos acordos e contratos entre partes relacionadas.

III. FISCALIZAÇÃO

A. COMPOSIÇÃO

30. MODELO ADOTADO PARA O CONSELHO DE SUPERVISÃO

O modelo de governo adotado pela EDPR, sendo compatível com a sua própria lei e a legislação espanhola, corresponde ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

31. FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A composição da Comissão de Auditoria e Controlo está refletida no ponto 29. O mandato e as datas da primeira nomeação dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo estão disponíveis no gráfico apresentado no ponto 17.

32. INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A informação relativa à independência dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo encontra-se disponível no gráfico apresentado no ponto 18 do presente Relatório. Conforme mencionado no primeiro parágrafo do ponto 18, a independência dos membros do Conselho de Administração e das suas Comissões é avaliada de acordo com a personalidade jurídica da Empresa e a legislação espanhola.

33. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E CURRICULARES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

As qualificações profissionais de cada um dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo e outras informações curriculares importantes encontram-se disponíveis no Anexo do presente relatório.

B. FUNCIONAMENTO

34. REGULAMENTO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

O Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo encontra-se publicamente disponível no site da Empresa, em www.edprenovaveis.com, e na sede da Empresa, em Plaza de la Gesta, 2, Oviedo, em Espanha.

35 NÚMERO DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Em 2015, a Comissão de Auditoria e Controlo realizou seis (6) reuniões, 6 das quais formais e as demais (10) com outros departamentos cujo desenvolvimento da respectiva actividade foi discutido com a comissão.

Nos dias 18 e 19 de março, o Presidente da Comissão e o vogal João de Mello Franco visitaram os escritórios da EDPR NA em Houston para reconhecer o trabalho desenvolvido pelas equipas locais.

A Comissão de Auditoria e Controlo também participou em três reuniões organizadas pelo Conselho Geral e de Supervisão da EDP e participou em setembro na Reunião Anual de Comissões de Auditoria e Controlo do Grupo EDP.

A tabela seguinte apresenta a percentagem de assiduidade às reuniões da Comissão de Auditoria e Controlo dos membros: Em 2015, nenhum dos membros delegou o seu direito de voto em outro membro.

MEMBRO	CARGO	ASSIDUIDADE
Jorge Santos	Presidente	100%
João Manuel de Mello Franco	Vogal	100%
João Lopes Raimundo	Vogal	66,66%

36. DISPONIBILIDADE DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Os membros da Comissão de Auditoria e Controlo estiveram totalmente disponíveis para o exercício das suas funções, não apresentando quaisquer restrições para a execução desta função, em simultâneo com as posições ocupadas em outras empresas. As posições ocupadas em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros desta Comissão no decurso do exercício encontram-se mencionadas no Anexo deste Relatório.

C. COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS AO AUDITOR EXTERNO

Na EDP Renováveis, existe uma política de pré-aprovação pela Comissão de Auditoria e Controlo de quaisquer serviços não associados à auditoria que sejam entregues ao Auditor Externo, em conformidade com a recomendação IV.2 do Código de Governo das Sociedades português. Esta política foi rigorosamente cumprida em 2015.

Os serviços para além dos serviços de auditoria, prestados pelo Auditor Externo e por entidades participadas ou incorporadas na mesma rede de alianças do Auditor Externo, foram previamente aprovados pela Comissão de Auditoria e Controlo, em conformidade com o Artigo 8.2, b) do seu Regulamento e mediante análise de cada serviço específico, em que foram considerados os seguintes aspetos: (i) impacto inexistente na independência do Auditor Externo e não utilização de qualquer salvaguarda, e (ii) posição do Auditor Externo na prestação de tais serviços, nomeadamente a experiência do Auditor Externo e o seu conhecimento da Empresa.

Além disso, embora a contratação de serviços diversos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo seja admissível, esta é sempre considerada uma exceção. Em 2015, esses serviços chegaram apenas a cerca de 17% do valor total dos serviços prestados à Empresa.

38. OUTRAS FUNÇÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Para além das competências expressamente delegadas à Comissão de Auditoria e Controlo conforme o Artigo 8º do seu Regulamento, e a fim de salvaguardar a independência do Auditor Externo, merecem destaque as seguintes atribuições da Comissão de Auditoria e Controlo exercidas durante o exercício de 2015:

- Nomeação e contratação do Auditor Externo e responsabilidade pela definição da sua remuneração, bem como pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar ao Auditor Externo e sua supervisão direta e exclusiva;
- Avaliação das qualificações, independência e desempenho do Auditor Externo e obtenção anual direta por parte do Auditor Externo, de informação escrita sobre todas as relações existentes entre a Empresa e os Auditores ou associados, incluindo todos os serviços prestados e todos os serviços em curso; de facto, a Comissão de Auditoria, para avaliar a independência, obteve informação do Auditor Externo sobre a respetiva independência à luz do Artigo 62B do Decreto-Lei nº 224/2008 de 20 de novembro, que altera os estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Revisão do relatório de transparência, assinado pelo Auditor e divulgado no seu site. O presente Relatório cobre as matérias abrangidas pelo Artigo 62º do Decreto-Lei 224/2008, incluindo o sistema de controlo de qualidade interno da empresa de auditoria e os procedimentos de controlo de qualidade realizados por autoridades competentes;
- Definição da política de contratação da Empresa para o caso de pessoas que tenham trabalhado ou trabalhem com os Auditores Externos;

- Análise com os Auditores Externos do âmbito, planeamento e recursos a serem utilizados nos seus serviços;
- Responsabilidade pela resolução de quaisquer diferendos entre a Comissão Executiva e os Auditores Externos relativos à informação financeira;
- Contratos firmados entre a EDPR e os seus acionistas qualificados que foram analisados pela Comissão de Auditoria e Controlo. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo em relação aos casos que exigem parecer prévio da Comissão.

Neste contexto, importa destacar que a independência do Auditor Externo foi salvaguardada pela execução da política da Empresa sobre pré-aprovação dos serviços a serem contratados a Auditores Externos (ou qualquer entidade participada ou incorporada na mesma rede dos Auditores Externos), o que resulta da aplicação das regras emitidas pela SEC nesta matéria. De acordo com esta política, a Comissão de Auditoria e Controlo procede à pré-aprovação global da proposta de prestação de serviços apresentada pelos Auditores Externos e à pré-aprovação específica de outros serviços que venham a ser prestados pelos Auditores Externos, em especial, serviços de consultoria fiscal e outros serviços de "auditoria e relacionados com auditoria".

IV-V. REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E EXTERNOS

39-41.

De acordo com a lei espanhola, o Auditor Externo ("auditor de cuentas") é nomeado pela Assembleia Geral de Acionistas e corresponde à figura do Revisor Oficial de Contas descrita na Lei Portuguesa. Consequentemente, a informação relativa aos pontos 39 a 41 encontra-se disponível no capítulo V do presente Relatório, pontos 42 a 47.

42. IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

O Auditor Externo é, desde 2007, a KPMG Auditores S.L., uma empresa espanhola, cujo sócio responsável pela auditoria das contas da EDPR é, atualmente e desde janeiro de 2014, Estibaliz Bilbao. A KPMG Auditores S.L. está registada no registo oficial de auditores espanhol com o número S0702 e possui o número de identificação fiscal B-78510153.

43. NÚMERO DE ANOS DO AUDITOR EXTERNO NAS FUNÇÕES

A KPMG Auditores S.L., responsável pela auditoria das contas da EDPR, tem exercido estas funções nos últimos oito anos consecutivos a partir da data em que a EDPR passou a ser uma entidade de interesse público.

44. POLÍTICA DE ROTAÇÃO

De acordo com a Recomendação IV.3 do Código de Governo das Sociedades de 2013 da CMVM, as sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos, sendo a duração máxima de nove anos. Por outro lado, de acordo com a lei pessoal da EDPR - a lei espanhola -, alterada em outubro de 2015, a duração máxima para uma empresa de auditoria é de 10 anos, a partir da data em que a empresa é declarada uma "Empresa de Interesse Público".

No caso da EDPR, esta data é 2008, ou seja, a data em que foi lançada a oferta pública inicial (IPO). Em 31 de dezembro de 2015, a KPMG Auditores S.L. atingiu o seu oitavo (8º) ano consecutivo como Auditor Externo da EDPR a partir da data em que esta é Entidade de Interesse Público.

A Sociedade está em conformidade com a Recomendação IV.3 do Código de Governo das Sociedades português e a sua lei pessoal.

45. AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo é responsável pela avaliação do Auditor Externo de acordo com as competências que lhe estão cometidas pelo seu Regulamento. A avaliação por parte da Comissão de Auditoria e Controlo é efetuada uma vez por ano. A Comissão de Auditoria e Controlo atua como representante da empresa para os assuntos relevantes com o auditor externo e permanece em constante contacto ao longo do ano para assegurar as condições, incluindo de independência, adequadas aos serviços a serem prestados, bem como recebendo e mantendo informação relativa a quaisquer outras questões relacionadas com as contas. Em 2015, de acordo com as competências da Comissão de Auditoria e Controlo e com as Recomendações II.2.2, esta Comissão foi a entidade primeira e direta e o órgão corporativo responsável pelo contato permanente com o Auditor Externo sobre assuntos que podem representar um risco para a sua independência e quaisquer outros assuntos relacionados com a auditoria das contas. É também esta Comissão que recebe e guarda informações sobre quaisquer outras questões previstas na legislação relativas a auditorias e a normas de auditoria em vigor, a qualquer momento. O Auditor Externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.

46. SERVIÇOS DISTINTOS DOS DE AUDITORIA REALIZADOS PELO AUDITOR EXTERNO

De acordo com as normas descritas no ponto 29 do presente Relatório, existe na EDPR uma política de pré-aprovação, por parte da Comissão de Auditoria e Controlo, para a seleção de serviços distintos dos de auditoria, em conformidade com o Artigo 8.2, b) do Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo.

Subsequentemente, apresentamos em detalhe os serviços distintos dos de auditoria prestados em 2015 pelo Auditor Externo às unidades de negócio da EDPR:

- Apoio da KPMG no processo de análise fiscal do IRS (*Internal Revenue Service*) e de investimentos em estruturas de Tax Equity.
- Serviços fiscais para preparação de seis memorandos técnicos sobre a qualificação para PTC (*Production Tax Credits*) de vários parques eólicos;
- Apoio da KPMG nas estruturas de desinvestimento e aquisição e reestruturações financeiras.

A KPMG foi contratada para realizar os serviços acima mencionados tendo em conta o seu conhecimento aprofundado das atividades do Grupo e matérias relacionadas com fiscalidade. A contratação destes serviços não colocou em risco a independência do Auditor Externo e foi aprovada previamente pela Comissão de Auditoria e Controlo.

47. REMUNERAÇÃO ANUAL DO AUDITOR EXTERNO EM 2015

MILHARES DE EUROS	PORTUGAL	ESPANHA	BRASIL	EUA	OUTROS	TOTAL	%
Auditoria e revisão oficial de contas	85	1.080	105	1.113	729	3.112	72,0%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	453	-	-	18	471	10,9%
SUBTOTAL SERVIÇOS DE AUDITORIA E ASSOCIADOS	85	1.533	105	1.113	747	3.583	82,9%
Serviços de consultoria fiscal	-	340	-	116	16	472	10,9%
Outros serviços não associados à auditoria e revisão legal de contas	11	254	-	-	1	266	6,1%
SUBTOTAL SERVIÇOS NÃO ASSOCIADOS À CONSULTORIA	11	594	-	116	18	738	17,1%
TOTAL	96	2.127	105	1.229	764	4.321	100%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

A alteração dos Estatutos é da responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas, que tem o poder de decidir sobre essa questão. De acordo com o Artigo 17º dos Estatutos ("Constituição da Assembleia Geral, Aprovação de Resoluções"), para que qualquer alteração necessária aos Estatutos seja validamente aprovada, a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária tem de cumprir os seguintes requisitos:

- Que, em primeira convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representem pelo menos 50 por cento (50%) do capital de voto subscrito.
- Que, em segunda convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representem pelo menos vinte cinco por cento (25%) do capital de voto subscrito.

Caso os acionistas presentes representem mais de 50 por cento (50%) do capital de voto subscrito, as resoluções referidas no presente parágrafo só serão adotadas de forma válida com maioria absoluta. Caso os acionistas presentes representem entre vinte cinco por cento (25%) e até cinquenta por cento (50%), as resoluções referidas só serão adotadas de forma válida com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado em Assembleia Geral de Acionistas.

Por conseguinte, com a entrada em vigor da nova redação da "Ley de Sociedades de Capital" de 31/2014, a EDPR efetuou as alterações necessárias aos Estatutos no sentido de os adaptar. As alterações introduzidas foram aprovadas na última Assembleia Geral de Acionistas de 9 de abril de 2015.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

WHISTLEBLOWING

A EDPR realizou sempre a sua atividade implementando, de forma consistente, medidas que assegurem o bom governo das suas empresas, incluindo a prevenção de práticas incorretas, particularmente nas áreas de contabilidade e finanças.

A EDPR coloca à disposição dos colaboradores do Grupo um canal que lhes permite comunicar direta e confidencialmente, à Comissão de Auditoria e Controlo, qualquer prática presumivelmente ilícita ou qualquer alegada irregularidade contabilística e/ou financeira na sua empresa, em conformidade com as disposições do Regulamento nº 4/2013.

Com este canal para comunicação de práticas financeiras e contabilísticas irregulares, a EDPR tem como objetivo:

- Garantir condições que permitam aos trabalhadores comunicar livremente quaisquer dúvidas que possam ter nestas áreas, à Comissão de Auditoria e Controlo.
- Facilitar a deteção precoce de situações irregulares que, se praticadas, podem causar sérios danos ao Grupo EDPR, seus colaboradores, clientes e acionistas.

O contacto com a Comissão de Auditoria e Controlo da Empresa só é possível por correio eletrónico e correio postal, e o acesso à informação recebida é restrito.

Qualquer denúncia dirigida à Comissão de Auditoria e Controlo será mantida estritamente confidencial e a origem da denúncia permanecerá anónima, desde que tal informação não comprometa a sua investigação. A Empresa assegura ao colaborador que este não sofrerá qualquer ação de retaliação ou disciplinar em virtude do exercício do seu direito a denunciar irregularidades, fornecer informações ou ajudar numa investigação.

O Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo recebe todas as comunicações e apresenta um relatório trimestral aos membros da Comissão.

Em 2015, não houve qualquer comunicação sobre irregularidades na EDPR.

CANAL ÉTICA E CÓDIGO DE ÉTICA

A EDPR rege-se por um Código de Ética publicado na intranet e no seu sítio na Internet, que inclui princípios como transparência, honestidade, integridade, não-discriminação, igualdade de oportunidades e sustentabilidade.

O Código de Ética foi amplamente divulgado entre os colaboradores do Grupo, através de mecanismos de comunicação interna, entrega individual, entrega a novos colaboradores e publicação na intranet. Em fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou uma versão atualizada do Código de Ética.

Há um forte compromisso da Empresa em relação à divulgação e promoção de comportamentos em conformidade com o Código de Ética, estando diversas ações disponíveis para todos os colaboradores, como formação, questionários e discussões abertas das conclusões.

Há também um Canal de Ética e um Regulamento de Ética para articular as reivindicações específicas sobre o Código de Ética e resolver dúvidas sobre todos os assuntos relacionados com o Código de Ética.

Qualquer participações sobre possíveis violações do Código de Ética são enviadas ao Provedor de Ética, que realiza uma primeira análise, encaminhando o seu parecer para o Comité de Ética da EDPR, que procede à receção, registo, processo e elaboração de um relatório para o Conselho de Administração.

Em 2015, não foi comunicada ao Provedor de Ética qualquer irregularidade na EDPR.

O Código de Ética está disponível no nosso *site* www.edprenovaveis.com.

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

A fim de assegurar o cumprimento das normas do Regulamento Anticorrupção em todos os locais onde a EDPR mantém operações, a Empresa concebeu uma Política de Anticorrupção aplicável a todo o Grupo EDPR, que foi aprovada pelo Conselho de Administração a 19 de dezembro de 2014. Esta Política de Anticorrupção envolve uma série de novos procedimentos relativos às relações dos colaboradores da EDPR com entidades externas, nomeadamente, a aprovação de determinadas ações relativas à hospitalidade de e para partes externas, donativos de beneficência e patrocínios. Em 2015, esta Política foi implementada através da introdução de alguns sistemas de aprovação nos canais corporativos dos colaboradores, a fim de assegurar a transparência e evitar quaisquer práticas comerciais corruptas, e comunicada a todos os colaboradores da EDPR. Após a conclusão

dessa implementação, foram organizadas sessões de formação para uma parte dos nossos colaboradores, e também disponibilizadas na intranet, para assegurar o conhecimento e compreensão adequados da Política.

A Política de Anticorrupção está disponível no nosso *site* www.edprenoaveis.com.

III. CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCOS

50. AUDITORIA INTERNA

O Departamento de Auditoria Interna da EDPR é composto por sete elementos. A função do Departamento de Auditoria Interna da EDPR é o de desenvolver uma avaliação independente das atividades do Grupo e da sua situação de controlo interno, por forma a elaborar recomendações de melhoria dos mecanismos de controlo interno sobre os sistemas e processos de gestão de acordo com os objetivos do Grupo.

Adicionalmente, a EDPR possui um Modelo de Responsabilidades e um Manual de SCIRF (Sistema de Controlo Interno sobre Relato Financeiro), no qual são indicados os indivíduos, órgãos de gestão e comissões responsáveis pela implementação e gestão do sistema de controlo interno.

O Modelo de Responsabilidades inclui as funções e principais atividades na gestão e manutenção do sistema a todos os níveis da organização, incluindo atividades de monitorização relacionadas com o ciclo anual, a implementação de controlos e a documentação de provas e atividades de supervisão.

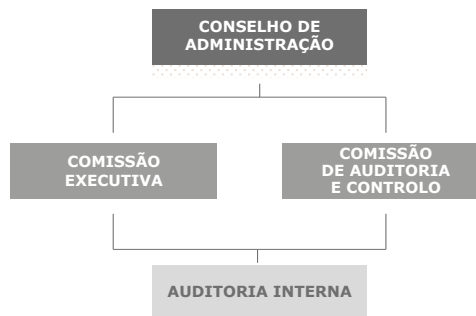
O Manual de SCIRF inclui os princípios gerais do Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro, bem como a metodologia utilizada, os procedimentos para assegurar a eficácia do controlo interno e desenho de modelos, documentação, avaliação e reporte.

Em linha com os princípios gerais do modelo adotado pela EDPR para a gestão do SCIRF, a ferramenta integrada para controlo interno COSO de 2013 (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a responsabilidade de supervisão do Sistema de Controlo Interno cabe ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria e Controlo. O CEO é responsável, perante o Conselho de Administração, por assegurar o correto funcionamento e eficácia do SCIRF, promovendo o seu desenho, implementação e manutenção. A Comissão Executiva deve apoiar o CEO nesta tarefa, orientando o desenvolvimento de níveis de controlo da entidade e o controlo na sua área de responsabilidade, apoiando-se, quando necessário, em outros níveis da organização. Simultaneamente, a gestão de topo é responsável pela avaliação de quaisquer deficiências e pela implementação de oportunidades de melhoria adequadas.

Para cumprir estas responsabilidades, a área de Auditoria Interna da EDPR proporciona apoio e aconselhamento à gestão e desenvolvimento do SCIRF.

51. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA AUDITORIA INTERNA

A função de Auditoria Interna no Grupo EDPR é uma função corporativa desenvolvida pelo Departamento de Auditoria Interna que reporta ao Presidente da Comissão Executiva e ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo.



52. GESTÃO DE RISCO

A gestão de riscos da EDPR é um elemento integrador de todos os processos e decisões organizativos e não uma atividade isolada, afastada das principais atividades da empresa. Relaciona-se com atividades desde o planeamento estratégico até à avaliação de novos investimentos e contratos.

A gestão de risco na EDPR é apoiada por três funções organizativas distintas, cada uma com uma função diferente: Estratégia (Analista do perfil de risco), Gestão (Gestor de risco) e Controlo (Controlador de risco).

Os riscos de mercado, crédito e operativos são identificados e avaliados e, em função da avaliação, são definidas e implementadas Políticas de Risco em toda a empresa. Estas políticas têm como objetivo mitigar riscos sem comprometer potenciais oportunidades, otimizando a rentabilidade face ao risco de exposição.

Em 2015, a EDPR procedeu à definição ou revisão de quatro Políticas Globais de Risco: Política de cobertura de risco energético, Política de risco de contrapartes, Política de risco operacional e Política de risco geográfico. Estas políticas já estão implementadas.

53. MAPA DE RISCO

A Gestão de Risco na EDPR está focada em cobrir todos os riscos da empresa. De modo a ter uma visão holística dos riscos, estes estão agrupados em Áreas de Risco, que cobrem a totalidade das áreas de negócio da EDPR, e em Categorias de Risco, que seguem uma classificação padrão dos riscos.

As Áreas de Risco são Países & Regulação, Receitas, Financiamento, Contratos de Turbinas, Desenvolvimento e Operações. Dentro de cada Área de Risco, os riscos são classificados em Grupos de Risco.

As Categorias de Risco são Mercado, Contraparte, Operacional, Negócio e Estratégico. Cada Grupo de Risco pode também ser classificado por Categoria de Risco. Assim, para cada Grupo de Risco há uma correspondente Área de Risco e Categoria de Risco.

A definição das Categorias de Risco na EDPR é a seguinte:

1. Risco de mercado – Refere-se ao risco para uma instituição resultante de oscilações nos preços de mercado, nomeadamente, alterações nos preços da eletricidade, taxas de juros, taxas cambiais e outros preços de commodities.

2. Risco de contraparte (crédito e operacional) - Risco de

incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos financeiros. Se as operações com a contraparte tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse incumprimento causaria uma perda económica direta. Mesmo no caso de cumprimento, a contraparte pode não cumprir as suas obrigações contratuais (prazo, qualidade, etc.), o que implica custos adicionais devido à sua substituição ou atrasos na execução do contrato.

3. Risco operativo (que não da contraparte) - Define-se como o risco de perda resultante de inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de acontecimentos externos (que não da contraparte).

4. Risco de negócio - Perda potencial nos resultados financeiros da Empresa devido a alterações no volume de negócios ou margens, ou ambos. Essas perdas podem resultar sobretudo de condições atmosféricas adversas ou de alterações no ambiente regulatório. As alterações nos preços da eletricidade são consideradas um risco de mercado.

5. Risco estratégico - Refere-se a riscos resultantes da situação macroeconómica, política ou social nos locais onde a EDPR está presente, bem como os resultantes de uma alteração no panorama concorrencial, ruturas tecnológicas, critérios de decisão de investimento ou questões associadas à reputação.

1. Risco de Mercado

1. i) Risco de preço da eletricidade

A EDPR enfrenta um risco limitado no que diz respeito aos preços da eletricidade, já que a sua estratégia assenta na presença em países ou regiões com boa visibilidade sobre as receitas a longo prazo. Na maioria dos países em que a Empresa tem operações, os preços são fixados no quadro de mecanismos de regulação específicos. Nos países sem tarifas regulamentadas, são negociados acordos de compra e venda de energia com diferentes compradores para eliminar riscos do preço da eletricidade, de Certificados Verdes ou Créditos de Energias Renováveis.

Apesar da estratégia da EDPR para eliminar o risco do preço de mercado, a EDPR possui ainda alguns parques eólicos com exposição comercial.

Na Europa, a EDPR opera em países onde o preço de venda é definido por um regime regulado de tarifas (Portugal, França e Itália) ou em mercados onde, para além do preço da eletricidade vendida, a EDPR recebe também um prémio de produção predefinido pelas autoridades de regulação ou um certificado verde, cujo preço é fixado no mercado regulado (Espanha, Bélgica, Polónia e Roménia). A EDPR está também a desenvolver atividades de investimento no Reino Unido, onde o atual sistema de incentivos é baseado em certificados verdes, mas irá mudar para tarifa feed-in.

ÁREA DE RISCO	GRUPOS DE RISCO	CATEGORIA DE RISCO
PAÍSES & REGULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Risco País Risco Ambiente Competitivo Risco Regulatório (renováveis) 	ESTRATÉGICO
RECEITAS	<ul style="list-style-type: none"> Risco de Produção de Energia Risco de Performance do Equipamento Risco de Preço da Energia Risco de Preço das Commodities 	NEGÓCIO
FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Risco de Taxa de Juro Risco de Taxa de Câmbio Risco de Inflação Risco de Liquidez Risco de Crédito de Contraparte Risco Operacional de Contraparte Risco de Critérios de Investimento 	MERCADO
CONTRATOS DE TURBINAS	<ul style="list-style-type: none"> Risco de Disrupção Tecnológica Risco de Preço de Turbinas Risco de Fornecimento de Turbinas 	CONTRAPARTE
DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Risco de Construção Risco de Desenvolvimento 	ESTRATÉGICO
OPERAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> Ativos Físicos Tecnologias de Informação Risco de Obrigações Legais (Cumprimento) Risco de Pessoal Risco de Processos Risco Reputacional 	NEGÓCIO
		OPERACIONAL
		ESTRATÉGICO

Em países com uma bonificação regulada predefinida ou com um esquema de certificados verdes, a EDPR está exposta à flutuação dos preços da energia elétrica. Considerando os PPA atualmente em vigor, a EDPR está exposta ao risco do preço da energia elétrica na Roménia, na Polónia e, parcialmente, em Espanha. Adicionalmente, nestes países europeus com um esquema de certificados verdes (Roménia e Polónia), a EDPR está exposta a flutuações no preço dos certificados verdes.

O mercado americano não proporciona um sistema regulamentado para o preço da eletricidade. No entanto, a geração de energias renováveis é incentivada através de créditos fiscais de produção (PTC) e de programas estatais RPS que permitem receber créditos de energia renovável (REC) por cada MWh de geração de energia renovável. Os preços REC são muito voláteis e dependem do equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado.

A maior parte da capacidade da EDPR nos EUA possui preços predefinidos, determinados por contratos conjuntos (eletricidade + REC) de longo prazo com as *utilities* locais, em conformidade com a política da Empresa para evitar o risco do preço da eletricidade. Apesar de possuir contratos de longo prazo, alguns parques eólicos da EDPR nos EUA não têm PPA e enfrentam riscos a nível do preço de eletricidade e REC. Adicionalmente, alguns parques eólicos com PPA não vendem a sua energia onde esta é produzida e, portanto, estão expostos ao risco de base (diferença de preço entre o local onde a energia é produzida e onde é vendida).

Em Ontário (no Canadá), o preço de venda é definido por uma tarifa feed-in de longo prazo, pelo que não há exposição ao risco dos preços de eletricidade.

Nas operações no Brasil, o preço de venda é fixado em leilão público, traduzindo-se depois em contratos de longo prazo. A exposição aos preços do mercado de energia elétrica é quase nula, com alguma exposição apenas quando a produção é superior ou inferior à produção contratada.

De acordo com a abordagem global da EDPR para minimizar a exposição aos preços do mercado de eletricidade, a Empresa avalia permanentemente a existência de desvios aos limites predefinidos (medidos através do EBITDA em risco, rendimentos líquidos em risco e exposição total aos preços de mercado).

A EDPR pretende eliminar o risco dos certificados verdes e dos preços REC através da assinatura de pacotes de PPA com compradores privados, que incluem a venda da eletricidade e o Certificado Verde ou REC. Em alguns casos, o comprador pode estar interessado em contratar apenas o certificado verde ou o REC, pelo que é assinado um Contrato de Compra de Certificado Verde (Green Certificate Purchase Agreement - GCPA) ou um Contrato de Compra de REC (REC Purchase Agreement - RECPA). Em 2015, a EDPR assinou novos PPA de longo prazo em dólares para 517 MW.

Nessas regiões onde ainda existe exposição aos preços de mercado, a EDPR utiliza diversos instrumentos financeiros de cobertura do risco para minimizar a exposição à flutuação dos preços da eletricidade. Em alguns casos, devido à falta de liquidez de derivados financeiros, pode não ser possível efetuar a cobertura com sucesso de toda a exposição aos preços de mercado (i.e., não existem derivados financeiros para certificados verdes nem REC).

Em 2015, a EDPR cobriu financeiramente praticamente toda a exposição aos preços de mercado na Polónia, Roménia, Espanha e Estados Unidos. Como mencionado, alguns parques eólicos nos E.U.A. têm exposição ao risco dos preços da eletricidade ou risco de base (diferença no preço da eletricidade entre diferentes locais). A EDPR efetua a cobertura financeira de REC através de contratos de cobertura de risco financeiro (swaps) ou de direitos de transmissão financeira.

2. Financiamento

1. i) Riscos relacionados com o mercado financeiro

A EDPR financia os seus parques eólicos através de project finance ou dívida corporativa. Em ambos os casos, uma taxa de juro variável implicaria flutuações significativas no pagamento de juros.

Por outro lado, devido à presença da EDPR em vários países, as receitas são denominadas em moedas diferentes. Consequentemente, as flutuações nas taxas de câmbio podem ter um efeito adverso significativo nos resultados financeiros.

1. ii) a) Risco de taxas de juros

Dadas as políticas adotadas pelo Grupo EDPR, a exposição atual à taxa de juros variável não é significativa e os fluxos de caixa financeiros são substancialmente independentes da flutuação das taxas de juros.

O objetivo das políticas de gestão de risco de taxa de juro é reduzir a exposição do fluxo de caixa da dívida de longo prazo às flutuações do mercado, principalmente com a contratação de dívidas de longo prazo com uma taxa fixa.

- Quando a dívida de longo prazo é emitida com taxas flutuantes, a EDPR estabelece instrumentos financeiros derivativos de swap de taxa variável para taxa fixa.
- A EDPR dispõe de uma carteira de derivados de taxas de juro com maturidades até 13 anos. São realizadas periodicamente análises de sensibilidade ao valor justo dos instrumentos financeiros com flutuações nas taxas de juro.

Tendo em conta a política de gestão de risco e os limites de exposição aprovados, a equipa financeira submete à aprovação da Comissão Executiva a estratégia financeira mais apropriada a cada projeto ou localização. A Área de Risco Global apoia a equipa financeira nas decisões de proteção cambial.

O calendário de reapreciação da dívida é continuamente monitorizado em conjunto com as taxas de juros, a fim de detetar a melhor ocasião para efetuar a proteção cambial.

1. ii) b) Risco cambial

A EDPR opera a nível internacional e está exposta ao risco cambial resultante dos investimentos nas suas subsidiárias no estrangeiro. A exposição cambial no que diz respeito a parques eólicos em funcionamento refere-se às seguintes moedas: dólar americano, leu romeno, zloty polonês, real brasileiro, libra esterlina e dólar canadiano.

A EDPR protege o risco de flutuações cambiais através do financiamento na mesma moeda das receitas do projeto. Quando não há possibilidade de financiamento local, a EDPR protege os *cashflows* da dívida através de *swaps* de taxas de juro entre moedas.

A EDPR protege também o montante líquido dos seus investimentos em moeda estrangeira através de *swaps* cruzados de divisas e taxas de juro.

Finalmente, a EDPR também contrata *forwards* cambiais para cobrir o risco em operações específicas, principalmente nos pagamentos aos fornecedores que podem ser denominados em moedas diferentes.

Os esforços de cobertura de risco da EDPR minimizam a volatilidade das taxas de câmbio mas não eliminam totalmente o risco devido aos elevados custos associados ao hedging cambial em determinadas situações.

1. ii) c) Risco de inflação

Em alguns países, a remuneração regulamentada está associada à inflação.

A exposição à inflação pode ser protegida com a exposição às taxas de juro e a EDPR analisa regularmente a exposição à inflação e a sua relação com as taxas de juro, para ajustar o nível da cobertura nas estruturas de "project finance".

1. ii) d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a EDPR não cumprir as suas obrigações financeiras. O risco de liquidez está principalmente associado às grandes oscilações de mercado nos preços da eletricidade, taxas de juro ou cambiais.

A EDPR monitoriza o risco de liquidez de curto prazo (exigências em termos de margens, etc) e de longo prazo (fontes de financiamento), para atingir os objetivos estratégicos previamente definidos (EBITDA, rácio da dívida e outros).

A estratégia da EDPR para a gestão do risco de liquidez consiste em garantir que a sua liquidez é suficiente para o cumprimento atempado das suas obrigações, tanto em condições normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou sem correr o risco de prejudicar a reputação da Empresa.

São utilizadas diferentes fontes de financiamento como investidores em capital próprio, organizações multilaterais, *project finance*, rotação da dívida e de ativos, para garantir a liquidez de longo prazo dos projetos de financiamento planeados.

1. iii) Risco de preço de commodities (que não eletricidade)

Nos projetos em que existe um número de anos significativo entre a decisão de investimento e o início da construção, a EDPR pode estar exposta ao preço dos materiais utilizados no fabrico de turbinas eólicas, fundações e interligações através da fórmula de revisão de preços incluída nos contratos com fornecedores.

Para gerir este risco, a EDPR pode proteger alguma da exposição nos mercados OTC/futuros commodities, dependendo das perdas potenciais e do custo de cobertura.

2. Risco de contraparte

O risco de crédito de contraparte é o risco de incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos financeiros. Pode ocorrer perda económica direta se a operação tiver um valor positivo no momento do incumprimento (risco de crédito de contraparte) ou custos de substituição devido à mudança de contraparte (risco operacional de contraparte).

Em 2015, a EDPR atualizou a sua Política Global de Risco de Crédito de Contraparte.

2. i) Risco de crédito de contraparte

Se as operações ou carteira de operações com a contraparte tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse incumprimento causaria uma perda económica.

Para controlar o risco de crédito da EDPR, são estabelecidos limites de perda esperada e perda inesperada conforme definidos nos standards de Basileia, que são reavaliados mensalmente. Se esses limites forem ultrapassados por qualquer contraparte ou pela empresa como um todo, são implementadas medidas de atenuação a fim de permanecer dentro do limite preestabelecido.

2. ii) b) Risco operacional de contraparte

Se as operações ou carteira de operações com a contraparte não tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse incumprimento teria impacto nas operações. Apesar de não existir perda direta no momento do incumprimento, a substituição da contraparte pode implicar custos para a EDPR devido a possíveis atrasos, maior valor de um contrato com uma nova contraparte (custos de substituição), etc.

Os fornecedores na área de construção e O&M são contrapartes a que a EDPR está exposta do ponto de vista operacional.

Para minimizar a probabilidade de incorrer em custos derivados da potencial substituição de contrapartes, a política da EDPR sobre risco operativo de contraparte é gerida por uma análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e custo de substituição da contraparte.

3 Risco operacional

3. i) Risco de desenvolvimento

Os parques eólicos estão sujeitos a rigorosa regulamentação a nível internacional, nacional, estadual, regional e local no que diz respeito ao seu desenvolvimento, construção, licenciamento, ligação à rede elétrica e operação de centrais de geração elétrica. A regulamentação aplicável incide nomeadamente sobre a aquisição, arrendamento e utilização de terras; as licenças de construção, transporte e distribuição; as licenças ambientais e paisagísticas; e o congestionamento das redes de distribuição e transmissão de energia.

Apesar do nível de exigência variar em função dos países, a EDPR reconhece uma tendência de alinhamento legislativo de concentração de normas mais restritivas e riscos de desenvolvimento a nível de autorização (ambiental e urbana) e interconexão (ligação do parque eólico à rede nacional).

Neste contexto, a experiência da EDPR em diferentes países revela-se útil para antecipar e lidar com situações semelhantes em outros países.

Durante a fase de desenvolvimento e desenho, a EDPR concentra-se na otimização dos seus projetos. Ao dominar as variáveis, tais como a escolha de locais, projeto, etc., o objetivo é o de tornar os nossos projetos mais resistentes aos riscos associados ao licenciamento.

Adicionalmente, a EDPR reduz os riscos de desenvolvimento com recurso a opcionalidade, pelo facto de conduzir as suas atividades em 12 países diferentes (Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá, Brasil e México), com uma carteira de projetos em várias fases de maturidade. A EDPR tem uma grande carteira de projetos que proporcionam um "amortecedor" para superar possíveis atrasos no desenvolvimento de projetos prioritários, garantindo os objetivos de crescimento e conseguindo compensar atrasos no licenciamento em algumas regiões.

3. ii) Risco de execução

Durante a construção das fundações, interconexão e subestação de um parque eólico, e a instalação das turbinas eólicas, diferentes ocorrências (mau tempo, acidentes, etc.) podem implicar custos adicionais ou atrasos na data de operação comercial do parque eólico:

- O atraso implica um adiamento dos fluxos de caixa, afetando a rentabilidade do investimento.
- Quando um parque eólico tem um PPA, um atraso na data de operação comercial pode implicar o pagamento de *liquidated damages* (penalidades), com a consequente perda de receitas e impacto nos resultados financeiros anuais.

Durante a fase de conceção, as equipas de engenharia da EDPR supervisionam os trabalhos de engenharia e o método de instalação. A construção é subcontratada a empresas de construção tecnicamente fiáveis.

Em ambos os casos, é realizada uma avaliação crítica para avaliar a fiabilidade dos planos de construção e instalação.

3. iii) Ativos físicos

Os parques eólicos em construção e operação estão expostos a intempéries, desastres naturais, etc. Estes riscos dependem da localização.

Todos os parques eólicos estão seguros contra danos materiais durante as fases de construção e operação. Durante a operação, qualquer intempérie, desastre natural ou acidente será parcialmente seguro contra a perda de receitas.

3. iv) Tecnologias da Informação

O risco de TI (Tecnologias de Informação) pode ocorrer na rede técnica (rede informática para operação de parques eólicos) ou rede de escritório (rede informática de serviços corporativos: *Enterprise Resource Planning*, contabilidade...)

A EDPR mitiga este risco, criando a redundância de servidores e centros de controlo de parques eólicos. A redundância é criada num local diferente para antecipar potenciais desastres naturais, etc.

3. v) Processos judiciais (conformidade)

A EDPR enfrenta potenciais processos judiciais de terceiros e fraudes dos seus colaboradores.

A EDPR revê periodicamente a sua conformidade com todos os regulamentos que afetam a sua atividade (ambiente, fiscalidade...)

3. vi) Colaboradores

A EDPR identifica dois fatores de risco principais no âmbito dos colaboradores: volume de negócios e saúde e segurança.

- Rotatividade: Custo de substituição de um colaborador. Um nível de rotatividade elevado implica custos de substituição diretos e indiretos decorrentes da perda de conhecimentos
- Saúde e segurança: Há a probabilidade de uma pessoa ser afetada ou vítima de efeitos adversos para a sua saúde se estiver exposta a um perigo.

A EDPR mitiga o volume de negócios através da reavaliação e referenciação constantes dos esquemas remuneratórios nas diferentes áreas geográficas. Adicionalmente, a EDPR oferece flexibilidade aos seus colaboradores para melhorar o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal. Em 2015, a EDPR foi considerada em Espanha e na Polónia como um "Great Place to Work".

O objetivo da EDPR é chegar aos zero acidentes laborais através da formação constante sobre questões de saúde e segurança e certificar as suas instalações de acordo com a norma OHSAS 18001.

3. vii) Processos

Os processos internos estão sujeitos a erros humanos potenciais.

O Departamento de Auditoria Interna revê regularmente os processos internos e recomenda o estabelecimento de novos controlos ou melhorias na implementação dos procedimentos existentes.

4. Risco de negócio

4. i) Risco de produção de energia

A quantidade de eletricidade gerada pelos parques eólicos da EDPR está dependente das condições meteorológicas, que variam entre locais, de época para época e de ano para ano. A variação na quantidade de energia elétrica gerada afeta os resultados operacionais da EDPR e a sua eficiência.

Não só a produção total de energia eólica num local específico é relevante, mas também o seu perfil de produção. O vento habitualmente sopra mais à noite do que durante o dia, quando os preços da energia são menores. O perfil de produção afetará o desconto no preço de um parque eólico versus produção base.

Por fim, a interrupção das operações de um parque eólico também afetarão a sua produção. A interrupção das operações ocorre quando a produção de um parque eólico é interrompida pelos operadores de sistemas de transmissão, por razões externas à empresa. Alguns exemplos de casos de interrupção são as atualizações em linhas de transmissão ou elevado nível de produção de geração de energia renovável com baixa procura (muito excecional).

A EDPR contraria a volatilidade dos recursos eólicos e a sazonalidade através da diversificação geográfica da sua base de ativos em diferentes países e regiões.

- A EDPR reconhece a correlação entre diferentes parques eólicos da sua carteira que permite esta diversificação geográfica, o que possibilita à EDPR compensar parcialmente as variações do vento em cada região e manter a quantidade total de energia relativamente estável. A EDPR desenvolve atualmente as suas atividades em 12 países: Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido (sem geração), Itália, E.U.A., Canadá, Brasil e México (sem geração).
- Em algumas áreas geográficas verifica-se uma correlação inversa entre o volume de vento e o preço da eletricidade, o que implica uma cobertura natural.

A EDPR analisou em detalhe a potencial utilização de produtos financeiros para cobertura do risco do vento, e poderá vir a utilizar este produto para reduzir o risco em casos específicos.

O perfil de risco e risco de interrupção das operações são geridos ex-ante. Para cada novo investimento, a EDPR analisa o efeito que o perfil de geração esperado e uma potencial interrupção poderão ter na produção do parque eólico. O perfil de geração e a interrupção das operações de parques eólicos da EDPR são constantemente monitorizados pelo departamento de Risco para detetar possíveis alterações futuras.

4. ii) Risco do desempenho dos equipamentos

A produção dos parques eólicos e centrais de energia solar depende da disponibilidade operacional das turbinas e do desempenho operacional dos equipamentos, principalmente das componentes das turbinas eólicas e transformadores.

A EDPR reduz este risco ao utilizar vários fornecedores de turbinas, o que minimiza o risco tecnológico, evitando a exposição a um único fabricante.

A EDPR também envolve os fornecedores de turbinas eólicas através de contratos de manutenção integral de médio prazo para garantir o seu alinhamento e minimizar os riscos tecnológicos.

Por fim, a EDPR criou um programa de O&M com ações de manutenção preventiva e programada adequadas. A EDPR tem vindo a subcontratar algumas atividades mais técnicas e não críticas de operação e manutenção dos seus parques eólicos, enquanto as atividades primárias e de maior valor acrescentado são asseguradas pela EDPR.

4. iii) Risco regulatório (renováveis)

O desenvolvimento e rentabilidade dos projetos de produção de energias renováveis estão sujeitos a uma série de políticas e quadros de regulamentação diversos. As diferentes jurisdições em que se processam os negócios da EDPR apresentam vários tipos de incentivos de apoio à energia gerada a partir de fontes renováveis.

Os esquemas remuneratórios têm-se tornado menos competitivos em alguns países devido à crise financeira e não é possível garantir que o apoio atual será mantido em todas as regiões geográficas da EDPR ou que os futuros projetos de energias renováveis irão beneficiar das atuais medidas de apoio. A regulamentação que promove a energia verde foi revista, ou a sua revisão está em curso, em alguns dos países onde a EDPR está presente.

Nos EUA, a produção de energia renovável a partir de fonte eólica foi incentivado através de créditos fiscais de produção (Production Tax Credits - PTC) a nível federal, para todos os projetos que iniciem a sua construção até 2019. O nível de incentivos irá sendo atenuado progressivamente. Adicionalmente, há também um incentivo através de programas estatais RPS que permitem receber créditos de energia renovável (Renewable Energy Credit - REC) por cada MWh de produção de energia renovável.

A EDPR gere a sua exposição aos riscos regulatórios, tanto através da diversificação, marcando presença em vários países, como pela sua participação como membro ativo em várias associações ligadas à energia eólica.

O risco associado à regulamentação em cada um dos países onde a EDPR está presente é continuamente monitorizado, considerando tanto a regulamentação em vigor como os potenciais projetos de leis, o feedback das associações, a evolução da capacidade instalada para geração de energia renovável e outros aspetos relevantes. A EDPR desenvolveu internamente uma avaliação quantitativa de risco regulatório, que serve como indicador de mudanças nos regimes de apoio. Esta medida é atualizada anualmente em todas as áreas geográficas da EDPR.

O risco regulatório também é considerado ex-ante, no momento do investimento, através de análises de sensibilidade realizadas para avaliar o seu impacto na rentabilidade do projeto em diferentes cenários.

4. iv) Risco do preço das turbinas eólicas

O preço das turbinas eólicas é afetado não só pelas flutuações de mercado dos materiais utilizados nas turbinas, mas também pela procura das turbinas eólicas.

Para cada novo projeto, a EDPR protege-se face ao risco de procura que pode aumentar o preço das turbinas.

4. v) Risco do fornecimento das turbinas eólicas

A procura de novos parques eólicos pode ser superior à oferta de turbinas pelos fabricantes. Atualmente, a exigência de componentes locais em algumas regiões (por ex., Brasil) cria esta situação de défice.

A EDPR enfrenta um risco limitado no que toca à falta de disponibilidade e a um eventual aumento dos preços dos geradores de turbinas eólicas graças aos acordos-quadro estabelecidos com os principais fornecedores de turbinas eólicas. A Empresa utiliza um conjunto diversificado de fornecedores de turbinas eólicas, a fim de diversificar este risco de fornecimento.

Em áreas geográficas com necessidades específicas de componentes locais, a EDPR não inicia um projeto sem antes assegurar o fornecimento de turbinas eólicas.

5 Risco de estratégia

5. i) Risco geográfico

O Risco geográfico é definido como a probabilidade de ocorrência de uma perda financeira num dado país devido a acontecimentos macroeconómicos, políticos ou desastres naturais. A EDPR definiu uma Política de Risco Geográfico que avalia o risco de cada país através de uma classificação interna com base em dados disponíveis publicamente. Esta classificação interna é comparada com avaliações externas de entidades de renome. Cada fator de risco que afeta o risco desse país é avaliado de forma independente para decidir sobre potenciais ações que minimizem o risco:

- Risco macroeconómico: Riscos originados pela evolução económica do país, afetando os resultados económicos ou o tempo de custo dos investimentos
- Risco político: Todas as possíveis ações ou fatores que representem perigo para o negócio das empresas estrangeiras e que derivam de qualquer autoridade política, organismo governamental ou grupo social no país de acolhimento
- Risco de desastres naturais: Fenómenos naturais (sismicidade, condições meteorológicas) que podem ter um impacto negativo nos negócios.

Antes de aprovar um projeto numa nova localização geográfica, a EDPR analisa o risco do novo país e compara-o ao portfólio existente. Poderão ser tomadas medidas de redução dos riscos quando o risco está acima de um determinado limite.

Em 2015, a EDPR atualizou a sua Política Global de Risco Geográfico.

5. ii) Panorama concorrencial

Na atividade das energias renováveis, a dimensão pode ser uma vantagem ou desvantagem em determinadas situações. Por exemplo, no desenvolvimento de parques eólicos, as pequenas empresas geralmente são mais competitivas do que as grandes empresas. Por outro lado, quando se participa em processos de concurso para parques eólicos offshore, a dimensão do investimento beneficia mais as grandes empresas.

Além disso, as consequências de uma alteração no panorama concorrencial devido às fusões e aquisições também pode ser um risco para a EDPR.

Para mitigar os riscos na EDPR, há um conhecimento claro sobre as nossas vantagens concorrenciais e, nesse caso, a Empresa tenta alavancá-las. Quando a EDPR não tem qualquer vantagem face aos seus concorrentes, considera alternativas para se tornar competitiva. Por exemplo, para parques eólicos offshore, a EDPR estabeleceu parcerias com grandes empresas com experiência prévia em grandes projetos de produção de eletricidade ou de construção offshore, a fim de beneficiar dos seus conhecimentos e tornar-se um consórcio mais competitivo.

5. iii) Perturbações tecnológicas

A maioria das energias renováveis são tecnologias recentes, que estão sempre a evoluir e a melhorar a eficiência. Como tal, algumas tecnologias que, no início, eram dispendiosas, tornaram-se competitivas em relativamente pouco tempo.

A EDPR centra-se na tecnologia eólica onshore que, na maioria dos países, é a tecnologia de energias renováveis mais competitiva neste momento. Contudo, está a investir gradualmente em outras tecnologias, que estão a começar a ser competitivas e que podem ser mais eficientes no futuro, como a energia solar fotovoltaica e eólica offshore.

5. iv) Critério das decisões de investimento

Nem todos os projetos têm o mesmo perfil de risco. Este dependerá da exposição aos valores da remuneração, risco de construção, etc.

De modo a tomar decisões corretas, a EDPR utiliza métricas ajustadas ao risco (Risk Adjusted Metrics) para decisões de investimento, que têm em conta os diferentes riscos inerentes a cada projeto.

5. v) Risco de reputação

As empresas estão expostas à opinião pública e, atualmente, as redes sociais são um meio rápido para expressar determinadas opiniões. Uma má reputação poderá eventualmente prejudicar os resultados financeiros de uma empresa, a curto e longo prazo.

A sustentabilidade faz parte da essência da EDPR. A EDPR não só está empenhada em construir um futuro melhor para as nossas crianças, como também em fazê-lo bem, de uma forma ética e sustentável, limitando assim o risco de reputação.

54. FUNÇÕES DE RISCO E FERRAMENTA DE ATUAÇÃO

A gestão de risco na EDPR é apoiada por três funções organizativas distintas, cada uma com uma função diferente: Estratégia (Analista do Perfil de Risco), Gestão (Gestor do Risco) e Controlo (Controlador do Risco).

FUNÇÕES DE GESTÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO
Estratégia - Estratégia geral e política de risco	<ul style="list-style-type: none"> III O Departamento de Risco Global elabora propostas analiticamente suportadas para questões estratégicas gerais. III Responsável por propor diretrizes e políticas para gestão do risco dentro da Empresa.
Gestão - Gestão do risco e decisões de negócio relacionadas com o risco	<ul style="list-style-type: none"> III Implementar políticas definidas pelo Departamento de Risco Global III Responsável pelas decisões operacionais quotidianas e pelas posições de tomada de riscos e mitigação de riscos relacionadas
Controlo - Controlo do Risco	<ul style="list-style-type: none"> III Responsável pelo acompanhamento dos resultados de decisões de risco e do alinhamento das operações com a política geral aprovada pelo Conselho de Administração..

A Comissão de Risco é o fórum onde as diferentes funções na área do risco discutem as políticas a implementar e controlam a exposição ao risco da empresa. A Comissão de Risco da EDPR integra e coordena todas as funções na área do risco e assegura a ligação entre a apetência corporativa pelo risco e a estratégia definida e as operações da empresa.

A EDPR estabeleceu três reuniões diferentes da Comissão de Risco para separar as discussões sobre a execução de estratégias de mitigação das discussões de definição de novas políticas:

- Comitê de Risco restrito: Realizado mensalmente, centra-se principalmente no risco de desenvolvimento e no risco de mercado do preço da eletricidade. É o fórum onde é discutida a execução de estratégias de mitigação para reduzir a exposição aos preços de mercado. A sua finalidade é também controlar os limites das políticas de risco definidas relativamente ao risco de contraparte, risco operacional e risco geográfico.
- Comitê de Risco Financeiro: Realizado trimestralmente, destina-se a rever os principais riscos financeiros e discutir a execução de estratégias de mitigação. O risco cambial, o risco de taxa de juro e o risco de crédito de contrapartes financeiras são os riscos mais importantes revistos por esta comissão.
- Comitê de Risco: Realizado trimestralmente, é o fórum onde são discutidas as novas análises e onde são propostas as políticas recém-definidas a fim de serem apresentadas à Comissão Executiva para aprovação, sendo também revista a posição de risco global da EDPR. Adicionalmente, é revista toda a posição de risco da EDPR, em conjunto com EBITDA@Risk e Net Income@Risk.

55. PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA EMPRESA RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Com o objetivo não só de controlar os riscos, mas também de os gerir ex-ante, a EDPR criou políticas globais de risco, exequíveis a nível global. Essas políticas são propostas e discutidas no Comitê de Risco e aprovadas pela Comissão Executiva.

Em 2015, a EDPR procedeu à definição ou revisão de quatro Políticas Globais de Risco, que estão já implementadas:

- Política de Proteção do Preço da Energia
- Política de Risco de Crédito de Contraparte
- Política de Risco Operacional
- Política de Risco Geográfico

Todos os meses é verificada a conformidade com as políticas globais de risco na Comissão de Risco restrita.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO SOBRE O RELATO FINANCEIRO

A EDPR dispõe de um Sistema de Controlo Interno sobre o Relato Financeiro (SCIRF), atualizado e monitorizado em conformidade com as normas internacionais de Controlo Interno.

Este sistema cobre os principais aspetos da ferramenta COSO: manutenção de um ambiente de controlo para a preparação de informação financeira qualificada, avaliação dos riscos de reporte financeiro, existência de atividades de controlo para mitigar os riscos de erro, informação e comunicação e mecanismos de avaliação.

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO ÂMBITO

O Manual SCIRF inclui a atualização anual do seu âmbito por forma a identificar as empresas, áreas e processos que devem ser incluídos no âmbito do SCIRF, de acordo com critérios de materialidade e risco, incluindo risco de erro ou fraude.

A análise de risco incluída no processo de definição do âmbito do SCIRF inclui diferentes tipos de risco (operacional, económico, financeiro, tecnológico ou jurídico) e objetivos de controlo de relato financeiro (existência e ocorrência, integridade, medição, apresentação, divulgação, comparabilidade e direitos e obrigações em termos de seu potencial impacto sobre as demonstrações financeiras).

Os resultados do âmbito atualizado com a metodologia descrita são comunicados em todos os níveis da organização envolvidos no SCIRF e supervisionados pela Comissão de Auditoria e Controlo.

ATIVIDADES DE CONTROLO

Em processos e controlos SCIRF documentados, são estabelecidos os mecanismos de captura de informação (incluindo a identificação do âmbito de consolidação) e são especificadas as etapas e as verificações realizadas para a preparação da informação financeira que fará parte das demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos para análise e aprovação da informação financeira são fornecidos pelas áreas de Planeamento e Controlo, e Administração, Consolidação e Fiscalidade. A informação financeira é acompanhada pela Comissão de Auditoria e Controlo, no âmbito das suas competências, antes da formulação das contas pelo Conselho de Administração.

O SCIRF inclui atividades de controlo relacionadas com estes processos, consubstanciadas no Controlo de Nível da Entidade, Controlo de Processos e Controlo Informático Geral. Estes processos incluem atividades de revisão e aprovação da informação financeira utilizada nos processos de elaboração de contas individuais, preparação de contas consolidadas, e processamento de demonstrações financeiras consolidadas.

A EDPR dispõe da descrição dos Perfis de Competência para os Cargos a serem realizados no exercício de cada posição, que inclui a descrição das principais responsabilidades. Estes Perfis incluem a descrição dos cargos-chave das pessoas envolvidas na preparação de informação financeira. Estas descrições incluem as

responsabilidades na preparação de informação financeira e de conformidade com os procedimentos de controlo interno.

A documentação dos processos projetados e dos controlos associados incluem, entre outros, a realização de atividades de encerramento para completar listas de verificação de encerramento mensal por entidade, fixando prazos para o encerramento, a identificação da relevância das operações, para que possam ser analisadas no nível apropriado, a análise da informação financeira, a existência de limitações nos sistemas para evitar registos errados ou a intervenção de pessoas não autorizadas, a análise de desvios ao orçamento, a análise das Comissões de factos relevantes e significativos que poderiam causar um impacto significativo sobre as contas, ou a atribuição de responsabilidades para o cálculo dos montantes a serem provisionados, para que tal seja realizado por pessoal autorizado com as competências adequadas.

Para além dos processos mencionados, também estão documentados os principais processos de transação resultantes do âmbito. A descrição das atividades e controlos é efetuada com o objetivo de assegurar o registo, avaliação, apresentação adequada e divulgação de transações em relatórios financeiros.

As atividades de controlo do SCIRF da EDPR também incluem as que estão relacionadas com sistemas e tecnologias da informação (Controlo Geral de Computadores), seguindo uma referência internacional, a ferramenta COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies). Entende-se a importância desta área quando se sabe que os sistemas de informação são as ferramentas com as quais as informações financeiras são preparadas, sendo, portanto, relevantes para operações com eles realizadas.

Estas atividades de controlo incluem as atividades relacionadas com o controlo de acesso às aplicações e sistemas, separação de funções, gestão de manutenção corretiva e preventiva, novos projetos de implementação, administração e gestão dos sistemas, instalações e operações (back-ups, incidentes de segurança), seu acompanhamento adequado, e planeamento. Estas atividades são desenvolvidas tendo em conta os requisitos de controlo e supervisão.

Entre as atividades de atualização do âmbito do SCIRF, inclui-se uma análise periódica da existência de prestadores de serviços que executam atividades relevantes em relação aos processos de preparação de informação financeira.

SUPERVISÃO SCIRF

A Comissão de Auditoria e Controlo supervisiona o SCIRF no âmbito do exercício das suas atividades, através do acompanhamento e supervisão dos mecanismos desenvolvidos para a implementação, evolução e avaliação do SCIRF, e os resultados da análise do âmbito e a extensão da situação em termos de cobertura. Neste contexto, o Departamento de Auditoria Interna assiste a Comissão de Auditoria e Controlo.

A EDPR tem um Departamento de Auditoria Interna que reporta ao Presidente da Comissão Executiva. A Comissão de Auditoria e Controlo supervisiona o Departamento de Auditoria Interna, conforme estabelece a Basic Internal Audit Act ("Lei Básica de Auditoria Interna").

As principais funções do Departamento de Auditoria Interna são definidos na Lei Básica de Auditoria Interna, que inclui, entre outras, as atividades de avaliação de sistemas de controlo interno, incluindo o sistema de controlo interno sobre os relatórios financeiros.

Os planos de trabalho anuais do Departamento de Auditoria obtêm o parecer da Comissão de Auditoria e Controlo. O Departamento de Auditoria Interna reporta à Comissão de Auditoria e Controlo o estado e a execução dos trabalhos de auditoria.

Entre essas atividades, a Auditoria Interna apoia a Comissão de Auditoria e Controlo no acompanhamento da implementação e manutenção do SCIRF e apresenta um relatório sobre os resultados da avaliação, as ações de melhoria identificadas, e a sua evolução.

A entidade dispõe de planos de ação para as ações de melhoria identificadas nos processos de avaliação do SCIRF, que são acompanhadas e supervisionadas pelo Departamento de Auditoria Interna, considerando o seu impacto sobre a informação financeira.

Também no ano de 2015, tal como em anos anteriores, foi efetuado um processo de auto certificação por parte dos responsáveis dos vários processos relativamente à atualização da documentação adequada sobre controlos do SCIRF e processos na sua área de responsabilidade e implementação de controlos com produção de documentação correspondente.

AVALIAÇÃO SCIRF

Para além das atividades de monitorização e avaliação descritas no parágrafo anterior, caso o auditor identifique insuficiências de controlo interno no âmbito do seu trabalho de auditoria financeira, devem comunicar essas circunstâncias à Comissão de Auditoria e Controlo, que monitoriza regularmente os resultados dos trabalhos de auditoria.

Adicionalmente, em 2015 o Grupo EDPR optou pela auditoria externa do SCIRF. Como resultado da sua avaliação, o auditor externo emitiu um relatório com um parecer favorável sobre o SCIRF do Grupo EDPR, de acordo com a ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements 3000).

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A EDPR procura tornar acessível aos seus acionistas, investidores e stakeholders toda a informação relevante sobre a Empresa e o seu ambiente de negócio, de forma regular. A promoção de informação transparente, consistente, rigorosa, facilmente acessível e de alta qualidade, tem um papel fundamental para criar a perceção exata da estratégia da empresa, da sua situação financeira, contas de ativos, projeções futuras, riscos e eventos significativos.

Deste modo, a EDPR procura fornecer aos investidores informação precisa que os possa apoiar na tomada de decisões informadas, claras e completas relativamente aos investimentos a efetuar.

O Departamento de Relações com Investidores foi criado para assegurar o contacto direto e permanente com todos os agentes e stakeholders relacionados com o mercado e garantir o princípio de igualdade entre os acionistas nas comunicações dirigidas a estes e evitar assimetrias no acesso à informação.

O Departamento de Relações com Investidores da EDPR atua como intermediário entre a EDPR e os seus acionistas atuais e potenciais, os analistas financeiros que acompanham a sua atividade e todos os investidores e restantes membros da comunidade financeira. O principal objetivo do departamento é o de garantir o princípio de igualdade entre os acionistas, evitando assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores e diminuindo o desvio entre a perceção do mercado e a estratégia e o valor intrínseco da Empresa. Este departamento é responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia de comunicação da EDPR, e pela manutenção de uma adequada relação institucional a nível da informação com os mercados financeiros, com a bolsa de valores na qual as ações da EDPR foram admitidas à negociação e com as entidades de regulação e supervisão (a CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e a CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

A EDPR tem plena consciência da importância de disponibilizar informação transparente, detalhada e comunicada atempadamente ao mercado. Consequentemente, publica informação confidencial com possível impacto sobre preço, antes da abertura ou após o fecho da Bolsa de Valores de Lisboa, através do sistema de informação da CMVM e, simultaneamente, a mesma informação é disponibilizada na área de investidores do nosso site e através da lista de divulgação do Departamento de Relações com Investidores. Em 2015, a EDPR fez 49 comunicados de imprensa, incluindo as apresentações dos resultados trimestrais, semestrais e anuais e os folhetos elaborados pelo Departamento de Relações com Investidores. Além disso, o Departamento de Relações com Investidores elaborou também os ficheiros de dados relevantes e as apresentações provisórias, que estão disponíveis na secção de investidores do sítio da internet.

No momento do anúncio de novos resultados financeiros, a EDPR promove uma conferência telefónica e um webcast, em que a Administração da Empresa comunica ao mercado informação atualizada sobre as atividades da EDPR. Em cada um desses eventos, os acionistas, investidores e analistas têm a oportunidade de apresentar as suas questões diretamente e discutir os resultados da EDPR, bem como as perspetivas da Empresa.

O Departamento de Relações com Investidores é coordenado por Rui Antunes e está localizado na sede da Empresa em Madrid, Espanha. A estrutura do departamento e os seus contactos são os seguintes:

CONTATOS DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES:

Rui Antunes, Diretor de Planeamento e Controlo, Relações com Investidores e Sustentabilidade
Calle Serrano Galvache 56
Centro Empresarial Parque Norte
Edifício Olmo – 7º
28033 – Madrid – España
Website: www.edprenovaveis.com/investors
E-mail: ir@edpr.com
Telefone: +34 902 830 700 / Fax: +34 914 238 429

Em 2015, a EDPR promoveu e participou em diversos eventos, nomeadamente roadshows, conferências, apresentações a investidores e analistas, reuniões e conferências telefónicas. Ao longo do ano, a equipa de gestão da EDPR e a equipa de Relações com Investidores assistiram a 12 conferências com corretores, e realizaram 20 roadshows e reverse roadshows, conferências telefónicas e encontros, totalizando mais de 370 encontros com investidores institucionais, em 10 das maiores capitais financeiras, na Europa e EUA.

O Departamento de Relações com Investidores da EDPR esteve em contacto permanente com os agentes do mercado de capitais, nomeadamente, analistas financeiros que avaliam a Empresa. Em 2014, a Empresa teve conhecimento de que os analistas de investimento produziram mais de 170 relatórios de avaliação do negócio e do desempenho da EDPR.

No final de 2015, tanto quanto a EDPR tem conhecimento, 22 instituições elaboraram relatórios de investigação, acompanhando ativamente a atividade da empresa. A 31 de dezembro de 2015, o preço-alvo médio dos analistas era de 6,9 euros por ação, tendo a maioria dos analistas recomendado as ações da EDPR para compra: 15 Compra, 5 Neutral e 2 Venda.

EMPRESA	ANALISTA	PREÇO-ALVO	RECOMENDAÇÃO
Bank of America Merrill Lynch	Pinaki Das	7,10 €	Buy
BBVA	Daniel Ortea	7,50 €	Outperform
Berenberg	Lawson Steele	5,75 €	Buy
BPI	Flora Trindade	7,80 €	Buy
Caixa BI	Helena Barbosa	7,70 €	Accumulate
Citigroup	Akhil Bhattar	6,45 €	Neutral
Deutsche Bank	Virginia Sanz de Madrid	7,00 €	Hold
Exane BNP	Manuel Palomo	5,70 €	Underperform
Fidentiis	Daniel Rodríguez	5,78 €	Hold
Goldman Sachs	Manuel Losa	6,90 €	Neutral
Haitong	Nuno Estácio	7,80 €	Buy
HSBC	Pablo Cuadrado	7,00 €	Buy
JP Morgan	Javier Garrido	6,50 €	Overweight
Kepler Cheuvreux	Jose Porta	6,19 €	Reduce
Macquarie	Shai Hill	€ 6.60	Outperform
Main First	Fernando Garcia	€ 7.00	Outperform
Morgan Stanley	Carolina Does	€ 7.60	Overweight
Natixis	Philippe Ourpatian	€ 6.40	Neutral
RBC	Martin Young	€ 7.25	Outperform
Santander	Bosco Mugiro	€ 6.50	Buy
Société Générale	Jorge Alonso	€ 7.00	Buy
UBS	Hugo Liebaert	€ 7.50	Buy

57. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

O representante da EDPR para as relações com o mercado é Rui Antunes, Diretor de Planeamento e Controlo, Relações com Investidores e Sustentabilidade.

58. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Em 2015, a EDPR esteve presente em diversos eventos com analistas e investidores, como o Dia do Investidor do Grupo EDP, *roadshows*, apresentações, reuniões e conferências telefónicas, para comunicar o plano de negócios da EDPR, a sua estratégia e o seu desempenho operacional e financeiro.

Durante o ano, o Departamento de Relações com Investidores recebeu mais de 550 pedidos de informação e interagiu 370 vezes com investidores institucionais. Em média, os pedidos de informação foram respondidos em menos de 24 horas, com pedidos complexos a serem respondidos no prazo de uma semana. A 31 de dezembro de 2015, não havia qualquer pedido de informação pendente.

V. SÍTIO DE INTERNET – INFORMAÇÃO ONLINE

59-65.

A EDPR considera que a informação online é uma ferramenta da maior importância na disseminação de informação, pelo que atualiza o seu site na internet com todos os documentos relevantes. Além das informações exigidas pelos regulamentos da CMVM e da CNMV, a página da EDPR também disponibiliza atualizações financeiras e operacionais sobre as atividades da EDPR, garantindo a todos um acesso fácil à informação.

Site da EDPR: www.edprenovaveis.com

INFORMAÇÃO:	LIGAÇÃO:
Informação sobre a Empresa	www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance/companys-name www.edprenovaveis.com/our-company/who-we-are
Estatutos corporativos e regulamentos de órgãos/comissões	www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance
Membros dos órgãos sociais	www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance/directors
Representante das relações com o mercado, Direção de Relações com Investidores	www.edprenovaveis.com/investors/contact-ir-team
Meios de acesso	www.edprenovaveis.com/our-company/contacts/contact-us
Demonstrações financeiras	www.edprenovaveis.com/investors/reports-and-results
Agenda de eventos corporativos	www.edprenovaveis.com/investors/calendar
Informação sobre a Assembleia Geral de Acionistas	www.edprenovaveis.com/investors/shareholders-meeting-2

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente no seio do Conselho de Administração, com carácter informativo e consultivo. As suas recomendações e relatórios não são vinculativos.

Como tal, a Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações dos membros do Conselho, assim como sobre a composição das comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição de quadros de topo.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é o órgão responsável por propor ao Conselho de Administração a determinação da remuneração dos membros da Gestão Executiva da Empresa; a Declaração sobre a Política de Remunerações; a avaliação e cumprimentos dos KPI (*Key Performance Indicators*); a remuneração anual e plurianual variável, se aplicável, e também propõe a remuneração dos Administradores Não Executivos e dos membros das Comissões do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das referidas propostas, exceto a Declaração sobre a Política de Remunerações.

A Declaração sobre a Política de Remunerações é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas como uma proposta independente. De acordo com os Estatutos, a remuneração dos Administradores está sujeita a um valor máximo, que só pode ser modificado por acordo dos acionistas.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

A composição da Comissão de Nomeações e Remunerações é referida no ponto 29 do presente Relatório.

A Comissão de Nomeações e Remunerações não contratou quaisquer serviços de consultoria externos em 2015.

68. CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

O Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações possui conhecimentos e experiência em Política de Remunerações como membro da Comissão de Remunerações de uma empresa portuguesa cotada em bolsa, conforme mencionado na sua nota biográfica, disponível no Anexo ao presente Relatório, juntamente com as biografias de todos os outros membros da Comissão de Nomeações e Remunerações.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Nos termos do artigo 26º dos Estatutos, os Administradores terão direito a uma remuneração que consiste em: (i) um valor fixo a ser determinado anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas para todo o Conselho de Administração e (ii) senhas de presença pela participação nas reuniões do Conselho.

O referido artigo estabelece ainda que os Administradores podem ser remunerados através da atribuição de ações da Empresa, opções de aquisição de ações ou outros valores mobiliários que confiram o direito à aquisição de ações da Empresa, ou mediante sistemas remuneratórios indexados ao valor das ações. Em qualquer caso, o sistema escolhido deve ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas e estar em conformidade com a legislação em vigor.

O valor total das remunerações pagas aos Administradores, nas condições previstas nos parágrafos anteriores, não poderá exceder o montante determinado para o efeito pela Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração máxima anual do conjunto do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral é de €2.500.000 por ano.

Nos termos do Artigo 26º, nº4 dos Estatutos Sociais, os direitos e deveres que advenham da condição de membro do Conselho de Administração deverão ser compatíveis com quaisquer direitos e obrigações, fixos ou variáveis, que possam corresponder aos Administradores por outras relações laborais ou profissionais que, a existirem, desempenhem na Empresa. As retribuições variáveis que derivem dos correspondentes contratos ou de qualquer outro tipo, incluindo a sua presença num órgão de Administração, serão limitadas a um máximo anual a estabelecer em Assembleia Geral.

A remuneração anual máxima aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas para a remuneração variável dos Administradores executivos é de €1.000.000 por ano.

A EDPR, em linha com as práticas de governo corporativo do Grupo EDP, assinou um Acordo de Serviços de Administração Executiva com a EDP, nos termos do qual a Empresa suporta o custo de tais serviços para alguns membros do Conselho de Administração, na medida em que os seus serviços são dedicados à EDPR.

Os Administradores Não Executivos auferem apenas uma remuneração fixa pelas funções desempenhadas enquanto Administradores ou pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo. Os membros que pertencem a duas comissões diferentes não acumulam duas remunerações. Nestes casos, a remuneração a receber é a que corresponde ao valor mais elevado.

A EDPR não atribuiu qualquer remuneração em ações ou planos de opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração.

Nenhum Administrador estabeleceu qualquer contrato com a empresa ou terceiros para o efeito de reduzir o risco inerente à variabilidade da remuneração estabelecida pela empresa.

Não há também na EDPR quaisquer compensações pela exoneração ou saída do cargo de nenhum Administrador.

A política de remuneração dos Administradores da Empresa é submetida anualmente à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

70. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A política de remunerações aplicável para 2014-2016, conforme proposta pela Comissão de Nomeações e Remunerações, e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas a 8 de abril de 2014 (política de remuneração), define uma estrutura com uma remuneração fixa para todos os membros do Conselho de Administração e uma remuneração variável, com uma componente anual e uma componente plurianual, para os membros da Comissão Executiva.

A Política de Remunerações, incluindo pequenas alterações aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas, a 9 de abril de 2015, manteve-se inalterada em 2015. No ponto seguinte, encontra-se uma nota sobre os KPI (*Key Performance Indicators*) mencionados na Política de Remuneração para as componentes variáveis anuais e plurianuais.

71. COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO

A componente variável anual e plurianual da remuneração aplica-se aos membros da Comissão Executiva.

A remuneração variável anual poderá variar entre 0% e 68% da remuneração fixa anual e a remuneração variável Plurianual entre de 0% a 120% da remuneração fixa anual.

Para os membros da Comissão Executiva, que também são Administradores, haverá uma avaliação qualitativa por parte do CEO sobre o desempenho anual. Essa avaliação terá um peso de 20% no cálculo final da remuneração variável anual e 32% na remuneração variável plurianual. Os restantes 80% serão calculados com base nos pesos indicados no parágrafo seguinte para a remuneração variável anual e 68% para a variável plurianual.

Os principais indicadores de desempenho (KPI) utilizados para determinar o valor da componente variável anual e plurianual relativa a cada ano estão alinhados com os fundamentos estratégicos da Empresa: crescimento, controlo do risco e eficiência. Estes indicadores são os mesmos para todos os membros da Comissão Executiva, embora tenham objetivos específicos para as plataformas no caso dos COO's (Diretores de Operações). Para os anos de 2015 e 2015, e para alinhar os indicadores com os objetivos da Empresa, foi incluído um novo KPI "Rotação de Ativos e *Tax Equity*". Os indicadores são os seguintes:

GRUPO-ALVO	PRINCIPAL INDICADOR DE DESEMPENHO	PESO
	Retorno total para os acionistas vs. Pares & PSI 20	15%
Crescimento	Aumento em MW (EBITDA + Património Líquido) Rotação de ativos e <i>Tax equity</i>	10% 7,5%
Risco-Retorno	RCI % Montante EBITDA Resultado líquido	8% 12% 12%
Eficiência	Disponibilidade técnica Opex / MW Capex / MW	6% 6% 6%
Outros	Sustentabilidade Satisfação dos colaboradores Apreciação da Comissão de Remunerações	107,5% 5% 5%

De acordo com a Política de Remunerações aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a remuneração variável máxima (anual e plurianual) só é aplicável se todos os indicadores-chave acima referidos forem cumpridos, e apenas se a avaliação de desempenho for igual ou superior a 110%.

72. REMUNERAÇÃO PLURIANUAL

A Política de Remuneração inclui o diferimento por um período de três anos da remuneração variável multi-anual, sendo o pagamento relevante condicionado à ausência de qualquer ação dolosa, conhecida após a avaliação e que coloque em risco o desempenho sustentável da empresa, em linha com as práticas de governo da CMVM.

73. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM AÇÕES

A EDPR não atribuiu remuneração variável em ações e não mantém ações da Empresa a que os Administradores Executivos tiveram acesso.

74. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM OPÇÕES

A EDPR não atribuiu remuneração variável em opções.

75. PRÉMIOS ANUAIS E BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS

Os principais fatores e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais encontram-se descritos nos pontos 71 e 72. Adicionalmente, os *Officers*, à exceção do CEO, recebem os seguintes benefícios não monetários: automóvel da empresa e seguro de saúde. Em 2015, os benefícios não monetários corresponderam a 123.355 euros.

Os membros do Conselho de Administração não recebem quaisquer benefícios não-monetários relevantes a título de remuneração.

76. PLANO DE POUPANÇA REFORMA

O plano de poupança reforma para os membros da Comissão Executiva, que também são Administradores, atua como um complemento de reforma que varia entre 3% a 6% do seu salário anual. A percentagem é definida de acordo com o plano de poupança reforma aplicável no seu país de origem. O plano de poupança reforma foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas a 9 de abril de 2015 (a Política de Remuneração incluía o Plano de Reforma).

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração paga pela EDPR aos membros do Conselho de Administração no exercício findo a 31 de dezembro de 2015 foi a seguinte:

REMUNERAÇÃO	FIXA	ANUAL	PLURIANUAL	TOTAL
ADMINISTRADORES EXECUTIVOS				
João Manso Neto*	0	0	0	0
Nuno Alves*	0	0	0	0
Rui Teixeira**	20.601	0	0	20.601
João Paulo Costeira	61.804	0	0	61.804
Miguel Amaro***	41.203			41.203
Gabriel Alonso Imaz	0	0	0	0
ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS				
António Mexia*	0	0	0	0
João Marques da Cruz [*] [**]	0	0	0	0
João Lopes Raimundo	60.000	0	0	60.000
António Nogueira Leite	55.000	0	0	55.000
Rafael Caldeira Valverde**	18.333	0	0	18.333
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	0	0	0	0
João Manuel de Mello Franco	60.000	0	0	60.000
Jorge Henriques dos Santos	80.000	0	0	80.000
Gilles August	45.000	0	0	45.000
Manuel Menéndez Menéndez	45.000	0	0	45.000
José Araújo e Silva**	15.000	0	0	15.000
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	52.500	0	0	52.500
José A. Ferreira Machado	60.000	0	0	60.000
Francisca Guedes de Oliveira***	41.250			41.250
Allan J.Katz***	33.750			33.750
TOTAL	689.441	0	0	689.441

a) [*] António Mexia, João Manso Neto, Nuno Alves e João Marques da Cruz não receberam nenhuma remuneração da EDPR. A EDPR e a EDP assinaram um Acordo de Serviços de Administração Executiva pelo qual a EDPR paga à EDP um *fee* pelos serviços prestados por estes Administradores.

[**] Nos casos de Rui Teixeira, João Marques da Cruz, Rafael Caldeira Valverde e José Araújo e Silva, os valores correspondem ao período de 2015 até à sua renúncia.

[***] Nos casos de Miguel Amaro, Francisca Guedes de Oliveira e Allan Katz, os valores correspondem ao período de 2015 até à sua renúncia.

b) Rui Teixeira, Gabriel Alonso e João Paulo Costeira, como Dirigentes e membros da Comissão Executiva, recebem a sua remuneração como Administradores e/ou colaboradores do Grupo EDPR, como descrito na tabela seguinte.

Segundo o Acordo de Serviços de Administração Executiva assinado com a EDP, a EDPR deve pagar à EDP, os serviços prestados pelos Administradores Executivos e os Administradores Não Executivos. O montante devido ao abrigo do referido Acordo de serviços de administração prestados pela EDP em 2015 é de 1,089,484.00 euros, dos quais 1.029,484.00 euros correspondem aos serviços de gestão prestados pelos Administradores Executivos e 60.000 euros pelos serviços prestados pelos Administradores Não Executivos. O Plano de Poupança Reforma dos membros da Comissão Executiva, excluindo os *Officers*, funciona como complemento efetivo de reforma e corresponde a 5% do valor do respetivo vencimento anual.

Os Administradores Não Executivos podem optar por uma remuneração fixa ou pelo pagamento pela presença nas reuniões, num valor equivalente à remuneração fixa proposta para os Administradores, tendo em conta as respetivas funções.

78. REMUNERAÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO

O total de remunerações dos *Officers*, ex-CEO, foi o seguinte:

REMUNERAÇÃO	EUROS				TOTAL (€)
	FIXA (€)	VARIÁVEL (€)			
		ANUAL	PLURIANUAL		
Gabriel Alonso Imaz	366.897\$	119.000\$	0\$	485.897\$	
Rui Teixeira*	228.196€	90.000€	0€	318.196€	
João Paulo Costeira	228.196€	80.000€	0€	308.196€	
Miguel Amaro**	141.103€	0€	0€	141.103€	

[*] Rui Teixeira: os montantes correspondem ao período de 2015 até à sua renúncia.

[**] Miguel Amaro: os montantes correspondem ao período de 2015 a partir da sua nomeação.

Todos os montantes são em euros, exceto os de Gabriel Alonso, que são em dólares.

79. REMUNERAÇÃO PAGA SOB FORMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS

Na EDPR, não há pagamento de remunerações sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios, pelo que não há justificação dos referidos prémios ou participação nos lucros.

80. INDEMNIZAÇÕES A ADMINISTRADORES CESSANTES

Na EDPR não há lugar ao pagamento de indemnizações devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. REMUNERAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

MEMBRO	CARGO	REMUNERAÇÃO (€) ^(*)
Jorge Santos	Vogal/Presidente desde 8 de abril de 2014	80.000
João Manuel de Mello Franco	Presidente até 8 de abril de 2014/Vogal	60.000
João Lopes Raimundo	Vogal	60.000

(*) Os Administradores Não Executivos auferem apenas uma remuneração fixa, calculada com base nas funções desempenhadas enquanto Administradores ou pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e/ou na Comissão de Auditoria e Controlo.

82. REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Em 2015, a remuneração do Presidente da Assembleia Geral de Acionistas da EDPR foi de 15.000 euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS**83-84.**

A EDPR não possui acordos com implicações a nível da remuneração.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES**85-88.**

A EDPR não possui quaisquer planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

E. OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. MECANISMOS DE CONTROLO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A fim de supervisionar as transações entre as empresas do Grupo e os seus acionistas qualificados, o Conselho de Administração constituiu a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, um órgão permanente, com funções delegadas. As atribuições da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são descritas no ponto 29 do Relatório. A Comissão de Auditoria e Controlo também supervisiona as operações com acionistas qualificados quando solicitado pelo Conselho de Administração da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas segundo o Artigo 8.2, i) do seu Regulamento. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo. Os mecanismos estabelecidos nos regulamentos de ambas as Comissões e também o facto de um dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas ser membro da Comissão de Auditoria e Controlo constituem elementos relevantes para uma avaliação adequada das relações estabelecidas entre a EDPR e terceiros.

90. TRANSAÇÕES SUJEITAS A CONTROLO EM 2015

Em 2015, a EDPR não assinou qualquer contrato com os membros dos seus órgãos sociais ou com detentores de participações qualificadas, excluindo a EDP, conforme mencionado abaixo.

Os contratos assinados entre a EDPR e partes relacionadas foram analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas de acordo com as suas competências, como mencionado no ponto anterior, e concluídos de acordo com as condições de mercado.

O valor total dos fornecimentos e serviços em 2015 incorrido ou cobrado pelo Grupo EDP foi de €15,8 milhões, o que corresponde a 5,4% do valor total de Fornecimentos e Serviços do ano (€293,1 milhões).

Os contratos mais significativos em vigor em 2015 são os seguintes:

ACORDO-QUADRO

A 7 de maio de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo-Quadro que entrou em vigor aquando da admissão à negociação desta última. O Acordo-Quadro visava definir os princípios e as regras a que deviam obedecer as relações comerciais e jurídicas existentes aquando da entrada em vigor do mesmo e as que viessem a estabelecer-se posteriormente.

O Acordo-Quadro estabelece que nem a EDP nem as sociedades do Grupo EDP, salvo a EDPR e as suas subsidiárias, poderão desenvolver atividades na área das energias renováveis sem o consentimento da EDPR. A EDPR terá exclusividade mundial, à exceção do Brasil, onde deverá desenvolver as suas atividades através de uma joint venture com a EDP Energias do Brasil S.A., para o desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações ou atividades relacionadas com energia eólica, solar, das ondas e/ou das marés e outras tecnologias de geração de energias renováveis que podem vir a ser desenvolvidas no futuro. Contudo, são excluídas do âmbito de aplicação do acordo as tecnologias, em desenvolvimento, relacionadas com a energia hidroelétrica, a biomassa, a coprodução e a valorização energética de resíduos em Portugal e Espanha.

O acordo prevê também que a EDPR está obrigada a prestar à EDP quaisquer informações que esta venha a requerer àquela para cumprimento das suas obrigações legais, bem como a obrigação de a EDPR preparar as contas consolidadas do Grupo EDP. O Acordo-Quadro mantém-se em vigor enquanto a EDP mantiver, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital social da EDP Renováveis ou desde que nomeie mais de 50% dos seus Administradores.

ACORDO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

A 4 de novembro de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo de Serviços de Administração Executiva, renovado a 4 de maio de 2011 e que entrou em vigor a 18 de março de 2011, tendo sido renovado a 10 de maio de 2012.

Através deste contrato, a EDP proporciona serviços de gestão à EDP Renováveis, incluindo os assuntos relacionados com a gestão diária da Empresa. No âmbito deste Acordo, a EDP nomeia quatro elementos da EDP para integrarem a administração da EDPR: i) dois Administradores Executivos, que são membros da Comissão Executiva da EDPR, incluindo o CEO, e ii) dois Administradores Não Executivos, pelos quais a EDPR paga à EDP um montante definido pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e aprovado pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral de Acionistas. No âmbito deste Acordo, a EDPR deve pagar o montante de €1.089.484,80 relativo aos serviços de administração prestados em 2015.

AQUISIÇÃO DE UMA PARTICIPAÇÃO DE 45% DO CAPITAL SOCIAL DA EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A. PELA EDP RENOVÁVEIS S.A.

No seguimento do Memorando de Entendimento ("MoU") executado com a EDP Energias do Brasil, S.A. ("EDP Brasil"), a 27 novembro de 2014, a EDP Renováveis, S.A. assinou um acordo com a EDP Brasil para a aquisição de 45% da EDP Renováveis Brasil, S.A., a 27 de abril de 2015. Esta transação foi finalmente concluída em 21 de dezembro de 2015.

O preço de transação acordado ascende a 190 milhões de reais, dividido em 176 milhões de reais no fecho e até 14 milhões de reais em pagamentos adicionais.

ACORDOS DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Os acordos de financiamento mais significativos entre as empresas do Grupo EDP e as empresas do Grupo EDPR foram estabelecidos ao abrigo do referido Acordo-Quadro, e atualmente incluem o seguinte:

ACORDOS DE EMPRÉSTIMO

A EDPR e a EDPR Servicios Financieros SA (como mutuário) possui acordos de financiamento com a EDP Finance BV and EDP Servicios Financieros España (como credor), empresa detida a 100% pela EDP Energias de Portugal S.A. Tais acordos de financiamento podem ser estabelecidos tanto em euros como em dólares, até uma maturidade a 10 anos e são remunerados a taxas normais de mercado (*arm's length*). À data de 31 de dezembro de 2015, os acordos de empréstimo ascendiam a 1.450.000.000 euros e 1.836.699.611 dólares norte-americanos.

CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

Foi celebrado um contrato de contragarantia através do qual a EDP ou a EDP Energias de Portugal, Sociedade Anónima, Sucursal em Espanha (adiante conjuntamente designadas por "Garante" ou "EDP Sucursal") se obriga a prestar garantias acionistas ou a solicitar a emissão de outras garantias, por conta da EDPR, da EDP Renewables Europe, SLU (doravante abreviadamente designada "EDPR EU") e da EDPR North America LLC (doravante designada "EDPR AN"), nos termos e condições definidos pelas subsidiárias e aprovados, caso a caso, pelo Conselho Executivo da EDP.

A EDPR é solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações resultantes do contrato pela EDPR EU e pela EDPR NA. As subsidiárias da EDPR obrigam-se a indemnizar o Garante por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (*arm's length*). Contudo, podem ter sido estabelecidas condições diferentes para certas garantias emitidas antes da data de aprovação destes contratos. À data de 31 de dezembro de 2015, os acordos de contraparte ascendiam a 14.001.170 euros e 507.747.430 dólares norte-americanos.

Há um outro Acordo de contragarantia assinado, segundo o qual a EDP Energias do Brasil, SA, ou a EDPR em nome da EDPR Brasil, se compromete a proporcionar garantias corporativas ou a pedir a emissão de tais garantias, segundo os termos e condições solicitados pelas subsidiárias, e que tenham sido aprovadas, caso a caso, pela Comissão Executiva da EDPR. Cada uma das partes compromete-se a indemnizar a outra parte no valor pro rata da sua participação por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (*arm's length*). À data de 31 de dezembro de 2015, estes contratos de contragarantia ascendiam a um total de BRL 350.486.830.

CONTRATO DE CONTA-CORRENTE

A EDP Servicios Financieros España SLU e a EDPR Servicios Financieros SA celebraram um acordo através do qual a EDP Servicios Financieros España administra as contas de caixa da EDPR. O contrato regula ainda uma conta-corrente entre ambas as empresas, remunerada com base em valores de mercado (*arm's length*). À data de 31 de dezembro de 2015, existiam duas conta-correntes diferentes com o seguinte balanço e contrapartes:

- Em dólares americanos, a EDPR SF com a EDP SFE para um montante total de EUR 98.958.118 a favor da EDPR SF;
- Em euros, a EDPR SF com a EDP SFE para um montante total de EUR 50.230.559 a favor da EDPR SF;

Os acordos em vigor são válidos por um ano a partir da data de assinatura, sendo automaticamente renováveis por períodos iguais.

SWAPS CRUZADOS DE DIVISAS E TAXAS DE JURO

Devido ao investimento líquido na EDPR NA, EDPR Brasil e nas empresas polacas, as contas da EDPR estiveram expostas ao risco cambial. Com o objetivo de cobrir este risco cambial, a EDPR negociou o seguinte swap cruzado de divisas e taxas de juro (CIRS):

- Em dólares americanos e euros, com a EDP Sucursal por um montante total de USD 2.619.281.096;
- Em reais e euros, com a EDP Energias de Portugal S.A. por um montante total de BRL 118.000.000;
- Em zlotys polacos e euros, com a EDP Energias de Portugal S.A. por um montante total de PLN 924.312.841.

ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – TAXA DE CÂMBIO

Várias entidades do Grupo EDPR celebraram diversos contratos de cobertura de risco com a EDP – Energias de Portugal, S.A. diversos acordos para cobertura de risco, com o objetivo de gerir a exposição às transações relacionadas com os pagamentos dos investimentos de curto prazo realizados na América do Norte, na Polónia, e nas subsidiárias na Roménia, fixando a taxa de câmbio EUR/USD, EUR/PLN e EUR/RON de acordo com os preços no mercado de futuros à data de cada contrato. À data de 31 de dezembro de 2015, a quantidade total de derivados "Forward" (FWD) e "Non Deliverable Forwards" (NDF) por área geográfica e divisa é a seguinte:

- Operações na Polónia, em euros zlotys, no montante total de PLN 678 027 680 (FWD);
- Operações na Roménia, em euros e leus romenos, no montante total de RON 70 075 674 (FWD);
- Operações nos EUA em euros e dólares americanos, no montante total de USD 316 000 000 (NDF);
- Operações nos Canadá em euros e dólares canadianos, no montante total de CAD 22 950 000 (NDF);

ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – COMMODITIES

A EDP e a EDP EU estabeleceram acordos de cobertura para 2015 para um volume total de 2.644.328 MWh (posição de venda) e 98.280 MWh (posição de compra) a preços do mercado de *forwards* à data de execução relativa às vendas de energia previstas no mercado espanhol.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

A 4 de junho de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um contrato de prestação de serviços de consultoria. Através deste contrato, e mediante solicitação da EDPR, a EDP (ou a EDP Sucursal) deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulamentação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

O preço do contrato é calculado através da soma do custo suportado pela EDP acrescido de uma margem. No primeiro ano, a margem aplicada, fixada por um perito independente com base num estudo de mercado, foi de 8%. Em 2015, o custo estimado dos serviços prestados foi de €4.411.787,33. Este valor engloba a totalidade dos custos dos serviços fornecidos à EDPR, à EDPR EU e à EDPR AN.

O contrato tem a duração de um (1) ano, e é automaticamente renovável por iguais períodos de tempo.

ACORDO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A 13 de maio de 2008, a EDP Inovação S.A. (doravante designada EDP Inovação), uma empresa do Grupo EDP, e a EDPR celebraram um acordo com o objetivo de regular as relações entre ambas no que se refere ao desenvolvimento de projetos na área das energias renováveis (doravante designado Acordo de I&D).

O Acordo de I&D tem por objetivo evitar os conflitos de interesses e promover a troca de conhecimentos entre as empresas, assim como o estabelecimento de relações jurídicas e comerciais. Consequentemente, o acordo proíbe que outras empresas do Grupo EDP, exceto a EDP Inovação, desenvolvam ou invistam em empresas que desenvolvam determinados projetos de energias renováveis descritos no Acordo de I&D.

O Acordo de I&D confere à EDP Inovação o direito exclusivo sobre os projetos de desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas às energias renováveis já em fase piloto, de estudo de viabilidade económica e/ou comercial, sempre que a EDPR opte por desenvolvê-los.

Em 2015, a remuneração correspondente a este acordo é de €644.380.

O Acordo mantém-se em vigor enquanto a EDP controlar, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital de ambas as empresas ou enquanto puder nomear a maioria dos membros dos respetivos Conselhos de Administração e Comissões Executivas.

ACORDO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL S.A. E A EDP VALOR - GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS S.A.

A 1 de Janeiro de 2003, a EDPR - Promoção e Operação S.A. e a EDP Valor - Gestão Integrada de Recursos S.A. (adiante designada EDP Valor), empresa do Grupo EDP, assinou um contrato de prestação de serviços de apoio à gestão.

O contrato tem por objeto a prestação à EDPR – Promoção e Operação S.A., por parte da EDP Valor, de serviços nas áreas de compras, gestão económica e financeira, gestão de frota, gestão e conservação do património imobiliário, seguros, saúde e segurança no trabalho, gestão e formação de recursos humanos.

O montante a pagar à EDP Valor pela EDPR Promoção e Operação S.A. e suas subsidiárias pelos serviços prestados em 2015 ascendia a 973.412 euros. O contrato tinha uma duração inicial de cinco (5) anos a contar da data da sua assinatura e foi renovado automaticamente por igual período a 1 de janeiro de 2008.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) ano.

ACORDO DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL S.A. E A EDP ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

A 1 de janeiro de 2010, a EDPR e a EDP assinaram um contrato de gestão de serviços de tecnologias de informação.

O contrato tem por objeto o fornecimento pela EDP à EDPR dos serviços de gestão de tecnologias de informação descritos no seu articulado e respetivos anexos.

O montante pago pelos serviços prestados em 2015 totalizou 404.506,64 euros.

O contrato tem a duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) mês.

ACORDO DE CONSULTORIA ENTRE A EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A. E A EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A.

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDP Renováveis Brasil S.A. (adiante designada EDPR Brasil) dos serviços de consultoria descritos no contrato e seus anexos pela EDP - Energias do Brasil S.A. (adiante designada EDP Brasil). Através deste acordo, e mediante solicitação pela EDPR Brasil, a EDP Brasil deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

O montante pago pela EDP Brasil pelos serviços prestados em 2014 totalizou 135.000,00 reais.

O contrato tem a duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos.

91. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AO ÓRGÃO DE SUPERVISÃO PARA AVALIAÇÃO DAS OFERTAS DE NEGÓCIOS

Os contratos mais significativos celebrados entre a EDPR e os seus acionistas qualificados são analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, de acordo com as suas competências, como mencionado no capítulo 89 do presente Relatório, e pela Comissão de Auditoria e Controlo quando solicitado.

De acordo com o Artigo 9º. nº 1 g) do Regulamento da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, a comissão analisa e supervisiona, nos termos correspondentes às necessidades de cada caso específico, as operações entre accionistas titulares de participações qualificadas de outros titulares que não a EDP com entidades do Grupo EDPR, cujo valor anual seja superior a 1.000.000 euros. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo em relação aos casos cujo parecer prévio da Comissão foi solicitado. Os mecanismos estabelecidos nos regulamentos de ambas as Comissões e também o facto de um dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas ser o Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo constituem elementos relevantes para uma avaliação adequada das relações estabelecidas entre a EDPR e terceiros.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. INDICAÇÃO DO LOCAL ONDE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE RELAÇÕES DE NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS, ESTÃO DISPONÍVEIS, EM CONFORMIDADE COM IAS 24 OU, ALTERNATIVAMENTE, CÓPIA DESSES DADOS.

As informações sobre as relações de negócios com partes relacionadas estão disponíveis na Nota 37 das Demonstrações Financeiras.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. DETALHES SOBRE O CÓDIGO DE GOVERNO DA SOCIEDADE ADOTADO

De acordo com o Artigo 2º do Regulamento nº 4/2013 da CMVM, a EDPR informa que o presente Relatório foi elaborado de acordo com as Recomendações do Código de Governo das Sociedades da CMVM, publicado em julho de 2013. O Código de Governo das Sociedades da CMVM e os seus regulamentos estão disponíveis no site da CMVM, em www.cmvm.pt.

2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DA SOCIEDADE ADOTADO

Na tabela seguinte identificam-se as recomendações da CMVM previstas no código, especificando-se se as mesmas foram ou não adotadas integralmente pela EDPR, e o capítulo do presente Relatório onde as mesmas são descritas em maior detalhe.

Em 2015, a EDPR continuou o seu trabalho de consolidação relativamente aos princípios e práticas de governo da Empresa. O elevado nível de conformidade com as melhores práticas de boa governação por parte da EDPR foi, mais uma vez, reconhecido por uma iniciativa da Deloitte que premeia os *top performers* no mercado financeiro português: O Relatório e Contas de 2014 da EDPR foi premiado com o Investor Relations & Governance Awards (IRG Awards), e reconhecido como o melhor no sector não financeiro. Este prémio distingue os *top performers* e destaca as políticas e atitudes de transparência, a qualidade da informação e as relações com investidores. A iniciativa foi desenvolvida em parceria com o Diário Económico.

Adicionalmente, a fim de cumprir a Recomendação II.2.5 do Código de Governo das Sociedades português, e de acordo com os resultados da reflexão realizada pela Comissão de Auditoria e Controlo, o modelo de governo adotado tem garantido um desempenho eficaz em articulação com os órgãos sociais da EDPR e tem-se revelado adequado para a estrutura de governo da Sociedade, sem quaisquer restrições relativamente ao desempenho do seu sistema de “pesos e contrapesos” adotado para justificar as alterações efetuadas nas práticas de governo da EDPR.

Na tabela seguinte, pode ser encontrada a explicação para as recomendações da CMVM que a EDPR não adotou ou considera não aplicáveis, a sua justificação e outras observações relevantes, bem como referência ao capítulo do presente Relatório onde se encontram.

Neste contexto, a EDPR declara ter adotado integralmente as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas constantes do “Código de Governo das Sociedades”, salvo no que diz respeito motivos às exceções abaixo enunciadas.

# . # .	RECOMENDAÇÕES CMVM
Declaração de cumprimento	
I.	VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE
I.1.	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.
Adotada	
	Capítulo B - I, b), pontos 12 e 13
I.2.	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.
Adotada	
	Capítulo B - I, b), Ponto 14
I.3.	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.
Adotada	
	Capítulo B - I, b) Ponto 14

# . # .	RECOMENDAÇÕES CMVM
I.4.	Os estatutos das Sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia-geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.
	Não aplicável
	Capítulo A - I, Ponto 5
I.5.	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.
	Adotada
	Capítulo A - I, Pontos 2 e 4
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO	
II.1.1.	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.
	Adotada
	Capítulo B - II, Pontos 21, 28 e 29
II.1.2.	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar as suas competências no que diz respeito a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade, ii) definir a estrutura de negócio do Grupo, e iii) tomar decisões consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco e características especiais.
	Adotada
	Capítulo B - II, Ponto 29
II.1.3.	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhe estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deve ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da Sociedade.
	Não aplicável
	(O modelo de governo adotado pela EDPR, compatível com a sua própria lei, corresponde ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.)
II.1.4.	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:
	a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem como das diversas comissões existentes;
	b) Refletir sobre a estrutura do sistema e as práticas de governo adotadas, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar com vista à sua melhoria.
	Adotada
	Capítulo B - II, C), Pontos 27, 28 e 29
II.1.5.	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.
	Adotada
	Capítulo B - III, C), III - Pontos 52, 53, 54 e 55
II.1.6.	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.
	Adotada
	Capítulo B - II, Pontos 18 e 29

# . # .	RECOMENDAÇÕES CMVM
II.1.7.	Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. E quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade com que esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>
	Adotada
	Capítulo B - II, Ponto 18
II.1.8.	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.
	Adotada
	Capítulo B - II, C) - Ponto 29
II.1.9.	O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.
	Adotada
	Capítulo B - II, C) - Ponto 29
II.1.10.	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação do trabalho dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.
	Não aplicável
	(O Presidente do Conselho de Administração da EDPR não tem funções executivas)
	Capítulo B - II, A) - Ponto 18
II.2	FISCALIZAÇÃO
II.2.1.	Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.
	Adotada
	Capítulo B - II - Ponto 18; Capítulo B - II, C) - Ponto 29; e Capítulo B - III, A) - Ponto 32
II.2.2.	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.
	Adotada
	Capítulo B - C), Ponto 29; e Capítulo B - V, Ponto 45
II.2.3.	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.
	Adotada
	Capítulo B - II, Ponto 29; Capítulo B - III, C) - Ponto 38; e Capítulo B - III - V, Ponto 45
II.2.4.	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.
	Adotada
	Capítulo B - II, Ponto 29; e Capítulo B - III, C) - III, Pontos 50 e 51
II.2.5.	A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.
	Adotada
	Capítulo B - II, Ponto 29

# . # .	RECOMENDAÇÕES CMVM
II.3.	FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES
II.3.1.	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do Conselho de Administração e incluir no mínimo um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remunerações.
Adotada	
Capítulo D - II - Pontos 67 e 68	
II.3.2.	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da Sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.
Adotada	
Capítulo D - II - Ponto 67	
II.3.3.	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o Artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de junho deve também incluir o seguinte:
	a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;
	b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;
	d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.
Adotada	
Capítulo D - III - Ponto 69	
II.3.4.	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.
Não aplicável	
Capítulo V - III, Pontos 73 e 85	
II.3.5.	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefício de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.
Adotada	
Capítulo D - III, Ponto 76	
III.	REMUNERAÇÕES
III.1.	A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.
Adotada	
Capítulo D - III, Pontos 69, 70, 71 e 72	
III.2.	A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.
Adotada	
Capítulo D - III, Ponto 69 e Capítulo D - IV, Ponto 77	
III.3.	A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.
Adotada	
Capítulo D - III, Pontos 71 e 72	
III.4.	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.
Adotada	
Capítulo D - III, Ponto 72	
III.5.	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.
Adotada	
Capítulo D - III, Ponto 69	
III.6.	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.
Não aplicável	
Capítulo D - III, Ponto 73	

. # . RECOMENDAÇÕES CMVM

III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.
Não aplicável

Capítulo D - III, Ponto 74

III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.
Adotada

Capítulo D - III, Pontos 69 e 72

IV. AUDITORIA

IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.
Adotada

Capítulo B - III - V, Ponto 45

IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.
Adotada

Capítulo B - III, V, Pontos 37 e 46

IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência e as vantagens e os custos da sua substituição.
Adotada

Capítulo B - III - V, Ponto 44

V. CONFLITOS DE INTERESSES E OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.
Adotada

Capítulo B - C), Ponto 90

V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº 1 do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários - , ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.
Adotada

Capítulo B - C), Pontos 89 e 91

VI. INFORMAÇÃO

VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, o acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.
Adotada

Capítulo B - C) - V, Pontos 59-65

VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.
Adotada

Capítulo B - C) - IV, Ponto 56

ANEXO**QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E ELEMENTOS CURRICULARES
DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****ANTÓNIO MEXIA****DATA DE NASCIMENTO: 1957****Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:**

- /// Presidente do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- /// Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal SA
- /// Representante Permanente da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España e Representante da EDP Finance BV
- /// Presidente do Conselho de Administração da EDP Energias do Brasil SA
- /// Membro do Conselho de Administração da Fundação EDP

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português (BCP), 2008
- /// Presidente do Conselho de Administração da Union de l'Industrie Electrique

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e da Comunicação do 16º Governo Constitucional de Portugal.
- /// Presidente da Associação Portuguesa de Energia (APE)
- /// Presidente Executivo da Galp Energia
- /// Presidente do Conselho de Administração da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico
- /// Vice-Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia
- /// Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos
- /// Vice-Presidente do Conselho de Administração do ICEP (Instituto de Comércio Externo de Portugal).
- /// Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo

Outras posições anteriores:

- /// Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade de Genebra (Suíça)

Formação académica:

- /// Licenciatura em Economia pela Universidade de Genebra (Suíça)
- /// Pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica

**JOÃO MANSO NETO****DATA DE NASCIMENTO: 1958****Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:**

- /// Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva (CEO) da EDP Renováveis SA
- /// Presidente do Conselho de Administração da EDP Renewables Europe SLU, EDP Renováveis Brasil SA e EDP Renováveis Servicios Financieros S.L.
- /// Administrador Executivo da EDP Energias de Portugal SA, ,
- /// Administrador EDP Energía Gás SL
- /// Membro do Conselho de Administração EDP Energia Ibérica SA, Hidroeléctrica del Cantábrico S.A. e Naturgás Energia Grupo SA
- /// Representante Permanente da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España, e Representante da EDP Finance BV
- /// Presidente do Conselho de Administração da EDP Gás.com Comércio de Gás Natural SA.

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL)
- /// Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal SA
- /// Presidente da EDP Gestão da Produção de Energia SA
- /// CEO e Vice-Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico SA
- /// Vice-Presidente da Naturgás Energia Grupo SA
- /// Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL)
- /// Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS SA

Outras posições anteriores:

- /// Responsável pela Divisão de Crédito Internacional, e Diretor Geral responsável pelas áreas financeira e de retalho sul no Banco Português do Atlântico,
- /// Diretor Geral de Gestão Financeira, Diretor Geral de grandes empresas institucionais, Diretor Geral do Tesouro, membro do Conselho de Administração do BCP Banco de Investimento e Vice-Presidente do Banco BIG Gdansk, na Polónia, no Banco Comercial Português
- /// Membro do Conselho do Banco Português de Negócios
- /// Diretor Geral e Membro do Conselho da EDP Produção

Formação académica:

- /// Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia
- /// Pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa
- /// Formação profissional na Associação Americana de Bancos (1982), componente letiva do Mestrado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- /// Programa Avançado de Gestão para Banqueiros Estrangeiros na Wharton School, em Filadélfia

**NUNO ALVES****DATA DE NASCIMENTO: 1958****Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:**

- /// Membro do Conselho de Administração, membro da Comissão Executiva, membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas da EDP Renováveis SA
- /// Presidente do Conselho de Administração da EDP Imobiliária e Participações SA, Energia RE SA, Savida Medicina Apoiada SA, SCS Serviços Complementares de Saúde SA
- /// Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal SA, membro da Comissão Executiva da EDP Energias do Brasil SA e membro do Conselho de Administração da Hidroelétrica del Cantábrico SA
- /// Representante permanente e membro da Comissão Executiva da EDP Energias de Portugal SA Sucursal en España
- /// Gerente da Balwerk Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda
- /// Representante das relações com o mercado e CMVM da EDP Energias de Portugal S.A.

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Membro do Conselho de Administração (CFO) da EDP - Energias de Portugal SA
- /// Representante da EDP Finance BV
- /// Presidente do Conselho de Administração da EDP Estudos e Consultoria SA

Outras posições anteriores:

- /// Em 1988, ingressou no Departamento de Planeamento e Estratégia do Millennium BCP
- /// Diretor Associado da Divisão de Investimentos Financeiros do banco Millennium BCP
- /// Diretor de Relações com Investidores do Grupo Millennium BCP
- /// Diretor Coordenador da Rede de Retalho do Millennium BCP
- /// Responsável pela Divisão de Mercados de Capitais do Millennium BCP Investimento
- /// Co-Responsável pela Divisão de Banca de Investimento do Millennium BCP
- /// Presidente e CEO da CISF Dealer, a área de corretagem do Millennium BCP Investimento
- /// Diretor Geral do Millennium BCP
- /// Vogal da Comissão Executiva do Millennium BCP Investimento, responsável pela Tesouraria e Mercado de Capitais do Grupo BCP

Formação académica:

- /// Licenciatura em Arquitetura Naval e Engenharia Marítima
- /// Licenciatura em Administração de Empresas pela Universidade do Michigan

**GABRIEL ALONSO****DATA DE NASCIMENTO: 1973****Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:**

- /// Membro do Conselho de Administração, membro da Comissão Executiva e Chief Operating Officer para a América do Norte da EDP Renováveis SA
- /// CEO da Renewables North America LLC
- /// Chief Executive Officer e Administrador único das subsidiárias EDPR NA
- /// Chief Executive Officer e Administrador das entidades canadianas
- /// Presidente da Vientos de Coahuila, S.A. de CV

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da American Wind Energy Association (AWEA)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// (nenhum)

Outras posições anteriores:

- /// Ingressou na EDP em 2007 como Diretor Geral para a América do Norte
- /// Chief Development Officer (CDO) e Chief Operating Officer (COO) da EDPR NA

Formação académica:

- /// Licenciatura em Direito e Mestrado em Economia pela Universidade de Deusto, em Espanha
- /// Programa de Gestão Avançada na Booth School of Business da Universidade de Chicago



JOÃO PAULO COSTEIRA
DATA DE NASCIMENTO: 1965

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração, membro da Comissão Executiva e Chief Operating Officer para a Europa e Brasil da EDP Renováveis SA
- /// Presidente do Conselho de Administração da EDP Renewables Italia SRL, EDP Renewables France Holding SA, EDP Renewables SGPS SA, EDP Renewables South Africa Ltd, EDP Renováveis Portugal SA, EDPR PT Promoção e Operação SA, ENEOP 2 SA, Greenwind SA e South Africa Wind & Solar Power SLU
- /// Administrador da EDP Renewables Europe SL, EDP Renewables Polska SP zoo, EDP Renewables Romania SRL, EDP Renewables UK Ltd, EDP Renováveis Brasil SA e EDP Renováveis Servicios Financieros SL

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

/// (nenhum)

Principais posições nos últimos cinco anos:

/// (nenhum)

Outras posições anteriores:

- /// Diretor Comercial da Portgás
- /// Diretor Geral da LisboaGás (Gás Natural de Lisboa LDC), Diretor Geral da Transgás Indústria (mercado liberalizado a clientes grossistas), e Diretor Geral da Lusitaniagás (Gás Natural LDC) no Grupo Galpenergia (empresa pública portuguesa de combustíveis e gás)
- /// Membro da Equipa de Gestão da GalpEmpresas e Galpgás
- /// Membro do Conselho Executivo para a Distribuição de Gás Natural e Marketing (Portugal e Espanha)

Formação académica:

- /// Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- /// Mestrado em Administração de Empresas pela IEP/ESADE (Porto e Barcelona)
- /// Programa de Desenvolvimento para Executivos na École des HEC da Université de Lausanne
- /// Programa de Desenvolvimento de Liderança Estratégica no INSEAD (Fontainebleau)
- /// Programa de Gestão Avançada do IESE (Barcelona)



MIGUEL DIAS AMARO
DATA DE NASCIMENTO: 1967

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da EDP Renováveis SA
- /// Membro do Conselho da Administração da EDP Renewables Canada, Ltd EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L., EDP Renewables Polska SP. COO, EDP Renewables UK Ltd, EDP Renewables, SGPS, S.A., EDP Renováveis Portugal, S.A., EDP Renewables Europe, S.L. e EDPR PT – Promoção e Operação, S.A.

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

/// (nenhum)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Administrador, CFO e COO Distribuição da EDP – Energias do Brasil

Outras posições anteriores:

- /// Analista financeiro - Retail e sectores da celulose e papel na Espírito Santo Dealer
- /// Adjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
- /// Analista financeiro sénior no sector das telecomunicações na Espírito Santo BM
- /// Adjunto do CEO na Portugal Telecom
- /// Director da Auditoria Interna na Portugal Telecom
- /// Analista e Financeiro – Retail e setores relacionados com papel na Espírito Santo Dealer.

Formação académica:

- /// MBA da Universidade Nova de Lisboa
- /// Licenciatura em engenharia mecânica pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL)
- /// Bacharelato em engenharia mecânica pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL)



JOÃO LOPES RAIMUNDO
DATA DE NASCIMENTO: 1960

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e Controlo da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração Executivo da Montepio Holding S.A
- /// Membro do Conselho de Administração Executivo da Caixa Económica Montepio Geral
- /// Presidente do Montepio Investimento S.A.
- /// Membro do Conselho de Administração Executivo da Montepio Recuperação de Crédito ACE

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Membro do Conselho de Administração da CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS SA
- /// Diretor Geral da Divisão de Investment Banking do Millennium BCP
- /// CEO e membro do Conselho de Administração do Millennium BCP Capital SA
- /// Presidente do Conselho de Administração do BCP Holdings Inc. (EUA), Diretor Geral do Banco Comercial Português
- /// Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS SA
- /// Membro da Comissão de Investimentos do Fundo Revitalizar Norte, FCR (gerido pela Explorer Investments, SCR SA), Fundo Revitalizar Centro, FCR (gerido pela Oxy Capital, SCR, SA) e Fundo Revitalizar Sul, FCR (gerido pela Capital Criativo, SCR SA)

Outras posições anteriores:

- /// Auditor sénior da BDO Binder-Dijker Otte Co.
- /// Diretor do Banco Manufactures Hanover (Portugal) SA
- /// Membro dos Conselhos de Administração da TOTTAFactor SA (Grupo Banco Totta & Açores) e Valores Ibéricos, SGPS SA. Em 1993, Administrador na Nacional Factoring, da CISF Imóveis e CISF Equipamentos
- /// Diretor da CISF - Banco de Investimento

**JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO**

DATA DE NASCIMENTO: 1946

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações, membro da Comissão de Auditoria e Controlo e membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração da Villas Boas ACP - Corretores de Seguros, Lda.
- /// Membro do Conselho de Administração da ACP-Mediação de Seguros, S.A.

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal SAD
- /// Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom SGPS, S.A.
- /// Presidente da Comissão de Auditoria, membro da Comissão de Governo Corporativa, Membro da Comissão de Avaliação e Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom SGPS SA

Outras posições anteriores:

- /// Membro do Conselho de Administração da Tecnologia das Comunicações, Lda
- /// Presidente do Conselho de Administração da Telefones de Lisboa e Porto SA
- /// Presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações
- /// Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi
- /// Presidente do Conselho de Administração da Companhia Santomense de Telecomunicações e da Guiné Telecom
- /// Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO da Lisnave (Estaleiros Navais) SA
- /// CEO e Presidente do Conselho de Administração da Soponata
- /// Administrador e Membro da Comissão de Auditoria da International Shipowners Reinsurance Co SA
- /// Vice-Presidente da José de Mello Imobiliária SGPS SA

Formação académica:

- /// Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa
- /// Diploma em Gestão Estratégica e Administração de Empresas
- /// Bolseiro da Junta de Energia Nuclear

**JORGE SANTOS**

DATA DE NASCIMENTO: 1951

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Administrador da "Fundação Económicas"
- /// Coordenador do Programa de Mestrado em Economia no ISEG

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Presidente do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa
- /// Presidente da Mesa da Assembleia Geral do IDEFE

Outras posições anteriores:

- /// Coordenador da Comissão de Avaliação do Quadro Comunitário de Apoio II
- /// Membro da Comissão para a elaboração da Avaliação Ex-ante do Quadro Comunitário de Apoio III. De 1998 a 2000
- /// Presidente do Grupo de Investigação sobre "Unidade de Estudos sobre a Complexidade na Economia (UECE)"
- /// Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa
- /// Coordenador da equipa responsável pela elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para a Península de Setúbal

Formação académica:

- /// Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão
- /// Mestrado em Economia pela Universidade de Bristol
- /// Doutoramento em Economia pela University of Kent
- /// Doutoramento em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

**MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ****DATA DE NASCIMENTO: 1960****Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:**

- /// Miembro del Consejo de Administración de EDP Renováveis SA
- /// Presidente del Consejo de Administración de Hidroeléctrica del Cantábrico SA
- /// Presidente del Consejo de Administración de Naturgás energía Grupo SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// CEO da Liberbank SA

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Presidente e CEO da Liberbank SA
- /// Presidente do Banco de Castilla-La Mancha
- /// Presidente da Cajastur
- /// Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico SA
- /// Presidente da Naturgás Energía Grupo SA
- /// Membro do Conselho de Administração da EDP Renewables Europe SL
- /// Representante da Peña Rueda, SL no Conselho de Administração da Enagas SA
- /// Membro do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorro (CECA)
- /// Membro do Conselho de Administração da UNESA

Outras posições anteriores:

- /// Professor no Departamento de Administração de Empresas e Contabilidade da Universidade de Oviedo

Formação académica:

- /// Licenciatura em Economia e Administração de Empresas pela Universidade de Oviedo
- /// Doutoramento em Ciências Económicas pela Universidade de Oviedo

**GILLES AUGUST****DATA DE NASCIMENTO: 1957****Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:**

- /// Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho da Fondation Chirac
- /// Advogado e fundador da August & Debouzy Law Firm
- /// Docente na École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales e no Collège de Polytechnique e no CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Advogado e fundador da August & Debouzy Law Firm

Outras posições anteriores:

- /// Advogado no escritório da Finley, Kumble, Wagner, Heine, Underberg, Manley & Casey em Washington
- /// Associado e, mais tarde, partner da sociedade de advogados Baudel, Salés, Vincent & Georges, em Paris
- /// Sócio na Salés Vincent Georges
- /// Cavaleiro da Legião de Honra e Oficial da Ordem Nacional do Mérito

Formação académica:

- /// Mestrado em Direito pela Georgetown University Law Center, em Washington DC (1986)
- /// Pós-graduação em Direito Empresarial pela Universidade de Paris II Phantéon, DEA (1984)
- /// Mestrado em Direito Privado pela mesma Universidade (1981)
- /// Licenciatura em Economia pela École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales (ESSEC)



ACÁCIO PILOTO

DATA DE NASCIMENTO: 1957

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- /// Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Supervisão e Presidente da Comissão de Risco da Caixa Económica Montepio Geral

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria da INAPA IPG SA
- /// Diretor Geral do Millennium BCP responsável pela Divisão de Asset Management
- /// CEO da Millennium Gestão de Activos SGFIM
- /// Presidente do Millennium SICAV
- /// Presidente do BII Internacional

Outras posições anteriores:

- /// Divisão Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor
- /// Divisão Internacional e Tesouraria do Banco Comercial Português
- /// Responsável pela International Corporate Banking
- /// Diretor da Divisão de Tesouraria e Mercado de Capitais do CISF - Banco de Investimento (BCP Banco de Investimento)
- /// Subsidiária do grupo responsável por Asset Management, a AF- Investimentos, sendo nomeado para a sua Comissão Executiva e atuando como Presidente das seguintes empresas do grupo: AF Investimentos, Fundos Mobiliários; AF Investimentos, Fundos Imobiliários; BPA Gestão de Patrimónios; BCP Investimentos Internacional; AF Investimentos Internacional e Prime International e Membro da Comissão Executiva
- /// Membro da Comissão Executiva do BCP - Banco de Investimento, responsável pela área de Investment Banking
- /// Responsável pelas áreas de Tesouraria e Mercado de Capitais do BCP - Banco de Investimento

Formação académica:

- /// Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- /// Entre 1984 e 1985, frequentou a Fundação Hanns Seidel, em Munique, como bolseiro, tendo obtido uma Pós-Graduação em Direito Económico pela Universidade Ludwig Maximilian
- /// Pós-Graduação em Direito Comunitário da Concorrência pelo Max Planck Institut
- /// Estágio na Divisão Internacional do Bayerische Hypoteken und Wechsel Bank
- /// Formação profissional com diversos cursos, principalmente na área de banca e gestão financeira, nomeadamente na International Banking School (Dublin, 1989), o Seminário de Gestão de Ativos e Passivos (Merrill Lynch International) e o Programa Executivo do INSEAD (Fontainebleau).



ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE

DATA DE NASCIMENTO: 1962

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração da HipogesIberia-Advisory, SA
- /// Administrador da MP- Microprocessador, S.A.
- /// Membro do Conselho Consultivo na Incus Capital Advisors
- /// Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade
- /// Presidente do Conselho da Fórum Oceano

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Grupo Caixa Geral de Depósitos (maior grupo bancário português):
- /// Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos SA
- /// Presidente do Conselho de Administração da Caixa Banco de Investimento SA, Caixa Capital SCR SGPS SA, Caixa Leasing e Factoring SA, Partang SGPS SA
- /// Grupo José de Mello (um dos principais grupos privados portugueses):
- /// Diretor da José de Mello Investimentos e Diretor Geral da José de Mello SGPS SA
- /// Diretor da Companhia União Fabril CUF SGPS SA, Quimigal SA (2002-2006), CUF - Químicos Industriais SA, ADP SA - CUF - Adubos, SEC SA, Brisa SA, Efaced Capital SGPS SA, Comitur SGPS SA, Comitur Imobiliária SA, José de Mello Saúde SGPS SA
- /// Presidente do Conselho de Administração da OPEX SA (2003 -2011)
- /// Membro do Conselho Consultivo do IGCP, agência nacional de dívida pública portuguesa (2002-2011)

Outras posições anteriores:

- /// Diretor da Soporcel SA (1997-1999)
- /// Diretor da Papercel SGPS SA (1998-1999)
- /// Diretor da MC Corretagem SA (1998-1999)
- /// Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Lisboa (1998-1999)
- /// Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e Governador Suplente (FMI, BERD, BEI, WB)
- /// Membro da Comissão Económica e Financeira da União Europeia

Formação académica:

- /// Licenciatura pela Universidade Católica Portuguesa, 1983
- /// Mestrado em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign
- /// Doutoramento em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign

**JOSÉ FERREIRA MACHADO**

DATA DE NASCIMENTO: 1957

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Vice-reitor e Reitor da Faculty of Business and Management da Regent's University London

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Professor de Economia, Professor Associado, Professor Assistente e Assistente na Nova SBE
- /// Professor Assistente Convidado na Universidade de Illinois em Urbana Champaign
- /// Consultor na GANEC
- /// Colunista de opinião no jornal O Sol
- /// Reitor da Nova School of Business and Economics (Nova SBE) da Universidade Nova de Lisboa

Outras posições anteriores:

- /// Reitor Associado na Nova SBE
- /// Consultor do Departamento de Investigação do Banco de Portugal
- /// Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão de Crédito Público

Formação académica:

- /// Licenciatura em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa
- /// Agregação em Estatística e Econometria pela Universidade Nova de Lisboa
- /// Doutoramento em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign

**ALLAN J. KATZ**

DATA DE NASCIMENTO: 1947

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A.

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Presidente da American Public Square
- /// Presidente da Comissão Executiva do Academic and Corporate Board no ISCTE Business School, em Lisboa
- /// Membro do Conselho do International Relation Council de Kansas City
- /// Fundador da Katz, Jacobs and Associates, LLC (KJA)
- /// Orador e moderador frequente em desenvolvimentos na Europa e sobre política americana.

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Embaixador dos Estados Unidos da América na República Portuguesa

Outras posições anteriores:

- /// Diretor Nacional do grupo de práticas de Política Pública na empresa Akerman Senterfitt
- /// Adjunto do Comissário de Seguros e Adjunto do Tesoureiro de Estado para o Estado da Florida
- /// Consultor legislativo dos Congressistas Bill Gunter e David Obey
- /// Consultor jurídico da Commission on Administrative Review da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos
- /// Adjunto do Comissário de Seguros e Adjunto do Tesoureiro de Estado para o Estado da Florida
- /// Membro do Conselho da Florida Municipal Energy Association
- /// Presidente do Brogan Museum of Art & Science em Tallahassee, Florida
- /// Membro do Conselho do Junior Museum of Natural History em Tallahassee, Florida
- /// Primeiro Presidente da State Neurological Injury Compensation Association
- /// Membro do State Taxation and Budget Commission
- /// Comissário da Cidade de Tallahassee

Formação académica:

- /// BA da UMKC, em 1969
- /// JD do Washington College of Law da American University em Washington DC, em 1974



FRANCISCA GUEDES DE OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO: 1973

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis SA
- /// Membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas da EDP Renováveis SA

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Reitora Associada da Católica Porto Business School (responsabilidade da Faculty Management)
- /// Reitora Associada para os Master Programmes da Católica Porto Business School)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Coordenadora do programa MSc na Business Economics da Católica Porto Business School
- /// Coordenadora de seminários em economia Master of Public Administration da School of Economics and Business na Universidade Católica Portuguesa Teaching

Outras posições anteriores:

- /// Professora Assistente da Católica Porto Business School
- /// Investigadora do Instituto Nacional de Estatística

Formação académica:

- /// Doutoramento em Economia da Nova School of Business and Economics
- /// Licenciatura em Economia da Nova School of Business and Economics
- /// Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- /// Bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia

SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



EMILIO GARCÍA-CONDE NORIEGA

DATA DE NASCIMENTO: 1955

Cargos de administração atuais em empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// Secretário-Geral e Assessor Jurídico da EDP Renováveis SA
- /// Membro e/ou Secretário de vários Conselhos de Administração das subsidiárias da EDPR na Europa

Cargos de administração atuais em sociedades fora das empresas do Grupo EDPR ou EDP:

- /// (nenhum)

Principais posições nos últimos cinco anos:

- /// Conselheiro Geral da Hidrocantábrico e Membro da Comissão de Gestão
- /// Secretário-Geral e Assessor Jurídico da EDP Renováveis SA
- /// Membro e/ou Secretário de alguns Conselhos de Administração de subsidiárias da EDPR na Europa

Outras posições anteriores:

- /// Assessor Jurídico da Central Eléctrica Soto de Ribera (consórcio formado pela Electra de Viesgo, Iberdrola e Hidrocantábrico)
- /// Conselheiro Geral da Central Eléctrica Soto de Ribera
- /// Diretor de Recursos Humanos e Administração do consórcio

Formação académica:

- /// Licenciatura em Direito pela Universidade de Oviedo.

edp renováveis

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

Índice

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

185	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
186	DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
187	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
188	DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
189	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
190	NOTA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS
277	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O SCIRF
278	RELATÓRIO DE AUDITORIA AO SCIRF
280	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A INFORMAÇÃO FINANCEIRA
281	RELATÓRIO DE AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**ENERGY
WITH
INTELLIGENCE**

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Projetando o futuro



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

06. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MILHARES DE EUROS

	NOTAS	2015	2014
Volume de negócios	6	1.349.605	1.153.126
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	7	197.442	123.582
		1.547.047	1.276.708
Outros proveitos	8	161.560	45.667
Fornecimento e serviços externos	9	-292.728	-256.645
Custos com pessoal e benefícios aos empregados	10	-84.268	-66.093
Outros custos	11	-189.316	-96.441
		-404.752	-373.512
		1.142.295	903.196
Provisões do exercício		172	-20
Amortizações e imparidades do exercício	12	-564.629	-480.767
		577.838	422.409
Proveitos financeiros	13	61.476	101.527
Custos financeiros	13	-346.959	-351.406
Equivalências patrimoniais em <i>joint ventures</i> e associadas	18	-1.517	21.756
Resultado antes de impostos		290.838	194.286
Impostos sobre lucros	14	-45.347	-16.399
Resultado líquido do período		245.491	177.887
Atribuível a:			
Accionistas da EDP Renováveis	28	166.614	126.007
Interesses não controláveis	29	78.877	51.880
Resultado líquido do período		245.491	177.887
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	28	0,19	0,14

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MILHARES DE EUROS

	2015		2014	
	ACCIONISTAS DA EDP RENOVÁVEIS	INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS	ACCIONISTAS DA EDP RENOVÁVEIS	INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS
Resultado líquido do período	166.614	78.877	126.007	51.880
Itens que não serão reclassificados para resultados	-	-	-	-
Ganhos/(perdas) actuariais	-	-	-	-
Efeito fiscal dos ganhos/(perdas) actuariais	-	-	-	-
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados	-	-	-	-
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	399	32	-639	-409
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-	-	-	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	14.891	1.230	-11.173	-5.404
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-4.152	-469	539	921
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de activos não correntes detidos para venda	201	-	-	-
Variações do rendimento integral de <i>joint ventures</i> e associadas, líquidas de imposto	-9.404	-	-15.463	-
Reclassificação para resultados associada à transacção da ENEOP	11.954	-	-	-
Diferenças cambiais de consolidação	21.054	16.415	28.706	26.913
	34.943	17.208	1.970	22.021
Outro rendimento integral do período, líquido de efeito fiscal	34.943	17.208	1.970	22.021
Total do rendimento integral do período	201.557	96.085	127.977	73.901

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MILHARES DE EUROS

	NOTAS	2015	2014
Activo			
Activos fixos tangíveis	15	12.612.452	11.012.976
Activos intangíveis	16	172.128	117.704
Goodwill	17	1.362.017	1.287.716
Investimentos em <i>joint ventures</i> e associadas	18	333.800	369.791
Activos financeiros disponíveis para venda		6.257	6.336
Activos por impostos diferidos	19	47.088	46.488
Clientes	21	4.407	4.879
Devedores e outros activos de actividades comerciais	22	35.166	36.320
Outros devedores e outros activos	23	75.655	396.980
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	30	65.299	65.597
Total dos Activos Não Correntes		14.714.269	13.344.787
Inventários	20	22.762	21.320
Clientes	21	217.135	141.145
Devedores e outros activos de actividades comerciais	22	42.823	41.564
Outros devedores e outros activos	23	66.033	294.646
Impostos a receber	24	118.658	89.093
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	30	8.054	15.141
Caixa e equivalentes de caixa	25	436.732	368.623
Activos detidos para venda	26	109.691	-
Total dos Activos Correntes		1.021.888	971.532
Total do Activo		15.736.157	14.316.319
Capitais Próprios			
Capital	27	4.361.541	4.361.541
Prémios de emissão de acções	27	552.035	552.035
Reservas	28	-36.938	-64.256
Outras reservas e resultados acumulados	28	927.748	806.319
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		166.614	126.007
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		5.971.000	5.781.646
Interesses não controláveis	29	863.109	549.113
Total dos Capitais Próprios		6.834.109	6.330.759
Passivo			
Dívida financeira de médio/longo prazo	30	3.832.413	3.716.434
Provisões	31	120.514	98.911
Passivos por impostos diferidos	19	316.497	270.392
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	32	1.956.217	1.801.963
Credores e outros passivos de actividades comerciais	33	466.296	464.367
Outros credores e outros passivos	34	712.505	431.435
Total dos Passivos Não Correntes		7.404.442	6.783.502
Dívida financeira de curto prazo	30	387.857	185.489
Provisões	31	919	-
Credores e outros passivos de actividades comerciais	33	787.357	687.904
Outros credores e outros passivos	34	201.782	271.961
Impostos a pagar	35	64.285	56.704
Passivos detidos para venda	26	55.406	-
Total dos Passivos Correntes		1.497.606	1.202.058
Total do Passivo		8.902.048	7.985.560
Total dos Capitais Próprios e Passivo		15.736.157	14.316.319

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MILHARES DE EUROS

	TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	CAPITAL SOCIAL	PRÉMIOS DE EMIÇÃO	RESERVAS E DE RESULTADOS ACUMULADOS	DIFERENÇAS CAMBIAIS	RESERVA DE COBERTURA	RESERVA DE JUSTO VALOR	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS DA EDP RENOVÁVEIS	INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	6.089.323	4.361.541	552.035	827.295	-43.733	-29.114	3.242	5.671.266	418.057
Rendimento integral:									
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	-1.048	-	-	-	-	-	-639	-639	-409
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa), líquida de imposto	-15.117	-	-	-	-	-10.634	-	-10.634	-4.483
Variações do rendimento integral de joint ventures e associadas, líquidas de imposto	-15.463	-	-	-	-10.975	-4.488	-	-15.463	-
Variações na diferença cambial de consolidação	55.619	-	-	-	28.706	-	-	28.706	26.913
Resultado líquido do período	177.887	-	-	126.007	-	-	-	126.007	51.880
Total do rendimento integral do período	201.878	-	-	126.007	17.731	-15.122	-639	127.977	73.901
Pagamento de dividendos	-34.892	-	-	-34.892	-	-	-	-34.892	-
Dividendos atribuíveis aos interesses não controláveis	-34.382	-	-	-	-	-	-	-	-34.382
Alienação da EDPR France sem perda de controlo	6.773	-	-	8.738	-	1.070	-	9.808	59.163
Alienação da EDPR France sem perda de controlo	27.645	-	-	3.199	-	2.100	-	5.299	22.346
Alienação da South Dundas (EDPR NA) sem perda de controlo	15.494	-	-	2.255	209	-	-	2.464	13.030
Outras variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	-3.317	-	-	-282	-	-	-	-282	-3.035
Outros	39	-	-	6	-	-	-	6	33
Rendimento integral:									
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	6.330.759	4.361.541	552.035	932.326	-25.793	-41.066	2.603	5.781.646	549.113
Rendimento integral:									
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	431	-	-	-	-	-	399	399	32
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	11.500	-	-	-	-	10.739	-	10.739	761
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto de activos não correntes detidos para venda	201	-	-	-	-	201	-	201	-
Variação do rendimento integral de associadas, líquida de impostos	-9.404	-	-	-	-12.498	3.094	-	-9.404	-
Reclassificação para resultados associada à transacção da ENEOP	11.954	-	-	-	-	11.954	-	11.954	-
Variações na diferença cambial da consolidação	37.469	-	-	-	21.054	-	-	21.054	16.415
Resultado líquido do período	245.491	-	-	166.614	-	-	-	166.614	78.877
Rendimento integral total do período	297.642	-	-	166.614	8.556	25.988	399	201.557	96.085
Pagamento de dividendos	-34.892	-	-	-34.892	-	-	-	-34.892	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-43.184	-	-	-	-	-	-	-	-43.184
Aquisição das subsidiárias da EDPR Espanha sem alteração de controlo	-25.722	-	-	46.484	-	-5.806	1.344	42.022	-67.744
Alienação das subsidiárias da EDPR North America sem alteração de controlo	330.183	-	-	-10.558	-7.493	-1.472	-	-19.523	349.706
Alienação das subsidiárias da EDPR Brasil sem perda de controlo	61.280	-	-	10.096	4.704	-	-	14.800	46.480
Outras variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	-81.957	-	-	-15.708	1.098	-	-	-14.610	-67.347
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	6.834.109	4.361.541	552.035	1.094.362	-18.928	-22.356	4.346	5.971.000	863.109

(1) Reexpressão originada pela adopção da IFRS 10 e 11

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MILHARES DE EUROS

	2015	2014
Actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.308.708	1.180.865
Pagamentos a fornecedores	-340.271	-301.046
Pagamentos ao pessoal	-79.981	-66.245
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à actividade operacional	-131.311	-39.602
Fluxo gerado pelas operações	757.145	773.972
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-55.704	-66.880
Fluxos das actividades operacionais	701.441	707.092
Actividades de investimento		
Recebimentos:		
Variação de caixa por variação no perímetro de consolidação (*)	98.507	35
Activos fixos tangíveis e intangíveis	9.106	1.464
Juros e proveitos similares	11.021	26.283
Dividendos	13.481	17.389
Empréstimos a partes relacionadas	183.079	118.891
Outros recebimentos de actividades de investimento	4.765	23.147
	319.959	187.209
Pagamentos:		
Aquisição de activos / subsidiárias	-159.318	-19.790
Activos fixos tangíveis e intangíveis	-876.386	-536.618
Empréstimos a partes relacionadas	-30.171	-241.654
Outros pagamentos de actividades de investimento	-537	-661
	-1.066.412	-798.688
Fluxo das actividades de investimento	-746.453	-611.514
Actividades de financiamento		
Venda de activos / subsidiárias sem perda de controlo (**)	394.851	79.432
Recebimentos/ (pagamentos) de empréstimos obtidos	-45.353	50.207
Juros e custos similares	-215.894	-190.976
Subsídios governamentais recebidos	-	-
Dividendos pagos	-78.076	-67.884
Recebimentos / (pagamentos) de parcerias institucionais na actividade eólica nos EUA	68.474	147.860
Outros fluxos de actividades de financiamento	-13.151	-15.442
Fluxo das Actividades de Financiamento	110.851	3.197
Variação de Caixa e seus equivalentes	65.839	98.775
Efeito das diferenças de câmbio	2.270	14.386
Caixa e seus equivalentes no início do período	368.623	255.462
Caixa e seus equivalentes no fim do período (***)	436.732	368.623

(*) Inclui 99.147 milhares de Euros relativos à consolidação integral da carteira do portfólio da ENEOP resultante da transacção do consórcio da ENEOP (ver nota 43).

(**) Inclui 315.945 milhares de Euros relativos à alienação pela EDPR NA de 49% da sua participação em algumas empresas americanas e 78.906 milhares de Euros relativos à alienação pela EDPR Brasil de 49% da sua participação em algumas empresas brasileiras (ver nota 5).

(***) Ver detalhe da composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa na nota 25 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E 2013

01. ACTIVIDADE ECONÓMICA DO GRUPO EDP RENOVÁVEIS.....	191
02. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	198
03. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	208
04. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	210
05. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	213
06. VOLUME DE NEGÓCIOS.....	217
07. PROVEITOS DECORRENTES DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA	218
08. OUTROS PROVEITOS	218
09. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	218
10. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES.....	218
11. OUTROS CUSTOS	219
12. AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADES DO EXERCÍCIO	219
13. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	220
14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS	220
15. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	222
16. ACTIVOS INTANGÍVEIS	224
17. GOODWILL.....	225
18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM JOINT VENTURES E ASSOCIADAS	227
19. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	230
20. INVENTÁRIOS.....	231
21. CLIENTES.....	232
22. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS.....	232
23. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS	232
24. IMPOSTOS A RECEBER.....	233
25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	233
26. ACTIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA	233
27. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO	234
28. OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL, RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS	236
29. INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS.....	237
30. DÍVIDA FINANCEIRA.....	238
31. PROVISÕES.....	240
32. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA	241
33. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS.....	241
34. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS	242
35. IMPOSTOS A PAGAR	243
36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	243
37. COMPROMISSOS	245
38. PARTES RELACIONADAS	247
39. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	250
40. EVENTOS RELEVANTES E SUBSEQUENTES.....	252
41. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS	254
42. MATÉRIAS AMBIENTAIS	256
43. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS.....	257
44. RELATO FINANCEIRO POR SEGMENTOS	259
45. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E OUTROS.....	260
ANEXO 1	261
ANEXO 2	273

01. ACTIVIDADE ECONÓMICA DO GRUPO EDP RENOVÁVEIS

A EDP Renováveis, Sociedade Anónima (adiante designada por "EDP Renováveis" ou "EDPR") foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. Esta sociedade tem como objectivo social principal a realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente a projecção, construção, operação e manutenção de centrais de produção de energia eléctrica, utilizando fontes de energia renovável, em especial a energia eólica. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de Março de 2008, o capital social da EDP Renováveis foi convertido em acções (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital social era detido em 62,02% pela EDP S.A. - Sucursal en España ("EDP Sucursal"), em 15,51% pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., estando 22,47% do capital disperso em bolsa na NYSE Euronext Lisboa. Em 18 de Dezembro de 2015, a EDP S.A. - Sucursal en España adquiriu à Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. as acções que esta detinha, pelo que, em Dezembro de 2015 a EDP Energias de Portugal, S.A. detém directamente através da sua sucursal espanhola uma participação qualificada de 77,5% do capital social e dos direitos de voto da EDPR. Como resultado desta aquisição a HC já não detém qualquer participação na EDPR (ver nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2015 a EDP Renováveis detém 100% do capital social das seguintes empresas: EDP Renewables Europe, S.L. (EDPR EU), EDP Renewables North America, L.L.C. (EDPR NA), EDP Renewables Canada, Ltd. (EDPR Canadá), South África Wind & Solar Power, S.L.U., EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L. e EDP Renováveis Brasil, S.A. (EDPR BR).

A empresa pertence ao Grupo EDP, cuja empresa-mãe é a EDP - Energias de Portugal, S.A., com sede social na Avenida 24 de Julho, 12, Lisboa.

Em Dezembro de 2011, a China Three Gorges Corporation (CTG) assinou um contrato para adquirir 780.633.782 acções ordinárias da EDP à Párpública - Participações Públicas SGPS, S.A., representativas de 21,35% do capital social e direitos de voto da EDP Energias de Portugal, S.A., a accionista maioritária da empresa. Esta operação foi concluída em Maio de 2012.

Os termos do acordo celebrado através do qual a CTG se tornou accionista do Grupo EDP determinam que a CTG irá realizar investimentos minoritários no montante de 2.000 milhões de Euros em projectos de produção de energia renovável em operação e prontos para construir (incluindo co-financiamento de CAPEX).

No âmbito do acordo acima mencionado, em Junho de 2013, a EDPR completou a venda de 49% da participação financeira na EDPR Portugal à CTG através da CITIC CWEI Renewables, S.C.A. e, em Maio de 2015, a EDPR concluiu a venda de 49% das seguintes subsidiárias da EDPR Brasil à CTG através da CWEI Brasil participações LTDA. (ver nota 5): Elebrás Projetos S.A., Central Nacional de Energia Eólica S.A., Central Eólica Baixa do Feijão I S.A., Central Eólica Baixa do Feijão II S.A., Central Eólica Baixa do Feijão III S.A., Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A., Central Eólica Jau S.A. e Central Eólica Aventura S.A.

Neste contexto, o Grupo EDPR celebrou novos contratos com a CTG durante 2015, os quais ainda aguardam aprovações regulatórias e de terceiras entidades e outras condições precedentes, pelo que não foram registados quaisquer impactos em 2015 relativamente a estes contratos (ver nota 40).

A actividade da EDPR EU é desenvolvida através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Itália e Reino Unido. As principais subsidiárias da EDPR EU são: EDP Renováveis Portugal, S.A. (parques eólicos em Portugal), EDP Renewables España, S.L. (parques eólicos em Espanha), EDP Renewables France (parques eólicos em França), EDP Renewables Belgium (parques eólicos na Bélgica), EDP Renewables Polska, SP. ZO.O. (parques eólicos na Polónia), EDP Renewables Romania, S.R.L. (parques eólicos na Roménia), EDP Renewables Italy, SRL (parques eólicos em Itália), EDPR UK Limited (projectos de desenvolvimento *offshore*) e EDPR RP PV, SLR (parques solares fotovoltaicos na Roménia).

As principais actividades da EDPR NA consistem no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América e prestação de serviços de gestão para a EDPR Canada.

As principais actividades da EDPR Canada consistem no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos no Canadá.

A EDP Renováveis Brasil tem como objectivo agregar todos os investimentos no mercado das energias renováveis no Brasil.

O Grupo EDP Renováveis, através das suas subsidiárias tem uma capacidade instalada como segue:

CAPACIDADE INSTALADA MW	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Estados Unidos da América	4.203	3.805
Espanha	2.194	2.194
Portugal	(*) 1.247	624
Roménia	521	521
Polónia	468	391
França	364	340
Brasil	84	84
Bélgica	71	71
Itália	100	90
Canadá	30	30
	9.282	8.150

(*) Inclui o portfólio da ENEOP resultante da transacção do consórcio ENEOP (ver nota 43). A capacidade deste portfólio foi incluída em 2014 como empresas que consolidam pelo método da equivalência patrimonial, no montante de 533MW.

Adicionalmente, o Grupo EDP Renováveis através das suas empresas que consolidam pelo método da equivalência patrimonial tem uma capacidade instalada como segue:

CAPACIDADE INSTALADA MW	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Estados Unidos da América	179	179
Espanha	177	174
Portugal	-	533
	356	886

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ACTIVIDADES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover o crescimento das energias renováveis, incluindo a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o *Production Tax Credit* (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte do "EPACT 1992". Adicionalmente, diversos Estados aprovaram a legislação, particularmente sob a forma de *Renewable Portfolio Standards* (RPS), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é semelhante à Directiva Comunitária relativa à utilização de energias renováveis.

O programa *American Recovery and Reinvestment Act* para o ano de 2009 previu diversas medidas de desenvolvimento da produção de energia eólica através de benefícios fiscais e outras políticas de incentivo, nomeadamente (i) a extensão de três anos do *Production tax credit - PTC* até 2012 e (ii) uma opção para eleger 30% do *Investment Tax Credit* (ITC) que possa substituir o PTC ao longo do período da extensão. Este ITC permitiu que as empresas recebessem 30% do montante investido nos projectos (*cash grant*) que entraram em funcionamento ou cujo início da construção tenha ocorrido em 2009 e 2010. Em Dezembro de 2010, o *Tax Relief, Unemployment, Insurance and Reauthorization, and Job Creation Act* de 2010 foi aprovado e inclui um período de 1 ano de extensão dos ITC, que permitiu às empresas do sector receber 30% do montante investido em projectos com início de construção até Dezembro de 2011 desde que iniciassem a sua operação até Dezembro de 2012.

A 1 de Janeiro de 2013, o Congresso dos Estados Unidos da América aprovou a lei *The American Taxpayer Relief Act* que continha a extensão do PTC para a energia eólica, incluindo a possibilidade de um crédito fiscal de incentivo ao investimento de 30% em alternativa ao PTC. O Congresso determinou ainda a data limite de 31 de Dezembro de 2013 para o termo destes incentivos, alterou os critérios de elegibilidade (os projectos seriam elegíveis caso estivessem em construção até ao final da data limite) e incluiu um bônus de depreciação para os novos equipamentos em serviço que permitia a depreciação de uma maior percentagem do custo do projecto (menos 50% do ITC) no ano em que ele é colocado em serviço. Este bônus para a depreciação foi de 100% em 2011 e 50% em 2012.

A 16 de Dezembro de 2014, o Congresso dos Estados Unidos da América, aprovou a lei *Tax Increase Prevention Act of 2014* que contemplava a extensão do PTC para a energia eólica, incluindo a possibilidade de *Investment Tax Credit* de 30% em alternativa ao PTC. O Congresso determinou ainda a data limite de 31 de Dezembro de 2014 para o termo destes incentivos, e manteve os critérios de elegibilidade (os projectos seriam elegíveis caso estivessem em construção até ao final de 2014).

Em 15 de Dezembro de 2015, o Congresso dos EUA aprovou a Lei *Consolidated Appropriations Act of 2016*, que incluiu uma extensão do PTC para a energia eólica, bem como a possibilidade de um crédito fiscal de investimento de 30% em vez do PTC. As empresas têm agora até o final de 2016 para iniciar a construção de novos parques eólicos para se qualificar para 10 anos de créditos fiscais de produção ao nível máximo. O Congresso introduziu a eliminação progressiva para projectos que começam a sua construção depois de 2016 e antes de 2020. Estes projectos ainda vão beneficiar de créditos fiscais de produção, mas em níveis mais reduzidos. Os níveis são de 80% para os projectos com início de construção em 2017; 60% em 2018; e 40% em 2019. As empresas cujos projetos que começam a sua construção antes de 2020 podem optar por reivindicar créditos fiscais de 30% do valor do investimento em vez de créditos fiscais de produção, sujeitos a uma

eliminação progressiva. A eliminação progressiva reduz o valor do crédito fiscal ao investimento de 30% para 24% em 2017; 18% em 2018; e 12% em 2019. Nem a produção de créditos fiscais, nem os créditos fiscais ao investimento são permitidos para projectos eólicos que iniciam a sua construção em 2020 ou posteriormente.

Adicionalmente, a Lei *Consolidated Appropriations Act of 2016* estendeu o ITC para projectos de energia solar. Os projectos de energia solar que estão em construção até o final de 2019 poderão obter o ITC em 30%. O crédito fiscal é reduzido para 26% para os projectos com início de construção em 2020; e em 22% para os projectos com início de construção em 2021. O crédito fiscal cai para um nível permanente de 10% para projectos que comecem a sua construção em 2022 ou posteriormente, ou que comecem a sua construção antes de 2022, mas que entrarão em exploração em 2024 ou mais tarde. Os projectos devem entrar em exploração no final de 2023 para obterem um crédito fiscal acima de 10%.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ACTIVIDADES EM ESPANHA

Em Dezembro de 2012 através da Lei 15/2012 de 27 de Dezembro, o Governo espanhol aprovou uma taxa única de 7% (sobre receitas) aplicável a toda a produção de electricidade, tal como novas taxas na produção de energia nuclear e produção hídrica de larga escala, além de uma nova taxa sobre o carbono. A taxa será aplicada de 2013 em diante.

A 4 de Fevereiro de 2013, o Governo Espanhol publicou no Boletim Oficial do Estado o Real Decreto-Ley 2/2013 que inclui um conjunto de alterações regulatórias aplicáveis ao sector eléctrico Espanhol, afectando os activos de energia eólica. As principais medidas do RD-L 2/2013 foram as seguintes:

- Um novo índice de actualização anual para todas as actividades reguladas no sector da electricidade. Este novo índice é a inflação anual (IPC) excluindo algumas componentes do mesmo, tais como: alterações fiscais, produtos alimentares e produtos energéticos.
- Fórmula única de cálculo da remuneração das instalações em regime especial: a remuneração através do preço de mercado acrescida de um prémio é eliminada. Desta forma, a remuneração de todas as instalações de regime especial é feita através da tarifa regulada, a menos que o detentor da instalação tenha decidido receber apenas o preço de mercado, mas sem prémio; e
- As instalações que tenham escolhido anteriormente a opção "mercado mais prémio", entre 1 de Janeiro de 2013 e 2 de Fevereiro de 2013 (data de entrada em vigor do Real Decreto-Lei) e que tenham vendido a sua energia de acordo com esse sistema, recebem uma quantidade equivalente como se tivessem escolhido a opção de tarifa regulada.

Em 12 de Julho de 2013, o Conselho Espanhol de Ministros aprovou a reforma do mercado de energia, cujo objectivo é acabar com o défice tarifário espanhol. A reforma foi posteriormente implementada por uma nova Lei do Sector Energético, um Decreto-Lei, oito Decretos Reais e três portarias.

Como parte integrante da Reforma do Sistema Energético, o RD-L 9/2013 foi aprovado em Julho de 2013 e estabelece que as instalações de fonte de energia renovável estarão sujeitas a um novo enquadramento passando a ser remuneradas através do preço de mercado acrescido de um pagamento por MW instalado, de modo que o retorno do investimento será equivalente ao rendimento das Obrigações do Governo a 10 anos acrescido de um *spread* de 300 pb. Adicionalmente, este Real Decreto-Lei eliminou o complemento da potência reactiva (2€/MWh).

A 26 de Dezembro de 2013, o Governo Espanhol publicou um novo regulamento que irá reger o sector eléctrico (Lei 24/2013) substituindo o existente de 1997 (Lei 54/1997).

O Governo refere que o objectivo da nova lei é a necessidade de terminar com o défice estrutural do sector que tinha sido acumulado durante a última década. Dois anos depois tudo indica que este objectivo está quase a ser atingido. De facto, em Novembro de 2015 a CNMC (*Comissão Nacional de Mercados e Concorrência*) publicou o balanço final do Sistema eléctrico espanhol para o ano de 2014 tendo este um excedente de +550,3 milhões de Euros, sendo o primeiro excedente do sistema eléctrico espanhol após 9 anos consecutivos de défice.

A 20 de Junho de 2014, o Governo Espanhol publicou a Ordem IET/1045/2014 a qual inclui os parâmetros para a remuneração dos activos de energias renováveis, de acordo com o novo regime remuneratório aprovado pelo Decreto-Lei 413/2014 de Junho de 2014. A versão final da legislação não teve alterações significativas relativamente às versões preliminares. No caso dos parques eólicos *onshore*, o RD 413/2014 confirmou que os parques eólicos em operação em 2003 (e anteriormente) não recebem qualquer incentivo adicional, enquanto que o incentivo para os restantes parques eólicos será calculado de modo a atingirem 7,398% de retorno antes de impostos.

Em Outubro de 2015, o Governo aprovou o Real Decreto 947/2015 e uma portaria cujo objectivo é permitir a instalação de nova capacidade de energia renovável através de leilões competitivos. A 3 de Dezembro de 2015, foram publicadas as condições para o próximo leilão.

Também em Outubro de 2015, o Governo aprovou o "Plano Nacional de Infra-estrutura de Energia 2015-20", que prevê um aumento da capacidade eólica de 6,5 GW e o "Plano de Re-lançamento da Indústria Eólica", que consiste em 15 medidas específicas para relançar o sector de energia eólica. Algumas das medidas são para estimular a competitividade do sector, enquanto outras se destinam a aumentar as exportações de turbinas, bem como impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento.

A 14 de Janeiro de 2016 foi realizado o primeiro leilão de capacidade para as energias renováveis. O leilão foi projectado para que o esquema de remuneração fosse semelhante ao que se aplica às instalações actuais (RD 413/2014). No âmbito deste enquadramento, os participantes do concurso foram convidados a licitar sobre o parâmetro "investimento inicial" (CAPEX), que, em seguida, ao ser considerado na fórmula definida pelo RD 413/2014, determina o "RINV" (prémio de investimento) que acabará por ser atribuído. As empresas licitaram para construir 500 MW de energia eólica e 200 MW de centrais de biomassa. O leilão foi muito competitivo, cerca de 5 vezes mais do que a oferta para a energia eólica *onshore*, e foram atribuídos contratos sem qualquer incentivo, isto é, 100% de desconto ao preço inicial. Ao Grupo EDPR foram atribuídos 93 MW de energia eólica.

O Governo anunciou que vão ser organizados mais leilões, possivelmente em 2016, de modo a contratar a capacidade que Espanha necessita para cumprir com os seus objectivos até 2020.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ACTIVIDADES EM PORTUGAL

As bases legais aplicáveis à produção de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99, de 18 de Maio, pelo Decreto-Lei 312/2001, de 10 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei 339-C/2001, de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de Fevereiro (Decreto-Lei 33-A/2005), estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

O Governo Português publicou a 28 de Fevereiro de 2013, o Decreto-Lei 35/2013 que mantém a estabilidade legal dos actuais contratos (Decreto-Lei 33-A/2005) e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Contudo, o DL permite que os produtores eólicos efectuem um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema eléctrico português. Com o objectivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (i) diferentes preços máximos (*cap*) e mínimos (*floor*); (ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário, após o período inicial de 15 anos dos actuais contratos; e consequentemente (iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A EDPR optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um *floor* de 74€/MWh e um *cap* de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020.

O Ministério do Ambiente e Energia, publicou em 24 de Junho, o Decreto-Lei 94/2014, o qual permite o aumento da capacidade instalada dos parques eólicos até 20%. A produção adicional gerada a partir do aumento da capacidade terá uma remuneração fixa de 60 Euros/MWh, enquanto a restante produção continua a ser remunerada com a tarifa anterior.

Em 7 de Abril de 2015 foi publicada a Portaria 102/2015, a qual estabelece os procedimentos para a colocação adicional de energia e para autorização do sobre-equipamento de centros electroprodutores eólicos nos termos definidos anteriormente pelo Decreto-Lei n.º 94/2014 de 24 de Junho.

As principais medidas introduzidas por esta legislação são: (i) a energia produzida pelos sobre-equipamentos (aumento do número de aerogeradores em parques já existentes) é remunerada a uma tarifa fixa de 60€/MW; (ii) a energia correspondente à diferença entre os MW de capacidade instalada e os MW efectivamente injectados na rede são remunerados à tarifa de 60€/MW; e (iii) reconhecimento do sobreequipamento como um centro electroprodutor independente.

Em 23 de Abril, a Comissão Europeia aprovou os planos de Portugal para desenvolver um projecto de exploração de energia eólica através de uma plataforma semi-submersível e ancorada com capacidade para 50 MW (25 MW projecto *windfloat*).

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ACTIVIDADES EM FRANÇA

O sector eléctrico em França está regulamentado essencialmente pelo Acto 2000-108, alterado pelos Actos 2004-803 e 2006-1537 (*Act 2000*), aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França.

O Acto 2000 permite que o operador de instalações eólicas possa estabelecer acordos de longo prazo de compra e venda de energia com a Electricité de France (EDF). As tarifas encontram-se estabelecidas pela Ordem de 10 de Julho de 2006, revogada em Agosto de 2008 devido a vício formal na sua aprovação e republicada sem qualquer alteração em Dezembro de 2008. As tarifas são as seguintes: (i) durante os primeiros 10 anos do contrato com a EDF, a EDF paga uma tarifa fixa anual de 82 Euros por MWh para aplicações construídas em 2006 (a tarifa é revista anualmente baseada em parte no índice de inflação), (ii) entre o 11º e 15º ano do contrato com a EDF, a tarifa é baseada na percentagem média anual de energia produzida pelas instalações eólicas nos primeiros 10 anos. Estas tarifas são também revistas anualmente, baseadas em parte no índice de inflação, (iii) a partir do 16º ano não existe estrutura específica de suporte à actividade, pelo que os produtores de energia eólica passam a vender a electricidade ao preço de mercado.

Em Março de 2012, a legalidade da Ordem Ministerial de 2008 que estabeleceu as tarifas reguladas para projectos eólicos foi questionada perante o Conselho de Estado Francês (*Conseil d'État*) tendo por base o incumprimento da notificação obrigatória à Comissão Europeia sobre auxílios estatais. No seguimento desta iniciativa, o Conselho de Estado Francês decidiu submeter o assunto para apreciação prévia do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Depois de anos de litígio, o Conselho de Estado Francês decidiu, em Maio de 2014, cancelar a tarifa eólica francesa. O Tribunal de Justiça da União Europeia defendeu a ilegalidade do acto uma vez que França não notificou a Comissão Europeia relativamente aos subsídios estatais em 2008. Pouco tempo depois, o Governo Francês aprovou e divulgou um novo decreto de tarifas (*Arrêté du 17 Juin 2014*) que foi previamente aprovado pela União Europeia. Este novo decreto inclui os mesmos parâmetros que o decreto anterior e entrou em vigor com efeitos retroactivos. Assim, não irá alterar ou colocar em causa qualquer contrato de aquisição de energia assinado ao abrigo da Ordem Ministerial de 2008.

Em Julho de 2015 o *Energy Transition bill*, cujo objectivo é construir uma estratégia energética a longo prazo, foi finalmente aprovado. Em 66 artigos visa cortar as emissões de GEE em França em 40% entre 1990 e 2030 (e dividi-los por quatro até 2050), reduzir o consumo de energia do país para metade em 2050, diminuir a percentagem de combustíveis fósseis na produção de energia, limitar a produção total de energia nuclear a 63.2 GW e criar uma quota de energias renováveis até 32% do mix energético.

Segundo as disposições da *Energy Transition Law*, o governo francês divulgou uma versão preliminar de um decreto com os detalhes do novo regime de remuneração para as energias renováveis. De acordo com este texto, as energias renováveis serão remuneradas pelo regime de *contract-for-difference*. Contudo, a implementação de energia eólica será, provavelmente, adiada para 2018 e até lá os novos parques eólicos serão remunerados de acordo com o actual regime de *feed-in tariff*.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ACTIVIDADES NA POLÓNIA

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está principalmente contida na Lei da Energia aprovada em 10 de Abril de 1997, a qual foi alterada pela Lei de 24 de Julho de 2002 e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que se tornou efectiva a partir de Janeiro de 2005 (em conjunto, a Lei da Energia).

A Lei da Energia introduz um regime de apoio às instalações de energia renovável. A lei inclui um sistema de compra obrigatória de Certificados Verdes (CVs) para as empresas comercializadoras de electricidade a consumidores finais, com quotas obrigatórias. Estas são obrigadas a: a) obter CVs e a submetê-los ao regulador de energia, ou b) a pagar uma taxa de substituição calculada de acordo com a Lei da Energia. Se os fornecedores não cumprirem com a sua obrigação (apresentação de CVs ou pagamento da taxa de substituição), devem pagar uma multa correspondente a 130% da taxa de substituição desse ano.

Nos termos da legislação actual, as quotas são aplicadas da seguinte forma (com as alterações introduzidas pelo decreto ministerial de 18 de Outubro de 2012): 2016:15,0%, 2017:16,0%, 2018:17,0%, 2019:18,0%, 2020:19,0% e 2021:20,0%.

Contudo, o regime inicial foi alterado em 2015. Em Fevereiro de 2015 uma nova Lei das Renováveis foi aprovada introduzindo um sistema de apoio diferente. Nos termos da lei, o actual sistema de Certificados Verdes (CV) será substituído por um regime de leilão. Contudo, o actual esquema de CV será mantido (com alguns ajustamentos) para parques em operação. Estes terão a opção de escolher entre permanecer ao abrigo do regime de CV ou alterar para o novo esquema de leilões específicos para activos operacionais.

Em meados de Dezembro, como resultado das alterações no Parlamento (as eleições na Polónia em 25 de Outubro foram ganhas pelo Partido Lei e Justiça de direita), o novo governo adiou a implementação dos concursos para Julho de 2016. Deste modo, o sistema de CV manter-se-á em vigor até essa data

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ACTIVIDADES NA BÉLGICA

O enquadramento regulatório para a electricidade na Bélgica está condicionado à divisão de poderes entre o governo federal e as três entidades regionais: Valónia, Flandres e Bruxelas. A área de competência federal de regulação inclui a transmissão de electricidade (níveis de transmissão acima de 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação federal relevante é a Lei da Electricidade de 29 de Abril de 1999 (alterada) (Lei da Electricidade). As entidades reguladoras regionais são responsáveis pela distribuição, energias renováveis e cogeração (com exceção das centrais *offshore*) e eficiência energética. A legislação regional relevante é respetivamente: (a) para Flandres, o Decreto da Electricidade de 17 de Julho de 2000; (b) para Valónia, o Decreto do Mercado Regional de Electricidade de 12 de Abril de 2001; e (c) para Bruxelas, a Ordem de 19 de Julho de 2001, relativa à Organização do Mercado Eléctrico.

O sistema regulatório Belga promove a produção de electricidade através de fontes renováveis (e cogeração) através de um sistema de certificados verdes, conforme descrito abaixo. O governo federal Belga é responsável pelas centrais *offshore* e por impor obrigações aos operadores do sistema de transmissão. Os vários sistemas certificados verdes são semelhantes nas três regiões e nas centrais *offshore* reguladas pelo governo federal. Existem actualmente diferenças em termos de quotas, multas e limites para a concessão de certificados verdes.

Na Valónia, os CV são alocados até um limite máximo de 15 anos. Após o 10.º ano, o montante de CV pode ser reduzido em função do chamado "factor k". Este parâmetro é calculado de acordo com diversos critérios, incluindo custos operacionais adicionais da produção de electricidade renovável em comparação com as fontes de

energia convencionais (Art. 15 Arrêté du 30 novembre 2006). O valor do "factor k" a ser aplicado a determinadas instalações é o que estiver em vigor no momento em que for concedida a sua certificação de origem (Art. 15 Arrêté du 30 novembre 2006).

Contudo, a partir de 1 de Janeiro de 2015, o número de CVs alocados a cada tecnologia é calculado de acordo com uma nova metodologia tendo em consideração os seguintes factores (Art. 15. Arrêté du 30 novembre 2006):

- O montante líquido de energia produzida
- O desempenho do coeficiente energético da instalação
- O desempenho do coeficiente económico da tecnologia, que é ajustado pela Autoridade Regulatória da Valónia (CWaPE) a cada 2 anos (para eólicas *onshore*)

Os Certificados Verdes beneficiam de um preço mínimo de 65€ e a multa por incumprimento é fixada em 100€ por cada CV em falta.

Em 21 de Março de 2012, o governo da Valónia aprovou um decreto que fixa as quotas de certificados verdes até 2020. As novas quotas são: (i) 19,4% em 2013; (ii) 23,1% em 2014; (iii) 26,7% em 2015; (iv) 30,4% em 2016.

Em Julho de 2012 foi aprovado em Valónia um novo imposto para os produtores de energia. De acordo com esta regulação, todos os produtores que receberem certificados verdes devem pagar 0,54€/MWh. O Regulador do sector de energia da Valónia (CWaPE) será o beneficiário deste imposto em virtude de suportar os custos originados pela gestão dos certificados verdes.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ACTIVIDADES NA ROMÉNIA

O incentivo à produção de electricidade através de fontes de energia renováveis na Roménia foi definido pela Lei da Electricidade 318/2003. Em 2005, foi introduzido um mecanismo de Certificados Verdes (CV) com quotas obrigatórias para os comercializadores, de forma a dar cumprimento aos requisitos da UE relativos às energias renováveis. A autoridade reguladora estabelece uma quota fixa de electricidade produzida através de fontes de energia renováveis que os comercializadores são obrigados a cumprir. A Lei 220/2008 de Novembro introduziu algumas alterações ao sistema de CV. Em particular, permitia aos produtores de energia eólica receber 2CV/MWh até 2015. A partir de 2016, os produtores receberiam apenas 1 CV por cada MWh durante 15 anos.

A lei também garantia:

- O valor comercial do CV deveria ter um mínimo de 27€ e um máximo de 55€, ambos indexados à taxa de inflação da Roménia e
- O acesso à rede nacional para electricidade produzida a partir de fontes renováveis.

A Lei 220/2008 sobre energias renováveis foi alterada pela Ordem de Emergência 88/2011. Um aspecto fundamental desta alteração foi a análise da sobrecompensação, que deve ser efectuada com periodicidade anual. A entidade reguladora da energia na Roménia (ANRE) deve supervisionar os benefícios obtidos pelos produtores e elaborar relatórios anuais sobre esta matéria. Caso seja detectada uma sobrecompensação, a ANRE tem de propor a redução do período de aplicação do regime de apoio ou do número de certificados verdes inicialmente atribuídos à tecnologia. Esta redução seria aplicada apenas a novas centrais.

A Lei 123/2012 de 19 de Julho de 2012 sobre Electricidade e Gás Natural elimina a necessidade de contratos bilaterais não negociados publicamente como meio de venda de electricidade. Desta forma, o comércio de electricidade deve ser efectuado num mercado centralizado.

O Parlamento Romeno passou em 17 de Dezembro de 2013, a lei para aprovação da Portaria Governamental de Emergência 57/2013 (a Portaria). A lei trouxe várias alterações à Portaria e implicitamente à Lei das Renováveis (Lei 220/2008). Estas foram:

- Adiamento dos Certificados Verdes para os parques em operação. O adiamento só será aplicável aos produtores de energia renovável credenciados pela ANRE antes de 2013. Os produtores de energia eólica recebem 2 CVs/MWh até 2017 (inclusive), dos quais a atribuição de 1 CV será adiada para negociação no período de 1 de Julho de 2013 a 31 de Março de 2017. A atribuição de 2 CVs (de 6 CVs) a produtores solares será adiada para negociação no período entre 1 de Julho de 2013 e 31 de Março de 2017. Os CVs adiados irão ser gradualmente recuperados até 31 de Dezembro de 2020 (começando em 1 de Abril de 2017, para energia solar e em 1 Janeiro de 2018 para energia eólica);
- Os parques eólicos credenciados depois desta data irão receber 1,5 CV/MWh até 2017 e 0,75 CV/MWh a partir de 2018. Todos estes CVs serão imediatamente negociáveis;
- As Centrais Solares irão receber apenas 3 CVs de 1 de Janeiro de 2014 em diante.

A 24 de Março de 2014, o Presidente da Roménia ratificou a EGO 57/2013 com as seguintes alterações: (i) redução da validade dos certificados verdes de 16 meses para 12 meses; e (ii) a obrigatoriedade da Agência Nacional de Regulação do Sector da Energia (ANRE) comunicar anualmente qual será a quota de CV para o próximo ano.

Desta forma, a ANRE divulgou em 27 de Junho de 2014, que a quota obrigatória de aquisição de certificados verdes para 2015 era de 11,9%.

A Comissão Europeia (CE) divulgou em Maio de 2015 a sua aprovação relativamente às alterações ao regime de incentivo às energias renováveis na Roménia notificadas em 2013 e 2014. Deste modo, as alterações foram declaradas como compatíveis com as *European Energy and Environmental State aid Guidelines (EEAG)*.

Outro dos principais desenvolvimentos regulamentares em 2015, foi a aprovação da Lei 122/2015 alterando a Lei das Renováveis. O principal objectivo foi garantir a acreditação temporária pela ANRE (Regulador da Energia) dos parques eólicos acima de 125 MW (mas abaixo de 250 MW) que não tinham obtido uma resposta individual por parte da CE e portanto, permitir-lhes beneficiar do incentivo dos CV.

A Lei 122/2015 incluiu ainda outras alterações à lei da energia renovável romena, sendo as mais importantes: obrigação dos fornecedores em adquirir CVs trimestralmente, a abertura de um regime de CVs para electricidade importada e a remoção do direito de receber CVs pela electricidade comercializada a preços negativos.

Em Dezembro de 2015, o Governo finalmente definiu o valor da quota de CV para 2016 em 12,15%, o mesmo valor que foi proposto pela ANRE no final de Julho (substancialmente abaixo dos 17% definidos originalmente na Lei da Energia Renovável).

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ACTIVIDADES EM ITÁLIA

Em 6 de Julho de 2012, o Governo aprovou a nova regulação sobre energias renováveis através do Decreto de Energias Renováveis (DM FER) introduzindo um regime de tarifas reguladas (afastando-se assim do anterior sistema de certificados verdes). Os principais aspectos da nova regulação estabelecida pelo DM FER são os seguintes: (i) os parques eólicos com mais de 5 MW serão remunerados através de um regime de tarifas reguladas definido por licitadores, (ii) a capacidade objecto de licitação é definida em trajectórias de diferentes tecnologias, (iii) a tarifa de referência para 2013 é de 127 €/MWh para energia eólica terrestre (*onshore*). As ofertas dos licitadores consistirão em descontos sobre uma tarifa de referência (em %), (iv) a tarifa de referência diminuirá 2% ao ano e será concedida para a totalidade da vida útil média do parque eólico - 20 anos para energia eólica terrestre.

O novo sistema substitui o anterior baseado em certificados verdes. De acordo com o sistema anterior, os produtores obtinham receitas com a venda da energia eléctrica em mercado e com a venda de certificados verdes. Os parques eólicos construídos até Dezembro de 2012 (com algumas excepções) continuaram a operar sob o sistema anterior até 2015, quando o sistema de certificados verdes foi transformado num regime de tarifas reguladas.

O Decreto de incentivos *Spalma*, publicado em Novembro de 2014, especificou que os parques eólicos actualmente a operar no sistema de certificados verdes podem voluntariamente aderir a uma extensão do período de incentivos de 7 anos em troca de uma redução permanente dos prémios/certificados verdes recebidos. O coeficiente de redução será calculado individualmente para cada parque eólico dependendo da sua duração regulatória remanescente. Como a opção é voluntária, os parques eólicos que se recusarem a aceitar esta alteração permanecerão no actual sistema de certificados verdes. Os parques eólicos tinham de tomar a decisão de aderir ou não à extensão de período até 17 de Fevereiro de 2015.

Desde a implementação do sistema de leilões, foram realizados 3 leilões-invertidos. É expectável que um novo decreto seja aprovado em 2016 com o intuito de lançar novos leilões para eólicas durante, pelo menos, os próximos dois anos. De acordo com a versão preliminar, poderão ir a leilão 800 MW de energia eólica, com uma tarifa de referência de 110€/MWh.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO DAS ACTIVIDADES NO BRASIL

O sector eléctrico no Brasil é regulado pela Lei Federal n.º 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995, que regula o regime de concessão e permissão de serviços públicos; pela Lei n.º 9.074 de 7 de Julho de 1995, que define a atribuição e extensão de contratos de concessão ou permissão de serviços públicos; pela Lei Federal n.º 10.438 de 26 de Abril de 2002, que rege o aumento do fornecimento de energia eléctrica de emergência e cria o Programa de Incentivos para Fontes de Electricidade Alternativas (PROINFA) para 3.300 MW; pela Lei Federal n.º 10.762 de 11 de Novembro de 2003 e pela Lei n.º 10.848 de 15 de Março de 2004, relativas às regras de comercialização de energia eléctrica e por alterações subsequentes à legislação.

O Decreto n.º 5.025 de 30 de Março de 2004, regula a Lei Federal n.º 10.438 e define o enquadramento económico e legal das "Fontes de Energia Alternativas". Os participantes no PROINFA têm um CAE (Contrato de Aquisição de Energia) com a Eletrobras, e são sujeitos à autoridade reguladora (ANEEL). No entanto, a primeira etapa do PROINFA terminou e a segunda etapa é altamente incerta.

Após o final do programa PROINFA, os produtores de energia renovável obtêm a sua remuneração mediante participação em leilões onde o único critério é o preço. Os vencedores dos leilões obtêm contratos de aquisição de energia ao preço oferecido. Os leilões públicos de electricidade são conduzidos pela empresa estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a qual regista, analisa e permite a entrada de potenciais participantes.

Em 13 de Novembro de 2015, teve lugar o último Leilão de Reserva (A-3). Como resultado, o governo brasileiro contratou 1.664 MW de capacidade de energia eólica (548 MW) e de energia solar PV (1.1 GW) num contrato de longo prazo de 20 anos através deste leilão. O leilão procurou exclusivamente projectos eólicos e solares, com data de início de fornecimento de energia a 1 de Novembro de 2018. O preço máximo da energia eólica foi de BRL 213/MWh. A EDPR através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil, S.A. garantiu neste leilão um Contrato de Compra de Energia de 20 anos para vender electricidade no mercado regulado. A energia será produzida por um parque eólico de 140 MW a ser implementado no Estado Brasileiro da Baía com entrada em funcionamento em 2018. O preço inicial do contrato de longo-prazo foi fixado em R\$199,37/MWh, indexado à taxa de inflação brasileira.

02. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das entidades consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas de 2015 e 2014 foram preparadas para apresentar de uma forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os resultados consolidados das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e os movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados para os exercícios acima referidos.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 23 de Fevereiro de 2016. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

O balanço consolidado, a demonstração de resultados consolidada, a demonstração de alterações nos capitais próprios consolidados, a demonstração de fluxos de caixa consolidada e o respectivo anexo para 2015 incluem valores comparativos para 2014 que faziam parte das demonstrações financeiras consolidadas aprovadas pelos accionistas em assembleia geral realizada em 9 de Abril de 2015.

Contudo, a resolução de 29 de Janeiro de 2016 do Instituto Espanhol de Contabilidade e Auditoria e Contas (ICAC) estabelece como informação a ser incluída nas notas às demonstrações financeiras o prazo médio de pagamento a fornecedores, o qual se encontra divulgado na nota 34 e não inclui a informação comparativa para 2014.

B) PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Entidades onde o Grupo exerce controlo

Os investimentos em subsidiárias onde o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Presume-se a existência de controlo quando o Grupo está exposto, ou tem o direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

Entidades onde o Grupo exerce controlo conjuntamente com outros parceiros

O Grupo classifica um acordo como acordo conjunto quando a partilha de controlo é estabelecida contratualmente. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo está exposto, ou tem o direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada independentemente da percentagem que detém sobre os seus direitos de voto. O controlo conjunto existe apenas quando exige que exista consentimento unânime entre as partes na tomada de decisões sobre as actividades relevantes.

Após determinar a existência de controlo conjunto, os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operação conjunta ou *joint venture*.

Uma operação conjunta é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, denominadas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com esse acordo, pelo que os activos e passivos subjacentes (e os respectivos custos e proveitos) são reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS aplicáveis.

Uma *joint venture* é uma operação por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como *joint venturers*, têm direitos sobre os activos líquidos (*net assets*) pelo que estas participações financeiras são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos das *joint ventures*, contabilizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o seu valor contabilístico, este é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome dessa entidade.

Entidades onde o Grupo exerce influência significativa

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo da participada ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das entidades associadas, contabilizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o seu valor contabilístico, este é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome dessa entidade.

Concentração de actividades empresariais

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo adoptou a IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais (2008) na contabilização das concentrações de actividades empresariais.

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra na data da aquisição, a qual corresponde à data em que o controlo é transferido para o Grupo. O controlo corresponde à capacidade de gerir a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios das suas actividades. Ao avaliar a existência de controlo, o Grupo tem em consideração os potenciais direitos de voto que são actualmente exercíveis.

Aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo determina o *goodwill* na data da aquisição como:

- O justo valor dos activos transferidos; acrescido dos
- Interesses não controláveis reconhecidos na aquisição; acrescidos do
- Justo valor do investimento previamente existente na adquirida, caso se trate de uma aquisição efectuada por fases; deduzido do
- Valor contabilístico (geralmente o seu justo valor) dos activos adquiridos e passivos assumidos.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo, este é registado directamente em resultados do exercício.

Os activos transferidos na aquisição não incluem os montantes relativos à liquidação de relações pré-existentes, os quais são geralmente reconhecidos nos resultados do exercício.

Os custos relacionados com a aquisição e que não respeitam à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, são reconhecidos em resultados à medida que são incorridos.

Os preços de aquisição contingentes são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Se o preço contingente é classificado como capital, não é reavaliado e a sua liquidação é contabilizada por contrapartida de capitais próprios. Caso contrário, as alterações subsequentes no justo valor do preço contingente são reconhecidas por contrapartida de resultados.

Algumas concentrações de actividades empresariais do período foram registadas provisoriamente dado que o Grupo ainda se encontra a avaliar o justo valor dos activos líquidos adquiridos. Os activos líquidos identificáveis foram reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor provisório. Os ajustamentos durante o período de avaliação foram reconhecidos com referência à data de aquisição e a informação comparativa relativa ao ano anterior foi reexpressa, quando aplicável. Os ajustamentos aos montantes provisórios apenas incluem a informação relativa a eventos e circunstâncias existentes à data de aquisição os quais, sendo conhecidos nessa data, teriam alterado o montante reconhecido inicialmente.

Após este período, os ajustamentos à mensuração inicial são realizados apenas para a correcção de erros.

Aquisições entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições realizadas entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010, o *goodwill* representa o excesso entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional dos activos e passivos identificáveis e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo, a compra a baixo preço é registada imediatamente em resultados.

Os custos de transacção, com excepção dos relativos à emissão de títulos de dívida ou de capital, em que o Grupo incorreu no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, eram capitalizados como uma componente do custo de aquisição.

Contabilização de aquisições de interesses não controláveis

Desde 1 de Janeiro de 2010, as aquisições de interesses são contabilizadas como transacções com accionistas logo nenhum *goodwill* é reconhecido em resultado de tais transacções. Os ajustamentos aos interesses não controláveis são efectuados com base num montante proporcional dos activos líquidos da subsidiária.

Anteriormente, o *goodwill* era reconhecido aquando da aquisição dos interesses não controláveis numa empresa subsidiária, que representava a diferença entre o valor de aquisição do investimento adicional e o valor contabilístico da participação nos activos líquidos dos adquiridos na data da transacção.

Investimentos em operações no estrangeiro

O valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro, incluindo *goodwill* e ajustamentos de justo valor gerados na aquisição, são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data da demonstração da posição financeira. Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções.

As diferenças de câmbio são registadas em reservas de conversão cambial na demonstração de rendimento integral. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados, como parte do ganho ou da perda na alienação.

Quando a liquidação de um item monetário a receber ou pagar a empresas subsidiárias residentes no estrangeiro não está prevista nem é provável num futuro próximo, os ganhos e perdas cambiais respectivos são registados como fazendo parte do investimento líquido na entidade, sendo reconhecidos por contrapartida do rendimento integral e apresentados nas reservas de conversão cambial nos capitais próprios.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Transacções sob controlo comum

A contabilização de concentrações de actividades empresariais que envolvam entidades sob controlo comum encontra-se excluída da IFRS 3. Consequentemente, na ausência de um guia específico dentro das IFRS, o Grupo EDP Renováveis definiu uma política contabilística apropriada para este tipo de transacções. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre empresas sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelos valores contabilísticos consolidados do Grupo das empresas adquiridas (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos recebidos e o valor pago é registado nos capitais próprios.

Opções de venda de interesses não controláveis

O Grupo EDP Renováveis regista essas opções de venda (*written put options*) concedidas na data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais, ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício das opções. A diferença entre este montante e o montante correspondente à percentagem de participação detida nos activos líquidos identificáveis adquiridos é registada por contrapartida de *goodwill*.

Até 31 de Dezembro de 2009, nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as variações no passivo resultantes da actualização financeira da responsabilidade são reconhecidas como um custo financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas e as restantes variações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da concentração de actividades empresariais. Quando aplicável, os dividendos pagos aos accionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também reconhecidos como ajustamentos ao custo da concentração de actividades empresariais. Na eventualidade de as opções não serem exercidas, a transacção é registada com uma alienação de participação aos accionistas minoritários.

A partir de 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplica a IAS 27 (2008) aos novos compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidas por interesses não controláveis, registando as alterações subsequentes no valor contabilístico da responsabilidade na demonstração dos resultados.

Concentração de actividades empresariais efectuada por fases

No caso de uma concentração de actividades empresariais alcançada por fases, o excesso do total (i) da contraprestação transferida, (ii) do valor de interesses não controláveis reconhecidos na adquirida e (iii) do justo valor da participação anteriormente detida no negócio adquirido; sobre o valor líquido dos activos identificáveis e dos passivos assumidos, é reconhecido como *goodwill*.

Se aplicável, a diferença negativa do total da contraprestação transferida, do montante de interesses não controláveis reconhecidos na adquirida, do justo valor da participação anteriormente detida no negócio adquirido; e da valorização dos activos líquidos adquiridos, é reconhecido na demonstração dos resultados. O Grupo reconhece a diferença entre o justo valor da participação anteriormente detida na empresa adquirida e o valor contabilístico no resultado consolidado, de acordo com a sua classificação prévia. Adicionalmente, o Grupo reclassifica os valores diferidos na demonstração do rendimento integral, relativos à participação anteriormente detida, para a demonstração dos resultados ou para reservas consolidadas, de acordo com sua natureza.

C) TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data das transacções. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. Estas diferenças de câmbio decorrentes da conversão são reconhecidos na demonstração de resultados.

Os activos e passivos não-monetários expressos em moeda estrangeira registados ao custo histórico são convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

D) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do exercício, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por técnicas de valorização do valor actualizado líquido, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções, conforme for mais apropriado.

CONTABILIDADE DE COBERTURA

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação de cobertura, a relação está identificada e formalmente documentada;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;

(iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e é considerada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e

(v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, os custos de transacção atribuíveis são reconhecidos em resultados quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados ao valor justo, e as suas variações são contabilizadas como descrito em seguida.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos exercícios em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios nessa data, mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

Cobertura de activos líquidos (net investment)

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. Se o instrumento de cobertura é um instrumento financeiro derivado, os ganhos e perdas provenientes de variações de justo valor são também reconhecidos em reservas cambiais de consolidação. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

E) OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas decorrentes da não cobrabilidade de empréstimos e contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados e podem ser revertidas se a estimativa das perdas diminuir em períodos subsequentes.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que se encontram designados como disponíveis para venda e não se encontram classificados em nenhuma das restantes categorias. Os investimentos do Grupo em acções encontram-se classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da sua negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados

à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no exercício em que elas ocorrem.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor. No entanto, as respectivas variações são reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes instrumentos de capital são igualmente reconhecidas em reservas. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificações entre categorias

O Grupo não efectua reclassificações de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data da demonstração da posição financeira é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, incluindo qualquer imparidade que resulte num impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Quando existe evidência de imparidade é determinado o valor recuperável dos activos financeiros, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativa na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade envolve julgamento, sendo que o Grupo considera, entre outros factores, a volatilidade do preço e a actual situação económica. Assim, no que respeita a títulos cotados, é considerada como continuada a desvalorização na cotação por um período superior a 24 meses e como significativa a desvalorização do título acima de 40%.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data da demonstração da posição financeira deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

F) PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando a obrigação contida no contrato tenha sido satisfeita ou quando o Grupo está legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com o passivo, através de um processo legal ou pelo credor.

G) CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS

Os custos com empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. Na medida em que, de uma forma geral, os fundos são obtidos por via de empréstimos, o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no exercício, excluindo os empréstimos contraídos especificamente com o objectivo de obter um activo elegível. O montante

de custos de empréstimos capitalizados no decorrer de um período não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos nesse período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. A capitalização de custos com empréstimos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento activo seja interrompido.

H) ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui todos os gastos directamente atribuíveis à aquisição do activo. No caso de projectos em fase de desenvolvimento os custos são capitalizados somente quando a sua construção esteja concluída. Se, devido a alterações na regulamentação ou outras circunstâncias, os custos capitalizados são desconhecidos dos activos fixos tangíveis, os mesmos são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica "outros custos". Substituições ou renovações de itens completos, são reconhecidos como aumentos no valor dos activos fixos tangíveis, e os itens substituídos ou renovados são desconhecidos e registados na rubrica "outros custos".

O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui o custo dos materiais e trabalho directo, bem como outros custos directamente atribuíveis de forma a colocar o activo em funcionamento e ainda os custos de desmantelamento e remoção dos bens e restauração do local onde se encontram localizados. O custo pode ainda incluir transferências de capitais próprios de qualquer ganho ou perda relativa a cobertura de fluxos de caixa em moeda estrangeira na aquisição de activos fixos. O software adquirido que seja parte integral do equipamento é capitalizado como parte do mesmo.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamento externo, custos com o pessoal e outros custos internos directa ou indirectamente relacionados com o trabalho em curso, apenas durante a fase de construção. O custo de produção é capitalizado através da contabilização dos custos atribuíveis ao activo como trabalhos para a própria empresa, em outros proveitos operacionais e custos com o pessoal e benefícios aos empregados na demonstração dos resultados consolidada.

Quando alguma parte constituinte de um item classificado como activo fixo tangível apresenta uma vida útil diferente do item principal, estas são contabilizadas separadamente (contabilização por componentes).

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	NÚMERO DE ANOS
Edifícios e outras construções	8 a 40
Equipamento básico:	
- Produção Eólica	25
- Outro equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo e utensílios	2 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 10

I) ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os outros activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. O Grupo não detém activos intangíveis com um período de vida útil indefinido.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Aquisição e desenvolvimento de software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos

e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos ao desenvolvimento do referido software, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do exercício em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

Certificados Verdes

Como consequência das alterações regulatórias na Roménia existe uma nova categoria de Certificados Verdes (CVs), que apesar de serem concedidos, a sua venda está restrita até 2017 (solar) e 2018 (eólica). Estes CVs diferidos são reconhecidos como activos intangíveis quando gerados pelo seu justo valor de mercado. Estes CVs irão ser compensados à medida que forem recebidos.

Contratos de aquisição de energia

Os Contratos de Aquisição de Energia (CAE) são contabilizados como activos intangíveis e amortizados pelo método linha recta, de acordo com a duração do contrato.

J) ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Activos não-correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos ou passivos relacionados que incluam, pelo menos, um activo não corrente) são classificados como detidos para venda nos casos em que o montante contabilístico seja recuperado, sobretudo através da sua venda, os activos ou grupos de activos que estão imediatamente disponíveis para venda e a sua venda seja altamente provável.

O Grupo classifica ainda como activos não correntes detidos para venda, os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos exclusivamente para sua revenda subsequente, que estão imediatamente disponíveis para venda e a sua venda seja altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

K) IMPARIDADE DE ACTIVOS NÃO FINANCEIROS

O valor contabilístico dos activos não financeiros, que não existências e activos por impostos diferidos, é revisto em cada data de reporte, de forma a determinar se existem indícios de imparidade. Caso existam indícios de imparidade, o valor recuperável do activo é estimado. O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente.

O valor recuperável de um activo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos estimados para a venda. De forma a estimar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros são descontados para o seu valor actual, utilizando uma taxa de desconto depois de imposto que reflecta a avaliação corrente do mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do activo. Para efeitos de testes de imparidade os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera fluxos de caixa através do seu uso continuado e que são independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou grupos de activos (unidade geradora de caixa). O *goodwill* gerado numa aquisição, para efeitos de teste de imparidade, é alocado às unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem de sinergias resultantes da aquisição.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico do activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável estimado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade reconhecidas relativamente a unidades geradoras de caixa são primeiro alocadas para reduzir o valor contabilístico de qualquer *goodwill* alocado à unidade geradora de caixa e posteriormente para reduzir o valor contabilístico dos restantes activos da unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

Uma perda por imparidade relativa ao *goodwill* não é reversível. Em relação a outros activos, as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são reavaliadas em cada data de reporte, por forma a verificar se há alguma indicação de que a perda diminuiu ou deixou de existir. Uma perda por imparidade é revertida se ocorrerem alterações nas circunstâncias que causaram essa imparidade. Uma perda por imparidade é revertida até ao montante em que o valor contabilístico do activo não exceda o valor contabilístico que seria determinado, líquido de amortizações, caso não tivesse sido reconhecida uma perda por imparidade em anos anteriores.

L) LOCAÇÕES

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da sua transacção e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos exercícios a que dizem respeito.

M) INVENTÁRIOS

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

N) CLASSIFICAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS COMO CORRENTES E NÃO CORRENTES

O Grupo classifica os activos e passivos na demonstração da posição financeira como correntes e não correntes. Os activos e passivos correntes são determinados como se segue:

Os activos são classificados como correntes quando é expectável que estes sejam realizados, exista intenção de venda ou consumo pelo Grupo durante o seu ciclo operacional e quando são detidos principalmente para o propósito da actividade do Grupo, ou é esperado que sejam realizados dentro de doze meses desde a data da demonstração da posição financeira ou quando são disponibilidades classificadas como caixa ou equivalentes de caixa, a menos que estes activos não possam ser trocados ou ser usados para liquidar um passivo pelo menos doze meses desde a data da demonstração da posição financeira.

Os passivos são classificados como correntes quando é expectável que sejam liquidados no decorrer da normal actividade do Grupo, e são detidos com o objectivo de serem negociados ou realizados nos doze meses subsequentes à data da demonstração da posição financeira ou o Grupo não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Passivos financeiros são classificados como correntes quando é esperada a sua liquidação no período de doze meses após a data da demonstração da posição financeira, mesmo que o período inicial seja superior a doze meses, e seja concluído um acordo para refinanciamento ou revisão da data dos pagamentos após a data da demonstração da posição financeira e antes da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas.

O) PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Os pressupostos considerados para 2015 e 2014 são:

	EDPR EU	EDPR NA
Custo médio por MW (Euros)	14.000	22.045
Valor residual por MW (Euros)	41.000	32.148
Taxa de desconto		
Euro	[1,90% - 2,50%]	-
PLN	[3,00% - 4,00%]	-
USD	-	[3,85% - 5,00%]
CAD	-	[3,35% - 4,25%]
RON	[4,50% - 5,65%]	-
Taxa de inflação		
Zona Euro	[1,75% - 1,85%]	-
Polónia	0,90%	-
EUA	-	2,50%
Canadá	-	2,25%
Vida útil (número de anos)	25	25

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

Passivos fiscais

Os passivos decorrentes do pagamento de impostos ou taxas relativos a uma actividade do Grupo são reconhecidos à medida que a actividade que desencadeou o pagamento é realizada, de acordo com a legislação que regulamenta esses impostos ou taxas. Contudo, no caso de impostos ou taxas com direito a reembolso do montante já pago proporcionalmente ao período de tempo em que não há actividade ou em que o activo que desencadeou o pagamento já não seja detido, os passivos são reconhecidos de forma proporcional.

P) RECONHECIMENTO DE CUSTOS E PROVEITOS

Os custos e proveitos são registados no exercício a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Os proveitos relativos à venda de energia são reconhecidos no exercício em que a electricidade é produzida e transferida para os clientes.

Os Certificados Verdes (CVs) diferidos são reconhecidos como proveitos ao justo valor de mercado.

Q) RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, *unwinding* com passivos a valor descontado e *written put options* sobre interesses não controláveis, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, as variações de justo valor relativa a instrumentos financeiros e especialização do juro associado aos passivos relativos às parcerias com investidores institucionais.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

R) IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando respeita a uma concentração de actividades empresariais ou a itens reconhecidos directamente em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data da demonstração da posição financeira, e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos activos e passivos e respectiva base fiscal. Não são reconhecidos impostos diferidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e empresas conjuntamente controladas na medida em que não seja provável a sua reversão no futuro. Adicionalmente, não é reconhecido imposto diferido relativamente a diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de *goodwill*. Os impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data da demonstração da posição financeira e que se espera que venha a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir um direito legalmente executável para compensar activos e passivos fiscais correntes que digam respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendem liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias até ao limite de quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de reporte e são revertidos quando não é provável que o respectivo benefício fiscal seja realizado.

S) RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas maioritários, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

T) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data da demonstração da posição financeira, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa, e também os depósitos cativos relativos a parcerias institucionais nos EUA, que visam fazer face a despesas com os custos de construção dos projectos eólicos, nos próximos doze meses.

O Grupo classifica como caixa e equivalentes de caixa o saldo das contas correntes com o Grupo, formalizados no âmbito dos acordos *cash-pooling*.

U) SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos na rubrica de passivo não corrente, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo exercício em que as despesas são reconhecidas.

V) MATÉRIAS AMBIENTAIS

O Grupo toma medidas de modo a prevenir, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente pela sua actividade.

As despesas de carácter ambiental são reconhecidas como outros custos operacionais no exercício a que respeitam.

W) PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

O Grupo estabelece parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos por intermédio de acordos operacionais com empresas de responsabilidade limitada. Estas parcerias distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais de produção (PTC), créditos fiscais ao investimento (ITC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias mediante adiantamentos de pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final do período em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, o lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

O controlo e gestão destes parques eólicos é da responsabilidade do Grupo EDP Renováveis e encontram-se consolidados integralmente nestas demonstrações financeiras.

O adiantamento recebido é reconhecido em "Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA" e subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais e pelas distribuições monetárias efectuadas aos parceiros institucionais durante o período contratual. O valor dos benefícios fiscais entregues, principalmente amortizações aceleradas e créditos fiscais ao investimento (ITC), é registado como proveito de parcerias institucionais numa base *pro rata* pelos 25 anos de vida útil dos projectos subjacentes (ver nota 7). Os créditos fiscais à produção (PTC) entregues são registados à medida que são gerados. Este passivo é acrescido de juro calculado tendo por base o montante em dívida e a taxa interna de retorno acordada.

Após a *flip date*, o investidor institucional mantém interesses não controláveis residuais pela duração da sua parceria na estrutura. Este interesse não controlável tem direito a dividendos que oscilam entre 2,5% e 6% e percentagens de alocação de proveitos que oscilam entre 5% e 17%. A EDPR NA detém uma opção de compra sobre as participações residuais dos investidores institucionais ao preço de mercado durante um período definido após a *flip date*. O passivo relativo ao interesse residual é acrescido numa base linear desde a *funding date* até à *flip date*.

03. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As IFRS prevêem tratamentos contabilísticos alternativos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os

resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar de as estimativas serem calculadas com base na melhor informação disponível em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, eventos futuros poderão requerer alterações a estas estimativas em anos subsequentes. Eventuais alterações às estimativas, efectuadas em anos subsequentes, serão reconhecidas prospectivamente.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP Renováveis, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A EDP Renováveis considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo valor dos derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Mensuração ao valor justo da retribuição contingente (*contingent consideration*)

A retribuição contingente, proveniente de uma concentração de actividades empresariais ou da venda de uma participação financeira minoritária sem perda de controlo, é mensurada ao justo valor na data de aquisição, como parte da concentração de actividades empresariais ou na data da venda no caso de uma alienação de uma participação financeira minoritária. A retribuição contingente é subsequentemente remensurada ao justo valor na data do balanço. O justo valor é baseado em fluxos de caixa descontados. Os principais pressupostos consideram a probabilidade de atingir cada objectivo e o factor de desconto e correspondem às melhores estimativas da gestão em cada data do balanço. Alterações nos pressupostos utilizados poderiam ter impactos significativos nos valores de retribuição contingente activos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Redefinição da vida útil dos activos afectos à produção

O Grupo revê numa base regular a vida útil dos seus activos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

Imparidade de activos não financeiros

Os testes de imparidade são efectuados sempre que existam sinais de que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis e intangíveis é inferior ao valor líquido contabilístico.

Numa base anual, o Grupo revê os pressupostos utilizados na avaliação da existência de imparidade no goodwill resultante da aquisição de participações no capital de subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações em indicadores macroeconómicos e pressupostos de negócio utilizados pela gestão. O investimento financeiro em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiciem a existência de imparidade.

Considerando que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do *goodwill* é determinado com base na melhor informação disponível à data, alterações das estimativas e dos pressupostos poderão afectar os resultados dos testes de imparidade e, consequentemente, os resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que poderá ser estendido no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da EDP Renováveis, e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. O Grupo constituiu provisões de acordo com as respectivas obrigações legais e contratuais existentes para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados diferentes daqueles que foram considerados.

Certificados Verdes

Como consequência das alterações regulatórias na Roménia relativas aos Certificados Verdes (CVs), o Grupo assumiu os seguintes pressupostos:

(i) Para estimar o preço dos CVs, o modelo é baseado na regulamentação actual, incluindo as actualizações publicadas nos últimos meses, e estimativas da capacidade instalada de energia renovável a ser adicionada nos próximos anos;

(ii) Para estimar o preço a aplicar, o modelo de CVs determina se existirá excesso ou défice dos mesmos;

“De modo a determinar se existirá excesso ou défice de CVs, nós comparamos a procura com a oferta de CVs. A procura de CVs é calculada multiplicando o consumo bruto de electricidade pela quota de electricidade renovável. O crescimento da procura de electricidade é determinado com base nas estimativas mais recentes, incluindo as da ANRE.” A EDPR fez análises de sensibilidade para as quotas e assumiu um cenário conservador que considera as últimas alterações regulatórias.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade.

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder no investimento.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nas demonstrações financeiras consolidadas.

04. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP Renováveis. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão operacional do risco financeiro do Grupo EDP Renováveis é efectuada pelos Departamentos Financeiro e de Risco Global da EDPR e as propostas de gestão de risco são analisadas e discutidas trimestralmente no Comité de Risco Financeiro da EDP Renováveis. A estratégia previamente acordada é partilhada com o Departamento Financeiro da EDP Energias de Portugal, S.A. para verificação da conformidade com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP. A subcontratação de serviços inclui a identificação e avaliação de mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira do Grupo EDP/EDPR é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, conseqüentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura com características de exposição simétricas às do item coberto. A efectividade destas coberturas é reavaliada e monitorizada ao longo da sua vida útil.

A EDP Renováveis opera internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de investimentos em subsidiárias estrangeiras. Com o objectivo de minimizar o impacto das flutuações das taxas de câmbio, a política

geral da EDP Renováveis é financiar cada projecto na moeda dos fluxos de caixa operacionais gerados pelo projecto.

Actualmente a maior exposição ao risco cambial resulta da exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resultante do investimento na EDPR NA. Com o aumento da capacidade noutras geografias a EDPR começa a ficar exposta ao risco cambial em várias moedas (Real Brasileiro, Zloty Polaco, Leu Romeno e Dólar Canadiano).

Para cobrir o risco originado com o investimento líquido na EDPR NA, a EDP Renováveis celebrou um CIRS em USD/EUR com a EDP Sucursal, e utiliza ainda dívida financeira expressa em USD. Seguindo a mesma estratégia adoptada para cobrir o risco do investimento nos EUA, a EDP Renováveis celebrou igualmente dois CIRS em BRL/EUR e dois em PLN/EUR para cobrir o risco do investimento no Brasil e na Polónia. (ver nota 36).

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Uma alteração de 10% na taxa de câmbio com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, iria originar um acréscimo/(redução) nos resultados e/ou capitais próprios antes de impostos do Grupo EDP Renováveis, nos seguintes montantes:

MILHARES DE EUROS					
				31 DEZ 2015	
			RESULTADOS		CAPITAL PRÓPRIO
			+10%	-10%	
USD / EUR			-359	439	-
			-359	439	-
				31 DEZ 2014	
			RESULTADOS		CAPITAL PRÓPRIO
			+10%	-10%	
USD / EUR			5.825	-7.119	-
			5.825	-7.119	-

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais do Grupo são substancialmente independentes das flutuações das taxas de juro de mercado.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado. Desta forma, sempre que é considerado necessário, e em consonância com a política do Grupo, este contrata instrumentos financeiros derivados de forma a cobrir os riscos de taxa de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com vencimentos até 11 anos. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro ou fluxos de caixa futuros.

Cerca de 92% da dívida financeira do Grupo EDP Renováveis tem juros à taxa fixa, incluindo as operações cobertas por instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade - Taxas de juro

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo é da responsabilidade do Departamento Financeiro do Grupo EDP e EDPR, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo EDPR e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, bem como os empréstimos dos accionistas recebidos pela EDP Renováveis, uma alteração de 50 pontos base na taxa de juro com referência a

31 de Dezembro de 2015 e 2014, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e capital próprio (antes de impostos) como se segue:

MILHARES DE EUROS

31 DEZ 2015				
RESULTADOS			CAPITAL PRÓPRIO	
	+ 50 BPS	- 50 BPS	+ 50 BPS	- 50 BPS
Derivados de cobertura dos fluxos de Caixa	-	-	15.668	-16.388
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-594	594	-	-
	-594	594	15.668	-16.388

31 DEZ 2014				
RESULTADOS			CAPITAL PRÓPRIO	
	+ 50 BPS	- 50 BPS	+ 50 BPS	- 50 BPS
Derivados de cobertura dos fluxos de Caixa	-	-	12.343	-12.844
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-1.094	1.094	-	-
	-1.094	1.094	12.343	-12.844

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Gestão do risco de crédito de contraparte em transacções financeiras

A exposição ao risco de contraparte do Grupo EDP Renováveis em transacções financeiras e não- financeiras é administrado por uma análise da capacidade técnica, competitividade e da probabilidade de incumprimento da contraparte. A EDP Renováveis definiu uma política de risco de contraparte inspirado em Basileia III que está implementada em todos os departamentos e geografias. As contrapartes em derivados e operações financeiras são restritas a instituições de crédito de alta qualidade ou para o Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com as normas internacionais. A generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados é contratada ao abrigo do *ISDA Master Agreements*. A qualidade do crédito das contrapartes externas é analisada de acordo com a política de risco da contraparte do Grupo, e as garantias são necessárias quando a exposição se encontra acima dos limites pré-estabelecidos.

No caso específico do Grupo EDPR EU, o risco de crédito não é significativo devido ao curto prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os maiores clientes do Grupo são operadores e distribuidores no mercado de energia dos respectivos países (OMIE e MEF no caso do mercado Espanhol). O risco de crédito não é significativo devido ao prazo médio de recebimentos limitado para saldos de clientes e a qualidade dos seus devedores. O risco adicional de contraparte vem dos países que estabeleceram incentivos renováveis, o que usualmente é tratado como um risco regulatório.

No caso específico do Grupo EDPR NA, os principais clientes do Grupo EDP Renováveis são empresas reguladas de electricidade e agentes regionais do mercado energético nos Estados Unidos. Tal como acontece na Europa, o risco de crédito não é significativo devido ao prazo médio de recebimentos e à qualidade dos seus devedores. Contudo, a exposição dos clientes a contratos de longo-prazo é também proveniente do *mark-to-market* desses contratos. Esta exposição é gerida por uma avaliação detalhada da contraparte antes de assinar qualquer contrato de longo-prazo e por uma exigência de garantias, dependendo da exposição e da classificação.

A EDP Renováveis considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber de clientes e outros devedores, líquido de perdas por imparidade registadas. O Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por reconhecer.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras na data de vencimento. A estratégia do Grupo em termos de gestão de liquidez é a de assegurar, tanto quanto possível, a existência de liquidez suficiente para cumprir as obrigações no seu vencimento, em condições normais ou desfavoráveis, sem incorrer em custos desnecessários ou afectar a reputação do Grupo.

A política de liquidez seguida garante o cumprimento do pagamento das obrigações contratadas através da manutenção de linhas de crédito suficientes e através do acesso ao financiamento do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis procede à gestão do risco de liquidez através da contratação e gestão de linhas de crédito e facilidades de financiamento com o seu principal accionista, bem como directamente no mercado com instituições financeiras nacionais e internacionais, assegurando os fundos necessários para realizar as suas actividades.

Gestão dos riscos de preço de mercado

A 31 de Dezembro de 2015 o risco do preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No caso da EDPR NA, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de aquisição de energia. No caso da EDPR EU, a electricidade é vendida em Espanha directamente no mercado diário a preços *spot* acrescido de um prémio pré-definido (regulado). Nos restantes países, os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas excepto para a Roménia e Polónia, onde a maioria das centrais eólicas tem contratos de preço fixo ou com limites mínimos.

Para a reduzida quantidade de energia gerada com risco de preço de mercado, este risco é gerido através da contratação de *swap* de energia. A EDPR EU e a EDPR NA contrataram *swaps* de energia que se qualificam para efeitos de contabilidade de cobertura (cobertura de fluxos de caixa) relacionados com vendas de energia para os anos de 2016 a 2019 (ver nota 36). O objectivo do Grupo EDP Renováveis é o de cobrir volumes de energia produzida reduzindo a sua exposição à volatilidade do preço de venda em mercado.

Gestão de capital

O objectivo do Grupo relativamente à gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo seu accionista maioritário, é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objectivos estabelecidos e manter uma estrutura óptima de capitais próprios de forma a reduzir o custo do capital.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base no rácio de alavancagem. Este rácio é calculado dividindo os financiamentos líquidos pelo total de capitais próprios e financiamento líquido. O financiamento líquido corresponde ao somatório da dívida financeira do passivo por investimentos institucionais (*institucional equity liabilities*), corrigido do efeito dos proveitos diferidos não correntes, e deduzido de caixa e equivalentes de caixa.

05. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

Empresas adquiridas:

- Em Setembro de 2015, os membros do consórcio ENEOP chegaram a um acordo em relação à divisão de activos do consórcio que tinha sido criado para um contrato de energia eólica lançado pelo Governo Português em 2005-2006. Nos termos deste acordo, o Grupo EDPR passou a deter o controlo exclusivo do seguinte portfólio de parques eólicos:

Eólica do Alto da Lagoa, S.A.
 Eólica das Serras das Beiras, S.A.
 Eólica do Cachopo, S.A.
 Eólica do Castelo, S.A.
 Eólica da Coutada, S.A.
 Eólica do Espigão, S.A.
 Eólica da Lajeira, S.A.
 Eólica do Alto do Mourisco, S.A.
 Eólica dos Altos dos Salgueiros-Guilhado, S.A.
 Eólica do Alto da Teixosa, S.A.
 Eólica da Terra do Mato, S.A.
 Eólica do Velão, S.A.

Esta transacção constitui uma combinação de negócios por etapas tendo gerado um ganho provisório sobre a reavaliação da participação anteriormente detida no montante de 124.750 milhares de Euros, que foi reconhecido na rubrica Outros rendimentos (ver nota 43 e 8).

- EDP Renovables España. S.L. adquiriu 2% do capital social da Acampo Arias, S.L., 24% do capital social da Compañía Eólica, Campo de Borja, S.A., 5% do capital social da D.E. Rabosera, S.A., 20% do capital social da Molino de Caragüeyes, S.L., 5% do capital social da Parque Eólico La Sotonera, S.L., 16% do capital social da Eólica Alfoz, S.L., 40 % do capital social da Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L., 40% do capital social da Parques de Generación Eólica, S.L., 32 % do capital social do Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A. e 40% do capital social da Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L. com um ganho subsequente de 100% nas seguintes empresas: Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A., Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A., Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L., Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L. e Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.;

- EDP Renováveis, S.A. celebrou um acordo para adquirir 45% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A. à EDP Energias do Brasil S.A. Subsequentemente a este acordo, a EDP Renováveis Brasil, S.A realizou um aumento de capital exclusivamente subscrito pela EDP Renováveis, S.A., diluindo a participação da EDP Energias do Brasil S.A. de 45% para 29%.
- EDPR Yield, S.A.U. adquiriu 100% do capital social da EDPR Yield Spain Services, S.L.U.
- EDP Renováveis Brasil, S.A. adquiriu 100% do capital social da Central Eólica Aventura II, S.A.;
- EDP Renewables, SGPS, S.A. adquiriu 19,40% do capital social da WindPlus, S.A. e 100% do capital social da Stirlingpower, Unipessoal Lda.
- EDP Renewables Polska, Sp. z o.o. adquiriu 100% do capital social da Brent Investments, S.A.

O impacto total das aquisições acima referidas no capital próprio atribuível aos accionistas da EDP Renováveis e nos interesses não-controláveis ascendeu a 30.960 milhares de Euros e -97.321 milhares de euros, respectivamente.

Alienação de interesses não-controláveis:

- EDP Renewables España, S.L. vendeu 6% da sua participação financeira na Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U. por 18 milhares de Euros;
- No segundo trimestre de 2015, a EDP Renewables North America LLC, concluiu a venda à Fiera Axiom L.L.C. por 292.558 milhares de Euros, equivalentes a 324.716 milhares de Dólares Americanos (correspondendo a um preço de venda de 348.000 milhares de Dólares Americanos deduzido de 6.009 milhares de Dólares Americanos de custos de transacção e 17.275 milhares de Dólares Americanos de distribuições de capital):

(i) 49% das suas participações nas seguintes empresas:

- Blue Canyon Windpower V, L.L.C.;
- Paulding Wind Farm II L.L.C.;
- Headwaters Wind Farm L.L.C.;
- Rising Tree Wind Farm L.L.C.;
- Rising Tree Wind Farm II;
- 2009 Vento V, L.L.C.;
- 2011 Vento IX, L.L.C.;
- 2014 Vento XI, L.L.C.;
- 2014 Vento XII, L.L.C.;
- Horizon Wind Ventures III, L.L.C.;
- Horizon Wind Ventures IX, L.L.C.;
- EDPR Wind Ventures XI;
- EDPR Wind Ventures XII.

(ii) 25% das suas participações nas seguintes empresas:

- Cloud County Wind Farm, L.L.C.;
- Pioneer Prairie Wind Farm I, L.L.C.;
- Arlington Wind Power Project L.L.C.;
- 2008 Vento III, L.L.C.;
- Horizon Wind Ventures IC, L.L.C.

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença negativa entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, no montante total de 19.096 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.

- No segundo trimestre de 2015, a EDP Renewables North America LLC vendeu à DIF Infra 3 US L.L.C. 49% da sua participação por 25.281 milhares de Euros, equivalentes a 28.060 milhares de Dólares Americanos (correspondendo a um preço de venda de 30.000 milhares de Dólares Americanos deduzido de 1.940 milhares de Dólares Americanos de custos de transacção) nas seguintes empresas:

- EDPR Solar Ventures I;

- 2014 Sol I, L.L.C.;
- Lone Valley Solar Park I L.L.C.;
- Lone Valley Solar Park II L.L.C.

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença negativa entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, no montante total de 427 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.

- No segundo trimestre de 2015 a EDP Renováveis Brasil, S.A. vendeu à Cwei Brasil Participações Lda (CWEI Brasil) 49% da sua participação num conjunto de activos de parques eólicos por 66.962 milhares de Euros equivalentes a 247.664 milhares de Reais Brasileiros (correspondendo a um preço de venda de 249.613 milhares de Reais Brasileiros deduzidos de 1.949 milhares de Reais Brasileiros de custos de transacção), nas seguintes empresas:

- Central Eólica Aventura I, S.A.;
- Central Nacional de Energia Eólica, S.A.;
- Elebras Projetos Ltda;
- Central Eólica Feijao I, S.A.;
- Central Eólica Feijao II, S.A.;
- Central Eólica Feijao III, S.A.;
- Central Eólica Feijao IV, S.A.;
- Central Eólica Jau, S.A.

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienação, no montante total de 14.800 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.

Empresas liquidadas:

- EDPR Renovables España, S.L. liquidou a Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A. e a Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.

Empresas constituídas:

- Vientos de Coahuila, S.A. de C.V.;
- TACA Wind, S.R.L.;
- EDPR Yield France Services, S.A.S;
- EDPR Yield Portugal Services, Unip. Lda.
- EDPR PT - Parques Eólicos, S.A.
- EDPR Servicios de Mexico, S. de R.L. de C.V.;
- 2015 Vento XIII, LLC;
- 2015 Vento XIV, LLC *;
- EDPR Wind Ventures XIII, LLC;
- EDPR Wind Ventures XIV, LLC;
- EDPR Vento I Holding, L.L.C.;
- EDPR WF, L.L.C.
- Nation Rise Wind Farm GP Inc.*;
- Nation Rise Wind Farm LP;
- South Branch Wind Farm II GP Inc.*;
- South Branch Wind Farm II LP *;
- EDP Renewables Sharp Hills Project LP.

* A EDP Renováveis detém, através das suas subsidiárias EDPR NA e EDPR Canada, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2015 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis foram:

Empresas adquiridas:

- EDP Renewables Polska, S.P. ZO.O adquiriu 100% do capital social da Radziejów Wind Farm Sp. ZO.O.;
- EDP Renewables Italia, S.R.L. adquiriu 100% do capital social da Wincap, S.R.L.;
- EDP Renewables Europe, S.L. adquiriu 99,9667% do capital social da Eólica de Coahuila, S. de R.L. de C.V, através da sua subsidiária Tarcan B.V. Após a sua aquisição, a empresa celebrou um contrato para a venda futura de uma participação financeira significativa do capital social e, conseqüentemente e considerando a substância da transacção e os impactos contabilísticos relacionados com a operação de compra, o Grupo EDP Renováveis considerou este investimento como um empreendimento conjunto, com uma participação equivalente a 51% do capital social.

Alienação de interesses não controláveis e empresas liquidada:

- A EDPR-France S.A.S. alienou 49% da sua participação financeira, por 28.256 milhares de Euros (deduzidos de 153 milhares de Euros dos custos de transacção), nas seguintes empresas:
 - Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.;
 - C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S.;
 - C.E. Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.;
 - C.E. Patay, S.A.S.;
 - C.E. Saint Barnabe, S.A.S.;
 - Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L.;
 - C.E. Segur, S.A.S.;
 - Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.;
 - Parc Eolien des Vatines, S.A.S.

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo, pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, no montante total de 5.299 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.

- EDP Renewables Europe, S.L. alienou 7% das sua participação financeira, pelo montante de 6 milhares de Euros, nas seguintes empresas:
 - Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, S.A.S.;
 - Les Eoliennes en Mer de Vendée, S.A.S. ;
- EDPR Renovables España, S.L. liquidou a Sotromal, S.A. e a Rasacal Cogeneración, S.A;
- A EDP Renewables Canada, Ltd alienou 49% do capital social da SBWF GP Inc. e 49% do capital social da South Dundas Wind Farm LP através da sua subsidiária EDP Renewables Canada LP Holdings, Ltd. pelo montante de 16.506 milhares de Euros (24.200 milhares de Dólares Canadianos). Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos referidos interesses não controláveis alienados, no montante de 2.464 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.
- Alienação de 49% do capital social da EDP Renewables France, S.A.S. pelo montante de 64.340 milhares de Euros (deduzidos de 256 milhares de Euros de custos de transacção), com a subsequente perda de percentagem de capital nos Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S., C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S., C.E. Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S., SOCPE Le Mee, S.A.R.L., Mardelle, S.A.R.L., C.E. Patay, S.A.S., SOCPE Petite Piece, S.A.R.L., Plouvien Breiz, S.A.S., Quinze Mines, S.A.R.L., Parc Eolien de Roman, S.A.R.L., C.E. Saint Barnabe, S.A.S., Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L., SOCPE Sauvageons, C.E. Segur, S.A.S., Parc Eolien de Tarzy, S.A.R.L., Truc L'homme, S.A.R.L., Vallée du Molain, S.A.R.L., Parc Eolien de Varimpre, S.A.S. e Parc Eolien des Vatines, S.A.S.

Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis não resultando numa perda de controlo pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos interesses não controláveis alienados, no montante de 9.808 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.

Empresas fusionadas:

- As seguintes empresas foram fusionadas na EDP Renewables Canada LP, Holdings Ltd.:
 - 8067241 BC, Ltd.;
 - 0867242 BC, Ltd.;
 - South Branch Wind Farm, Inc.

Empresas constituídas:

- EDPR Wind Ventures XII *;
- EDPR Solar Ventures I;
- Parc Eolien de Boqueho – Pouagat, S.A.S.;
- Parc Eolien de Francourville, S.A.S. (foi constituída com o nome de Parc Eolien de Preuseville, S.A.S. e foi renomeada de Parc Eolien de Francourville, S.A.S.);
- 2014 Vento XII, L.L.C.;
- 2014 Sol I, L.L.C.;
- Parc Eolien d'Escardes, S.A.S.;
- Green Country Wind Farm, L.L.C. *;
- Central Eólica Aventura, S.A.;
- EDPR RO Trading S.R.L.

* A EDP Renováveis detém, através das suas subsidiárias EDPR NA e EDPR Canada, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2014 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

Outras alterações:

- Aumento da participação financeira na S.C. Ialomita Power, S.R.L. de 85% para 100% através de um aumento de capital totalmente subscrito pela EDP Renewables Europe, S.L.;
- Devido à entrada em vigor da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Grupo EDPR alterou o método de consolidação de Método Integral para Método de Equivalência Patrimonial na Cprastur A.I.E.;
- Devido à entrada em vigor da IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, o Grupo EDPR alterou o método de consolidação de Método Proporcional para Método de Equivalência Patrimonial nas seguintes empresas:
 - Compañía Eólica Aragonesa, S.A.;
 - Desarrollos Energéticos Canários S.A.;
 - Evolución 2000, S.L.;
 - Flat Rock Windpower II, L.L.C.;
 - Flat Rock Windpower, L.L.C.;
 - Tébar Eólica, S.A.

As empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo EDPR a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 estão listadas no Anexo I.

06. VOLUME DE NEGÓCIOS

A rubrica de Volume de negócios é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Vendas por negócio e geografia		
Electricidade na Europa	826.699	740.515
Electricidade na América do Norte	498.018	382.033
Electricidade no Brasil	21.379	25.136
	1.346.096	1.147.684
Outros	315	306
	1.346.411	1.147.990
Prestação de serviços	3.421	5.785
Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis		
Custo das matérias primas e consumíveis	2.881	-1.249
Variação dos inventários	-3.108	600
	-227	-649
Total Volume de Negócios	1.349.605	1.153.126

O detalhe do volume de negócio por segmento é apresentado no relato por segmentos (ver nota 44).

07. PROVEITOS DECORRENTES DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

Os proveitos decorrentes de parceiros institucionais em parques eólicos nos EUA no montante de 197.442 milhares de Euros (31 Dezembro de 2014: 123.582 milhares de Euros) incluem o reconhecimento de proveitos relacionados com benefícios fiscais à produção (PTC), benefícios fiscais associados ao investimento (ITC) e outros benefícios fiscais relacionados essencialmente com a aceleração das taxas de depreciação dos projectos Sol I, Blue Canyon I, Vento I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII (ver nota 32).

08. OUTROS PROVEITOS

A rubrica de Outros proveitos é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Estimativa da revisão do preço de venda da EDPR PT	-	17.491
Ganhos em concentrações de actividades empresariais	124.750	-
Amortização do proveito diferido relativo a contratos de aquisição de energia	9.961	8.938
Contratos e indemnizações de seguradoras	11.905	5.204
Outros proveitos	14.944	14.034
	161.560	45.667

Os proveitos relacionados com a concentração de actividade empresariais incluem o rendimento resultante da incorporação da carteira de parques eólicos da ENEOP. Estas empresas foram integralmente consolidadas a partir de 1 de Setembro de 2015 (ver nota 43).

Durante 2014, de acordo com os termos do contrato, o ajustamento futuro ao preço de venda da EDPR PT foi revisto no montante de 17.491 milhares de Euros. Não foram necessários ajustamentos adicionais em 2015.

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados em aproximadamente 190.400 milhares de USD e registados como passivo não corrente (ver nota 33). Este passivo é amortizado pelo período de duração dos contratos por contrapartida de Outros proveitos. A amortização do exercício de 31 de Dezembro de 2015 foi de 9.961 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 8.938 milhares de Euros).

09. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Rendas e alugueres	47.021	40.130
Conservação e reparação	169.457	148.578
Trabalhos especializados:		
- Serviços de Informática, Jurídicos e de Consultoria	19.612	15.872
- Serviços partilhados	7.292	7.437
- Outros serviços	12.248	11.119
Outros fornecimentos e serviços	37.098	33.509
	292.728	256.645

10. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Custos com o pessoal e benefícios aos empregados é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Custos com o pessoal		
Remuneração dos órgãos sociais	689	674
Remunerações	66.641	54.714
Encargos com remunerações	10.979	9.836
Remuneração variável dos colaboradores	15.336	11.837
Outros custos	2.045	1.018
Trabalhos para a própria empresa	-20.770	-19.546
	74.920	58.533
Benefícios aos empregados		
Custos com planos de pensões	3.301	2.805
Custos com plano médico e outros benefícios	4.560	3.506
Outros	1.487	1.249
	9.348	7.560
	84.268	66.093

A 31 de Dezembro de 2015, os custos com planos de pensões referem-se a planos de contribuição definida (3.284 milhares de Euros) e a planos de benefício definido (17 milhares de Euros).

O número médio de trabalhadores do quadro permanente, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por cargos de direcção e categoria profissional, é apresentado como segue:

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Órgãos sociais	17	17
	17	17
Directores / Chefias superiores	81	69
Quadros médios	561	547
Profissionais altamente qualificados e qualificados	260	222
Outros empregados	75	62
	977	900
	994	917

11. OUTROS CUSTOS

A rubrica de Outros custos é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Impostos directos e indirectos	79.207	64.707
Perdas em imobilizações	72.248	4.547
Outros custos e perdas	37.861	27.187
	189.316	96.441

A rubrica impostos directos e indirectos, a 31 de Dezembro de 2015, inclui o montante de 28.365 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 23.990 milhares de Euros) relativos à taxa de 7% aplicável sobre os direitos de geração de electricidade em Espanha, incidindo sobre todos os parques eólicos em operação.

Em 2015, o Grupo EDPR procedeu ao abate de activos fixos tangíveis em curso, que se referem a: (i) 41.423 milhares de Euros relativos ao abandono de projectos em curso na EDPR North America, que foram considerados economicamente inviáveis nas actuais condições de mercado, devido à recente publicação de nova legislação – a versão final dos diplomas *Clean Power Plan* e *Renewable Portfolio Standards*; (ii) 20.638 milhares de Euros relativos ao abandono de projectos em curso na EDPR Europe, na sequência da sua reduzida probabilidade de desenvolvimento futuro; e (iii) 5.395 milhares de Euros, devido aos danos ocorridos na torre de medição do parque eólico *offshore* detido pela Moray Offshore Renewables Limited, uma subsidiária da EDPR UK Limited (ver nota 15).

12. AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADES DO EXERCÍCIO

Esta rubrica é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Activos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	795	687
Equipamento básico	551.560	458.783
Outros	11.136	11.555
Imparidade	21.542	15.578
	585.033	486.603
Activos intangíveis		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	2.263	1.461
Imparidade	-	11.434
	2.263	12.895
Imparidade do Goodwill	170	278
	587.466	499.776
Amortização de proveitos diferidos (Subsídios governamentais)	-22.837	-19.009
	564.629	480.767

Em 2015 e 2014, o Grupo EDPR registou uma perda por imparidade em activos fixos tangíveis de 26.491 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 15.571 milhares de Euros em activos fixos tangíveis e 11.434 milhares de Euros em activos intangíveis) em resultado dos testes de imparidade realizados aos parques eólicos e certificados verdes da Roménia (ver nota 15 e 16).

Durante 2015, o Grupo reverteu uma imparidade reconhecida anteriormente no montante de 5.000 milhares de Euros relativo a um parque eólico francês (registado em 2011 como uma acção civil instaurada contra a empresa

detentora do parque eólico) uma vez que em resultado do processo judicial, a gestão reavaliou o risco de desmantelamento do parque eólico alterando de provável para remoto.

13. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de Proveitos e custos financeiros é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Proveitos financeiros		
Juros obtidos	26.795	25.312
Instrumentos financeiros derivados:		
Juros	475	1.247
Justo valor	20.154	66.958
Diferenças de câmbio favoráveis	13.946	7.944
Outros proveitos financeiros	106	66
	61.476	101.527
Custos financeiros		
Juros suportados	194.277	206.531
Instrumentos financeiros derivados:		
Juros	42.965	26.576
Justo valor	17.716	29.515
Diferenças cambiais desfavoráveis	14.150	46.939
Trabalhos para a própria empresa	-22.986	-26.814
Efeito financeiro do desconto (<i>unwinding</i>)	83.421	60.818
Outros custos financeiros	17.416	7.841
	346.959	351.406
Resultados financeiros	-285.483	-249.879

Os Instrumentos financeiros derivados incluem liquidações de juros resultantes do instrumento financeiro derivado estabelecido entre a EDP Renováveis e EDP Sucursal (ver notas 36 e 38).

Em conformidade com a política contabilística apresentada na nota 2g), os custos de empréstimos (juros) capitalizados em activos fixos tangíveis em curso a 31 de Dezembro de 2015 ascendiam a 22.986 milhares de Euros (em 31 de Dezembro de 2014 ascendiam a 26.814 milhares de Euros) (ver nota 15) estando incluídos na rubrica de Trabalhos para a própria empresa (juros financeiros). As taxas de juro consideradas para a referida capitalização variam de acordo com o respectivo empréstimo, entre 0,57% e 14,14% (31 de Dezembro de 2014: 1,12% e 13,24%).

A rubrica de juros suportados diz respeito aos juros de empréstimos cujo juro é definido a taxas de mercado.

Os custos referentes ao *unwinding* referem-se essencialmente à actualização financeira da provisão para desmantelamento e desactivação de parques eólicos no valor de 4.006 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 3.752 milhares de Euros) (ver nota 31) e ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 78.953 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 56.551 milhares de Euros) (ver nota 32).

14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Principais características dos sistemas fiscais dos países em que o Grupo EDP Renováveis opera

As taxas nominais de imposto aplicáveis nos países em que o Grupo EDP Renováveis opera são como se seguites:

PAÍS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Europa:		
Bélgica	39,99%	39,99%
França	33,33% - 34,43%	33,33% - 34,43%
Itália	27,5% - 31,4%	27,5% - 31,4%
Polónia	19%	19%
Portugal	21% - 29,5%	23% - 31,5%
Roménia	16%	16%
Espanha	28%	30%
Reino Unido	20% - 21%	21% - 23%
América:		
Brasil	34%	34%
Canadá	26,50%	26,50%
México	30%	30%
Estados Unidos da América	38,2%	38,2%

A EDP Renováveis S.A. e as suas subsidiárias preenchem declarações fiscais individuais de acordo com a lei fiscal aplicável. No entanto, a empresa e a maioria das suas subsidiárias espanholas em Espanha são tributadas de acordo com o regime de consolidação fiscal aplicável, nos termos da lei espanhola. A EDP - Energias de Portugal, S.A. - Sucursal en España (Sucursal) é a empresa dominante deste Grupo que inclui outras subsidiárias que não se encontram dentro do segmento das energias renováveis.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os períodos fiscais podem ser sujeitos a revisão por diversas Administrações durante um número limitado de anos. Os prazos de prescrição variam de país para país, como é apresentado de seguida: EUA, Bélgica e França: 3 anos; Espanha, Reino Unido, Itália e Portugal: 4 anos ou, no caso de Portugal, se as perdas/ganhos fiscais tiverem sido usados, o número de anos que essas perdas/ganhos fiscais possam ser reportadas; Brasil, Roménia, Polónia, Itália e México: 5 anos; e Canadá: 10 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em cada ano são também sujeitos a revisão e reavaliação das administrações fiscais. Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes, do seguinte modo: 5 anos na Polónia, 7 anos na Roménia; 10 no México; 12 em Portugal; 20 nos EUA e Canadá; e indeterminadamente em Espanha, França, Itália, Bélgica, Brasil e Reino Unido. Além disso, no Reino Unido as perdas fiscais podem ser transitadas para o ano fiscal anterior, e nos EUA e Canadá para os 2 e 3 anos anteriores, respectivamente. Contudo, as deduções fiscais em Portugal, Espanha, Brasil, França, Itália e Polónia podem ser limitadas a uma percentagem do lucro tributável de cada período.

As empresas do Grupo EDP Renováveis podem, de acordo com a legislação, beneficiar de determinados benefícios fiscais ou incentivos, em condições específicas, nomeadamente Benefícios Fiscais à Produção nos EUA, que são a forma dominante de remuneração da energia eólica nesse país, e representam uma fonte de receita extraordinárias por unidade de electricidade (\$23/MWh em 2015 e 2014), ao longo dos primeiros 10 anos de vida útil do activo.

A política de preços de transferência do Grupo EDP Renováveis, encontra-se de acordo com as regras, directrizes e as melhores práticas internacionais aplicáveis nas diversas geografias onde o Grupo opera, no estrito cumprimento da letra e do espírito da Lei.

Alterações legislativas com relevância para o Grupo EDP Renováveis em 2015

As taxas de imposto sobre o rendimento aplicáveis em Portugal, Espanha e Reino Unido foram reduzidas em 2015, como segue:

- Em Portugal, de 23% para 21%, nos termos da Lei 82-B/2014, publicada em 31 de Dezembro de 2014 (Lei do Orçamento de Estado para 2015), em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2015, em diante;
- Em Espanha, de 30% para 28%, nos termos da Lei 27/2014, de 27 de Novembro de 2014, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015 em diante; e
- No Reino Unido, de 21% para 20% em 2015, em vigor a partir de 1 de Abril de 2015, de acordo com a Lei das Finanças de 2013.

Imposto sobre o Rendimento

Esta rubrica é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Imposto corrente	-51.423	-49.997
Imposto diferido	6.076	33.598
	-45.347	-16.399

A taxa efectiva de imposto em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Resultado antes de impostos	290.838	194.286
Imposto do período	-45.347	-16.399
Taxa efectiva de Imposto	15,59%	8,44%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento, no Grupo, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Resultado antes de impostos	290.838	194.286
Taxa nominal de imposto (*)	28,00%	30,00%
Imposto teórico	-81.435	-58.286
Imposto do período	-45.347	-16.399
Diferença	36.088	41.887
Reavaliações contabilísticas, amortizações, depreciações e provisões	-3.207	1.926
Prejuízos e créditos fiscais	-2.887	-2.004
Investimentos financeiros em associadas	1.884	5.939
Diferenças entre as mais e menos valias contabilísticas	35.294	-
Efeitos de taxa de imposto em jurisdições estrangeiras	-14.957	-10.340
Benefícios fiscais	6.799	6.949
Outros	13.162	39.417
	36.088	41.887

(*) Taxa de imposto sobre o rendimento em vigor em Espanha

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica "outros" inclui o montante de 30.059 milhares de Euros, relativos ao impacto nos activos e passivos por impostos diferidos, no seguimento da redução da taxa de Imposto sobre o Rendimento de 30% para 28% em 2015 e para 25% em 2016 e exercícios seguintes, introduzida pela Reforma do Imposto sobre o Rendimento Colectivo em Espanha (de acordo com a Lei 27/2014, de 27 de Novembro de 2014).

15. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Valor bruto		
Terrenos e recursos naturais	31.135	32.977
Edifícios e outras construções	18.650	17.257
Equipamento básico:		
- Produção renovável	15.235.392	12.753.798
- Outro equipamento básico	6.695	6.712
Outros	100.754	88.046
Activos fixos tangíveis em curso	1.243.106	1.259.732
	16.635.732	14.158.522
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Amortizações do período	-563.491	-471.025
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	-3.368.734	-2.605.773
Imparidade do período	-21.542	-15.578
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-69.513	-53.170
	-4.023.280	-3.145.546
Valor líquido contabilístico	12.612.452	11.012.976

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis, durante o exercício de 2015, são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	SALDO EM 01 JAN	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES / ABATES	TRANSFERÊNCIAS	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES PERÍMETRO / OUTROS	SALDO EM 31 DEZ
Valor bruto							
Terrenos e recursos naturais	32.977	447	-3.493	74	1.077	53	31.135
Edifícios e outras construções	17.257	802	-60	-	651	-	18.650
Equipamento básico	12.760.510	441.100	-4.026	619.659	693.611	731.233	15.242.087
Outros	88.046	5.554	-51	2.441	4.764	-	100.754
Activos fixos tangíveis em curso	1.259.732	703.279	-72.795	-692.064	45.763	-809	1.243.106
	14.158.522	1.151.182	-80.425	-69.890	745.866	730.477	16.635.732

MILHARES DE EUROS

	SALDO EM 01 JAN	DOTAÇÃO PERÍODO	PERDAS POR IMPARIDADE /REVERSÕES	ALIENAÇÕES /ABATES	TRANSFERÊNCIAS	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES PERÍMETRO /OUTROS	SALDO EM 31 DEZ
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Edifícios e outras construções	9.755	795	-	-60	-	666	-	11.156
Equipamento básico	3.076.925	551.560	21.542	-1.737	-6.780	158.861	138.204	3.938.575
Outros	58.866	11.136	-	-48	-3	3.598	-	73.549
	3.145.546	563.491	21.542	-1.845	-6.783	163.125	138.204	4.023.280

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos e centrais solares fotovoltaicas que se encontram em exploração.

As transferências de activos fixos tangíveis em curso para exploração, referem-se essencialmente à entrada em operação de parques eólicos e centrais fotovoltaicas do Grupo EDP Renováveis na Polónia, Itália, França, Estados Unidos da América, Espanha e Roménia. Adicionalmente, a rubrica Transferências contém ainda a reclassificação dos activos do parque eólico polaco J&Z para activos detidos para venda (ver nota 26) no montante de 63.151 milhares de Euros.

As perdas por imparidade/reversões estão relacionadas com parques eólicos na Roménia. As reversões de imparidade estão relacionadas com um parque eólico em França (ver nota 12).

A rubrica alienações/abates inclui o montante de 68.134 milhares de Euros desagregados essencialmente em: (i) 41.423 milhares de Euros relativos ao abandono de projectos em curso na EDPR North America; (ii) 20.638 milhares de Euros relativos ao abandono de projectos em curso na EDPR Europe; e (iii) 5.395 milhares de Euros, devido aos danos ocorridos na torre de medição do parque eólico *offshore* detido pela Moray Offshore Renewables Limited (ver nota 11).

A rubrica variações de perímetro/outros inclui o impacto da consolidação de novos parques eólicos no grupo EDPR como resultado do contrato de consórcio da ENEOP com um impacto de 594.492 milhares de Euros. Adicionalmente, o efeito da reavaliação destes activos da ENEOP que ascendem a 249.671 milhares de Euros está incluído na rubrica aquisições/aumentos (ver nota 43).

A empresa subscreveu um programa global de seguros para cobrir riscos relativos a activos fixos tangíveis. A cobertura proporcionada por estas apólices é considerada como suficiente.

Os empréstimos contratados como *project finance* são garantidos pelas acções dos parques eólicos correspondentes e, em última instância, pelos activos fixos dos parques eólicos com os quais o financiamento está relacionado (ver nota 30). Adicionalmente, a construção de determinados activos foi parcialmente financiada por garantias recebidas de diferentes Instituições Governamentais.

Os movimentos em Activos fixos tangíveis em 2014, é analisado como se segue:

MILHARES DE EUROS

	SALDO EM 01 JAN	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES /ABATES	TRANSFERÊNCIAS	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES PERÍMETRO/ OUTROS	SALDO EM 31 DEZ
Valor bruto							
Terrenos e recursos naturais	32.546	436	-1.210	-	1.205	-	32.977
Edifícios e outras construções	16.095	111	-	-	1.051	-	17.257
Equipamento básico	11.402.185	33.257	-2.803	561.673	727.006	39.192	12.760.510
Outros	73.568	2.704	-73	7.602	4.666	-421	88.046
Activos fixos tangíveis em curso	1.058.677	712.378	-2.687	-569.275	58.832	1.807	1.259.732
	12.583.071	748.886	-6.773	-	792.760	40.578	14.158.522

MILHARES DE EUROS

	SALDO EM 01 JAN	DOTAÇÃO DO PERÍODO	PERDAS POR IMPARIDADE /REVERSÕES	ALIENAÇÕES /ABATES	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES PERÍMETRO/ OUTROS	SALDO EM 31 DEZ
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Edifícios e outras construções	8.333	687	-	-	735	-	9.755
Equipamento básico	2.435.384	458.783	15.571	-675	158.492	9.370	3.076.925
Outros	43.895	11.555	7	-50	3.416	43	58.866
	2.487.612	471.025	15.578	-725	162.643	9.413	3.145.546

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em exploração.

As transferências de activos fixos tangíveis em curso para exploração, referem-se essencialmente à entrada em operação de parques eólicos e centrais fotovoltaicas da EDP Renováveis na Polónia, Itália, França, Estados Unidos da América e Canadá.

As perdas por imparidade/reversões estão relacionadas com parques eólicos na Roménia (ver nota 12).

A rubrica variações de perímetro/outros inclui o efeito resultante da aquisição da Wincap, S.R.L pela EDP Renewables Italia, S.R.L. (ver nota 5).

Os activos fixos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são analisados como se segue:

MILHARES DE EUROS		
	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Grupo EDPR EU	439.333	639.286
Grupo EDPR NA	698.693	559.853
Outros	105.080	60.593
	1.243.106	1.259.732

Os activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estão essencialmente relacionados com parques eólicos e centrais fotovoltaicas em fase de construção e desenvolvimento na EDPR EU e EDPR NA.

Os juros financeiros capitalizados ascendem a 22.986 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2015 (31 de Dezembro de 2014: 26.814 milhares de Euros) (ver nota 13).

Os custos com pessoal capitalizados ascendem a 20.770 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2015 (31 de Dezembro de 2014: 19.546 milhares de Euros) (ver nota 10).

O Grupo EDP Renováveis tem compromissos de locações e de compra tal como divulgado na nota 37 - Compromissos.

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS		
	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Valor bruto		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	190.068	145.482
Activos intangíveis em curso	24.785	8.622
	214.853	154.104
Amortizações acumuladas		
Amortizações do período	-2.263	-1.461
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	-40.462	-23.505
Perdas por imparidade	-	-11.434
	-42.725	-36.400
Valor Líquido	172.128	117.704

A rubrica propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis inclui 100.987 milhares de Euros e 14.006 milhares de Euros relativos a licenças de produção eólica do Grupo EDPR NA (31 de Dezembro de 2014: 91.359 milhares de Euros) e da EDPR Portugal (31 de Dezembro de 2014: 14.035 milhares de Euros), respectivamente, e 55.990 milhares de Euros relativos a certificados verdes diferidos na Roménia (31 de Dezembro de 2014: 37.426 milhares de Euros) (ver nota 2 i)).

O movimento na rubrica activos intangíveis durante 2015 é analisado como se segue:

MILHARES DE EUROS							
	SALDO EM 01 JAN	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES / ABATES	TRANSFERÊNCIAS	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES PERÍMETRO / OUTROS	SALDO EM 31 DEZ
Valor bruto							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	145.482	18.432	-	456	9.598	16.100	190.068
Activos intangíveis em curso	8.622	5.910	-	-498	-864	11.615	24.785
	154.104	24.342	-	-42	8.734	27.715	214.853

MILHARES DE EUROS

	SALDO EM 01 JAN	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	PERDAS POR IMPARIDADE	ALIENAÇÕES /ABATES	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES PERÍMETRO /OUTROS	SALDO EM 31 DEZ
Amortizações acumuladas							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	36.400	2.263	-	-	1.063	2.999	42.725
	36.400	2.263	-	-	1.063	2.999	42.725

As adições incluem o reconhecimento de direitos dos certificados verdes diferidos na Roménia no montante de 19.239 milhares de Euros.

A rubrica variações de perímetro/outros inclui o impacto da consolidação dos novos parques eólicos no Grupo EDPR resultante do acordo do consórcio da ENÉOP com um impacto de 22.436 milhares de Euros (ver nota 43).

Os movimentos na rubrica de activos intangíveis durante 2014 são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	SALDO EM 01 JAN	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES /ABATES	TRANSFERÊNCIAS	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES PERÍMETRO /OUTROS	SALDO EM 31 DEZ
Valor bruto							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	105.514	29.481	-	-	10.484	3	145.482
Activos intangíveis em curso	4.862	3.754	-	-	6	-	8.622
	110.376	33.235	-	-	10.490	3	154.104

MILHARES DE EUROS

	SALDO EM 01 JAN	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	PERDAS POR IMPARIDADE	ALIENAÇÕES S/ABATES	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES DE PERÍMETRO /OUTROS	SALDO EM 31 DEZ
Amortizações acumuladas							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	22.443	1.461	11.434	-	1.062	-	36.400
	22.443	1.461	11.434	-	1.062	-	36.400

As adições incluem o reconhecimento dos direitos dos certificados verdes diferidos na Roménia no montante de 24.885 milhares de Euros.

As Perdas por Imparidade referem-se a certificados verdes diferidos na Roménia (ver nota 12).

17. GOODWILL

No Grupo, a decomposição do *goodwill*, resultante da diferença entre o valor de aquisição dos investimentos e a parte correspondente do justo valor dos activos líquidos adquiridos, é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Goodwill registado no Grupo EDPR EU:	636.288	635.111
- Grupo EDPR Espanha	490.385	492.385
- Grupo EDPR França	61.460	61.460
- Grupo EDPR Portugal	43.712	42.915
- Outros	40.731	38.351
Goodwill registado no Grupo EDPR NA	724.813	651.264
Outros	916	1.341
	1.362.017	1.287.716

Os movimentos em *goodwill*, por subgrupo, durante 2015 são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	SALDO EM 01 JAN	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	IMPARIDADE	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES PERÍMETRO /OUTRAS	SALDO EM 31 DEZ
Grupo EDPR EU:							
- Grupo EDPR Espanha	492.385	-	-2.000	-	-	-	490.385
- Grupo EDPR França	61.460	-	-	-	-	-	61.460
- Grupo EDPR Portugal	42.915	797	-	-	-	-	43.712
- Outros	38.351	2.499	-	-	-119	-	40.731
Grupo EDPR NA	651.264	-	-	-	73.549	-	724.813
Outros	1.341	51	-	-170	-306	-	916
	1.287.716	3.347	-2.000	-170	73.124	-	1.362.017

Os movimentos em *goodwill*, por subgrupo, durante 2014 são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	SALDO EM 01 JAN	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	IMPARIDADE	DIFERENÇAS CAMBIAIS	VARIAÇÕES PERÍMETRO /OUTRAS	SALDO EM 31 DEZ
Grupo EDPR EU:							
- Grupo EDPR Espanha	492.213	172	-	-	-	-	492.385
- Grupo EDPR França	64.047	-	-2.587	-	-	-	61.460
- Grupo EDPR Portugal	42.915	-	-	-	-	-	42.915
- Outros	37.856	651	-	-	-156	-	38.351
Grupo EDPR NA	574.867	-	-	-	76.397	-	651.264
Outros	1.602	-	-	-278	17	-	1.341
	1.213.500	823	-2.587	-278	76.258	-	1.287.716

Grupo EDPR EU

No decorrer de 2015, o Grupo EDPR EU apresenta essencialmente uma redução no *goodwill* no montante de 2.000 milhares de Euros e um aumento no montante de 2.499 milhares de Euros que estão relacionados principalmente com a revisão do preço contingente dos contratos de aquisição de três projectos na EDPR Espanha e de vários projectos na EDPR Polónia, respectivamente.

A redução no *goodwill* do Grupo EDPR EU no ano de 2014 encontra-se relacionada com o cancelamento do *success fee* de um projecto na EDPR França.

As transacções relacionadas com movimentos no *goodwill* acima descritos, foram realizadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2010, data da adopção da IFRS 3 Revista, tendo sido contabilizadas como se encontra descrito na política contabilística 2 b.

Testes de Imparidade do Goodwill - Grupo EDPR

O *goodwill* do Grupo EDPR é testado quanto à sua imparidade anualmente, com base no mês de Setembro. No caso dos parques eólicos em exploração, o teste de imparidade é feito com base no valor recuperável determinado com base no valor de uso dos activos. O *goodwill* é alocado a cada um dos países onde o Grupo EDPR exerce a sua actividade, pelo que, o grupo EDPR agrega todos os fluxos de caixa das unidades geradoras de caixa (UGC) em cada país para calcular o valor recuperável do *goodwill* alocado.

Para efectuar esta análise, foi utilizado o método de Fluxos de Caixa Descontados (DFC). Este método é baseado no princípio que o valor estimado de uma entidade ou negócio é definido pela sua capacidade de gerar recursos financeiros no futuro, assumindo que estes recursos poderão ser transferidos do negócio e distribuídos pelos accionistas, sem pôr em causa a continuidade da actividade.

Desta forma, a valorização dos negócios desenvolvidos por cada unidade geradora de caixa do Grupo EDPR é efectuada de acordo com os fluxos de caixa gerados por cada negócio, descontados a taxas apropriadas.

O período de projecção dos fluxos de caixa futuros usado é a vida útil dos parques eólicos (25 anos) o qual é consistente com o método de depreciação actual. Os fluxos de caixa também consideraram os contratos *off-take* de longo prazo e estimativas de preços de energia de longo prazo, sempre que o activo tenha exposição ao mercado.

Os principais pressupostos utilizados nos testes de imparidade são apresentados como segue:

- Produção de energia: os *net capacity factors* usados em cada UGC utilizam estudos de vento que entram em linha de conta com a previsibilidade do vento no médio e longo prazo, e os mecanismos regulatórios existentes em quase todas as geografias que determinam a produção de energia sempre que as condições climáticas o permitem, bem como a prioridade de despacho da energia produzida;

- Remuneração da energia: foram consideradas as remunerações reguladas ou contratadas quando disponíveis, para as UGC que estejam abrangidas por tarifas reguladas ou que tenham contratos de venda assinados da sua produção durante toda ou parte da sua vida útil: quando esta informação não está disponível, foram utilizadas as curvas de preços de mercado de longo prazo projectadas pelo Grupo com base na experiência passada e modelos de informação interna com base em fontes de informação externa;
- Nova capacidade: os testes de imparidade basearam-se na melhor informação disponível relativamente aos parques eólicos que se estima que venham a ser construídos nos próximos anos, ajustados da probabilidade de sucesso, as expectativas de crescimento baseados nos objectivos do plano de negócios, o crescimento histórico e as projecções de crescimento do mercado. Os testes consideraram os preços contratados e esperados para compra das turbinas aos vários fornecedores;
- Custos operacionais: foram utilizados os contratos para arrendamento de terrenos e os contratos de manutenção em vigor; os outros custos operacionais foram projectados de forma consistente com a experiência da empresa e modelos internos de análise;
- Valor terminal – é utilizada uma percentagem de 15% do valor do investimento inicial em cada parque eólico, considerando a inflação;
- Taxa de desconto: as taxas de desconto utilizadas são após imposto e reflectem a melhor estimativa do Grupo EDPR dos riscos específicos associados a cada UGC apresentando as seguintes bandas de variação:

MILHARES DE EUROS

	2015	2014
Europa	3,8% - 6,0%	4,0% - 6,4%
Estados Unidos da América	4,5% - 6,6%	5,1% - 7,1%
Brasil	9,6% - 11,7%	8,6% - 10,3%

Os testes de imparidades foram realizados tendo em consideração as alterações regulatórias de cada país, conforme referido na nota 1.

A EDPR realizou as seguintes análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efectuados, na Europa, América do Norte e Brasil, nomeadamente às seguintes variáveis chave:

- Redução dos preços de mercado de 5% utilizados no cenário base. Esta análise de sensibilidade realizada de forma independente para este pressuposto, não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada país, excepto para a Roménia cujo montante ascendeu a 9.392 milhares de Euros.
- Aumento de 100 pontos base na taxa de desconto utilizada no cenário base. Esta análise de sensibilidade realizada de forma independente para este pressuposto, não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada país, excepto para a Roménia cujo montante ascendeu a 9.392 milhares de Euros.

18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM JOINT VENTURES E ASSOCIADAS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Investimentos em associadas		
Investimentos em <i>joint ventures</i>	298.017	294.146
Investimentos financeiros em associadas	35.783	75.645
Valor contabilístico	333.800	369.791

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, o *goodwill* gerado na aquisição de *joint ventures* e associadas é apresentado nesta rubrica.

A movimentação dos investimentos financeiros em *joint ventures* e associadas é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	369.791	338.646
Aquisições/entradas	9.553	6.178
Resultados de <i>joint ventures</i> e associadas	-1.517	21.756
Dividendos recebidos	-11.540	-18.132
Diferenças cambiais	22.959	25.838
Reservas de cobertura de <i>joint ventures</i> e associadas	3.094	-4.488
Variações no método de consolidação	-44.107	-
Transferências para activos detidos para venda	-14.433	-
Outros	-	-7
Saldo em 31 de Dezembro	333.800	369.791

A variação na rubrica investimentos em associadas é explicada sobretudo pela alteração de controlo das empresas ao abrigo do consórcio ENEOP, que iniciam a consolidação pelo método de consolidação integral a partir de 1 de Setembro de 2015, no montante de 44.107 milhares de Euros (ver nota 43) e através da transferência do investimento na Inch Cape Offshore Limited para activos detidos para venda no montante de 14.433 milhares de Euros (ver nota 26).

A tabela seguinte resume a informação financeira individual das *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2015:

MILHARES DE EUROS

	FLAT ROCK WIND-POWER	FLAT ROCK WIND-POWER II	COMPANHIA EÓLICA ARAGONESA	OUTROS
Informação financeira individual das <i>joint ventures</i>				
Activos não correntes	301.415	121.644	130.283	73.399
Activos correntes (incluindo caixa e equivalentes de caixa)	4.631	393	6.038	9.742
Caixa e equivalentes de caixa	2.557	104	4.965	7.553
Total Capital Próprio	301.530	120.202	105.421	20.337
Dívida financeira de longo prazo	-	-	-	13.600
Passivos não correntes	3.737	1.420	27.653	16.380
Dívida financeira de curto prazo	-	-	-	29.590
Passivos correntes	779	415	3.247	46.424
Volume de negócios	25.791	5.437	17.835	4.238
Amortizações dos activos fixos tangíveis e intangíveis	-21.479	-7.339	-10.306	-3.433
Outros custos financeiros	-213	-64	-159	-1.100
Impostos sobre os lucros	-	-	-95	399
Resultado líquido do período	-8.834	-6.116	379	-991
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Activos líquidos	150.765	60.101	61.846	25.305
Goodwill	-	-	39.558	2.667
Dividendos pagos	5.293	747	5.000	246

A tabela seguinte resume a informação financeira individual das *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2014:

MILHARES DE EUROS

	FLAT ROCK WIND-POWER	FLAT ROCK WIND-POWER II	COMPANHIA EÓLICA ARAGONESA	OUTROS
Informação financeira individual das <i>joint ventures</i>				
Activos não correntes	289.039	115.477	134.860	67.013
Activos correntes (incluindo caixa e equivalentes de caixa)	4.392	869	16.560	11.983
Caixa e equivalentes de caixa	2.525	534	12.677	8.982
Total Capital Próprio	290.048	115.012	108.144	19.273
Dívida financeira de longo prazo	-	-	-	40.070
Passivos não correntes	3.156	1.215	30.066	43.590
Dívida financeira de curto prazo	-	-	-	6.331
Passivos correntes	227	119	13.210	16.133
Volume de negócios	31.488	8.392	14.167	10.106
Amortizações dos activos fixos tangíveis e intangíveis	-18.206	-6.165	-5.257	-6.078
Outros custos financeiros	-147	-57	-174	-1.479
Impostos sobre os lucros	-	-	2.531	815
Resultado líquido do período	2.403	-1.345	4.282	-793
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Activos líquidos	145.024	57.506	66.657	24.959
Goodwill	-	-	39.558	2.667
Dividendos pagos	11.689	2.813	2.500	737

A tabela seguinte resume a informação financeira individual das associadas incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2015:

MILHARES DE EUROS

	PQ. EOLICO BELMONTE	LES EOLIENNES EN MER DE DIEPPE - LE TREPORT	PQ. EÓLICO SIERRA DEL MADERO	OUTROS
Informação financeira individual das associadas				
Activos não correntes	21.936	13.577	53.199	80.619
Activos correntes	1.187	6.211	6.874	17.586
Capital Próprio	4.494	13.423	23.531	52.321
Passivos não correntes	4.544	-	1.883	28.464
Passivos correntes	14.085	6.365	34.659	17.420
Volume de negócios	3.933	-	10.146	8.215
Resultado líquido do período	275	-625	1.623	-13.042
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Activos líquidos	3.070	5.772	9.883	17.058
Goodwill	1.726	-	-	6.479
Dividendos pagos	-	-	-	254

A tabela seguinte resume a informação financeira individual das associadas incluídas nas contas consolidadas do Grupo, com referência a Dezembro de 2014:

MILHARES DE EUROS

	INCH CAPE OFFSHORE LTD	ENEOP	PQ. EÓLICO SIERRA DEL MADERO	OUTROS
Informação financeira individual das associadas				
Activos não correntes	46.688	1.296.820	55.915	96.497
Activos correntes	2.662	365.479	9.145	12.748
Capital Próprio	-3.228	98.056	21.909	47.822
Passivos não correntes	46.169	1.399.319	2.644	46.031
Passivos correntes	6.408	164.923	40.508	15.505
Volume de negócios	-	212.687	8.990	11.211
Resultado líquido do período	-1.201	36.167	-390	-4.467
Montantes proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDPR				
Activos líquidos	14.190	35.261	9.202	16.992
Goodwill	15.772	-	-	8.205
Dividendos pagos	-	-	-	393

Durante o exercício de 2015, as *joint ventures* e empresas associadas significativas apresentam a seguinte reconciliação de justo valor dos activos líquidos proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDP:

MILHARES DE EUROS

	CAPITAIS PRÓPRIOS	% EQ. PATRIM.	AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR	GOODWILL	OUTROS	ACTIVOS LÍQUIDOS
Flat Rock Windpower	301.530	50,00%	-	-	-	150.765
Flat Rock Windpower II LLC	120.202	50,00%	-	-	-	60.101
Compañía Eólica Aragonesa	105.421	50,00%	9.136	-	-	61.846
Parque Eólico Belmonte	4.494	29,90%	-	1.726	-	3.070
Les Eoliennes en Mer de Dieppe	13.423	43,00%	-	-	-	5.772
Parque Eólico Sierra del Madero	23.531	42,00%	-	-	-	9.883

Durante o exercício de 2014, as *joint ventures* e empresas associadas significativas apresentam a seguinte reconciliação de justo valor dos activos líquidos proporcionalmente atribuíveis ao Grupo EDP:

MILHARES DE EUROS

	CAPITAIS PRÓPRIOS	% EQ. PATRIM.	AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR	GOODWILL	OUTROS	ACTIVOS LÍQUIDOS
Flat Rock Windpower	290.048	50,00%	-	-	-	145.024
Flat Rock Windpower II LLC	115.012	50,00%	-	-	-	57.506
Compañía Eólica Aragonesa	108.144	50,00%	12.585	-	-	66.657
Inch Cape Offshore Limited	-3.228	49,00%	-	15.772	-	14.190
ENEOP - Eólicas de Portugal. SA	98.056	35,96%	-	-	-	35.261
Parque Eólico Sierra del Madero	21.909	42,00%	-	-	-	9.202

As garantias operacionais prestadas pelas *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo pelo método de equivalência patrimonial, com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são apresentadas como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Garantias de natureza operacional		
Compañía Eólica Aragonesa	920	1.440
Outros	180	307
	1.100	1.747

Os compromissos relativos a dívidas financeiras de curto e longo prazo, as rendas vincendas de locações financeiras, os outros compromissos de longo prazo e outros passivos relativos a aquisições e a rendas vincendas de locações operacionais das *joint ventures* incluídas nas contas consolidadas do Grupo pelo o método de equivalência patrimonial, com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são divulgados como segue:

MILHARES DE EUROS

	2015				
	CAPITAL EM DÍVIDA POR PERÍODO				
	TOTAL	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 3 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Dívida financeira de curto e longo prazo (incluindo juros vincendos)	21.673	14.745	5.166	1.762	-
Rendas vincendas de locações operacionais	19.666	1.356	2.755	2.814	12.741
Obrigações de compra	7.975	5.058	2.587	330	-
	49.314	21.159	10.508	4.906	12.741

MILHARES DE EUROS

	2014				
	CAPITAL EM DÍVIDA POR PERÍODO				
	TOTAL	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 3 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Dívida financeira de curto e longo prazo (incluindo juros vincendos)	23.814	3.356	7.043	7.341	6.074
Rendas vincendas de locações operacionais	22.178	1.344	2.727	2.779	15.327
Obrigações de compra	9.019	4.612	3.841	567	-
	55.011	9.312	13.611	10.687	21.401

19. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

MILHARES DE EUROS

	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	
	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Prejuízos fiscais reportáveis	975.700	848.119	-	-
Provisões	22.506	24.382	10.700	5.956
Instrumentos financeiros derivados	10.469	12.488	6.081	3.300
Activos fixos tangíveis	48.391	50.935	480.097	430.175
Alocação de justos valores a activos e passivos de concentrações De negócios	-	-	432.064	357.768
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	430.304	389.475
Encargos financeiros não dedutíveis	32.562	27.621	-	-
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-1.042.947	-917.062	-1.042.947	-917.062
Outros	407	5	198	780
	47.088	46.488	316.497	270.392

A rubrica activos e passivos por impostos diferidos refere-se essencialmente à Europa e aos Estados Unidos da América, tal como segue:

MILHARES DE EUROS

	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	
	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Europa:				
Prejuízos fiscais reportáveis	42.978	25.724	-	-
Provisões	18.812	16.854	10.700	5.956
Instrumentos financeiros derivados	10.331	12.399	2.572	1.810
Activos fixos tangíveis	43.545	47.631	53.865	52.542
Encargos financeiros não dedutíveis	32.562	27.621	-	-
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-	274.644	231.219
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-101.872	-84.371	-101.872	-84.371
Outros	408	4	199	780
	46.764	45.862	240.108	207.936
Estados Unidos da América:				
Prejuízos fiscais reportáveis	928.626	820.673	-	-
Provisões	3.531	7.310	-	-
Instrumentos financeiros derivados	-	-	3.508	1.490
Activos fixos tangíveis	4.846	3.304	422.776	376.403
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-	154.204	122.009
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos	-	-	429.628	389.475
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-936.813	-831.287	-936.813	-831.287
	190	-	73.303	58.090

Os movimentos dos activos e passivos por impostos diferidos líquidos durante o período são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	
	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Saldo em 1 de Janeiro	46.488	109.213	-270.392	-367.184
Dotação a resultados	19.607	13.360	-13.531	20.238
Dotação a reservas	-1.753	3.312	9.187	-2.867
Diferenças cambiais e outras variações	-17.254	-79.397	-41.761	79.421
Saldo em 31 de Dezembro	47.088	46.488	-316.497	-270.392

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Data limite de reporte:		
2015	-	103
2016	322	1.435
2017	2.763	4.787
2018	15.146	26.610
2019	17.337	20.538
2020	13.953	4.236
2021 a 2035	2.381.728	2.137.058
Sem prazo	285.208	279.280
	2.716.457	2.474.047

20. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Adiantamentos por conta de compras	2.832	4.367
Produtos acabados e intermédios	4.611	3.793
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	15.319	13.160
	22.762	21.320

21. CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Clientes - Não Corrente		
Europa	4.407	4.879
	4.407	4.879
Clientes - Corrente		
Europa	150.253	95.579
Estados Unidos da América	65.905	43.960
Brasil	2.319	2.948
	218.477	142.487
Perdas por imparidade	-1.342	-1.342
	217.135	141.145
	221.542	146.024

A rubrica clientes - não corrente, deve-se essencialmente à constituição do saldo a cobrar pelo ajuste dos limites da *pool* na EDPR EU em Espanha, resultante da publicação do Real Decreto Ley 413/2014 e da Ordem IET/1045/2014 (ver nota 1).

22. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Devedores e outros activos de actividades comerciais é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não Corrente		
Custos diferidos	10.632	11.380
Outros devedores e operações diversas	24.534	24.940
	35.166	36.320
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente		
Adiantamentos relativos à manutenção de turbinas	4.988	6.839
Serviços prestados	8.158	6.495
Adiantamentos a fornecedores	2.893	2.903
Outros devedores e operações diversas	26.784	25.327
	42.823	41.564
	77.989	77.884

23. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros devedores e outros activos é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Outros devedores e outros activos - Não Corrente		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	1.036	359.133
Instrumentos financeiros derivados	29.480	16.365
Outros devedores e outras operações	45.139	21.482
	75.655	396.980
Outros devedores e outros activos - Corrente		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	28.609	246.587
Instrumentos financeiros derivados	25.792	32.514
Outros devedores e outras operações	11.632	15.545
	66.033	294.646
	141.688	691.626

O movimento ocorrido na rubrica empréstimos concedidos a partes relacionadas - não Corrente e corrente refere-se essencialmente à aquisição do controlo sobre a carteira de parques eólicos da ENEOP que passou a consolidar integralmente a partir de 1 de Setembro de 2015 (31 de Dezembro de 2014: 358.120 milhares de Euros e 35.343 milhares de Euros, respectivamente).

A rubrica outros devedores e outras operações – não corrente inclui 33.717 milhares de Euros relativos ao adiantamento do pagamento de activos financeiros respeitantes ao Banzi Project efectuado pela EDP Renewables Italia SRL.

Os empréstimos concedidos a partes relacionadas – Corrente inclui essencialmente 12.754 milhares de Euros de empréstimos concedidos ao Parque Eólico Sierra del Madero, S.A. (31 de Dezembro de 2014: 12.929 milhares de Euros), 8.504 milhares de Euros de empréstimos à Eolica de Coahuila, SRL (31 de Dezembro de 2014: 2.177 milhares de Euros). Em 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica incluía 168.935 milhares de Euros respeitantes a empréstimos concedidos à EDP Servicios Financieros España, S.A. Adicionalmente, foram reclassificados 25.731 milhares de Euros para activos não correntes detidos para venda, correspondentes a empréstimos concedidos pela EDPR UK Limited a Inch Cape Offshore Limited (ver nota 26)..!!

24. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de Impostos a receber é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Imposto sobre o rendimento	20.631	12.336
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	95.796	71.512
Outros impostos	2.231	5.245
	118.658	89.093

25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Caixa	3	-
Depósitos Bancários		
Depósitos à ordem	189.665	246.652
Depósitos a prazo	70.815	16
Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais	38.048	78.855
	298.528	325.523
Outras aplicações de tesouraria	138.201	43.100
	436.732	368.623

Os depósitos a prazo incluem investimentos financeiros temporários para alocar excedentes de caixa.

A rubrica depósitos cativos em relação a parcerias institucionais corresponde aos fundos caucionados necessários para pagar os custos remanescentes de construção de projectos eólicos em parcerias institucionais (ver nota 32), de acordo com a política contabilística 2 w). Os acordos governamentais destas parcerias institucionais e os acordos de garantias específicos definem o gasto apropriado destes fundos.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica "outras aplicações de tesouraria" inclui o saldo da conta corrente com a EDP Servicios Financieros España S.A. no montante de 138.201 milhares de Euros de acordo com os termos e condições do contrato assinado entre as partes em 1 de Junho de 2015.

26. ACTIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA

Os critérios para classificação dos activos e passivos como detidos para venda e operações descontinuadas, tal como a sua apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDPR, são apresentadas nas políticas contabilísticas - nota 2 j).

Em Outubro de 2015, a gestão comprometeu-se com um plano para realizar uma venda cruzada (*cross sale*) de dois parques eólicos na Polónia. A EDPR pretende adquirir os restantes 35% da Molen Wind II, S.P. ZO.O e vender 60% da J&Z Wind Farms SP, ZO.O. Desta forma, os activos e passivos relacionados com a J&Z Wind Farms SP, ZO.O são apresentados como activos e passivos detidos para venda. As acções relativas à venda destes activos e passivos já foram iniciadas sendo expectável que a venda se concretize durante 2016.

Não foram reconhecidas perdas por imparidade uma vez que o justo valor deduzido dos custos de venda é superior ao valor contabilístico.

Em 31 de Dezembro de 2015, os activos e passivos detidos para venda foram registados pelo valor contabilístico sendo este o menor entre o valor contabilístico e os justo valor deduzido dos custos de venda, e abrangia os seguintes activos e passivos:

MILHARES DE EUROS

ACTIVOS	31 DEZ 2015
Activos fixos tangíveis	61.975
Activos por impostos diferidos	708
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	3.201
Clientes e outros activos	2.977
Caixa e equivalentes de caixa	666
Activos detidos para venda	(*) 69.527

(*) Inclui o efeito das taxas de câmbio

MILHARES DE EUROS

PASSIVOS	31 DEZ 2015
Dívida financeira	35.188
Passivos por impostos diferidos	475
Provisões	351
Credores e outros passivos	19.392
Passivos detidos para venda	(*) 55.406

(*) Inclui o efeito das taxas de câmbio

Os rendimentos e gastos acumulados relativos a instrumentos financeiros derivados incluídos em "outro rendimento integral" respeitantes a activos e passivos detidos para venda da empresa J&Z Wind Farms SP. ZO.O ascende a 201 milhares de Euros.

Adicionalmente, durante 2015 a EDPR chegou a um acordo com a Repsol Nuevas Energías S.A. através do qual, ao abrigo dos termos do contrato, a EDPR adquire à Repsol 33% da participação no capital próprio equity do projecto *offshore* Moray, e vende à Repsol 49% da participação no capital próprio do projecto *offshore* Inch Cape Offshore Limited. A transacção foi sujeita às normais autorizações regulamentares e foi concluída durante o primeiro trimestre de 2016 (ver nota 40). Deste modo, o valor do investimento detido pelo Grupo EDPR sobre a empresa associada Inch Cape Offshore Limited, no montante de 14.433 milhares de Euros e 25.731 milhares de Euros de contas a receber que a empresa mãe, a EDPR UK Ltd, detém com a empresa associada, são apresentados como activos detidos para venda.

Não existem rendimentos ou ganhos acumulados incluídos na rubrica de "outro rendimento integral" relativos à empresa Inch Cape Offshore Limited.

27. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital social da EDP Renováveis é representado por 872.308.162 acções com um valor nominal de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado. As acções estão sob a forma de acções ao portador, sendo que a empresa tem o direito de solicitar o acesso aos dados sobre as suas acções e todos os seus titulares encontram-se identificados nos registos escriturais. Todas as acções têm os mesmos direitos de voto e de participação nos resultados e são livremente transmissíveis.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, a estrutura accionista da EDP Renováveis, S.A. é a seguinte:

	Nº DE ACÇÕES	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	676.283.856	77,53%	77,53%
Outros (*)	196.024.306	22,47%	22,47%
	872.308.162	100,00%	100,00%

(*) Acções cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa

Em 18 de Dezembro de 2015, a EDP S.A. - Sucursal en España ("EDP Sucursal") adquiriu à Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., o seu bloco de acções, pelo que, em Dezembro de 2015 a EDP detém directamente, através da sua sucursal espanhola, uma participação qualificada de 77,5% do capital social e dos direitos de voto da EDPR. Como resultado desta aquisição, a Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. não detém actualmente qualquer participação na EDPR.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014, a estrutura accionista da EDP Renováveis, S.A. é a seguinte:

	Nº DE ACÇÕES	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
EDP - Energias de Portugal. S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	541.027.156	62,02%	62,02%
Hidroeléctrica del Cantábrico. S.A.	135.256.700	15,51%	15,51%
Outros (*)	196.024.306	22,47%	22,47%
	872.308.162	100,00%	100,00%

(*) Acções cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa

Em 2007 e 2008 a EDP Renováveis realizou vários aumentos de capital, os quais foram subscritos através da incorporação de 100% das acções na EDPR NA e na EDPR EU.

Estas contribuições foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, transferência de activos e conversão de acções, estabelecido no Capítulo VIII, Título VII do Real Decreto Lei 4, de 5 de Março de 2004, que aprova a lei revista do imposto sobre o rendimento em Espanha. As divulgações obrigatórias pela presente Lei foram incluídas nas demonstrações financeiras de 2007 e 2008.

O Capital Social e os Prémios de Emissão são analisados como se segue:

EUROS	CAPITAL SOCIAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	4.361.540.810	552.034.743
Movimentos durante o período	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	4.361.540.810	552.034.743

Os prémios de emissão podem ser distribuídos livremente.

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDPR são analisados como se segue:

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Resultado líquido atribuível aos accionistas maioritários (em milhares de Euros)	166.614	126.007
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários (em milhares de Euros)	166.614	126.007
Nº médio ponderado de acções durante o período	872.308.162	872.308.162
Nº médio ponderado de acções diluídas durante o período	872.308.162	872.308.162
Resultado por acção (básico) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,19	0,14
Resultado por acção (diluído) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,19	0,14
Resultado por acção (básico) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,19	0,14
Resultado por acção (diluído) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,19	0,14

O Grupo EDPR calcula o seu resultado básico e diluído por acção atribuível aos accionistas maioritários utilizando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato.

A empresa não detém quaisquer acções próprias com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

O número médio de acções foi determinado da seguinte forma:

	31 Dez 2015	31 Dez 2014
Acções emitidas no início do período	872.308.162	872.308.162
Efeito de emissão de acções durante o período	-	-
Número médio de acções realizadas	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções durante o período	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções diluídas durante o período	872.308.162	872.308.162

28. OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL, RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 Dez 2015	31 Dez 2014
Outro rendimento integral:		
Reservas de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-22.356	-41.066
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	4.346	2.603
Diferença cambial de consolidação	-18.928	-25.793
	-36.938	-64.256
Outras reservas e resultados acumulados		
Resultados acumulados e outras reservas	810.436	710.278
Prestações suplementares	60.666	60.666
Reserva legal	56.646	35.375
	927.748	806.319
	890.810	742.063

Prestações Suplementares

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo conjunto está excluída do âmbito da IFRS 3. Consequentemente, e na ausência de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDPR adoptou uma política contabilística para as referidas transacções, considerada apropriada. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais de entidades sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo) nas demonstrações financeiras consolidadas da EDPR. A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecido em capitais próprios.

Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 274º do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do exercício para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas, se não existirem outras reservas disponíveis, e para aumentar o capital social.

Distribuição de Resultados (Empresa Mãe)

A proposta de aplicação de resultados do período de 2015 da EDP Renováveis, S.A. a ser apresentada na Assembleia Geral Anual, é a seguinte:

EUROS	
Base distribuível:	46.775.094.26
Resultado líquido do período de 2015	31.596.861.64
Resultados transitados de anos anteriores	15.178.232.62

EUROS	
Distribuição:	46.775.094.26
Reserva legal	3.159.686.16
Dividendos	43.615.408.10

A aplicação do resultado do período de 2014 da EDP Renováveis, S.A., aprovada na Assembleia Geral Anual, foi a seguinte:

EUROS	
Resultado líquido do período	212.703.502.15
Distribuição:	
Reserva legal	21.270.350.22
Dividendos	34.892.326.48
Resultados transitados	156.540.825.46
	212.703.502.15

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

A reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na proporção em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

Esta reserva inclui as variações acumuladas de justo valor existentes à data da demonstração da posição financeira referentes a activos financeiros disponíveis para venda.

MILHARES DE EUROS

Saldo em 1 de Janeiro de 2014	3.242
Parque Eólico Montes de las Navas. S.L.	-639
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	2.603
Parque Eólico Montes de las Navas. S.L.	1.743
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	4.346

Diferença cambial de consolidação

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas expressas na sua moeda funcional para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são analisadas como segue:

MILHARES DE EUROS

MOEDA		TAXAS DE CÂMBIO 31 DE DEZEMBRO DE 2015		TAXAS DE CÂMBIO 31 DE DEZEMBRO DE 2014	
		CÂMBIO FECHO	CÂMBIO MÉDIO	CÂMBIO FECHO	CÂMBIO MÉDIO
		Dólar americano	USD	1,089	1,110
Zloty	PLN	4,264	4,184	4,273	4,184
Real brasileiro	BRL	4,312	3,699	3,221	3,122
Novo leu	RON	4,524	4,446	4,483	4,444
Libra esterlina	GBP	0,734	0,726	0,779	0,806
Dólar canadiano	CAD	1,512	1,419	1,406	1,466

29. INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Interesses não controláveis de resultados	78.877	51.880
Interesses não controláveis de capital e de reservas	784.232	497.233
	863.109	549.113

A rubrica de Interesses não controláveis, por subgrupo, é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Grupo EDPR NA	614.350	232.358
Grupo EDPR EU	208.211	283.543
Grupo EDPR BR	40.548	33.212
	863.109	549.113

O movimento registado nos interesses não controláveis do Grupo EDP Renováveis refere-se essencialmente a:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	549.113	418.057
Distribuição de dividendos	-43.184	-34.382
Resultado líquido do período	78.877	51.880
Diferença cambial de consolidação	16.415	26.913
Alienações e compras sem alterações de controlo	306.529	94.539
Aumentos/ (Diminuições) do capital social	-45.439	-3.035
Outras alterações	798	-4.859
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	863.109	549.113

30. DÍVIDA FINANCEIRA

A dívida financeira – não corrente é analisada como se segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Dívida financeira - Não corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo EDPR EU	812.231	664.948
- Grupo EDPR BR	97.533	47.142
- Grupo EDPR NA	25.453	30.633
Empréstimos recebidos de entidades do Grupo EDP:		
- EDP Renováveis. S.A.	410.952	368.506
- EDP Renováveis Servicios Financieros. S.L.	2.485.106	2.595.344
Outros empréstimos:		
- Grupo EDPR EU	1.138	9.861
Total Dívida Financeira – Não Corrente	3.832.413	3.716.434
Dívida Colateral – Não corrente (*)		
Depósitos colaterais - Project Finance e outros	-65.299	-65.597
Total Depósitos Colaterais – Não corrente	-65.299	-65.597

A dívida financeira – corrente é analisada como se segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Dívida financeira - Corrente		
Empréstimos bancários :		
- Grupo EDPR EU	123.238	133.561
- Grupo EDPR BR	7.511	7.307
- Grupo EDPR NA	3.978	3.155
Obrigações - Não convertíveis:		
- Grupo EDPR BR	-	29.497
Empréstimos recebidos de entidades do Grupo EDP:		
- EDP Renováveis Servicios Financieros. S.L.	241.000	-
Outros empréstimos:		
- Grupo EDPR EU	8.905	1.763
Juros a pagar	3.225	10.206
Total Dívida Financeira – Corrente	387.857	185.489
Depósitos colaterais - Corrente (*)		
Depósitos Colaterais - Project Finance e Outros	-8.054	-15.141
Total Depósitos Colaterais - Corrente	-8.054	-15.141

(*) Os Depósitos Colaterais correspondem essencialmente a montantes detidos em contas bancárias para cumprir com obrigações em contratos de *project finance* nos quais participam determinadas subsidiárias da EDP Renováveis.

A dívida financeira - não corrente refere-se essencialmente a um conjunto de empréstimos concedidos pela EDP Finance BV (1.687.058 milhares de Euros) e pela EDP Servicios Financieros España S.A. (1.209.000 milhares de Euros). Estes empréstimos têm uma maturidade média de 3 anos e vencem juros à taxa fixa.

Principais acontecimentos do período:

i) Impacto das alterações no perímetro de consolidação

Na sequência da divisão de activos do consórcio ENEOP em Portugal (ver nota 43), o Grupo assumiu o controlo de um portfolio de parques, o que resultou num aumento da dívida financeira com referência a 31 de Dezembro de 2015 no valor de 240.708 milhares de Euros (221.805 milhares de Euros não corrente e 18.903 milhares de Euros corrente). Adicionalmente, os depósitos colaterais incluem o valor de 8.690 milhares de Euros.

ii) Transacções de financiamento e refinanciamento

De acordo com o perfil de dívida externa do Grupo EDPR, bem como as condições favoráveis do mercado relativas às taxas de juro, o Grupo EDPR iniciou vários processos de negociação com diferentes contra-partes, com o objectivo de melhorar o custo médio da dívida, ajustando o perfil do serviço da dívida à estimativa dos fluxos de caixa actualizados da empresa. As principais transacções efectuadas ao longo do ano, são as seguintes:

- 1) Três empréstimos de longo-prazo com o Grupo EDPR foram reestruturados por um montante total de 1.209.000 milhares de Euros, melhorando a vida útil média da dívida de longo prazo prestada pela EDP e o custo médio;
- 2) Três *project finance* espanhóis por um montante total de 155.367 milhares de Euros foram reestruturados de modo a ajustar o Serviço de Dívida Programado para o perfil de Fluxos de Caixa Actualizados, melhorando também o custo médio da dívida;
- 3) Dois *project finance* espanhóis e um *project finance* romeno foram amortizados antecipadamente no montante total de 42.496 milhares de Euros, de modo a otimizar os excedentes de caixa, bem como melhorar o custo médio da dívida; e
- 4) Três novos *project finance* para projectos na Polónia, Bélgica e Brasil, foram contratados por um montante total de aproximadamente 122.943 milhares de euros, tirando partido das condições de mercado competitivas e/ou como parte da estratégia de financiamento do Grupo EDPR para exposição cambial.

Em 31 de Dezembro de 2015, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos por tipo de empréstimos e por moeda são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	2016	2017	2018	2019	2020	ANOS SEGUINTES	TOTAL
Empréstimos bancários							
Euro	109.760	65.153	65.968	65.055	66.506	333.022	705.464
Real brasileiro	3.902	3.902	3.902	3.902	3.902	916	20.426
Outros	23.804	26.914	29.081	30.790	30.473	205.731	346.793
	137.466	95.969	98.951	99.747	100.881	539.669	1.072.683
Empréstimos recebidos de empresas do grupo EDP							
Euro	241.000	121.300	241.600	362.900	483.200	-	1.450.000
Dólar americano	486	-	1.352.791	334.267	-	-	1.687.544
	241.486	121.300	1.594.391	697.167	483.200	-	3.137.544
Outros empréstimos							
Euro	8.905	1.138	-	-	-	-	10.043
	8.905	1.138	-	-	-	-	10.043
	387.857	218.407	1.693.342	796.914	584.081	539.669	4.220.270

Em 31 de Dezembro de 2014, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos por tipo de empréstimos e por moeda são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	2015	2016	2017	2018	2019	ANOS SEGUINTES	TOTAL
Empréstimos bancários							
Euro	123.554	47.770	53.112	49.546	38.714	246.538	559.234
Real brasileiro	5.223	5.223	5.223	5.223	5.223	6.436	32.551
Outros	24.589	20.395	22.926	25.662	27.836	182.895	304.304
	153.366	73.388	81.261	80.431	71.773	435.869	896.088
Empréstimos recebidos de empresas do grupo EDP	29.497	-	-	-	-	-	29.497
Euro	29.497	-	-	-	-	-	29.497
Dólar americano							
	427	241.000	-	890.275	186.644	133.124	1.451.470
	436	-	-	1.213.066	299.741	-	1.513.243
Outros empréstimos	863	241.000	-	2.103.341	486.385	133.124	2.964.713
Euro							
Empréstimos bancários	1.763	8.905	957	-	-	-	11.625
	1.763	8.905	957	-	-	-	11.625
	185.489	323.293	82.218	2.183.772	558.158	568.994	3.901.923

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de *project finance*, cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhora de contas bancárias e dos activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2015, estes financiamentos ascendiam a 1.030.764 milhares de Euros (31 Dezembro 2014: 870.074 milhares de Euros), já incluídos na dívida consolidada do Grupo.

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como se segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015		31 DEZ 2014	
	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR DE MERCADO	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR DE MERCADO
Dívida financeira – Não corrente	3.832.413	3.885.968	3.716.434	3.958.635
Dívida financeira – Corrente	387.857	387.857	185.489	185.489
	4.220.270	4.273.825	3.901.923	4.144.124

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (não corrente) que vence juros a uma taxa fixa é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro em vigor à data da demonstração da posição financeira. O valor de mercado da dívida a taxa variável considera-se que não é substancialmente diferente do valor contabilístico na medida em que estes empréstimos vencem juros a taxas indexadas à Euribor. O valor contabilístico da dívida financeira de curto prazo (corrente) e empréstimos é considerado, como o valor de mercado.

31. PROVISÕES

A rubrica de Provisões é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Provisão para desmantelamento e descomissionamento	117.228	96.676
Provisão para outros riscos e encargos	1.542	2.026
Provisões para outros riscos e encargos de longo-prazo	623	2.026
Provisões para outros riscos e encargos de curto-prazo	919	-
Benefícios aos Empregados	2.663	209
	121.433	98.911

A rubrica provisão para desmantelamento e descomissionamento refere-se a custos que serão incorridos com o desmantelamento de parques eólicos e com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 o). O montante acima inclui essencialmente 60.393 milhares de Euros para parques eólicos nos Estados Unidos da América (31 de Dezembro de 2014: 49.698 milhares de Euros), 56.531 milhares de Euros para parques eólicos na Europa (31 de Dezembro de 2014: 46.404 milhares de Euros) e 484 milhares de Euros para parques eólicos no Brasil (31 de Dezembro de 2014: 574 milhares de Euros).

A EDP Renováveis considera que as provisões registadas na posição financeira consolidada cobrem adequadamente as responsabilidades estimadas descritas nesta nota, pelo que não se espera que das mesmas advenham passivos adicionais aos registados.

O movimento da provisão para desmantelamento e descomissionamento é analisado como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Saldo no início do período	96.676	62.461
Montante capitalizado no período	3.960	24.878
Alterações no perímetro	7.361	-
Unwinding	4.006	3.752
Outras variações e diferenças cambiais	5.225	5.585
Saldo no final do período	117.228	96.676

As alterações no perímetro são referentes à aquisição do controlo das carteiras de parques eólicos da ENEOP, que passaram a consolidar pelo método integral (ver nota 43).

Em 2014, o montante capitalizado no período e outros inclui o impacto da actualização dos pressupostos das provisões para desmantelamento.

O movimento da provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Saldo no início do período	2.026	1.877
Dotação do período	20	21
Reversões do período	-192	-
Outras variações e diferenças cambiais	-312	128
Saldo no final do período	1.542	2.026

32. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

Esta rubrica é analisada como se segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Proveitos diferidos relacionados com benefícios previstos	791.444	735.260
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.164.773	1.066.703
	1.956.217	1.801.963

Os movimentos na rubrica Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Saldo no início do período	1.801.963	1.508.495
Recebimentos obtidos de investidores institucionais	249.274	219.256
Pagamentos relativos a custos de transacção diferidos	-7.457	-1.780
Pagamentos realizados a investidores institucionais	-173.343	-69.616
Outros proveitos (ver nota 7)	-197.442	-123.582
Unwinding (ver nota 13)	78.953	56.551
Diferenças cambiais	206.537	212.639
Benefícios pré-pagos	3.407	-
Transacções cuja flip date foi atingida	-5.675	-
Saldo no final do período	1.956.217	1.801.963

O Grupo realizou várias parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos, através de acordos operacionais com sociedades de responsabilidade limitada que distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a EDPR NA e distribuem os benefícios fiscais, que incluem os Créditos Fiscais à Produção (PTC), Créditos Fiscais ao Investimento (ITC) e a depreciação acelerada, maioritariamente aos investidores.

Durante 2015, a EDPR NA recebeu 233.240 milhares de Dólares Americanos (aproximadamente 210.141 milhares de Euros) de financiamento através de parcerias com o investidor institucional MUFG Union Bank N.A. e com outro investidor institucional, em troca de uma participação financeira no portfolio Vento XIII. Adicionalmente, o Grupo recebeu um montante de 43.435 milhares de Dólares Americanos (aproximadamente 39.133 milhares de Euros), correspondente à última tranche de financiamento através de parceria com o investidor institucional MUFG Union Bank N.A., em troca de uma participação no portfolio Vento XII, contratada em 2014.

Por último, o Grupo EDPR contratou também em 2015 cerca de 238.252 milhares de Dólares Americanos (aproximadamente 214.657 milhares de Euros) de financiamento através de uma parceria institucional com uma subsidiária da Google Inc., em troca de uma participação financeira no portfolio Vento XIV, cujo recebimento ocorreu em 2016 (ver nota 40).

Durante o exercício de 2014, o Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR NA, recebeu o montante de 192.778 milhares de USD (aproximadamente 173.686 milhares de Euros) de financiamento de capitais institucionais da BAL Investment & Advisory, Inc. (Bank of America) em troca de uma participação na carteira de activos da Vento XI e contratou 109.654 milhares de USD (aproximadamente 98.795 milhares de Euros) de financiamento de capitais institucionais do MUFG Union Bank N.A em troca de uma participação na carteira de activos da Vento XII que foi parcialmente recebida em 2014 (66.219 milhares de USD). Por fim, recebeu o montante de 32.327 milhares de USD (aproximadamente 29.126 milhares de Euros) de financiamento de capitais institucionais da Firststar Development, LLC (US Bank).

33. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica Credores e outros passivos de actividades comerciais é analisada como se segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Credores e outros passivos de actividades comerciais - Não Corrente		
Subsídios governamentais e comparticipações para investimentos em activos fixos tangíveis	435.753	430.426
Contratos de vendas de energia - EDPR NA	24.223	30.827
Outros credores e operações diversas	6.320	3.114
	466.296	464.367
Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente		
Fornecedores	79.886	68.343
Fornecedores de imobilizado	645.752	569.070
Outros credores e operações diversas	61.719	50.491
	787.357	687.904
	1.253.653	1.152.271

Os subsídios governamentais para investimentos em activos fixos tangíveis estão essencialmente relacionados com os subsídios recebidos pelo subgrupo EDPR NA nos termos da Lei de Recuperação e Reinvestimento promovidas pelo Governo dos Estados Unidos da América.

No momento da aquisição da EDPR North America, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do *Purchase Price Allocation*, foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de USD, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica contratos de venda de energia - EDPR NA, que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de outros proveitos (ver nota 8).

34. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros credores e outros passivos é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Outros credores e outros passivos - Não Corrente		
Valores a pagar de <i>success fees</i> por aquisição de subsidiárias	10.764	10.707
Suprimentos de interesses não controláveis	180.679	227.819
Instrumentos financeiros derivados	521.004	192.194
Outros credores e operações diversas	58	715
	712.505	431.435
Outros credores e outros passivos - Corrente		
Valores a pagar de <i>success fees</i> por aquisição de subsidiárias	1.350	1.479
Instrumentos financeiros derivados	158.157	220.602
Suprimentos de interesses não controláveis	28.277	29.128
Outros credores e operações diversas	13.998	20.752
	201.782	271.961
	914.287	703.396

A rubrica valores a pagar de *success fees* por aquisição de subsidiárias - não corrente corresponde essencialmente ao preço contingente a pagar de diversos projectos europeus (Polónia, Roménia e Itália). Ver nota 43.

A rubrica de instrumentos financeiros derivados - não corrente e corrente inclui 449.706 e 139.247 milhares de Euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2014: 129.982 e 212.249 milhares de Euros, respectivamente), relativos a um instrumento de cobertura em USD e EUR com a EDP Sucursal, contratado com o objectivo de cobrir o risco cambial do investimento realizado na EDPR NA, expresso em USD (ver nota 36).

A rubrica suprimentos de interesses não controláveis - corrente e não corrente refere-se essencialmente ao suprimento concedido à EDPR Portugal pela CTG, accionista do Grupo EDP. A data de vencimento deste suprimento é Dezembro de 2022, o qual vence juros à taxa fixa de 5,5% pagos semestralmente. A 31 de Dezembro de 2015, o valor deste suprimento é de 81.302 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 90.610 milhares de Euros). Adicionalmente, a rubrica Suprimentos de interesses não controláveis - não corrente inclui ainda o montante de 76.328 milhares de Euros referentes a empréstimos a pagar à Vortex (31 de Dezembro de 2014: 93.553 milhares de Euros), devido à alienação de 49% de algumas participações da EDPR França, a taxa de juro fixa utilizada neste empréstimo varia entre 3,10% e 7,18%.

Outros credores e operações diversas - corrente inclui 11.545 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 6.292 milhares de Euros) relacionados com a estimativa de imposto sobre o rendimento em dívida da EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha.

De acordo com a Lei espanhola 15/2014 de 3 de Dezembro, que altera a Lei 15/2010, o Grupo divulga nas suas demonstrações financeiras anuais o prazo médio de pagamentos das empresas espanholas. Contudo, este é o primeiro período de aplicação desta norma, pelo que não é apresentada informação comparativa para 2014 correspondente a este novo requisito.

O detalhe do prazo médio de pagamentos é a seguinte:

	31 DEZ 2015
DÍAS	
Prazo médio de pagamentos	70
Rácio de operações pagas	72
Rácio de operações pendentes	64
MILHARES DE EUROS	
Total pagamentos efectuados	106.480
Total pagamentos pendentes	27.513

A Empresa preparou a informação de acordo com o critério requerido pelo *Instituto Espanhol de Contabilidade e Auditoria e Contas* (ICAC) na resolução de 29 de Janeiro de 2016, para a divulgação no anexo às demonstrações financeiras de pagamentos a fornecedores em atraso, relativos a operações comerciais.

35. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de Impostos a pagar é analisada como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Imposto sobre o rendimento	10.883	11.833
Retenções na fonte	25.454	19.178
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	17.540	13.370
Outros impostos	10.408	12.323
	64.285	56.704

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A 31 de Dezembro de 2015, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	JUSTO VALOR			NOTIONAL		TOTAL
	ACTIVOS	PASSIVOS	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	
Cobertura de <i>net investment</i>						
Swaps de taxa de juro e moeda	14.509	-589.051	532.442	1.457.332	-	1.989.774
Forwards de moeda	554	-	15.812	-	-	15.812
	15.063	-589.051	548.254	1.457.332	-	2.005.586
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de preço de energia	31.015	-14.660	206.763	127.604	-	334.367
Swaps de taxa de juro	-	-64.092	105.629	491.140	523.650	1.120.419
	31.015	-78.752	312.392	618.744	523.650	1.454.786
Negociação						
Swaps de preço de energia	4.679	-4.109	38.199	15.232	-	53.431
Swaps de taxa de juro	-	-65	941	1.881	-	2.822
Swaps de taxa de juro e moeda	2.503	-	-	98.482	-	98.482
Forwards de moeda	2.012	-7.184	486.224	-	-	486.224
	9.194	-11.358	525.364	115.595	-	640.959
	55.272	-679.161	1.386.010	2.191.671	523.650	4.101.331

A 31 de Dezembro de 2014, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	JUSTO VALOR			NOTIONAL		TOTAL
	ACTIVOS	PASSIVOS	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	
Cobertura de Net investment						
Swaps de taxa de juro e moeda	13.894	-342.231	1.252.469	722.733	-	1.975.202
	13.894	-342.231	1.252.469	722.733	-	1.975.202
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de preço de energia	16.706	-8.683	199.744	129.680	-	329.424
Swaps de taxa de juro	8	-55.410	83.567	167.005	245.262	495.834
	16.714	-64.093	283.311	296.685	245.262	825.258
Negociação						
Swaps de preço de energia	5.404	-6.371	45.457	26.517	-	71.974
Swaps de taxa de juro	-	-101	470	1.411	-	1.881
Swaps de taxa de juro e moeda	2.943	-	-	69.750	-	69.750
Forwards de moeda	9.924	-	365.957	-	-	365.957
	18.271	-6.472	411.884	97.678	-	509.562
	48.879	-412.796	1.947.664	1.117.096	245.262	3.310.022

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado nas rubricas de Outros devedores e outros activos (nota 23) ou Outros credores e outros passivos (nota 34), respectivamente, consoante o justo valor, positivo ou negativo.

Os derivados de cobertura de investimentos líquidos (*net investment*) dizem respeito ao CIRS (*currency interest rate swap*) em USD e EUR contratados com a EDP Sucursal, conforme referido nas notas 38 e 39. Os derivados de cobertura de investimento líquido incluem ainda *forwards* de moeda em CAD e CIRS em PLN e BRL com a EDP, com o objectivo de cobrir as operações do Grupo EDP Renováveis no Canadá, na Polónia e no Brasil.

Os *swaps* de taxa de juro destinam-se a fixar as taxas de juro variáveis associadas aos contratos de *project finance*.

Os *swaps* de preço de energia para cobertura de fluxos de caixa referem-se à cobertura de preço das vendas. A EDPR NA contratou um *swap* de preços de energia com o objectivo de cobrir a variabilidade do preço no mercado *spot* em relação a uma parte da produção do projecto Maple Ridge I. Adicionalmente, tanto a EDPR NA como a EDPR EU contrataram *swaps* de preço de energia de curto prazo para a cobertura da volatilidade da produção de alguns dos seus parques eólicos.

Em alguns mercados energéticos dos Estados Unidos, a EDPR NA encontra-se exposta a congestionamento e perdas de energia na rede que tipicamente tem um impacto negativo no preço de venda de energia nesses mercados. Para cobrir a exposição económica a estes riscos, a EDPR NA contratou Direitos de Capacidade de Transmissão (*Financial Transmission Rights (FTRs)*) bem como um *swap* que fixa o preço marginal local (*Locational Marginal Price (LMP)*) por um período de 3 anos.

Os instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação tratam-se de instrumentos financeiros contratados para cobertura económica de riscos existentes ao nível do Grupo, mas que não são elegíveis nos termos das IFRS, para efeitos de aplicação de contabilidade de cobertura. Estes incluem o contrato *forward* USD/EUR com a EDP Servicios Financieros utilizado para mitigar o risco de taxa de câmbio proveniente dos activos líquidos em USD, como complemento da cobertura de *net investment*.

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa baseia-se nas cotações fornecidas por entidades externas. Estas entidades utilizam técnicas de desconto de fluxos de caixa aceites de forma generalizada e informação pública dos mercados. As únicas excepções são o CIRS em USD/EUR com a sucursal da EDP e o contrato *forward* USD/EUR com a EDP Servicios Financieros, cujos justos valores são determinados pelo Departamento Financeiro da EDP, utilizando as técnicas de fluxos de caixa descontados e os dados, acima mencionados. Como tal, de acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é classificado como Nível 2 (nota 39), e o justo valor de CIRS em USD/EUR com a Sucursal da EDP e o USD/EUR contrato *forward* com a EDP Servicios Financieros é classificado como Nível 3 (nota 39).

As variações de justo valor dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos são analisadas como segue:

			31 DEZ 2015		31 DEZ 2014	
			VARIACÕES DE JUSTO VALOR		VARIACÕES DE JUSTO VALOR	
			INSTRUMENTO	RISCO	INSTRUMENTO	RISCO
Cobertura de Net investment	<i>Swaps</i> de taxa de juro e moeda	Subsidiárias em USD, PLN e BRL	-246.205	244.777	-258.003	257.877
Cobertura de Net investment	<i>Forward</i> de moeda	Subsidiárias em CAD	554	-807	-2.360	2.158
Cobertura de fluxos de caixa	<i>Swaps</i> de taxa de juro	Taxa de Juro	-8.690	-	-22.997	-
Cobertura de fluxos de caixa	<i>Swaps</i> de preço de energia	Preço da Energia	8.332	-	9.237	-
Cobertura de fluxos de caixa	<i>Forwards</i> de moeda	Taxa de Câmbio	-	-	-169	-
			-246.009	243.970	-274.292	260.035

Durante os exercícios de 2015 e 2014 foram utilizados os seguintes inputs de mercado no cálculo do Justo valor:

INSTRUMENTO	INPUT DE MERCADO
<i>Swaps</i> de taxa de juro e moeda	Euribor 3M, Libor 3M, CDI BRL diária e Wibor 3M; e taxas de câmbio: EUR/BRL, EUR/PLN e EUR/USD.
<i>Swaps</i> de taxa de juro	Justo valor indexado às seguintes taxas de juro: Euribor 6M, Wibor 6M e CAD Libor 3M.
<i>Forward</i> de moeda	Justo valor indexado às seguintes taxas de câmbio: USD/EUR, EUR/RON, EUR/PLN, CAD/USD e EUR/CAD.
<i>Swaps</i> de preço de energia	Justo valor indexado ao preço da electricidade.

Os movimentos na reserva de cobertura de fluxos de caixa são apresentadas como segue:

MILHARES DE EUROS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Saldo no início do período	-52.568	-40.804
Variações de justo valor	17.930	-20.527
Transferências para resultados	2.404	-1.396
Interesses não controláveis incluídos nas variações de justo valor	-1.230	5.404
Efeito da aquisição sem alterações de controlo das subsidiárias da EDPR Espanha	-7.760	-
Efeito da venda sem perda de controlo da Pioneer Prairie Wind Farm I. LLC	-1.472	-
Efeito da divisão dos activos da ENEOP (ver nota 43)	15.330	-
Efeito da alienação sem perda de controlo da EDPR França e das suas subsidiárias	-	4.755
Saldo no final do período	-27.366	-52.568

A EDPR adoptou a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, com o objectivo da cobertura do risco cambial da venda futura dos certificados verdes atribuídos aos parques eólicos Cernavoda, Pestera e VS windfarms na Roménia. O preço de venda é indexado às taxas de câmbio EUR/RON para os quais foram eleitos como instrumentos de cobertura os empréstimos em Euros obtidos em regime de *project finance* para esses projectos.

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados em resultados são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Cobertura <i>net investment</i> - ineficácia	-1.681	-328
Cobertura de fluxos de caixa		
Transferência para resultados relativa a cobertura de passivos financeiros	-773	-10
Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas	-1.631	1.406
Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura	4.892	37.781
	807	38.849

O montante de transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas é reconhecido no volume de negócios, enquanto os restantes ganhos e perdas se encontram reconhecidos em proveitos financeiros e custos financeiros, respectivamente (ver nota 13).

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2015 são apresentadas como segue:

GRUPO EDP RENOVÁVEIS			
	MOEDA	PAGA	RECEBE
Contratos de taxa de juro			
Swaps de taxa de juro	EUR	[0,18% - 4,45%]	[-0,05% - 0,03%]
Swaps de taxa de juro	PLN	[2,48% - 5,41%]	[1,77% - 1,88%]
Swaps de taxa de juro	CAD	[2,59%]	[0,84%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio			
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/USD	[0,70% - 5,80%]	[0,40% - 5,60%]
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/BRL	[11,45% - 13,16%]	[-0,13% - -0,04%]
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/PLN	[1,32% - 2,11%]	[-0,13% - -0,07%]

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2014, são apresentadas como se segue:

GRUPO EDP RENOVÁVEIS			
	MOEDA	PAGA	RECEBE
Contratos de taxa de juro			
Swaps de taxa de juro	EUR	[1,36% - 4,45%]	[0,17% - 0,30%]
Swaps de taxa de juro	PLN	[3,30% - 5,41%]	[2,05% - 2,06%]
Swaps de taxa de juro	CAD	[2,59%]	[1,30%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio			
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/USD	[0,61% - 4,26%]	[0,28% - 3,98%]
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/BRL	[9,02% - 9,37%]	[0,08%]
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR/PLN	[1,08% - 2,07%]	[0,08% - 0,09%]

37. COMPROMISSOS

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os compromissos assumidos que não figuram na demonstração da posição financeira referentes a garantias financeiras, operacionais e reais prestadas são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Garantias de carácter financeiro		
Grupo EDPR NA	12.061	3.706
	12.061	3.706
Garantias de carácter operacional		
EDP Renováveis. S.A.	1.033.550	594.909
Grupo EDPR NA	1.227.058	830.645
Grupo EDPR EU	4.390	11.459
Grupo EDPR BR	11.478	16.932
	2.276.476	1.453.945
Total	2.288.537	1.457.651
Garantias reais	27.954	37.837

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a EDPR possui garantias de carácter operacional relativas à sua actividade comercial, no montante de 552.146 milhares de Euros e 142.867 milhares de Euros, respectivamente, já reflectidos no passivo.

As garantias referentes às empresas associadas são apresentadas na nota 18.

Adicionalmente à informação divulgada acima:

i) O Grupo tem financiamentos contratados em regime de *project finance*, cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2015, estes financiamentos totalizavam 977.900 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 870.074 milhares de Euros), montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo;

ii) A subsidiária EDPR NA, no âmbito das parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, presta garantias corporativas típicas destas estruturas aos investidores institucionais, para cobertura de riscos associados a fraude, conduta dolosa ou incumprimento de qualquer obrigação de carácter operacional pela EDPR NA no âmbito destas parcerias. A 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, estas responsabilidades ascendiam a 1.165.270 milhares de Euros e 948.216 milhares de Euros, respectivamente, já considerados na rubrica de passivos com parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA.

Os compromissos por dívidas financeiras, locações e as obrigações de compra do Grupo EDPR são apresentadas por maturidade de vencimento como segue:

MILHARES DE EUROS

31 DEZ 2015					
CAPITAL EM DÍVIDA POR PERÍODO					
	TOTAL	ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 3 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Rendas vincendas de locações operacionais	1.026.046	39.892	81.506	83.218	821.430
Obrigações de compra	2.368.026	1.291.480	769.444	90.148	216.954
	3.394.072	1.331.372	850.950	173.366	1.038.384

MILHARES DE EUROS

31 DEZ 2014					
CAPITAL EM DÍVIDA POR PERÍODO					
	TOTAL	ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 3 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Rendas vincendas de locações operacionais	777.445	31.339	62.203	63.797	620.106
Obrigações de compra	1.960.896	942.896	858.067	49.446	110.487
Outros passivos de longo prazo	1.291	939	352	-	-
	2.739.632	975.174	920.622	113.243	730.593

As obrigações de compra incluem, as responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo de activos fixos tangíveis e contratos de manutenção de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos *forward*, estes são utilizados no cálculo dos compromissos contratuais estimados.

As rendas vincendas de locações operacionais estão relacionadas essencialmente com os terrenos onde os parques eólicos são construídos. Normalmente, o prazo da locação tem a duração da vida útil dos parques eólicos.

Os compromissos relativos a empresas em *joint venture* são apresentados na nota 18.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre a participação detida pela Cajastur na "Quinze Mines" (51% do capital social) em Julho de 2015 (ver nota 5).

- EDP Renováveis através da sua subsidiária EDPR España S.L. exerceu a opção de venda sobre a Turol Diversia S.L por 6% do capital social do parque eólico espanhol 'Iberia Aprovechamientos Eólicos S.A.U' (ver nota 5). Adicionalmente, a EDPR España S.L. detém uma opção de venda de 2% do capital social da 'Iberia Aprovechamientos Eólicos S.A.U' que pode ser exercida caso novos projectos sejam ganhos pelo parque eólico 'Acampo Arias S.L.'

- EDP Renováveis através da sua subsidiária EDPR España S.L. detém uma opção de venda de 6% do capital social do parque eólico espanhol 'Acampo Arias S.L.' que pode exercida caso novos projectos sejam ganhos pelo parque eólico.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre os restantes accionistas da Re Plus (WPG, Galileia e Grant Partners) de 10% do seu capital social. O preço de exercício da opção é de 7.500 milhares de Euros. As opções podem ser exercidas: (i) se ocorrer uma mudança na estrutura accionista dos restantes accionistas da Re Plus e (ii) antes do último projecto entrar em funcionamento;
 - A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU uma opção de venda de 15% do capital social da Rowy, sobre os outros accionistas. O preço de exercício é de 80% do valor da empresa até ao limite de 5.000 milhares de Euros. O período de exercício da opção é o primeiro a ocorrer dos seguintes: (i) dois anos após a data de início da construção ou (ii) 31 de Dezembro de 2019;
 - A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 40% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O., cujo preço de exercício corresponde a 90% do valor de mercado desta participação. Esta opção pode ser exercida entre 3 e 5 anos depois do início dos trabalhos de construção do primeiro parque;
 - A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 35% do capital social da Molen Wind II, S.P. ZO.O., cujo preço de exercício corresponde a 90% do valor de mercado desta participação. Esta opção é exercível até 2 anos após o vencimento da dívida da construção do parque.
- Alguns dos contratos referentes a alienação de participações minoritárias sem perda de controlo efectuadas em 2015 e anos anteriores, nomeadamente a alienação de 49% da EDPR Portugal (ver nota 8) e a alienação de 49% de umas subsidiárias da EDPR Brasil (ver nota 5), incorporam activos e passivos contingentes, de acordo com os termos dos contractos correspondentes.

38. PARTES RELACIONADAS

O número de acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
	Nº DE ACÇÕES	Nº DE ACÇÕES
Conselho de Administração		
António Luís Guerra Nunes Mexia	4.200	4.200
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	5.000
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	(*)	12.370
Miguel Dias Amaro	25	(**)
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	300	300
António do Pranto Nogueira Leite	100	100
Gabriel Alonso Imaz	26.503	26.503
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	840	840
João Manuel de Mello Franco	380	380
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz	(*)	1.200
João Paulo Nogueira Sousa Costeira	3.000	3.000
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	200
José António Ferreira Machado	630	630
José Fernando Maia de Araújo e Silva	(*)	80
	41.178	54.803

(*) Membros de Órgãos sociais que não são parte integrante do Conselho de Administração em 31 de Dezembro de 2015

(**) Membros de Órgãos sociais que não eram parte integrante do Conselho de Administração a 31 de Dezembro de 2014

De acordo com o previsto no artigo n.º 229º da *Ley de Sociedades de Capital*, os membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis não comunicaram ou o accionista maioritário não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses ou incompatibilidade que ponha em causa o desempenho das suas funções.

Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos da Empresa, as remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral, com base na remuneração global autorizada pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração aprova o montante exacto a ser pago a cada administrador com base nesta proposta.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
	MILHARES DE EUROS	MILHARES DE EUROS
Presidente	-	-
Vogais	689	674
	689	674

A EDPR assinou um Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva com a EDP, segundo o qual a EDP suporta o custo dos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração da EDPR, executivos e não

executivos, nomeadamente por João Manso Neto, Nuno Alves, António Mexia e João Marques da Cruz. Esta prática de governo societário relativa a remunerações está de acordo com o modelo adoptado pelo Grupo EDP, segundo o qual os membros do Conselho de Administração Executivo não recebem qualquer remuneração directamente das empresas do grupo em que ocupam cargos, mas sim através da EDP.

Nos termos deste contrato, a EDP Renováveis deve pagar um montante à EDP relativo aos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração, executivos e não executivos. O montante devido pelos serviços de gestão prestados em 2015 pela EDP ascende a 1.089 milhares de Euros (1.107 milhares de Euros em 2014), dos quais 1.029 milhares de Euros referem-se a serviços de gestão prestados por membros executivos e 60 milhares de euros a serviços de gestão prestados por membros não executivos.

O plano de benefícios de reforma para os membros da Comissão Executiva, excluindo o CEO, varia entre 3% a 6% do seu salário anual.

Devido ao término da condição de expatriados dos membros da Comissão Executiva que são também Administradores (Rui Teixeira, CFO (primeiros 3 meses do ano); Miguel Dias Amaro, CFO (últimos 9 meses do ano); João Paulo Costeira, COO EU, BR & South Africa; e Gabriel Alonso, COO NA & Mexico), foram assinados novos contratos de emprego com outras empresas do grupo do seguinte modo: Rui Teixeira e Miguel Dias Amaro com a EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha; João Paulo Costeira com a EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha e Gabriel Alonso com a EDP Renewables North America LLC. Em 2015, a remuneração total destes 3 Administradores ascendeu a 1.049 milhares de Euros (1.688 milhares de Euros em 2014), correspondendo à remuneração fixa e à remuneração variável anual de 2015.

Em 2015 e 2014, a empresa não tem qualquer obrigação relativa a pensões ou seguros de vida com os seus anteriores ou actuais administradores.

Saldos e transacções relevantes com empresas subsidiárias e associadas do Grupo China Three Gorges

Com a venda de 49% da participação financeira no capital da EDPR Portugal à CTG, através da CITIC CWEI Renewables S.C.A., o Grupo EDPR tem suprimentos com a CTG, no montante de 81.302 milhares de Euros (9.812 milhares de Euros como corrente e 71.490 milhares de Euros como não corrente).

Saldos e transacções com partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2015 os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	ACTIVOS		
	EMPRÉSTIMOS E JUROS A RECEBER	OUTROS	TOTAL
EDP Energias de Portugal, S.A.	260	27.909	28.169
Empresas do Grupo Hidrocentábrico (sector eléctrico)	1	19.550	19.551
Joint ventures e empresas associadas	54.392	662	55.054
Outras empresas do Grupo EDP	-	165.422	165.422
	54.653	213.543	268.196

MILHARES DE EUROS

	PASSIVOS		
	EMPRÉSTIMOS E JUROS A PAGAR	OUTROS	TOTAL
EDP Energias de Portugal, S.A.	550	4.249	4.799
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	607.226	607.226
Empresas do Grupo Hidrocentábrico (sector eléctrico)	20	718	738
Joint ventures e empresas associadas	-	45	45
Outras empresas do Grupo EDP	3.137.835	9.535	3.147.370
	3.138.405	621.773	3.760.178

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	ACTIVOS		
	EMPRÉSTIMOS E JUROS A RECEBER	OUTROS	TOTAL
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	22.730	22.730
Empresas do Grupo Hidrocentábrico (sector eléctrico)	1	21.793	21.794
Joint ventures e empresas associadas	436.034	4.522	440.556
Outras empresas do Grupo EDP	168.934	19.675	188.609
	604.969	68.720	673.689

MILHARES DE EUROS

	PASSIVOS		
	EMPRÉSTIMOS E JUROS A PAGAR	OUTROS	TOTAL
EDP Energias de Portugal, S.A.	210	2.750	2.960
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	355.888	355.888
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector eléctrico)	20	3.374	3.394
Joint ventures e empresas associadas	-	52	52
Outras empresas do Grupo EDP	2.963.860	7.695	2.971.555
	2.964.090	369.759	3.333.849

Em 31 de Dezembro de 2015, os activos incluem o saldo da conta corrente com a EDP Servicios Financieros España S.A. ascendendo a 138.201 milhares de Euros de acordo com os termos e condições do contrato assinado entre as partes a 1 de Junho de 2015 (ver nota 25).

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraídos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 1.687.058 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.722.850 milhares de Euros) e da EDP Servicios Financieros España S.A. no montante de 1.450.000 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 241.000 milhares de Euros).

Com o objectivo de cobertura do risco cambial da EDP Renováveis e EDP Sucursal, o Grupo EDP estabeleceu uma *cross currency interest rate swap* (CIRS) em USD e EUR, entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis. Em cada data de balanço, este CIRS é reavaliado ao valor de mercado, que corresponde a uma reavaliação cambial *spot*, resultando numa cobertura cambial perfeita (reavaliação do investimento na EDPR NA e do financiamento externo em dólares). Em 31 de Dezembro de 2015, o montante a pagar pela EDP Renováveis à EDP Sucursal relacionado com este CIRS ascende a 589.036 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 342.231 milhares de Euros) (ver notas 33 e 35).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

MILHARES DE EUROS

	PROVEITOS OPERACIONAIS	PROVEITOS FINANCEIROS	CUSTOS OPERACIONAIS	CUSTOS FINANCEIROS
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	10.538	-10.557	-19.900
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	-	-10.418	-22.041
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector eléctrico)	350.091	-	-4.031	-1.073
Joint ventures e empresas associadas	4.827	17.156	-35	-
Outras empresas do Grupo EDP	189.114	2.202	-4.011	-146.076
	544.032	29.896	-29.052	-189.090

Os proveitos operacionais incluem essencialmente as vendas de electricidade ao comercializador de último recurso em Portugal, nos termos da legislação em vigor, e vendas de electricidade ao Grupo HC, que desempenha o papel de agente comercial do Grupo EDPR em Espanha. A Hidroeléctrica del Cantábrico (HC Energia) é a empresa mãe de um grupo industrial que opera nos sectores do gás e electricidade em Espanha. No sector da electricidade, a HC Energia produz, distribui e vende energia.

Os proveitos financeiros e os custos financeiros com a EDP, S.A. são maioritariamente relacionados com instrumentos financeiros derivados, desqualificados para efeitos da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa dos *swaps* de energia da EDPR EU, devido a nova regulação e a alterações no justo valor de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

MILHARES DE EUROS

	PROVEITOS OPERACIONAIS	PROVEITOS FINANCEIROS	CUSTOS OPERACIONAIS	CUSTOS FINANCEIROS
EDP Energias de Portugal, S.A.	688	13.433	-1.845	-16.123
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	-	-10.645	-8.081
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector eléctrico)	315.703	-	-4.091	-1.216
Joint ventures e empresas associadas	2.653	21.786	-659	-
Outras empresas do Grupo EDP	162.504	41.748	-5.591	-166.727
	481.548	76.967	-22.831	-192.147

O Grupo EDP Renováveis, no âmbito da sua actividade operacional, tem de apresentar garantias a favor de determinados fornecedores em articulação com contratos de energias renováveis. Com referência a 31 de Dezembro de 2015, a EDP, S.A., Energias do Brasil e a Hidrocantábrico concederam garantias financeiras (40.019 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2014: 42.158 milhares de Euros) e operacionais (293.314 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2014: 282.883 milhares de Euros) aos fornecedores a favor da EDPR EU

e EDPR NA. As garantias operacionais são concedidas na sequência dos compromissos assumidos pela EDPR EU e EDPR NA e respeitam à aquisição de activos fixos tangíveis, contratos de fornecimento, turbinas e contratos de energia (contratos de compra de energia) (ver nota 37). O Grupo EDP Renováveis no âmbito da sua actividade realiza transacções comerciais com partes relacionadas em condições normais de mercado.

39. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas.

Os instrumentos *non-standard* podem necessitar de técnicas alternativas, as quais consideram as suas características e as práticas geralmente aceites pelo mercado, aplicáveis a esses instrumentos. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam o instrumento subjacente, nomeadamente curvas de rentabilidade, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de fornecedores de dados financeiros geralmente aceites (Bloomberg e Reuters).

Com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a tabela seguinte apresenta as curvas das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor através dos modelos internos referidos anteriormente:

	31 DEZ 2015		31 DEZ 2014	
	MOEDA		MOEDA	
	EUR	USD	EUR	USD
3 meses	-0,13%	0,61%	0,08%	0,26%
6 meses	-0,04%	0,85%	0,17%	0,36%
9 meses	0,00%	1,01%	0,25%	0,50%
1 ano	0,06%	1,18%	0,33%	0,63%
2 anos	-0,03%	1,18%	0,18%	0,90%
3 anos	0,06%	1,42%	0,22%	1,30%
5 anos	0,19%	1,59%	0,36%	1,78%
7 anos	0,33%	1,74%	0,53%	2,05%
10 anos	0,48%	1,85%	0,81%	2,28%

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não existe uma estimativa fiável e consistente do justo valor através de modelos internos ou externos são reconhecidos ao custo histórico.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros cotados são reconhecidos ao justo valor com base em cotações de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não está disponível nenhuma estimativa fiável do justo valor, são registados na demonstração da posição financeira, ao custo de aquisição.

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos e passivos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, à data da demonstração da posição financeira o valor contabilístico não difere significativamente do justo valor.

Dívida financeira

O justo valor da dívida financeira é calculado através de modelos internos baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados. À data da demonstração da posição financeira, o valor dos empréstimos de taxa variável corresponde aproximadamente ao seu justo valor. No caso de empréstimos de taxa fixa, maioritariamente os empréstimos concedidos por empresas do Grupo EDP, o seu justo valor é calculado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados geralmente aceites pelo mercado.

Instrumentos financeiros derivados

Todos os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. Para os instrumentos financeiros derivados cotados em mercados organizados é utilizado o preço de mercado. Para os instrumentos financeiros derivados *over-the-counter*, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções geralmente aceites pelo mercado, ou pela cotação do vendedor.

CIRS com a EDP Sucursal (nota 36)

Com o objectivo de cobrir o risco de câmbio resultante do investimento na EDPR NA, o Grupo efectuou um CIRS em USD e Euros com a EDP Sucursal. Este derivado é apresentado na Demonstração da posição financeira ao justo valor, o qual é estimado descontando os fluxos de caixa em USD e Euros. As taxas de desconto e as taxas

de juro *forward* foram baseadas na curva das taxas de juro acima mencionadas e as taxas de câmbio USD/EUR são as divulgadas na nota 28. Ver adicionalmente as notas 13 e 23.

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é analisado como se segue:

MILHARES DE EUROS

	31 DEZEMBRO 2015			31 DEZEMBRO 2014		
	VALOR CONTAB.	JUSTO VALOR	DIFERENÇA	VALOR CONTAB.	JUSTO VALOR	DIFERENÇA
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	6.257	6.257	-	6.336	6.336	-
Clientes	221.542	221.542	-	146.024	146.024	-
Devedores e outros activos de actividades comerciais	77.989	77.989	-	77.884	77.884	-
Outros devedores e outros activos	86.416	86.416	-	642.747	642.747	-
Instrumentos financeiros derivados	55.272	55.272	-	48.879	48.879	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	436.732	436.732	-	368.623	368.623	-
	884.208	884.208	-	1.290.493	1.290.493	-
Passivos financeiros						
Dívida financeira	4.220.270	4.273.825	53.555	3.901.923	4.144.124	242.201
Fornecedores	725.638	725.638	-	637.413	637.413	-
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.956.217	1.956.217	-	1.801.963	1.801.963	-
Credores e outros passivos de actividades comerciais	92.262	92.262	-	84.432	84.432	-
Outros credores e outros passivos	235.126	235.126	-	290.600	290.600	-
Instrumentos financeiros derivados	679.161	679.161	-	412.796	412.796	-
	7.908.674	7.962.229	53.555	7.129.127	7.371.328	242.201

O Grupo EDP Renováveis enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor do seguinte modo:

- Nível 1 - Preço de cotação (não ajustado) em mercados activos para os activos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Outros *inputs* de preços de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente (como sejam preços) ou indirectamente (como sejam derivados de preços);
- Nível 3 - *Inputs* para activos e passivos que não são baseados em informação observável em mercado (*inputs* não observáveis).

MILHARES DE EUROS

	31 DEZEMBRO 2015			31 DEZEMBRO 2014		
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	6.257	-	-	6.336
Instrumentos financeiros derivados	-	55.272	-	-	48.879	-
	-	55.272	6.257	-	48.879	6.336
Passivos financeiros						
Passivos decorrentes de opções de interesses não controláveis	-	-	344	-	-	12.760
Instrumentos financeiros derivados	-	679.161	-	-	412.796	-
	-	679.161	344	-	412.796	12.760

Os restantes activos e passivos são avaliados dentro do Nível 1 ou correspondem a activos e passivos em que o seu justo valor é idêntico ao seu valor contabilístico. Em 2015, não existiram transferências entre níveis.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os movimentos verificados nos activos e passivos financeiros dentro do Nível 3 são analisados como segue:

MILHARES DE EUROS

	ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		CREDORES E OUTROS PASSIVOS	
	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
Saldo no início do período	6.336	7.434	12.760	16.987
Ganhos/ (Perdas) em outros rendimentos integrais	430	-1.048	-	-
Aquisições	4	-	-	-
Variações de justo valor/ Pagamentos	-	-	-62	24
Alienações	-513	-50	-12.354	-4.251
Saldo no fim do período	6.257	6.336	344	12.760

Os credores e outros passivos de nível 3 estão relacionados com Passivos decorrentes de opções sobre interesses não controláveis.

Os movimentos em 2015 e 2014 dos instrumentos financeiros derivados são apresentados na nota 36.

40. EVENTOS RELEVANTES E SUBSEQUENTES

EDPR informa sobre parques eólicos offshore no Reino Unido

Em Julho de 2015, a EDPR através da sua subsidiária EDPR UK Limited estabeleceu acordos com a Repsol Nuevas Energías S.A. (Repsol), segundo os quais a EDPR adquire à Repsol a participação de 33% no projecto Moray offshore, e vende à Repsol a participação de 49% no projecto Inch Cape offshore.

Com a conclusão destas transacções em Janeiro de 2016, a EDPR detem a totalidade do projecto Moray offshore, enquanto a Repsol detem a totalidade o projecto Inch Cape offshore. Os dois projectos estão localizados no Reino Unido.

Em Janeiro de 2010, foi atribuído à Moray Offshore Renewable Limited, no âmbito do programa de atribuição de licenças para desenvolvimento de parques eólicos offshore no Reino Unido conduzido pelo The Crown Estate, o direito de desenvolver energia eólica offshore na Zona 1 do Third Offshore Wind Licensing Round (UK Round 3) e em Março de 2014 foi-lhe concedida autorização para o desenvolvimento de 1,116 MW de energia eólica offshore, pelo governo escocês. O projecto pode ser dividido em diversas fases, para permitir uma adequada estratégia de licitação em leilões de alocação de CfD.

EDPR celebra acordo com a CTG para projecto de energia eólica offshore no Reino Unido

Em Outubro de 2015, a EDPR através da sua subsidiária EDPR UK Limited, entrou num Acordo de Cooperação de Investimento com a China Three Gorges (Europe) S.A., pelo qual a CTG propõe-se investir e desenvolver o projecto eólico offshore Moray, localizado no Mar do Norte na costa da Escócia (Zona 1 do programa Crown Estate's Round 3), juntamente com a EDPR e outros potenciais investidores.

Nos termos do acordo, a CTG pretende adquirir até 30% da participação accionista e suprimentos detidos directa ou indirectamente pela EDPR na Moray Offshore Renewable Limited, a fim de participar no investimento, desenvolvimento e operação do projecto eólico offshore Moray.

A transacção está prevista ocorrer em duas fases, com a CTG a investir entre 10% a 20% após o anúncio de um novo leilão para atribuição de *Contract for Difference - CfD*, seguido de um investimento adicional até 10%, sujeito à atribuição com sucesso de um CfD à MORL.

A transacção está sujeita a aprovações regulatórias e de terceiros, e outras condições precedentes.

EDPR anuncia venda de activos minoritários na Polónia e em Itália

Em Dezembro de 2015, a EDPR através da sua subsidiária EDP Renewables Europe. S.L. chegou a um acordo com ACE Poland S.A.R.L. e ACE Italy S.A.R.L., ambas detidas a 100% pela ACE Investment Fund LP – uma entidade participada por China Three Gorges Hong Kong Ltd (CTG HK), uma subsidiária integral da China Three Gorges (CTG) – para a venda de uma participação accionista representativa de 49% do capital social e suprimentos relativos a um portfólio de activos eólicos com 598 MW de capacidade na Polónia e em Itália, por um preço global de €392 milhões.

O perímetro da transacção abrange 392 MW de parques eólicos em operação na Polónia e 100 MW em Itália, com uma vida média de 4 anos, assim como 107 MW em fase de construção na Polónia e em Itália.

A transacção está sujeita à prévia obtenção de autorizações regulatórias e outras condições precedentes, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2016.

O acordo alcançado insere-se no contexto da parceria estratégica de €2 mil milhões estabelecida em Dez-11 entre o principal accionista da EDPR, a EDP – Energias de Portugal. S.A. e a CTG.

EDP Renováveis assina acordo para aquisição de licenças de 216 MW de geração eólica em Portugal

A 7 de Outubro de 2015, a EDP Renováveis S.A. (EDPR), 77,5% controlados pela EDP, informa que chegou a um acordo com a Ventinveste S.A. (Ventinveste), um consórcio liderado pela Galp Energia, SGPS, S.A. e Martifer, SGPS, S.A., para a aquisição de certas sociedades veículo (SPVs) que detêm licenças e direitos de interligação à rede correspondentes a 216,4 MW de capacidade eólica em Portugal, por um preço de referência aproximado de 17 milhões de Euros.

Em 2007, no âmbito da Fase B do leilão efectuado pelo Governo Português, foi atribuída a esta capacidade de energia eólica uma tarifa de longo-prazo. No seguimento do acordo, em Setembro de 2012, entre o Governo Português e vários produtores de energia eólica, os 216,4 MW serão remunerados de acordo com uma tarifa durante um período de 20 anos (ou máximo de 44 GWh/MW).

Com esta transacção, a EDPR pretende maximizar o valor criado nos projectos desde a fase inicial de desenvolvimento ao aplicar o seu distinto conhecimento técnico e de avaliação eólica. O comissionamento e início de operação dos novos parques eólicos da EDPR é esperado acontecer até 2018.

EDPR executa nova transacção de rotação de activos nos EUA

Durante o último trimestre de 2015, a EDP Renováveis S.A. alcançou um acordo com um consórcio de investidores liderados pela Axiom Infrastructure (Axiom), para a venda de uma participação minoritária num portfólio de Parques eólicos nos EUA, com uma capacidade de produção total de 1.002 MW. A participação no portfólio pela Axiom's representará 340MW, sendo a Terceira transacção de rotação de activos anunciada pela EDPR com a Axiom, reforçando a parceria existente.

O portfólio é composto por 6 parques eólicos operacionais. Todos os parques eólicos têm estabelecidos contratos de venda de energia (CAE) de longo prazo.

Baseado no i) preço da transacção e ii) passivo *tax equity* esperado dos projectos, o valor total implícito no portfólio dos 340 MW ascende a 590 milhões de Dólares Americanos correspondentes a 1,7 milhões de Dólares/MW.

A Fiera Axiom financiou 307.5 milhões de Dólares Americanos em Janeiro de 2016, depois de todos os activos envolvidos terem alcançado operações comerciais.

EDPR informa acerca de estrutura das novas parcerias institucionais nos EUA

Em Outubro de 2015, a EDPR estabeleceu um acordo com uma subsidiária da Google Inc. para um financiamento *tax equity* no montante de 238 milhões de Dólares Americanos, em troca de um interesse económico no parque eólico de Waverly de 199 MW, localizado nos EUA no estado do Kansas. A produção gerada pelo projecto, que se encontra actualmente em fase de construção, será vendida através de um Contrato de Aquisição de Energia (CAE) a 20 anos.

Segundo o acordo, o encaixe da transacção com a Google irá ocorrer em data próxima ao início das operações do projecto, previsto ocorrer até ao fim de 2015. Esta é a maior estrutura de parceria institucional da EDPR, considerando os acordos que incluem um único projecto.

Em Novembro de 2015, a EDPR garantiu 116 milhões de Dólares Americanos de financiamento através parcerias institucionais com MUFG Union Bank N.A. e outro investidor institucional, em troca de um interesse do projecto eólico Arbuckle de 100 MW, localizado no estado de Oklahoma. A produção gerada pelo projecto será vendida através de um Contrato de Aquisição de Energia (CAE) a 20 anos.

As estruturas de parceria institucional estabelecidas permitem à EDPR uma utilização eficiente dos benefícios fiscais gerados pelos projectos, aumentando a rentabilidade, criação de valor dos mesmos e mantendo o seu pilar estratégico de auto-financiamento.

EDPR anuncia novos contratos de compra de energia de longo prazo (*Power Purchase Agreement - PPA*) para 100 MW de energia eólica nos EUA

Em Dezembro de 2015, a EDPR, através da sua subsidiária EDP Renewable North America LLC, estabeleceu contratos de compra de energia de longo-prazo (PPAs) com clientes empresariais, para a venda de energia produzida por 100 MW da extensão do parque eólico Hidalgo.

Inicialmente o projecto eólico Hidalgo assegurou dois contratos de longo prazo para venda de energia no total de 150 MW, como comunicado em Abril de 2014. O projecto, que irá agora totalizar 250 MW, está localizado no estado do Texas e a sua construção está prevista para 2016.

EDPR garante contrato de energia de longo prazo para 140 MW no leilão Brasileiro de energia

Em Novembro de 2015, a EDPR, através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil. S.A., assegurou hoje um Contrato de Aquisição de Energia (CAE) a 20 anos, na sequência do leilão de energia brasileiro de 2015 LER para a venda de electricidade no mercado regulado. A energia renovável irá ser produzida por um parque eólico de 140 MW a ser instalado no estado Brasileiro da Baía e é esperado que a entrada em operação ocorra em 2018. O preço inicial do contrato de longo prazo foi estabelecido em R\$199.37/MWh, indexado à inflação brasileira.

Com este novo contrato, a EDPR já garantiu CAEs para 377 MW de projectos de energia eólica no Brasil (actualmente em construção/desenvolvimento) para iniciar operações em 2016, 2017 e 2018.

Através do êxito alcançado neste leilão, a EDPR reforça a sua presença no mercado eólico brasileiro caracterizado por um perfil de baixo risco, através da execução de CAE de longo prazo, com um recurso eólico favorável e fortes perspectivas de crescimento no médio e longo prazo.

EDP Renováveis assegura 93 MW no leilão de energia renovável espanhol

Em Janeiro de 2016, a EDPR assegurou direitos para o pré-registo de 93 MW de energia eólica em Espanha.

Na sequência dos resultados do leilão, a capacidade atribuída será remunerada de acordo com os preços grossistas do mercado espanhol e poderá ser instalada até 2020. A EDPR já identificou, dentro do seu pipeline, projectos específicos que poderiam ser alocados a esta capacidade atribuída, em virtude da sua elevada competitividade devido aos superiores factores de utilização.

41. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas, alterações e interpretações emitidas efectivas para o Grupo

A interpretação recentemente emitida que entrou em vigor e que o Grupo EDPR aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, pode ser analisada como segue:

- IFRIC 21 - Impostos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2013, a IFRIC 21 - Impostos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 17 de Junho de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação clarifica que:

- um imposto corresponde a uma saída de recursos, que incorporam benefícios económicos, imposto pelas administrações públicas às entidades, em conformidade com a legislação;
- a contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de um imposto ocorre no momento em que se verifica a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, tal como definido na legislação (facto gerador da obrigação).

A adopção desta interpretação não afecta os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, mas apenas os valores apresentados nas demonstrações financeiras condensadas consolidadas intercalares de 2015.

O Grupo realizou testes aos impactos da adopção desta interpretação, concluindo que a adopção desta norma não afecta os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas, mas apenas as apresentadas em base intercalar. Consequentemente, a reexpressão não é aplicável às Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas de 2015.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, sem impactos significativos pode ser analisada como segue:

- *Annual Improvement Project* (2011-2013)

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo, cujo impacto está a ser avaliado, podem ser analisadas como segue:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2018, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, que foi alterada em Julho de 2014, não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se no projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- os instrumentos de capital emitidos por entidades terceiras são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- a excepção que permite que investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9; e
- as alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados devem ser reconhecidas na demonstração de rendimento integral do exercício. As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no rendimento integral do exercício não poderão ser transferidos para resultados.

- IFRS 11 (Alterada) - Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em Maio de 2014, alterações à IFRS 11 - Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2016, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração introduz orientação sobre a contabilização a efectuar na aquisição de participação em operações conjuntas que são consideradas como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 - Concentrações de actividades empresariais.

- IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em Maio de 2014, a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2018, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta nova norma estabelece os princípios que uma entidade deverá aplicar no reporte de informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras sobre a natureza, montante, prazo e incerteza do rédito e fluxos de caixa provenientes de um contrato com um cliente.

O princípio fundamental da IFRS 15 é que uma entidade reconheça o rédito para reflectir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante que reflecta a consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo construído em 5 fases.

O modelo das 5 fases é composto pelas seguintes etapas: (i) identificação do(s) contrato(s) com um cliente; (ii) identificação das obrigações contratuais; (iii) determinação do preço de transacção; (iv) alocação do preço de transacção às obrigações contratuais; e (v) reconhecimento do rédito quando (ou na medida em que) a entidade satisfaça determinada obrigação contratual.

- IFRS 16 - Locações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, a IFRS 16 - Locações, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2019, sendo a sua adopção antecipada permitida para entidades que adoptem também a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma define os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 - Locações e as respectivas orientações interpretativas. O objectivo é garantir que locadores e locatários reportam informações úteis para os utilizadores das demonstrações financeiras, designadamente sobre o efeito que as locações têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- inclusão de algumas considerações de modo a distinguir locações de contratos de serviços, tendo por base a existência de controlo sobre um activo no momento em que este fica disponível para uso do locatário; e
- introdução de um modelo único de contabilização para o locatário que exige que este reconheça os activos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses, com excepção de locações de activos de montante reduzido. O locatário deve reconhecer o direito de uso do respectivo activo e a obrigação inerente aos pagamentos a efectuar, e reconhecer os custos financeiros e as depreciações em separado.

- IAS 1 (Alterada) - Iniciativa de Divulgação

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Dezembro de 2014, alterações à IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2016, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações ao âmbito da IAS 1, foram as seguintes:

- Materialidade e agregação: a alteração clarifica que uma entidade não deve ocultar informações úteis através da agregação ou desagregação de informação; e que o nível de materialidade aplica-se às demonstrações financeiras, notas e quaisquer requisitos de divulgação exigidos pelas IFRSs, i.e. divulgações exigidas pelas IFRSs devem ser efectuadas apenas se a informação é material;
- Demonstração da Posição Financeira, Demonstração de Resultados e Outro Rendimento Integral: a alteração esclarece que a lista de rubricas especificadas pela IAS 1 para estas demonstrações podem ser desagregadas e agregadas como relevantes. Orientação adicional foi acrescentada na apresentação dos subtotais destas demonstrações;
- Apresentação de itens de Outro Rendimento Integral: a alteração esclarece que a parte de Outro Rendimento Integral de uma entidade relativo a associadas e *joint ventures* contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial deve ser agregado como uma única rubrica tendo em consideração se irá ser ou não reconhecido como proveitos ou custos;
- Notas: a alteração esclarece que as entidades têm flexibilidade na concepção da estrutura das notas e fornece orientação sobre como determinar uma ordem sistemática das notas.

- IAS 7 (Alterada) - Iniciativa de divulgação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2017, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Estas alterações exigem que uma entidade divulgue informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas obrigações que são criadas pelas actividades de financiamento da entidade, independentemente de estas alterações terem, ou não, impacto nos fluxos de caixa, tais como:

- Alterações nos fluxos de caixa de financiamento;
- Alterações que surgem de uma obtenção ou perda de controlo em subsidiárias ou outras concentrações de negócios;
- O efeito de alterações nas taxas de câmbio; ou
- Variações de justo valor.

Estas divulgações poderão ser apresentadas através de uma reconciliação entre os montantes reportados em balanço, no início e no fim de cada período, para cada item classificado como associado a actividades de financiamento na demonstração de fluxos de caixa.

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo, sem impactos significativos podem ser analisadas como segue:

- IFRS 10 (Alterada) e IAS 28 (Alterada) – Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e a sua associada ou *joint venture*
- IFRS 10 (Alterada), IFRS 12 (Alterada) e IAS 28 (Alterada) - Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação
- IFRS 14 – Diferimento de Contas Regulatórias
- IAS 16 (Alterada) e IAS 38 (Alterada) - Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e de amortização
- *Annual Improvement Project (2010-2012)*
- *Annual Improvement Project (2012-2014)*

42. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pela IAS 16.

Durante o exercício, as despesas ambientais reconhecidas em resultados do exercício no montante de 3.467 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.849 milhares de Euros), são referentes a custos com o plano de gestão ambiental.

Conforme referido na política contabilística 2 o), o Grupo regista provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual para descomissionar e desmantelar esses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou provisões para activos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica para fazer face às responsabilidades de colocar os terrenos na sua condição original, no montante de 117.228 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2015 (31 de Dezembro de 2014: 96.676 milhares de Euros) (ver nota 31).

43. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS

Divisão de Activos da ENEOP

Em 2006, o Grupo EDPR (através da sua subsidiária EDP Renováveis Portugal) estabeleceu um consórcio com a Generg, Finerge (junto com a EDPR, designados por Promotores Eólicos) e a Enercom para desenvolver 1.200 MW de energia renovável em Portugal. Nessa mesma data, ficou acordado entre os Promotores que assim que os activos entrassem em exploração, o Consórcio seria dissolvido e os activos seriam divididos entre si, após a respectiva autorização da Autoridade da Concorrência.

O consórcio (ENEOP), através de duas diferentes subsidiárias integralmente detidas pela ENEOP, exercia as actividades de construção e de exploração do projecto industrial e dos parques eólicos:

- ENEOP 2: construção, manutenção e exploração dos parques eólicos;
- ENEOP 3: construção e exploração da parte industrial do projecto.

Foi acordado entre os Promotores que a divisão dos activos seria efectuada em três etapas:

- fusão por incorporação da ENEOP 2 na ENEOP;
- cisão-dissolução da ENEOP, mediante constituição de 4 novas sociedades (as quais emitem acções para todos os accionistas da ENEOP de uma forma proporcional à sua participação nesta sociedade), para as quais serão transferidos cada um dos respectivos portfolios de parques eólicos e a ENEOP 3; e
- venda cruzada das participações nas novas sociedades e encontro de contas entre os Promotores Eólicos e a Enercom, para que cada um fique com a participação integral em cada um dos seus respectivos portfolios de parques eólicos (no caso dos Promotores Eólicos) e na Eneop 3 (no caso da Enercom).

No dia 19 de Setembro de 2015, apesar das etapas referidas acima não estarem ainda juridicamente formalizadas, todas as condições necessárias à divisão de activos tinham sido garantidas, nomeadamente a decisão de não oposição da Autoridade da Concorrência (AdC), da Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e dos bancos (BEI e outros bancos comerciais). Estas autorizações, juntamente com a assinatura do Acordo Complementar a Acordo Parassocial entre os Promotores Eólicos e a alteração dos órgãos sociais dos parques eólicos, deram à EDPR o controlo efectivo sobre o seu portfolio de parques, uma vez que o que está pendente para a legal divisão dos activos constitui apenas procedimentos administrativos, os quais não são relevantes para efeitos de avaliação de controlo.

Para efeitos de simplificação e tendo em consideração que os efeitos não são materiais, foram utilizadas as demonstrações financeiras das doze empresas, com referência a 31 de Agosto de 2015, como base para determinar os resultados de pré-aquisição de controlo e consequentemente, as empresas foram consolidadas integralmente a partir de 1 de Setembro de 2015.

Até 31 de Dezembro de 2015 todas as etapas foram juridicamente formalizadas, pelo que a esta data o processo de fusão, cisão e venda cruzada dos activos está formal e legalmente terminado.

Desde a data de aquisição do controlo integral sobre este portfolio de parques eólicos, estes contribuíram para o consolidado com Receitas de vendas de energia de 33.917 milhares de Euros e para o resultado líquido do período (atribuível aos accionistas maioritários da EDPR), com um ganho de 4.148 milhares de Euros. Se esta aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, os parques teriam contribuído com receitas de vendas de energia de 102.698 milhares de Euros e com um resultado líquido (atribuível aos accionistas maioritários da EDPR) de 11.777 milhares de Euros, referente ao período de 12 meses findo em 31 de Dezembro de 2015. De referir que até à data de aquisição do controlo, a participação inicialmente detida era contabilizada pelo método de equivalência patrimonial pelo que até essa data foram incorporados através deste método os resultados gerados pelo consórcio ENEOP, no montante de 5.986 milhares de Euros.

À data de aquisição, o Grupo EDPR determinou um justo valor dos activos adquiridos e dos passivos assumidos, tendo por base uma avaliação efectuada por uma entidade externa independente. Esta avaliação, apurada com base no método de fluxos de caixa descontados, determinou um justo valor do portfolio no montante de 230.791 milhares de Euros. O justo valor dos activos e passivos identificados na data de aquisição apresenta-se como segue:

MILHARES DE EUROS

	VALOR CONTAB. À DATA DE AQUISIÇÃO	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	JUSTO VALOR DATA DE AQUISIÇÃO
Activo			
Activos fixos tangíveis	594.492	249.671	844.163
Activos intangíveis	22.436	-	22.436
Activos por impostos diferidos	2.621	-	2.621
Inventários	299	-	299
Outros devedores e outros activos	31.608	-	31.608
Caixa e equivalentes de caixa	99.147	-	99.147
Total Activo	750.603	249.671	1.000.274
Passivo			
Dívida financeira	250.805	-	250.805
Provisões	7.361	-	7.361
Outros credores e outros passivos	455.798	55.519	511.317
Total Passivo	713.964	55.519	769.483
Activo líquido	36.639	194.152	230.791
Ganhos com a remensuração do justo valor dos investimentos anteriormente detidos na ENEOP (líquidos de compensação pecuniária)			124.750
Ganho com a aquisição ao nível do Grupo EDPR			124.750
Fluxo de caixa da aquisição:			
Caixa e equivalentes de caixa da ENEOP			99.147
Valor pago			-50.497
Fluxo de caixa líquido			48.650

A compensação pecuniária foi paga na data legal da divisão dos activos.

O relatório de avaliação da ENEOP acima mencionado determinou um justo valor do activo imobilizado de 844.163 milhares de Euros, tendo por base o método de fluxos de caixa descontados, gerando um ajustamento de justo valor de 249.671 milhares de Euros e o reconhecimento do respectivo imposto diferido passivo, no montante de 55.519 milhares de Euros (ver nota 15 e 19).

Na medida em que o Grupo EDPR já detinha uma participação de 35,95% na ENEOP, esta transacção constitui uma aquisição por etapas nos termos da IFRS 3. Consequentemente, a participação anteriormente detida foi reavaliada ao justo valor, tendo a diferença face ao valor contabilístico sido registada na rubrica de Outros Proveitos (ver nota 8). O impacto total do ganho gerado com esta transacção inclui o reconhecimento em resultados do período das reservas de *cash flow hedge* previamente registadas em outro rendimento integral ao nível da EDPR, no montante de 11.955 milhares de Euros.

Os custos incorridos com a transacção encontram-se reconhecidos em Fornecimento e Serviços Externos, no montante de 837 milhares de Euros.

Outra informação acerca de concentração de actividades empresariais incluídas em 2015

Durante 2015, o Grupo EDPR pagou o montante de 159.318 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 19.790 milhares de Euros) com a seguinte decomposição:

- Aquisição do portfólio da ENEOP (ver nota 43): 50.497 milhares de Euros;
- Aquisição de interesses não controláveis: 71.416 milhares de Euros que incluem 45.781 milhares de Euros relativos à aquisição de interesses não controláveis na EDPR Brasil (ver nota 5);
- Adiantamentos relativas a aquisições: 22.467 milhares de Euros pela aquisição do projecto Banzi em Itália, pela EDP Renewables Italia SRL e 1.500 milhares de Euros pela aquisição do projecto Ventinveste em Portugal, pela EDP Renewables SGPS. S.A. Espera-se que estas operações sejam concluídas durante o ano de 2016;
- Aumentos de capital maioritariamente associados a empresas francesas *offshore* contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial: 9.908 milhares de Euros e
- Aquisição de empresas, *success fees* e exercício de opções de venda: 3.530 milhares de Euros.

Outras concentrações de actividades empresariais

Durante 2015, o Grupo EDPR adquiriu 100% das seguintes empresas: Central Eólica Aventura II. S.A. e Stirlingpower, Unipessoal Lda. (ver nota 5), com os seguintes impactos agregados:

MILHARES DE EUROS	
ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR	
Activos fixos tangíveis	21
Outros activos (incluindo licenças)	8
Total Activo	29
Passivos por impostos diferidos	-
Passivo corrente	1
Total Passivo	1
Activo líquido	28
Interesses não controláveis	-
Activo líquido adquirido	28
Interesse transferido	876
Goodwill	848

Outra informação acerca de concentração de actividades empresariais incluídas em 2014

Durante 2014, o Grupo EDPR adquiriu 100% das seguintes empresas: Wincap. S.R.L. e Radziejów Wind Farm Sp. ZO.O. (ver nota 5), com os seguintes impactos agregados:

MILHARES DE EUROS	
ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR	
Activos fixos tangíveis	1.387
Outros activos (incluindo licenças)	422
Total Activo	1.809
Passivos por impostos diferidos	-
Passivo corrente	-
Total Passivo	375
Activo líquido	1.434
Interesses não controláveis	-
Activo líquido adquirido	1.434
Interesse transferido	2.085
Goodwill	651

44. RELATO FINANCEIRO POR SEGMENTOS

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis e tem três segmentos reportáveis que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo: Europa, América do Norte e Brasil. As unidades de negócio estratégicas têm actividade em zonas geográficas distintas e são geridas de forma independente dado as suas diferentes características. Para cada uma das unidades de negócio estratégicas, o CEO do Grupo analisa numa base trimestral os relatórios de gestão interna.

As políticas contabilísticas dos segmentos reportáveis são as mesmas descritas na nota 3. As informações respeitantes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas no Anexo 2. O desempenho é mensurado com base nos lucros do segmento, conforme incluídos nos relatórios de gestão interna, que são revistos pela Gestão. Os lucros de cada segmento reportável são usados para medir o desempenho uma vez que a administração considera que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados de determinados segmentos face a outras entidades que operam neste sector. A política de preços inter-segmento é determinada nas condições normais concorrenciais de mercado.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis em diversos locais e a sua actividade é gerida com base nos seguintes segmentos de negócios:

- Europa - inclui as empresas do Grupo EDPR EU com actividade em Espanha, Portugal, Bélgica, França, Itália, Holanda, Polónia, Roménia e Reino Unido;
- América do Norte - inclui as empresas do Grupo EDPR EUA e do Grupo EDPR Canadá, com actividade nos Estados Unidos da América e no Canadá, respectivamente;
- Brasil - inclui as empresas do Grupo EDPR Brasil, com actividade neste país.

Definição de segmento

Os valores reportados para cada segmento de negócio resulta da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

A informação financeira divulgada para cada segmento de negócio é determinada com base nos montantes registados diretamente nas subsidiárias que compõem o segmento, incluindo a anulação dos saldos intrasegmentos, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

45. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E OUTROS

A KPMG auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis em 2015 e 2014. Esta empresa e outras entidades e pessoas relacionadas, de acordo com o Real Decreto 1/2011 de 1 de Julho, facturaram honorários e despesas por serviços profissionais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, de acordo como o seguinte detalhe:

MILHARES DE EUROS

31 DE DEZEMBRO DE 2015						
	PORTUGAL	ESPAÑA	BRASIL	U.S.A.	OUTROS	TOTAL
Auditoria e Revisão Legal de Contas	85	1.080	105	1.113	729	3.112
Outros serviços de auditoria	-	453	-	-	18	471
	85	1.533	105	1.113	747	3.583
Serviços de consultoria fiscal	-	340	-	116	16	472
Outros serviços	11	254	-	-	1	266
	11	594	-	116	17	738
Total	96	2.127	105	1.229	764	4.321

MILHARES DE EUROS

31 DE DEZEMBRO DE 2014						
	PORTUGAL	ESPAÑA	BRASIL	U.S.A.	OUTROS	TOTAL
Auditoria e Revisão Legal de Contas	141	588	138	760	632	2.259
Outros serviços de auditoria	-	229	-	-	17	246
	141	817	138	760	649	2.505
Serviços de consultoria fiscal	-	53	-	135	-	188
Outros serviços	11	-	-	-	3	14
	11	53	-	135	3	202
Total	152	870	138	895	652	2.707

ANEXO 1

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 Dezembro 2015 e 2014, são as seguintes:

EMPRESA	SEDE	AUDITOR	2015		2014	
			% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
EMPRESA-MÃE DO GRUPO E ACTIVIDADES RELACIONADAS:						
EDP Renováveis, S.A. (Empresa-mãe do Grupo)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.	Oviedo	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
GEOGRAFIA / PLATAFORMA EUROPA:						
Espanha:						
EDP Renewables Europe, S.L. (Europe Parent Company)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Acampo Arias, S.L.	Zaragoza	KPMG	100,00%	100,00%	98,19%	98,19%
Aplicaciones Industriales de Energías Limpias, S.L.	Zaragoza	n.a.	61,50%	61,50%	61,50%	61,50%
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	n.a.	60,63%	60,63%	60,63%	48,70%
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Zaragoza	KPMG	100,00%	100,00%	75,83%	75,83%
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	60,00%	60,00%
Desarrollos Eólicos Almarchal, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos Buenavista, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Corme, S.A.	La Coruña	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	La Coruña	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Lugo, S.A.U.	Lugo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Tarifa, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Zaragoza	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Desarrollos Eólicos Dumbria, S.A.U.	La Coruña	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos Rabosera, S.A.	Huesca	KPMG	100,00%	100,00%	95,08%	95,08%
EDP Renovables España, S. L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Cantabria, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Yield Spain Services, S.L.U.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
EDPR Yield, S.A.U.	Oviedo	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Energías Eólicas de la Manchuela, S.L.U.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	KPMG	77,50%	77,50%	77,50%	77,50%
Eólica Campollano, S.A.	Madrid	KPMG	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica de Radona, S.L.U.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica del Alfoz, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	83,73%	83,73%
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA	2015		2015		2014	
	SEDE	AUDITOR	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Fontesilva, S.L.	La Coruña	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Guadalteba, S.L.	Sevilla	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Brújula, S.A.	Madrid	KPMG	84,90%	84,90%	84,90%	84,90%
Eólica La Janda, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Navica, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Muxía, S.L.	La Coruña	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Sierra de Avila, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U.	Zaragoza	KPMG	94,00%	94,00%	100,00%	100,00%
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables IDER, S.L.	León	KPMG	100,00%	100,00%	59,59%	59,59%
Molino de Caragüeyes, S.L.	Zaragoza	KPMG	100,00%	100,00%	80,00%	80,00%
Neo Energía Aragón, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	60,00%
Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	60,00%
Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	60,00%
Parc Eòlic Serra Voltorera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	KPMG	92,50%	92,50%	61,00%	61,00%
Parque Eólico Belchite, S.L.	Zaragoza	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico La Sotonera, S.L.	Zaragoza	KPMG	69,84%	69,84%	64,84%	64,84%
Parque Eólico Los Cantales, S.L.U.	Zaragoza	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	KPMG	100,00%	83,96%	100,00%	83,96%
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	KPMG	100,00%	100,00%	60,00%	60,00%
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renovables Castilla La Mancha, S.A.	Albacete	KPMG	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
South África Wind & Solar Powe, S.L.U.	Oviedo	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Portugal:						
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Porto	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDP Renewables SGPS, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR PT - Parques Eólicos, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Yield Portugal Services Unipessoal Lda.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos de Valdevez	KPMG	60,00%	30,60%	60,00%	30,60%
Eólica da Coutada, S.A.	Vila Pouca de Aguiar	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica da Lajeira, S.A.	Porto	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Boticas	KPMG	50,10%	25,55%	50,10%	25,55%
Eólica da Terra do Mato, S.A.	Porto	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%

EMPRESA	SEDE	AUDITOR	2015		2014	
			% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Eólica das Serras das Beiras, S.A.	Arganil	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica de Montenegrelo, S.A.	Vila Pouca de Aguiar	KPMG	50,10%	25,55%	50,10%	25,55%
Eólica do Alto da Lagoa, S.A.	Porto	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica do Alto da Teixosa, S.A.	Cinfães	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica do Alto do Mourisco, S.A.	Boticas	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica do Cachopo, S.A.	Porto	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica do Castelo, S.A.	Porto	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica do Espigão, S.A.	Miranda do Corvo	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica do Velão, S.A.	Porto	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eólica dos Altos dos Salgueiros-Guilhado, S.A.	Vila Pouca de Aguiar	Mazars	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Gravitangle - Fotovoltaica Unipessoal, Lda.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Malhadizes - Energia Eólica, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Stirlingpower Unipessoal Lda.	Braga	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
França:						
EDP Renewables France, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDPR France Holding, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bourbriac II, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Centrale Eolienne Canet-Pont de Salars, S.A.S.	Paris	KPMG	50,96%	25,99%	50,96%	25,99%
Centrale Eolienne Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Centrale Eolienne Neo Truc de L'Homme, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Centrale Eolienne Patay, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Centrale Eolienne Saint Barnabé, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Centrale Eolienne Segur, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
EDPR Yield France Services, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Eolienne de Callengeville, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Eolienne D'Etalondes, S.A.R.L.	Paris	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts du Forez Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Neo Plouvien, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Parc Éolien d'Escardes, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Boqueho-Pouagat, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Dammarie, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Francourville, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de La Hetroye, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Mancheville, S.A.R.L.	Paris	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Montagne Fayel, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Éolien de Preuseville, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA	SEDE	AUDITOR	2015		2014	
			% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Parc Eolien de Roman, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Parc Éolien de Tarzy, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Parc Eolien des Longs Champs, S.A.R.L.	Paris	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Vatines, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.	Paris	KPMG	51,00%	26,01%	51,00%	26,01%
SOCPE de la Mardell, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
SOCPE de la Vallée du Moulin, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
SOCPE de Sauvageons, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	75,99%	100,00%	75,99%
SOCPE des Quinze Mines, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	75,99%	49,00%	24,99%
SOCPE Le Mee, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	75,99%	100,00%	75,99%
SOCPE Petite Pièce, S.A.R.L.	Paris	KPMG	100,00%	75,99%	100,00%	75,99%
Polónia:						
EDP Renewables Polska, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brent Investments, S.A.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Elektrownia Wiatrowa Kresy I, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farma Wiatrowa Starozreby, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
J&Z Wind Farms, Sp. z o.o. (*)	Varsóvia	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Korsze Wind Farm, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Masovia Wind Farm I, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Molen Wind II, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	65,07%	65,07%	65,07%	65,07%
Morska Farma Wiatrowa Gryf, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Morska Farma Wiatrowa Neptun, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Morska Farma Wiatrowa Pomorze, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Radziejów Wind Farm, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park I, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park II, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park III, Sp. z o.o.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park IV, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rowy-Karpacka Mala Energetyka, Sp. z o.o.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Roménia:						
EDP Renewables România, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
EDPR RO PV, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR RO Trading, S.R.L.	Bucareste	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cernavoda Power, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cujmir Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Foton Delta, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Foton Epsilon, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pestera Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%

EMPRESA	SEDE	AUDITOR	2015		2014	
			% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Potelu Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
S. C. Ialomita Power, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sibioara Wind Farm, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Studina Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Vanju Mare Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
VS Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Grã-Bertanha:						
EDPR UK Limited	Cardiff	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MacColl Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	100,00%	66,64%	100,00%	66,64%
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	KPMG	66,64%	66,64%	66,64%	66,64%
Stevenson Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	100,00%	66,64%	100,00%	66,64%
Telford Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	100,00%	66,64%	100,00%	66,64%
Itália:						
EDP Renewables Italia, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Italia Holding, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Castellaneta Wind, S.r.l.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Laterza Wind, S.R.L.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pietragalla Eolico, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Re Plus, S.r.l.	Milão	n.a.	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
TACA Wind, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Villa Castelli Wind, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WinCap, S.r.l.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bélgica:						
EDP Renewables Belgium, S.A.	Bruxelas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Holanda:						
Tarcan, BV	Amesterdão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
GEOGRAFIA / PLATAFORMA AMÉRICA DO NORTE:						
México:						
EDPR Servicios de México, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Vientos de Coahuila, S.A. de C.V.	Cidade do México	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
EUA:						
EDP Renewables North America, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
17th Star Wind Farm, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento I, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento II, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
2008 Vento III, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	75,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento IV, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA	SEDE	AUDITOR	2015		2014	
			% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	DIREITOS DE VOTO
2009 Vento V, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento VI, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VIII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento IX, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento X, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2014 Sol I, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
2014 Vento XI, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
2014 Vento XII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
2015 Vento XIII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
2015 Vento XIV, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Alabama Ledge Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Antelope Ridge Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arbuckle Mountain Wind Farm, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arkwright Summit Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arlington Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	75,00%	100,00%	100,00%
Aroostook Wind Energy, L.L.C.	Maine	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ashford Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project II, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
AZ Solar, L.L.C.	Arizona	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Holdings, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm IV, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm V, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower II, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower IV, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower V, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower VI, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower VII, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA	SEDE	AUDITOR	2015		2014	
			% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Broadlands Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Buffalo Bluff Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chateaugay River Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Clinton County Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	KPMG	100,00%	75,00%	100,00%	100,00%
Cloud West Wind Project, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Coos Curry Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cropsey Ridge Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Crossing Trails Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dairy Hills Wind Farm, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Diamond Power Partners, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
East Klickitat Wind Power Project, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eastern Nebraska Wind Farm, L.L.C.	Nebraska	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Solar Ventures I, L.L.C.	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
EDPR Vento I Holding, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
EDPR WF, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
EDPR Wind Ventures X, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures XI, L.L.C.	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures XII, L.L.C.	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures XIII, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
EDPR Wind Ventures XIV, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Five-Spot, L.L.C.	California	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ford Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Franklin Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Green Country Wind Farm, L.L.C.	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Green Power Offsets, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gulf Coast Windpower Management Company, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Headwaters Wind Farm, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Hidalgo Wind Farm, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
High Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Minnesota	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
High Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Chocolate Bayou I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Midwest IX, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest I, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest IV, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest VII, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest X, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest XI, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Panhandle I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA	SEDE	AUDITOR	2015		2014	
			% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Horizon Wind Energy Southwest I, L.L.C.	Novo México	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest II, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest III, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest IV, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Valley I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind MREC Iowa Partners, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IB, L.L.C.	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Horizon Wind Ventures IC, L.L.C.	Texas	n.a.	75,00%	75,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures II, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures III, L.L.C.	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IX, L.L.C.	Texas	n.a.	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VI, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VII, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VIII, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind. Freeport Windpower I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wyoming Transmission, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jericho Rise Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Juniper Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lone Valley Solar Park I, L.L.C.	California	n.a.	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Lone Valley Solar Park II, L.L.C.	California	n.a.	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Lost Lakes Wind Farm, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Machias Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Madison Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marble River, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Martinsdale Wind Farm, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm II, L.L.C.	Indiana	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm III, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm IV, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm V, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mesquite Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
New Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
North Slope Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Number Nine Wind Farm, L.L.C.	Maine	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Old Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%

EMPRESA	SEDE	AUDITOR	2015		2014	
			% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
OPQ Property, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pacific Southwest Wind Farm, L.L.C.	Arizona	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm II, L.L.C.	Ohio	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm III, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm IV, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peterson Power Partners, L.L.C.	California	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Interconnection, L.L.C.	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm I, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	75,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Post Oak Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Quilt Block Wind Farm, L.L.C.	Wisconsin	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rail Splitter Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rio Blanco Wind Farm, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm II, L.L.C.	California	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm III, L.L.C.	California	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm, L.L.C.	California	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	100,00%
Rush County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saddleback Wind Power Project, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sagebrush Power Partners, L.L.C.	Washington	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sardinia Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Signal Hill Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm II, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm III, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm IV, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm V, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stinson Mills Wind Farm, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stone Wind Power, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sustaining Power Solutions, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Telocaset Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
The Nook Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tug Hill Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tumbleweed Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Turtle Creek Wind Farm, L.L.C.	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Verde Wind Power, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Waverly Wind Farm, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Western Trail Wind Project I, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wheatfield Holding, L.L.C.	Oregon	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%

EMPRESA	SEDE	AUDITOR	2015		2014	
			% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Wheatfield Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	51,00%	100,00%	51,00%
Whiskey Ridge Power Partners, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whistling Wind WI Energy Center, L.L.C.	Wisconsin	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whitstone Wind Purchasing, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wilson Creek Power Partners, L.L.C.	Nevada	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wind Turbine Prometheus, L.P.	California	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WTP Management Company, L.L.C.	California	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canadá:						
EDP Renewables Canada	Ontario	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Canada LP Holdings Ltd.	Ontario	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Sharp Hills Project GP Ltd.	Alberta	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
EDP Renewables Sharp Hills Project LP	Alberta	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Nation Rise Wind Farm GP Inc.	British Columbia	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Nation Rise Wind Farm LP	Ontario	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
SBWFI GP Inc	Ontario	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
South Branch Wind Farm II GP Inc.	British Columbia	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
South Branch Wind Farm II GP LP	Ontario	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
South Dundas Wind Farm LP	Ontario	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
GEOGRAFIA / PLATAFORMA AMÉRICA DO SUL:						
Brasil:						
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	KPMG	100,00%	100,00%	55,00%	55,00%
Central Eólica Aventura I, S.A.	Natal	n.a.	50,99%	50,99%	100,00%	55,00%
Central Eólica Aventura II, S.A.	Natal	n.a.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	55,00%
Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	55,00%
Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	55,00%
Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	55,00%
Central Eólica JAU, S.A.	Natal	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	55,00%
Central Nacional de Energia Eólica, S.A.	Santa Catarina	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	55,00%
Elebrás Projetos, S.A.	Rio Grande do Sul	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	55,00%
GEOGRAFIA / PLATAFORMA ÁFRICA DO SUL:						
África do Sul:						
EDP Renewables South Africa, Proprietary Limited	Cidade do Cabo	Mazars	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dejann Trading and Investments, Proprietary Limited	Cidade do Cabo	Mazars	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jouren Trading and Investments, Proprietary Limited	Cidade do Cabo	Mazars	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(*) A 31 de Dezembro de 2015, os saldos relativos à empresa polaca J&Z Wind Farms. Sp. z o.o. foram reclassificados para activos e passivos detidos para venda (ver nota 26)

Os principais indicadores financeiros das empresas conjuntamente controladas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, a 31 de Dezembro de 2015, são os seguintes:

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL	SEDE	AUDITOR	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Ceprastur, A.I.E.	€ 360.607	Oviedo	n.a.	56,76%	56,76%
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	€ 6.701.165	Zaragoza	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energéticos Canarios S.A.	€ 37.564	Las Palmas	n.a.	49,90%	49,90%
Eólica de Coahuila, S. de R.L. de C.V.	\$114.443	Cidade do México	n.a.	99,97%	99,97%
Evolución 2000. S.L.	€ 117.994	Albacete	KPMG	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$528.626.287	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	€ 4.720.400	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

Os principais indicadores financeiros das empresas conjuntamente controladas incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional, a 31 de Dezembro de 2014, são os seguintes:

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL	SEDE	AUDITOR	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Ceprastur, A.I.E.	€ 360.607	Oviedo	n.a.	56,76%	56,76%
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	€ 6.701.165	Zaragoza	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energéticos Canarios S.A.	€ 37.564	Las Palmas	n.a.	49,90%	49,90%
Eólica de Coahuila, S. de R.L. de C.V.	\$114.443	Cidade do México	n.a.	99,97%	99,97%
Evolución 2000, S.L.	€ 117.994	Albacete	Hispa- control	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$528.626.287	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	€ 4.720.400	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

A 31 de Dezembro de 2015, as Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, eram as seguintes:

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL	SEDE	AUDITOR	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	€3.869.020	Barcelona	Jordi Guilera Valls	38,96%	23,62%
Biomassas del Pirineo, S.A.	€ 454.896	Huesca	n.a.	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	\$42.316.480	Oklahoma	n.a.	25,00%	25,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	€ 300.000	Burgos	n.a.	30,00%	30,00%
Desarrollos Eolicos de Canarias, S.A.	€ 2.391.900	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%
Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, SAS	€ 14.471.028	Bois Guillaume	E&Y	43,00%	43,00%
Eoliennes en Mer Iles d'Yeu et de Noirmoutier, S.A.S.	€ 17.187.000	Nantes	E&Y	43,00%	43,00%
Modderfontein Wind Energy Project, Ltd.	ZAR 1.000	Cidade do Cabo	n.a.	42,50%	42,50%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	€ 120.400	Asturias	E&Y	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	€7.194.021	Soria	E&Y	42,00%	42,00%
Inch Cape Offshore Limited (*)	£1	Edimburgo	Deloitte	49,00%	49,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	€ 80.000	Ciudad Real	n.a.	25,00%	25,00%
WindPlus, S.A.	€ 1.250.000	Lisboa	PwC	19,40%	19,40%

(*) O saldo relativo à empresa Inch Cape Offshore Limited foram reclassificados para activos detidos para venda a 31 de Dezembro de 2015 (ver nota 26)

A 31 de Dezembro de 2014, as Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, eram as seguintes:

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL	SEDE	AUDITOR	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	€3.869.020	Barcelona	n.a.	38,96%	18,97%
Biomassas del Pirineo, S.A.	€ 454.896	Huesca	n.a.	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	\$44.594.480	Oklahoma	n.a.	25,00%	25,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	€ 300.000	Burgos	n.a.	30,00%	30,00%
Desarrollos Eolicos de Canarias, S.A.	€ 3.191.580	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	€ 25.247.525	Lisboa	Mazars	35,96%	35,96%
Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, SAS	€ 4.367.538	Bois Guillaume	E&Y	43,00%	43,00%
Eoliennes en Mer Iles d'Yeu et de Noirmoutier, S.A.S.	€ 4.804.914	Nantes	E&Y	43,00%	43,00%
Modderfontein Wind Energy Project, Ltd.	ZAR 1.000	Cidade do Cabo	n.a.	42,50%	42,50%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	€ 120.400	Asturias	E&Y	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	€7.194.021	Soria	E&Y	42,00%	42,00%
Inch Cape Offshore Limited	£1	Edimburgo	Deloitte	49,00%	49,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	€ 80.000	Ciudad Real	n.a.	25,00%	25,00%

A informação financeira resumida para subsidiárias com interesses não controláveis significativos em 31 de Dezembro de 2015, é como segue:

A informação financeira resumida para subsidiárias com interesses não controláveis significativos em 31 de Dezembro de 2015, é como segue:

MILHARES DE EUROS

	HORIZON WIND VENTURES IB, L.L.C.	HORIZON WIND VENTURES IC, L.L.C.	EDPR WIND VENTURES XI, L.L.C.	EDP RENOVAVEIS FRANCE S.A.S.	EDP RENOVAVEIS PORTUGAL S.A
Activo Não Corrente	446.759	374.436	167.955	136.441	459.174
Activo Corrente	4.126	-	-	12.931	39.047
Passivo Não Corrente	3.233	285.442	172.998	47.517	86.682
Passivos Correntes	3.100	-	47	54.025	309.717
Volume de Negócios	-	-	-	29.892	136.603
Resultado líquido do período	27.044	31.052	2.258	4.213	47.442
Dividendos pagos a interesses não controláveis	-	-	-	-	33.246

MILHARES DE EUROS

	EDPR WIND VENTURES XII, L.L.C.	POST OAK WIND, L.L.C.	VS WIND FARM, S.A.	CERNAVODA POWER, S.R.L.	HORIZON WIND VENTURES IX, L.L.C
Activo Não Corrente	96.520	64.102	79.528	88.291	87.123
Activo Corrente	-	4.126	8.735	14.808	-
Passivo Não Corrente	101.487	3.233	1.401	82.946	94.951
Passivos Correntes	-	3.100	90.671	47.955	35
Volume de Negócios	-	23.466	5.630	19.119	-
Resultado líquido do período	-2.146	4.958	-6.285	-4.423	-832
Dividendos pagos a interesses não controláveis	-	-	-	-	-

ANEXO 2

ACTIVIDADE DO GRUPO POR SEGMENTO OPERACIONAL

INFORMAÇÃO POR SEGMENTO OPERACIONAL PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

MILHARES DE EUROS

	EUROPA	E.U.A.	BRASIL	TOTAL SEGMENTOS
Volume de Negócios	831.594	498.218	21.379	1.351.191
Rendimentos provenientes de parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	-	197.442	-	197.442
	831.594	695.660	21.379	1.548.633
Outros proveitos operacionais	140.191	19.620	622	160.433
Fornecimento e serviços externos	-150.845	-134.261	-5.549	-290.655
Gastos com Pessoal e Benefícios aos empregados	-26.725	-40.159	-1.568	-68.452
Outros custos operacionais	-104.057	-78.963	-2.585	-185.605
	-141.436	-233.763	-9.080	-384.279
Resultado operacional bruto	690.158	461.897	12.299	1.164.354
Provisões	-21	193	-	172
Amortizações e imparidades	-289.290	-267.085	-5.072	-561.447
Resultado operacional	400.847	195.005	7.227	603.079
Resultados de associadas	11.952	-7.674	-	4.278
Activo	6.842.282	7.307.627	179.283	14.329.192
Passivo	323.305	987.493	5.609	1.316.407
Investimento operacional	183.736	645.991	72.902	902.629

Nota: O Segmento "Europa" inclui: i) volume de negócios no montante de 378.781 milhares de Euros de empresas espanholas; ii) activos de empresas espanholas no montante de 3.005.689 milhares de Euros.

RECONCILIAÇÃO ENTRE A INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MILHARES DE EUROS

Volume de Negócios dos Segmentos Reportados	1.351.191
Volume de Negócios de outros segmentos	16.747
Eliminação de transacções intra-segmento	-18.333
Volume de Negócios do Grupo EDPR	1.349.605
Resultado operacional bruto dos Segmentos Reportados	1.164.354
Resultado operacional bruto de Outros Segmentos	-22.059
Eliminação de transacções intra-segmento	-
Resultado operacional bruto do Grupo EDPR	1.142.295
Resultado operacional dos Segmentos Reportados	603.079
Resultado operacional de Outros Segmentos	-
Eliminação de transacções intra-segmento	-25.241
Resultado operacional do Grupo EDPR	577.838
Activos dos Segmentos Reportados	14.329.192
Activos Não Alocados	1.235.566
Activos Financeiros	850.142
Activos fiscais	165.746
Devedores e outros activos	219.677
Activos de Outros segmentos	24.468
Eliminação de transacções intra-segmento	146.932
Activos do Grupo EDPR	15.736.157
Investimentos em <i>joint ventures</i> e associadas	333.800
Passivos dos Segmentos Reportados	1.316.407
Passivos Não Alocados	7.541.883
Passivos Financeiros	4.220.270
Parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	1.956.217
Passivos fiscais	380.782
Contas a pagar e Outros passivos	984.614
Passivos de Outros segmentos	17.273
Eliminação de transacções intra-segmento	-7.377.957
Passivos do Grupo EDPR	1.497.606
Investimento Operacional dos Segmentos Reportados	902.629
Investimento Operacional de Outros Segmentos	25
Investimento Operacional do Grupo EDPR	902.654

MILHARES DE EUROS

	TOTAL SEGMENTOS REPORTADOS	OUTROS SEGMENTOS	ELIMINAÇÃO DE TRANSACÇÕES INTRA-SEGMENTO	TOTAL GRUPO EDPR
Outros proveitos operacionais	160.433	1.128	-1	161.560
Fornecimento e Serviços Externos	-290.655	-20.145	18.072	-292.728
Gastos com pessoal e Benefícios aos empregados	-68.452	-15.817	1	-84.268
Outros gastos operacionais	-185.605	-3.972	261	-189.316
Provisões	172	-	-	172
Amortizações e Imparidade	-561.447	-949	-2.233	-564.629
Resultados de associadas	4.278	-	-5.795	-1.517

INFORMAÇÃO POR SEGMENTO OPERACIONAL PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

MILHARES DE EUROS

	EUROPA	E.U.A.	BRASIL	TOTAL SEGMENTOS
Volume de Negócios	746.932	382.031	25.136	1.154.099
Rendimentos provenientes de parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	-	123.582		123.582
	746.932	505.613	25.136	1.277.681
Outros proveitos operacionais	26.553	17.024	14	43.591
Fornecimento e serviços externos	-141.382	-108.760	-6.118	-256.260
Gastos com Pessoal e Benefícios aos empregados	-22.379	-27.821	-1.334	-51.534
Outros custos operacionais	-65.247	-26.774	-2.412	-94.433
	-202.455	-146.331	-9.850	-358.636
Resultado operacional bruto	544.477	359.282	15.286	919.045
Provisões	-21	-	-	-21
Amortizações e imparidades	-269.196	-202.440	-5.907	-477.543
Resultado operacional	275.260	156.842	9.379	441.481
Resultados de associadas	33.310	241	-	33.551
Activo	6.108.684	6.255.041	162.478	12.526.203
Passivo	259.919	922.548	4.980	1.187.447
Investimento operacional	141.717	543.016	25.462	710.195

Nota: O Segmento 'Europa' inclui: i) volume de negócios no montante de 347.928 milhares de Euros de empresas espanholas, dos quais 31.567 milhares de Euros gerados fora de Espanha; ii) activos de empresas espanholas no montante de 1.976.737 milhares de Euros.

RECONCILIAÇÃO ENTRE A INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MILHARES DE EUROS

Volume de Negócios dos Segmentos Reportados	1.154.099
Volume de Negócios de outros segmentos	13.172
Eliminação de transacções intra-segmento	-14.145
Volume de Negócios do Grupo EDPR	1.153.126
Resultado operacional bruto dos Segmentos Reportados	919.045
Resultado operacional bruto de Outros Segmentos	-15.561
Eliminação de transacções intra-segmento	-288
Resultado operacional bruto do Grupo EDPR	903.196
Resultado operacional dos Segmentos Reportados	441.481
Resultado operacional de Outros Segmentos	-16.941
Eliminação de transacções intra-segmento	-2.131
Resultado operacional do Grupo EDPR	422.409
Activos dos segmentos reportados	12.526.203
Activos não alocados	1.730.579
Activos financeiros	825.488
Activos fiscais	135.581
Devedores e outros activos	769.510
Activos de outros segmentos	2.861
Eliminação de transacções intra-segmento	56.676
Activos do Grupo EDPR	14.316.319
Passivos dos Segmentos Reportados	1.187.447
Passivos Não Alocados	6.800.670
Passivos Financeiros	3.901.924
Parcerias institucionais com parques eólicos nos EUA	1.801.963
Passivos fiscais	327.096
Credores e Outros passivos	769.687
Passivos de Outros segmentos	15.860
Eliminação de transacções intra-segmento	-18.417
Passivos do Grupo EDPR	7.985.560
Investimento Operacional dos Segmentos Reportados	710.195
Investimento Operacional de Outros Segmentos	100
Investimento Operacional do Grupo EDPR	710.295

	TOTAL SEGMENTOS REPORTADOS	OUTROS SEGMENTS	ELIMINAÇÃO DE TRANSACÇÕES INTRA-SEGMENTO	TOTAL GRUPO EDPR
Outros proveitos operacionais	43.591	2.290	-214	45.667
Fornecimento e Serviços Externos	-256.260	-14.420	14.035	-256.645
Gastos com pessoal e Benefícios aos empregados	-51.534	-14.560	1	-66.093
Outros gastos operacionais	-94.433	-2.043	35	-96.441
Provisões	-21	-	1	-20
Amortizações e Imparidade	-477.543	-1.380	-1.844	-480.767
Resultados de associadas	33.551	-264	-11.531	21.756

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O SCIRF



Report from Management concerning responsibility for
the System of Internal Control over Financial Reporting

The board of directors and management are responsible for establishing and maintaining an adequate System of Internal Control over Financial Reporting (SCIRF).

The SCIRF of EDP Renováveis Group is a set of processes designed to provide reasonable assurance as to the reliability of the financial information and the preparation of the consolidated annual accounts for external purposes, in accordance with the applicable financial information reporting framework.

Due to the limitations inherent to all internal control systems, it is possible that the system of internal control over financial reporting does not prevent or detect all errors that could occur and may only provide reasonable assurance with respect to the presentation and preparation of the consolidated annual accounts. Furthermore, extrapolating the effectiveness assessment to future years entails a risk that controls may cease to be adequate due to changing conditions or erosion in the level of compliance with policies and procedures.

Management has assessed the effectiveness of the SCIRF at 31 December 2015 based on the criteria established in the Internal Control – Integrated Framework issued in 2013 by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

As a result of this assessment, and based on the aforementioned criteria, management concludes that at 31 December 2015 EDP Renováveis Group had an effective system of internal control over financial reporting.

The SCIRF of EDP Renováveis Group at 31 December 2015 has been audited by the independent auditors KPMG Auditores, S.L., as indicated in their report included in the Annual Corporate Governance Report.

Chief Executive Officer

Chief Financial Officer

23 February 2016

RELATÓRIO DE AUDITORIA AO SCIRF



KPMG Auditores S.L.
Venezuela Rodríguez, 7
33004 Oviedo

Audit report on the system of internal control over financial reporting

To the Shareholders of
EDP Renováveis, S.A.

Further to your request and to our engagement letter dated 23 September 2015, we have audited the system of internal control over financial reporting of EDP Renováveis, S.A. (the Company) and subsidiaries (the Group) at 31 December 2015, based on the criteria established in the Internal Control-Integrated Framework issued in 2013 by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) in relation with global business and control procedures, and with the COBIT Framework for IT Governance and Control. The Board of Directors of the Company and senior Group management are responsible for adopting the measures required to reasonably guarantee the implementation, maintenance and supervision of an adequate system of internal control over financial reporting, assess its efficiency and make improvements to the system, as set forth in the report drawn up by Group management on the internal control over financial reporting system enclosed. Our responsibility is to express an opinion on the effectiveness of the Group's internal control over financial reporting system based on our audit.

An organisation's system of internal control over financial reporting is designed to provide reasonable assurance that its annual financial reporting complies with the applicable financial reporting framework. It includes policies and procedures that are aimed at: (i) verifying the existence and maintenance of records that present fairly and in reasonable detail the Group's transactions and assets; (ii) providing reasonable assurance that transactions are adequately recorded so as to allow the Group to draw up consolidated annual accounts in accordance with the applicable financial reporting framework; and (iii) providing reasonable assurance regarding the timely prevention or detection of asset additions or disposals or unauthorised use of Group assets that might have a material effect on the consolidated annual accounts. Due to the limitations inherent in any form of internal control system, irrespective of the quality of the design and operation of the internal control system adopted for annual financial reporting, this system can only provide reasonable but not absolute assurance as to the objectives sought.

We have performed our audit in accordance with ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements 3000). This standard requires that we plan and perform our audit to obtain reasonable assurance about whether the Group system of internal control over financial reporting is effective in all material aspects. Our audit included our gaining an understanding of the Group's internal control over the financial reporting system, verifying and evaluating, on a selective test basis, the design and operating efficiency of the system, and performing other procedures that we considered necessary under the circumstances. We believe that our audit provides a reasonable basis for our opinion.

Due to the limitations inherent in any form of internal control system, there is always the possibility that internal control over financial reporting may not prevent or detect the errors or irregularities that might arise, whether due to errors in judgement, human error, fraud or malpractice. Extrapolating the effectiveness assessment to future years entails a risk that controls may cease to be adequate due to changing conditions or erosion in the levels of compliance with policies and procedures.

KPMG Auditores S.L., a limited liability Spanish company with a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Reg. Mer. Madrid, 7.118611 F 00
Cen. E. M. M. 788.007, third of B
N.º 11.8.10612143

In our opinion, the Group's system of internal control for financial reporting at 31 December 2015 is effective in all material aspects, according to the criteria established in the Internal Control-Integrated Framework issued by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) in relation with global business and control procedures and the COBIT Framework for IT Governance and Control.

On 25 February 2016, in accordance with prevailing accounting legislation in Spain, we issued our audit report on the consolidated annual accounts of the Group for 2015, expressing an unqualified opinion thereon.

This report has been issued in accordance with your request. We accept no liability to any third parties other than the intended recipients of this report.

KPMG Auditores, S.L.



Estibaliz Bilbao Belda

25 February 2016

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A INFORMAÇÃO FINANCEIRA



Os Membros do Conselho de Administração da Sociedade EDP Renováveis, S.A.

DECLARAM

Até ao limite do nosso conhecimento, a informação referida na alínea a) do parágrafo 1 do Artigo 245 do Decreto-Lei 357-A/2007 de 31 de Outubro e outros documentos relativos à apresentação das contas anuais exigidos pela lei em vigor foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, reflectindo uma imagem verdadeira e justa do activo, passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP Renováveis, S.A. e o relatório de gestão apresenta a evolução do negócio e a posição da EDP Renováveis, S.A. contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas aos quais poderá estar exposta.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2016.

António Luís Guerra Nunes Mexia

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

João Paulo Nogueira da Sousa Costeira

Acácio Jaime Liberado Mota Piloto

João Manuel de Mello Franco

Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos

Gilles August

Allan J. Katz

João Manuel Manso Neto

Miguel Dias Amaro

Gabriel Alonso Imaz

António do Pranto Nogueira Leite

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

José António Ferreira Machado

Manuel Menéndez Menéndez

Francisca Guedes de Oliveira

RELATÓRIO DE AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



KPMG Auditores S.L.
Ventura Rodríguez, 2
33004 Oviedo

Independent Auditor's Report on the Consolidated Annual Accounts

To the Shareholders of
EDP Renováveis, S.A.

Report on the consolidated annual accounts

We have audited the consolidated annual accounts of EDP Renováveis, S.A. (the "Company") and its subsidiaries (the "Group"), which comprise the consolidated statement of financial position at 31 December 2015 and the consolidated income statement, consolidated statement of comprehensive income, consolidated statement of changes in equity and consolidated statement of cash flows for the year then ended, and consolidated notes.

Directors' responsibility for the consolidated annual accounts

The Directors are responsible for the preparation of the accompanying consolidated annual accounts in such a way that they present fairly the consolidated equity, consolidated financial position and consolidated financial performance of EDP Renováveis, S.A. and its subsidiaries in accordance with International Financial Reporting Standards as adopted by the European Union (IFRS-EU) and other provisions of the financial reporting framework applicable to the Group in Spain, and for such internal control as they determine is necessary to enable the preparation of consolidated annual accounts that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

Auditor's Responsibility

Our responsibility is to express an opinion on the accompanying consolidated annual accounts based on our audit. We conducted our audit in accordance with prevailing legislation regulating the audit of accounts in Spain. This legislation requires that we comply with ethical requirements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the consolidated annual accounts are free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the consolidated annual accounts. The procedures selected depend on the auditor's judgement, including the assessment of the risks of material misstatement of the consolidated annual accounts, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the preparation of the consolidated annual accounts by the Company directors in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the consolidated annual accounts taken as a whole.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

Opinion

In our opinion, the accompanying consolidated annual accounts present fairly, in all material respects, the consolidated equity and consolidated financial position of EDP Renováveis, S.A. and subsidiaries at 31 December 2015 and their consolidated financial performance and consolidated cash flows for the year then ended in accordance with International Financial Reporting Standards as adopted by the European Union and other provisions of the financial reporting framework applicable in Spain.

Report on other legal and regulatory requirements

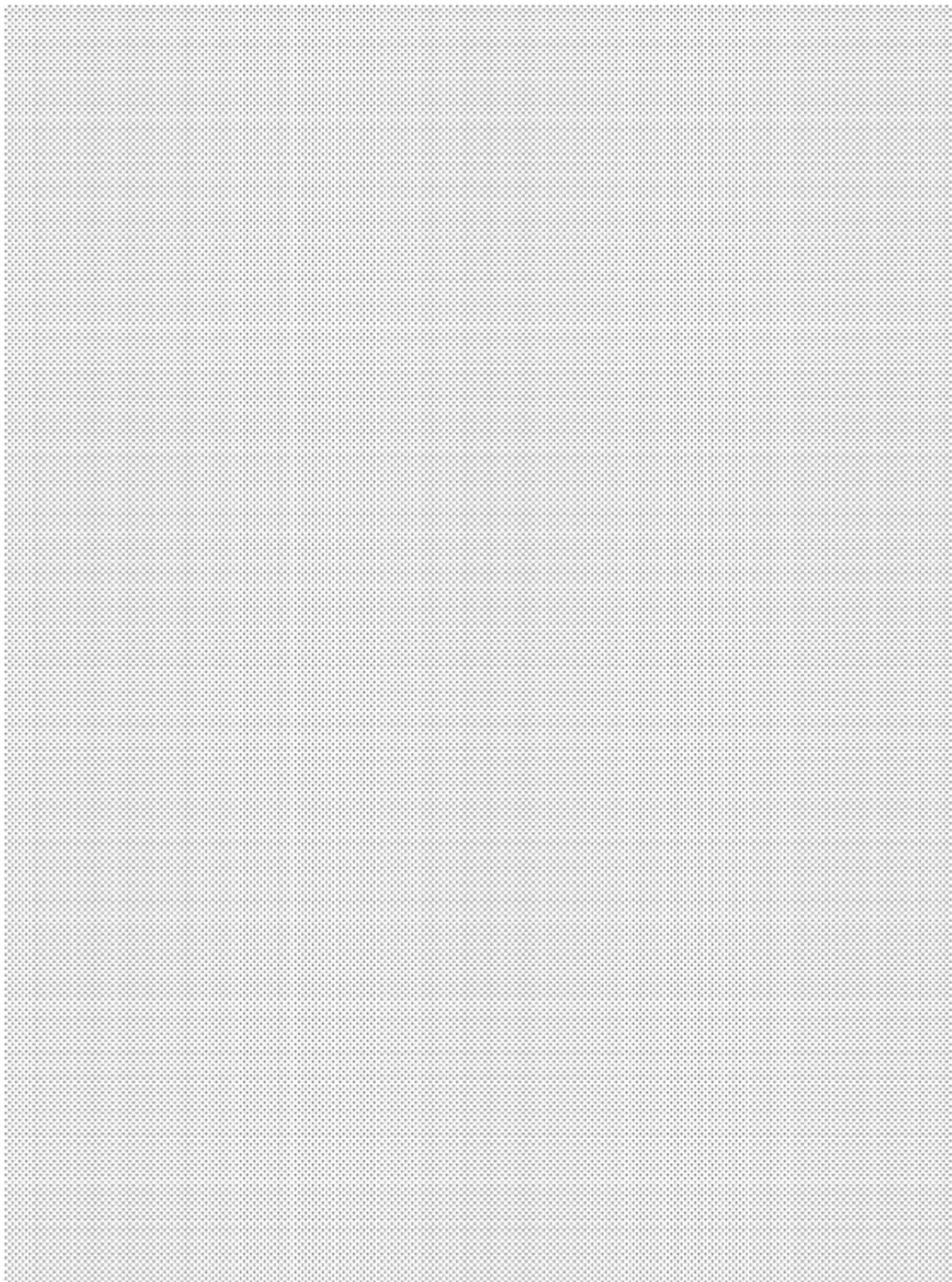
The accompanying consolidated directors' report for 2015 contains such explanations as the Directors of EDP Renováveis, S.A. consider relevant to the situation of the Group, its business performance and other matters, and is not an integral part of the consolidated annual accounts. We have verified that the accounting information contained therein is consistent with that disclosed in the consolidated annual accounts for 2015. Our work as auditors is limited to the verification of the consolidated directors' report within the scope described in this paragraph and does not include a review of information other than that obtained from the accounting records of EDP Renováveis, S.A. and subsidiaries.

KPMG Auditores, S.L.



Estibaliz Bilbao Belda

25 February 2016



CONCEITOS E DEFINIÇÕES

VIAS DE ACESSO

As vias de acesso permitem o acesso a um parque eólico e a cada uma das turbinas eólicas durante as fases de desenvolvimento, construção e operação de um projeto de energia eólica. As vias de acesso são construídas para utilização a longo prazo e para suportar equipamentos pesados e veículos de manutenção ao longo do tempo de vida do projeto.

ROTAÇÃO DE ATIVOS

Estratégia destinada a cristalizar o valor de um projeto através da venda de uma participação minoritária num ativo e reinvestindo os lucros em outro ativo, procurando um maior crescimento.

DISPONIBILIDADE

A percentagem de tempo durante o qual uma turbina eólica se encontra tecnicamente disponível para capturar o recurso eólico e convertê-lo em eletricidade.

PÁS

Os grandes "braços" das turbinas eólicas, que se estendem a partir do rotor de um aerogerador. A maioria das turbinas tem duas ou três pás. O vento a soprar sobre as pás faz com que estas "levantem" e entrem em rotação.

CAPEX

Despesas de capital. Os fundos utilizados por uma empresa para adquirir ou atualizar os seus ativos físicos, como imóveis, edifícios industriais ou equipamento (p. ex. construção de parques eólicos).

DIÓXIDO DE CARBONO (CO₂)

Um gás incolor pesado que não suporta a combustão, dissolve-

se na água formando ácido carbónico, é formado principalmente durante a respiração dos animais e no processo de decomposição ou combustão de matéria animal e vegetal, é absorvido do ar pelas plantas durante a fotossíntese, e é utilizado na carbonatação de bebidas.

FLUXO DE CAIXA

Quantidade de dinheiro gerado e utilizado por uma empresa num determinado período de tempo. O fluxo de caixa pode ser usado como indicação da solidez financeira de uma empresa.

COP 21

Conferência das Partes, Conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas realizada em Paris.

INTERRUPÇÃO DAS OPERAÇÕES

Encerramento forçado de algumas ou todas as turbinas eólicas de um parque eólico para atenuar os problemas associados à exportação de carga para a rede de fornecimento de energia elétrica, ou por certas condições de planeamento. A interrupção das operações é controlada pelo operador do sistema de transmissão regional.

RÁCIO DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Mede a percentagem de lucro líquido de uma empresa que é atribuído aos acionistas sob a forma de dividendos. (Total de dividendos anuais por ação / Lucro por ação).

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Conjunto de diretrizes seguidas por uma empresa para decidir que percentagem dos seus

resultados irá pagar aos acionistas.

EBITDA

Medida contabilística calculada utilizando o lucro líquido de uma empresa, antes da dedução de encargos financeiros, impostos, amortizações e imparidades, como indicação da sua rentabilidade operacional atual.

ENEOP (EÓLICAS DE PORTUGAL)

Consórcio constituído para ganhar um concurso de energia eólica em 2005-2006. A oferta foi concebida para promover as energias renováveis como parte de uma política industrial em que todos os passos, desde o desenho das turbinas até à fase de operação, seriam localizados em Portugal. A ENEOP ganhou a primeira e maior licença de exploração de 1.335 MW. A EDPR detém uma participação de 40% (533 MW).

LPA

Lucro por ação. A parcela do lucro de uma empresa atribuída a cada ação ordinária em circulação.

EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Processo contabilístico de tratamento de investimentos em capital de empresas associadas. A conta de património líquido é geralmente aplicada quando a entidade detém 20-50% do capital votante.

TARIFA FEED-IN

Quadro de remuneração que garante que uma empresa receberá um preço fixo da sua central elétrica, aplicado a toda a eletricidade que gerar e fornecer à rede.

**INVESTIMENTO
FINANCEIRO**

Ativo no qual investir na expectativa de obtenção de lucros ou uma valorização avultada.

MERCADO CAMBIAL

Mercado em que as moedas são negociadas.

**GASES COM EFEITO DE
ESTUFA**

Gases que prendem o calor do Sol na atmosfera terrestre, produzindo o efeito de estufa; os dois principais gases com efeito de estufa são o vapor de água e o dióxido de carbono; os gases com efeito de estufa menos nocivos incluem metano, ozono, clorofluorcarbonetos, e óxido de azoto.

RECEITA BRUTA

Medida contabilística calculada a partir das receitas de uma empresa deduzidas do custo dos seus produtos vendidos. A receita bruta é o lucro residual de uma empresa pela venda de um produto ou serviço, deduzida do custo associado à sua produção e venda.

GW

Unidade de energia elétrica igual a mil milhões (10⁹) de watts, mil megawatts (MW). Os watts são a unidade de medida da energia.

COBERTURA (HEDGING)

Estratégia de gestão do risco utilizada para limitar ou compensar a probabilidade de perda por flutuações nos preços das commodities, câmbio ou títulos.

INDC

"Intended Nationally Determined Contribution" apresentado pelas partes antes da Cimeira COP 21

CAPACIDADE INSTALADA

Capacidade instalada e pronta para produzir energia.

LEAN

Filosofia de produção que considera a utilização de recursos para fins que não sejam o de criação direta de valor para o cliente final como

sendo um desperdício e, portanto, passível de ser eliminado.

**CUSTO NIVELADO DE
ENERGIA (LCOE)**

O custo nivelado de eletricidade constitui uma base comum para comparar o custo da energia em todas as tecnologias. O custo nivelado de energia considera o preço do sistema instalado e os custos associados, como financiamento, terreno, seguro, transmissão, operação e manutenção, e desvalorização. O custo nivelado de energia proporciona uma comparação real dos custos de eletricidade e é a medida mais utilizada pelas empresas de energia elétrica ou pelos compradores de eletricidade para avaliar a viabilidade financeira e a atratividade de um projeto de energia eólica.

MWH

Equivale a 1.000 quilowatts de eletricidade usados continuamente durante uma hora

**FATOR DE CAPACIDADE
LÍQUIDA OU FATOR DE
CARGA**

Relação entre a produção real de uma central ao longo de um período de tempo e a sua produção potencial supondo a sua operação com a capacidade nominal máxima de forma contínua ao longo do mesmo período de tempo. Também conhecido como fator de carga.

DÍVIDA LÍQUIDA

Métrica que apresenta a situação global da dívida de uma empresa calculada a partir da dívida total da empresa deduzida do dinheiro em caixa.

INVESTIMENTO LÍQUIDO

Equivale a Despesas de capital + Investimentos financeiros - Desinvestimentos financeiros.

**POWER PURCHASE
AGREEMENT (PPA)**

Contrato legal entre um produtor de eletricidade (fornecedor) e um comprador de energia (host). O comprador compra eletricidade e por vezes também capacidade e/ou

serviços complementares ao produtor de eletricidade.

**PRODUCTION TAX CREDIT
(PTC)**

O resultado do "Energy Policy Act" (Lei de Política Energética) de 1992, um incentivo sob a forma de crédito fiscal comercial aplicável no mercado grossista a produtores de energia elétrica a partir de energia eólica com base na quantidade de energia gerada durante um ano.

ENERGIA RENOVÁVEL

Energia obtida a partir de recursos que são regenerativos ou que não podem ser esgotados, incluindo a energia eólica, solar, biomassa, geotérmica e água em movimento. Também conhecida como energia alternativa.

**RENEWABLE ENERGY
CREDITS (REC)**

Um Crédito de Energia Renovável (REC) representa os direitos de propriedade sobre as qualidades ambientais, sociais e outras qualidades que não a eletricidade no âmbito da produção de energia renovável. Um Crédito de Energia Renovável (REC) pode ser vendido separadamente da eletricidade associada a uma fonte de produção de energia renovável.

WATT (W)

Quantidade de energia transferida equivalente a um ampere produzido a uma tensão elétrica de um volt. Um watt equivale a 1/746 cavalos-vapor ou um joule por segundo. É o produto da tensão pela corrente (amperagem).

ENERGIA EÓLICA

Energia gerada pela transformação da energia mecânica do vento em energia elétrica através da utilização de um gerador de energia eólica.

PARQUE EÓLICO

Parque eólico refere-se ao terreno, turbinas eólicas, equipamento elétrico e linhas de transmissão utilizados para a produção de energia eólica e energia alternativa.

Publicação
EDP Renováveis, S.A.
Plaza de la Gesta, 2
33007 Oviedo, Espanha

Impressão
Bicho das Cores

Tiragem
40 unidades

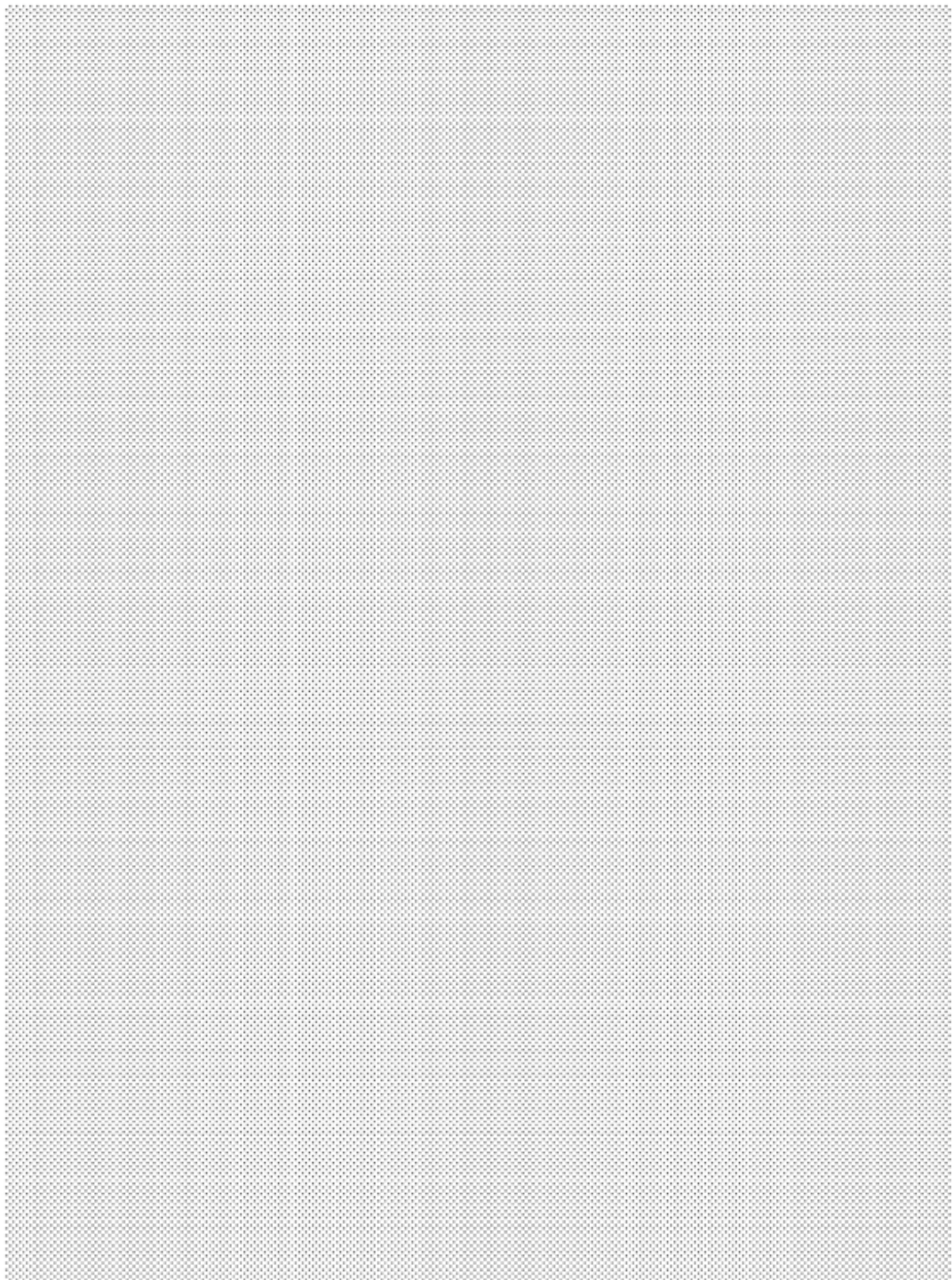
Depósito legal
291932/09

Abril de 2016

Informação adicional

Para mais informações sobre a EDP Renováveis visite www.edpr.com, onde poderá encontrar a versão eletrónica do Relatório e Contas 2014.

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free – em fábricas com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC. Papel proveniente de florestas que são objeto de um processo científico e sustentado de reflorestação.



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015